

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A TRANSFORMAÇÃO DA NOÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO:  
A TENDÊNCIA À HETEROTOPIA NO LARGO DA CARIOCA**

*Tese de final de curso submetida a avaliação  
do Programa de Pós-Graduação em  
Geografia para a obtenção do grau de Doutor  
em Geografia.*

POR:

RODRIGO RAMOS HOSPODAR FELIPPE VALVERDE

ORIENTADO POR:

PROF. DR. PAULO CESAR DA COSTA GOMES

**Rio de Janeiro, 2007.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A TRANSFORMAÇÃO DA NOÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO:  
A TENDÊNCIA À HETEROTOPIA NO LARGO DA CARIOCA**

*Tese de final de curso submetida a avaliação  
do Programa de Pós-Graduação em  
Geografia para a obtenção do grau de Doutor  
em Geografia.*

POR:

RODRIGO RAMOS HOSPODAR FELIPPE VALVERDE

APROVADA POR:

---

PROF. DR. PAULO CESAR DA COSTA GOMES  
(UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

---

PROF. DRA. LUCIANA DA SILVA ANDRADE  
(UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

---

PROF. DR. VINCENT BERDOULAY  
(UNIVERSITÉ DE PAU ET DES PAYS DE L'ADOUR)

---

PROF. DRA. INÁ ELIAS DE CASTRO  
(UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

---

PROF. DRA. INÊS AGUIAR DE FREITAS  
(UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO)

**Rio de Janeiro, 2007.**

## FICHA CATALOGRÁFICA

VALVERDE, Rodrigo R.H.F.

A transformação da noção de espaço público: a tendência à heterotopia no Largo da Carioca/Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde.

ix, 246p, il.

Orientador: Paulo Cesar da Costa Gomes.

Tese de Doutorado em Geografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/IGEO/PPGG, 2007.

1. Espaço público. 2. Largo da Carioca. 3. Heterotopia - Tese. I. Gomes, Paulo Cesar da Costa. (Orient.), II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, IGEO, PPGG, III. A transformação da noção de espaço público: a tendência à heterotopia no Largo da Carioca.

## AGRADECIMENTOS

- Ao Cnpq, pela Bolsa de Doutorado;
- A CAPES, pela Bolsa PDEE;
- Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, seus funcionários e seu corpo docente;
- A Université de Pau et des Pays de l'Adour (Pau, França), ao Laboratoire Société-Environnement-Territoire (SET-CMR 5603) e ao Professor Vincent Berdoulay;
- Ao Grupo de Pesquisa Território e Cidadania (UFRJ) e ao Professor Paulo Cesar da Costa Gomes;
- Aos professores Iná Elias de Castro (UFRJ), Roberto Lobato Corrêa (UFRJ), Luciana Andrade (UFRJ) e Inês Aguiar de Freitas (UERJ);
- A família e amigos: Esther, Jorge, Rafael, Maria Beatriz, Murilo, Eni, Carlos, Gabriel Junqueira, Rita, Carolina, Marcos, Thereza, Rodrigo, Paulo José, Gabriel, Fernanda, Fábio Moreira, Gisele, Flávia Moreira, Fabíola, Fred Parizot, Théo, Maria do Socorro, Gilberto, Edmo, Maryanne, André, Leonardo, José Mário, Livia, Márcio, Letícia, Clarissa, Patrícia, Margareth, Marcela Duarte, Marcelo, Dodô, Fábila, Daniela, Fabio, Fabianne, Ana Raquel, Sebastian, Andréa, Lúcia, Guilherme Furusawa, Guilherme Almeida, Anna Ladeira, Erika Tambke, Laura Berredo, Laura Maul, Achilles, Bárbara, Maíra, Josie, Paloma, Melissa, Alice Legg, Patrícia J., Mariana J., Luciana Valverde, Marcela do Nascimento, Alice, Thiago Rocha, Isabela, Henrique, Flávio Bartoly, Paulo de Lyra, Marcos, Mariana de Paula, Ana Beatriz, Juliana Muggiatti, Ana Cristina, Ana Elisa, Anaïs, Olivier, Cécile, Camille, Sylvie Miaux, Janique, Ginnette, Christophe, Sylvie Clairmont, Marjorie, Frederic, Jef, Christine, Maud, Lionel, Emilie, Fábio Neves, Juliana Nunes, Leonardo Mazzei, Maria Amélia, Juliana Rezende, Maria João, Ana Elisa.
- A Míriam e Orlando Valverde, Ivete Ramos e Paulo Hospodar, que não viram o fim da tese.

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 O LARGO DA CARIOCA.....	7
1.1 POLITICAS PUBLICAS PARA O LARGO DA CARIOCA: CORREDOR CULTURAL, RIO-CIDADE E CONTROLE URBANO.....	11
1.2 ATORES SOCIO-ESPACIAIS DO LARGO DA CARIOCA.....	54
CAPÍTULO 2 A UTOPIA DO ESPAÇO PÚBLICO.....	82
2.1 DA ORIGEM DA NOÇÃO DE ESPAÇO PUBLICO E DE SUAS PARTES CONSTITUTIVAS: A DISTINÇÃO ENTRE PRIVADO, SOCIAL E PUBLICO.....	84
2.2 O ESPAÇO PUBLICO SEGUNDO A PERSPECTIVA URBANISTA.....	100
2.3 A UTOPIA DOS ESPAÇOS PUBLICOS.....	111
CAPÍTULO 3 DUAS FORMAS DE SE COMPREENDER GEOGRAFICAMENTE OS ESPAÇOS PÚBLICOS.....	126
3.1 A ESCOLA DE CHICAGO COMO UM ANTECEDENTE PARA A DISCUSSÃO GEOGRAFICA DOS ESPAÇOS PUBLICOS.....	128
3.2 A NOÇÃO DE ESPAÇO PUBLICO SOB A PERSPECTIVA DOS GEOGRAFOS REPUBLICANOS, NOSTALGICOS E FUNCIONALISTAS.....	136
3.3 A NOÇÃO DE ESPAÇO PUBLICO SOB A PERSPECTIVA DOS GEOGRAFOS MARXISTAS... ..	147
CAPÍTULO 4 A HETEROTOPIA.....	164
4.1 A ORIGEM DA IDEIA DE HETEROTOPIA E A SUA ADAPTAÇÃO A GEOGRAFIA.....	166
4.2 REPENSANDO A RELAÇÃO ENTRE ESPAÇO PUBLICO E HETEROTOPIA.....	191
4.3 A TENDENCIA A HETEROTOPIA NO LARGO DA CARIOCA: A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO PUBLICO.....	200
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	209
COMPARANDO A HETEROTOPIA COM OUTRAS DISCUSSÕES DAS CIENCIAS SOCIAIS.....	211
A IMPORTANCIA DA HETEROTOPIA PARA A GEOGRAFIA.....	216
A HETEROTOPIA COMO UMA FORMA POSSIVEL DE ESPAÇO PUBLICO.....	221
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	224
LIVROS E PERIODICOS CIENTIFICOS.....	224
JORNAIS E PERIODICOS.....	242
DECRETOS-LEI, LEIS MUNICIPAIS E PROJETOS DE LEI.....	244

## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – POSICIONAMENTO DO LARGO DA CARIOCA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO .....	8
FIGURA 2 - PONTOS DE REFERENCIA NO LARGO DA CARIOCA.....	8
FIGURA 3 – QUANTIFICAÇÃO DE LEIS, DECRETOS, PORTARIAS E PROJETOS DE LEIS RELATIVOS A GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NO RIO DE JANEIRO .....	12
FIGURA 4 – ÁREAS DE INTERVENÇÃO NO CORREDOR CULTURAL .....	15
FIGURA 5 – LARGO DA CARIOCA APOS O FIM DAS OBRAS DO METRO.....	18
FIGURA 6 – LARGO DA CARIOCA COMO CENTRO DE TRANSPORTES.....	21
FIGURA 7 – O JARDIM DA CARIOCA.....	22
FIGURA 8 – USOS ATUAIS DO RELOGIO DA CARIOCA .....	23
FIGURA 9 – FACHADAS RESTAURADAS NA RUA DA CARIOCA.....	25
FIGURA 10 – SAIDA DA ESTAÇÃO CARIOCA (RUA BITTENCOURT SILVA/AVENIDA RIO BRANCO).....	33
FIGURA 11 – PLANTA DO PROJETO RIO-CIDADE: AVENIDA RIO BRANCO, TRECHO DA PRAÇA ESTADO DA GUANABARA .....	35
FIGURA 12 – TABELA COMPARATIVA ENTRE VALORES REFERENTES AO RIO-CIDADE/CENTRO E AO TOTAL INVESTIDO NO RIO-CIDADE .....	37
FIGURA 13 - DISTRIBUIÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DO COMERCIO AMBULANTE REGULAR NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL 1876/92.....	43
FIGURA 14 – ÁREAS REGULARIZADAS E IRREGULARES PARA COMERCIO INFORMAL NO CENTRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, DE ACORDO COM LEIS MUNICIPAIS (1997-2005).....	45
FIGURA 15 - CRITERIOS OFICIAIS DE PONTUAÇÃO PARA SELEÇÃO DE COMERCIANTES INFORMAIS.....	46
FIGURA 16 - OCORRENCIAS REGISTRADAS PELA GUARDA MUNICIPAL ENVOLVENDO COMERCIANTES INFORMAIS (1997-2005) .....	50
FIGURA 17 – TAXA DE VITIMIZAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO DURANTE O EXPEDIENTE DE TRABALHO (1999-2004/POR MIL POLICIAIS).....	52
FIGURA 18 – EDIFÍCIOS COMERCIAIS NO ENTORNO DO LARGO DA CARIOCA .....	55
FIGURA 19 – EDIFÍCIO AVENIDA CENTRAL.....	56
FIGURA 20 - FAIXA ETÁRIA DOS COMERCIANTES INFORMAIS DO CENTRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (2001-2002) .....	62

FIGURA 21 – ESCOLARIDADE DOS COMERCIANTES INFORMAIS DO CENTRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (2001-2002).....	62
FIGURA 22 – TIPIFICAÇÃO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DA ESTRATEGIA DE VENDA PELO COMERCIO INFORMAL NO LARGO DA CARIOCA, 2004-2006 (EM NUMERO DE BARRACAS)	63
FIGURA 23 – DISPOSIÇÃO DO COMERCIO INFORMAL NO LARGO DA CARIOCA.....	66
FIGURA 24 – “SERIE A”, 2004-2006.....	67
FIGURA 25 – ESQUEMA GRAFICO DA SERIE A E SERIE B (POR PRODUTOS) .....	69
FIGURA 26 – “SERIE B”: COMERCIANTES INFORMAIS REGULARIZADOS E COMERCIANTES INFORMAIS IRREGULARES .....	70
FIGURA 27 - MANIFESTAÇÃO DO MUCA .....	71
FIGURA 28 - POPULAÇÃO DE RUA NO LARGO DA CARIOCA.....	74
FIGURA 29 – ARTISTAS POPULARES NO LARGO DA CARIOCA .....	79
FIGURA 30 – ESQUEMA GRAFICO DA OLVERA STREET .....	187
FIGURA 31 – QUADRO COMPARATIVO ENTRE ESPAÇO PUBLICO E HETEROTOPIA .....	193

## RESUMO

O objetivo geral dessa tese é estudar o progressivo descolamento entre a teoria clássica dos espaços públicos e a sua expressão empírica. Parte considerável dos geógrafos e de outros cientistas sociais avalia que a noção de espaço público passa por uma crise, na medida em que suas formas, seus comportamentos e seus significados não seguem as leis. Acreditamos que essa avaliação está por demais vinculada ao modelo utópico de espaço público, marginalizando uma série de fenômenos urbanos que ganham força na atualidade. Como consequência, o poder de transformação dos espaços públicos é afetado, colocando em oposição Estado e sociedade.

Para desenvolver uma nova abordagem geográfica dos espaços públicos, definimos o seguinte roteiro de discussões, sempre tomando o caso do Largo da Carioca como exemplo: em primeiro lugar, analisamos as políticas públicas e os atores sociais que qualificam o Largo da Carioca; em segundo lugar, avaliamos a origem da noção de espaço público e formação de seu modelo utópico, que é composto por aspectos narrativos, filosóficos e morfológicos; terceiro, conferimos visibilidade as duas abordagens que a geografia desenvolveu para o estudo da noção de espaço público, o republicanismo e o marxismo; em quarto lugar, apresentamos aqui a idéia de heterotopia desenvolvida por Foucault e retomada por Soja como uma terceira alternativa para os estudos geográficos dos espaços públicos.

Dentro dessa linha de raciocínio, sugerimos que a associação entre a idéia de heterotopia e a noção de espaço público é capaz de oferecer uma nova ferramenta analítica na qual se pode refletir a respeito de múltiplas representações sócio-espaciais conflitantes dentro de um mesmo recorte espacial. Uma vez que tais representações não apresentem relações duradouras de dominância e que as espacialidades não procurem o reconhecimento político formal, pode-se afirmar que existe uma tendência à heterotopia em tal espaço público.

## ABSTRACT

The main objective here is to study the progressive separation of classical public space theory from its empirical expressions. A considerable part of geographers and others social scientists esteems public space is going through a crisis, as most of its forms, behaviours and meanings don't follow the laws. We believe this evaluation is excessively connected to the utopic model of public space, marginalizing new urban phenomenas that are gaining forces nowadays. As a consequence, the power of transformation in public spaces is affected, leaving State and society in opposition.

In order to develop a new geographical approach to public spaces, we define the following set of discussions, always taking the case of Largo da Carioca square as an example: first, we analyse the public politics and the social actors which take place in the Largo da Carioca; second, we search for the origins of public space and the formation of its utopic model, composed by narratives, and philosophical and morphological aspects; third, we shed light to the geographical approaches of public spaces, the republican and the Marxist; finally, we present the idea of heterotopia as created by Foucault and developed by Soja as a third alternative to the geographical studies of public spaces.

We suggest that the association between the idea of heterotopia and the notion of public space is capable of offering a new analytical tool in which we can reflect about the multiple and conflictive socio-spatial representations inside a single space. Once these representations do not present themselves as durable relations of dominance over others, and the existent spatialities do not look for political formalization, we can affirm that there is a clear tendency to the heterotopia in such public space.

## INTRODUÇÃO

A noção de espaço público é abordada na atualidade como uma grande narrativa do período Moderno (LYOTARD, 1979). Essa grande narrativa se caracteriza pela associação de elementos referentes à história, à política, à identidade e ao urbanismo para compor um discurso único. Segundo a sua interpretação recorrente, o funcionamento adequado do espaço público depende da constância, da racionalidade e do equilíbrio nas relações entre Estado e sociedade (ARENDR, 1994; HABERMAS, 1984). Essa forma de pensar combina democracia, representação de identidades e classificações espaciais em uma mesma estrutura, procurando estabelecer princípios fundamentais para a vida em sociedade e objetivos comuns a serem perseguidos.

Porém, a lógica dessa meta-narrativa é colocada à prova quando aplicada concretamente. Diversos problemas de coesão entre sociedade e Estado são apontados, assim como também são bem conhecidas as dificuldades em controlar a multiplicidade de manifestações da vida urbana. Entre esses problemas se encontram as territorializações, a informalidade e a alienação política. Tais problemas são tão visíveis que é justamente a necessidade de reordenar que anima o debate dos espaços públicos nas ciências sociais. Trata-se de uma linha de argumentação que se apóia na idéia de que os problemas dos espaços públicos estão ligados à crise da sociedade.

Uma série de perguntas define os limites da crise e de suas conseqüências. A primeira pergunta especula sobre os fenômenos que devem ter direito de representação garantido por lei nos espaços públicos. A segunda pergunta compara a gestão política do espaço e a sua vivência cotidiana, enumerando conflitos. A terceira pergunta aponta a dificuldade em conferir sentido único às múltiplas representações sociais. A quarta pergunta questiona a consensualidade e a consistência da estrutura meta-narrativa. A quinta pergunta investiga a existência de uma hierarquia entre os atores que pudesse garantir as separações funcionais e espaciais. A sexta pergunta coloca em questão se tais atores são constantes e se mudam de posição no espaço. A última pergunta coloca em dúvida se a prospectiva é sempre uma base de orientação para a dinâmica sócio-espacial.

De acordo com esse argumento da crise, o espaço público se encontraria sob o risco da dissolução sempre que as respostas se aproximassem da dissensão, da multiplicidade, do movimento, da marginalidade, das mudanças, da informalidade e da a-politização. Tal dissolução acarretaria por sua vez em retrocessos da democracia e no enfraquecimento do Estado, comprometendo as bases de acumulação de conhecimento e de experiências que compõe a meta-narrativa da cultura ocidental. Caberia então aos cientistas sociais reelaborar os fundamentos para que o projeto moderno e o espaço público encontrassem novamente os seus eixos e pudessem evoluir (LYOTARD, 1979).

A Geografia oferece correntemente duas formas de se estudar essa suposta crise dos espaços públicos. A primeira delas é marcada pelo pensamento republicano, que se caracteriza pela defesa da lei, da ordem e do valor da democracia representativa. O republicanismo se utiliza com certa freqüência do apelo à nostalgia de um arranjo sócio-espacial do passado, no qual a política institucional supostamente encontrava um apoio massivo da sociedade, obtendo maiores avanços. De acordo com os seus pensadores, na medida em que se restaure o respeito à ordem e uma nova unidade social, o espaço público reencontrará as suas virtudes. Para tanto, é preciso estabelecer novos canais de contato que reaproximem o Estado e a sociedade.

A segunda forma de se abordar a crise dos espaços públicos está ligada ao pensamento marxista e à procura da revolução. Esse olhar do problema não poupa críticas à maneira pela qual a sociedade moderna e seu sistema capitalista excluíram parte da população dos seus benefícios através do ordenamento espacial. Segundo os seus pensadores, os problemas observados no espaço público resultam da divisão desigual das riquezas e do estímulo a competição entre os indivíduos. As soluções para esses problemas estariam relacionadas à integração da população excluída e à maior abertura para a democracia participativa. De acordo com os seus avatares, essas soluções se concretizariam a partir de novos usos dos espaços e formariam as bases para um novo período histórico e um novo sistema sócio-político.

Essas duas formas de se estudar geograficamente os espaços públicos apontam para o afastamento entre sociedade e ação política como o grande mal que mina os fundamentos da noção de espaço público. Ambas procuram corrigir os problemas a partir da redefinição dos lugares da política, sendo que a primeira defende uma reforma do seu quadro normativo, enquanto a segunda aposta na revolução a partir de novos fóruns decisórios e de nova

estrutura de poder. Também é comum a essas duas formas a minimização das representações sociais que não fazem apelo à política, julgando-as como epifenômenos das aglomerações urbanas, sem importância para a organização espacial ou para a definição da vida pública.

No entanto, essa leitura geral da publicidade parece ser especialmente problemática no que se refere à análise de parte das grandes aglomerações urbanas, sobretudo àquelas que se encontram nos países periféricos. Nessas grandes cidades, as representações sociais e identitárias possuem um grande peso na configuração do espaço público e em sua percepção, relativizando o peso da política. Paralelamente, o Estado encontra dificuldades em exercer as suas responsabilidades devido às limitações orçamentárias e à gravidade dos problemas sociais.

Com isso, todo o conjunto de referências do espaço público que foi apresentado na Europa sofreria resistências em diferentes níveis de análise, tanto empiricamente quanto teoricamente, reforçando a idéia de crise. Por vezes esse discurso chega mesmo a sugerir que o espaço público jamais existiu nesses países e que possui tantos problemas que não irá se desenvolver. Novamente o que está sendo apontado é o distanciamento da política formal, das suas normas, dos seus ritos e dos seus espaços. Em maior ou menor grau, esses problemas se apresentam em estudos que procuram definir planejamentos de longo prazo, ou procuram encontrar as raízes históricas e identitárias de uma determinada localidade, ou ainda através de estudos que consideram a vivência cotidiana desses espaços.

Um bom exemplo dessas dificuldades pode ser retirado do caso do Largo da Carioca, que se encontra no centro da cidade do Rio de Janeiro. A comparação entre a meta-narrativa dos espaços públicos e a configuração espacial dessa localidade revela problemas em consolidar políticas públicas como a do Corredor Cultural e do Rio Cidade, em controlar o comércio informal, em promover a unidade e em estabelecer limites claros para os usos dos equipamentos urbanos. Pela lógica da meta-narrativa, essa localidade deveria se caracterizar pela marginalidade e pelo abandono, tanto no que tange a ausência do Estado, quanto no que se relaciona a produção social.

Porém, esse quadro de decadência e abandono não se confirma na análise de campo. Ao contrário do esperado, o Largo da Carioca apresenta uma vivência dinâmica e diversificada. Por exemplo, o fluxo populacional é intenso, com média de 82 mil pessoas diárias que passam

pela Estação Carioca, segundo dados do Metrô do Rio de Janeiro. Tal quantidade é acompanhada por uma diversidade de indivíduos, oriundos de diferentes partes da cidade, pertencentes a diferentes classes sociais e com diferentes filiações identitárias. Suas atividades são variadas e movimentam um capital que não pode ser negligenciado. Breve, nota-se a vitalidade de sua vida coletiva, que possui economia e dinâmicas sócio-espaciais que lhe são próprias. Também é importante destacar que a sua dinâmica influencia a organização espacial em outras localidades da cidade do Rio de Janeiro.

As duas formas geográficas de se estudar os espaços públicos teriam ressalvas ao avaliar a publicidade do Largo da Carioca. Os geógrafos que defendem o republicanismo identificariam violações na ordem pública e usos inadequados dos seus equipamentos, exigindo formalização. Os geógrafos marxistas por sua vez não seriam atendidos em seus apelos por uma maior politização das dinâmicas sociais, e nem encontrariam argumentos favoráveis à revolução, devido à competição entre os atores. O Largo da Carioca seria abordado como um espaço em crise, no qual os valores e as funções da meta-narrativa dos espaços públicos seriam distorcidos.

No entanto, a restauração e a formalização política não são prioridades para os que vivenciam o Largo da Carioca, uma vez que podem comprometer os benefícios obtidos. Nota-se uma preocupação maior em garantir a posição ocupada no espaço social na medida em que a intermediação do Estado é dispensada. Nesse sentido, o debate tradicional da crise da publicidade se mostra relativamente defasado em relação a esse novo quadro que se forma, pois o mesmo negligencia a maneira como a sociedade produz o espaço e o qualifica. Duas questões emergem para estudar esse processo de transformação: quais são as conseqüências do descolamento entre a teoria e a empiria dos espaços públicos; e como proceder na medida em que a vida social que se desenvolve não procura se incorporar a meta-narrativa?

Com essas perguntas, torna-se mais evidente a necessidade de uma nova abordagem teórica que leve em conta a natureza e as propriedades de outro espaço público. Esse espaço público outro se caracteriza pela diversidade de narrativas e pelos seus múltiplos modos de produção. Por um lado, coloca-se em primeiro plano a existência de diferentes narrativas que interferem umas nas outras e que exercem forças que tentam alterar a estrutura legal que as sustentam. Os comerciantes informais, por exemplo, estabelecem justificativas para suas ações no espaço que fazem alusões a tradição desse tipo de comércio e ao seu caráter popular.

Por outro lado, destacam-se modos de produção distintos do oficial, modos estes que interagem de forma competitiva, procurando lucrar e estabelecer limites espaciais que coincidam com as narrativas sugeridas. Essas formas de produção se confrontam com os parâmetros exigidos pelo Estado para o uso do espaço, criando conflitos. Mais uma vez, esse é o caso do comércio informal no Largo da Carioca: seus atores atuam espacialmente, fracionando o espaço público com suas barracas, gerindo-o por vezes em grupo e definindo novos usos para os seus equipamentos.

Uma abordagem teórica que pretende compreender tal multiplicidade de narrativas e de modos de se produzir o espaço deve interpretar as instabilidades na estrutura como processos de transformação. Trata-se de demandas sociais que se projetam espacialmente, ganhando sentido público e interferindo no seu conjunto de possibilidades. Ainda que isso sirva de argumento para outras mudanças ao invés de constituir um novo consenso, uma nova “grande narrativa”, é preciso considerar que essas mudanças sucessivas traduzem interesses que são importantes para outra configuração da vida pública. As narrativas e espaços passariam a co-existir de forma competitiva e interativa, conferindo maior dinamismo à publicidade sem necessariamente se incorporarem em uma mesma estrutura meta-narrativa.

Acreditamos que a idéia de heterotopia pode servir de eixo para a abordagem do espaço público em transformação. Essa idéia de Foucault que foi recuperada por Soja ainda necessita de adaptações para ser aplicada ao estudo dos espaços públicos. De acordo com Foucault, a heterotopia seria um lugar dotado de diversas dinâmicas sociais que estimulariam a distorção, a inversão e a substituição da ordem proposta pelo grupo hegemônico. Esse lugar não seria previsto por lei e nem controlado pelas normas públicas, se caracterizando pela irregularidade, informalidade, marginalidade e ilegalidade. Tal lugar existiria para compensar alguma deficiência, necessidade, interesse ou fraqueza da sociedade através da ação no espaço.

Essa ação se basearia na competição e na diferenciação, que estimulam contatos limitados, com espacialidades específicas e interações de pequenas durações, criando uma ambiência na qual o objetivo de cada participante é suprir uma necessidade individual ou de grupo. Essa convivência não se funda na busca de novos valores consensuais ou na renovação da estrutura meta-narrativa, uma vez que essa construção exigiria uma ação política de valor universal e voltada para a construção do futuro. A heterotopia aponta para outras direções na medida em

que pressiona indiretamente a meta-narrativa, que se altera para não comprometer a essência do discurso público.

O caso empírico do Largo da Carioca exige esse tipo de reflexão sobre os limites da noção de espaço público, suas transformações e sobre a possível contribuição da geografia. Serão investigadas as contradições entre a abstração e o lado concreto da publicidade; o equilíbrio entre o político, o social e o privado; e a pretensão de sua universalidade. Mais especificamente, os objetivos dessa tese são os seguintes:

- a) avaliar o descolamento entre a teoria e a empiria dos espaços públicos através do Largo da Carioca;
- b) salientar as dificuldades em estabelecer princípios normativos, teóricos e práticos que permitam a definição de um novo consenso;
- c) sugerir uma nova interpretação para a noção de espaço público e suas possibilidades.

Para cumprir esses objetivos, a tese se divide em quatro capítulos. No primeiro se encontra uma descrição das políticas públicas voltadas para o Largo da Carioca, assim como uma análise dos modos de apropriação do espaço público por parte da sociedade. O segundo capítulo se consagra a análise da noção de espaço público e dos seus fundamentos, colocando em questão as suas origens e avaliando a sua abordagem como meta-narrativa. O terceiro capítulo estuda as duas formas mais comuns de se estudar geograficamente a idéia de espaço público, sendo a primeira marcada pelo republicanismo e pela nostalgia, e estando a segunda forma centrada na ideologia marxista e na idéia de revolução. No quarto capítulo, a idéia de heterotopia é apresentada como alternativa a abordagem meta-narrativa, conferindo nova interpretação para a polifonia dos espaços públicos.

## CAPÍTULO 1 O LARGO DA CARIOCA

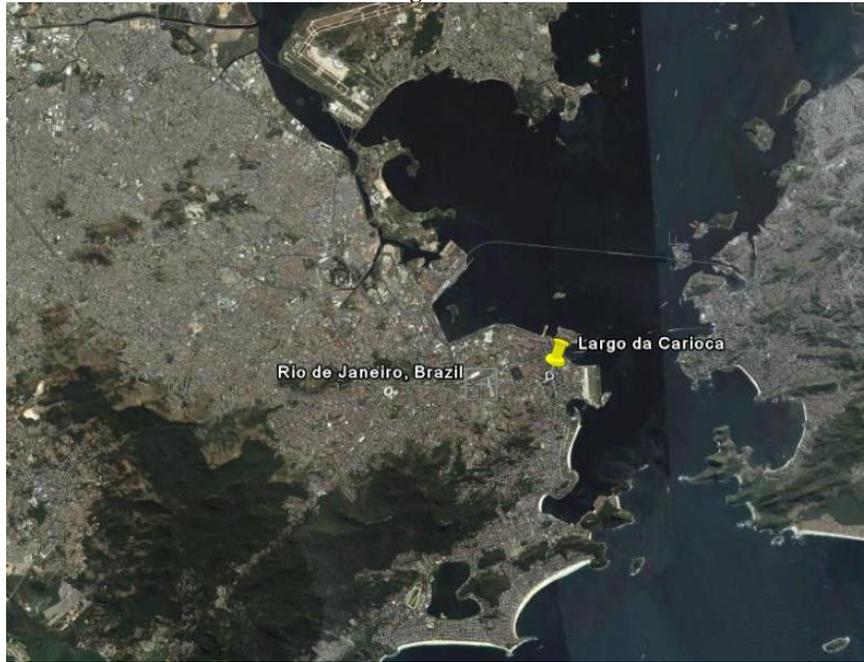
O Largo da Carioca se encontra no Centro da cidade do Rio de Janeiro e possui características especiais que justificam a sua escolha como objeto empírico desse trabalho (FIGURA 1). Em primeiro lugar, sua história é quase tão antiga quanto à da cidade, remetendo aos primeiros anos do século XVII e tendo refletido de maneira específica os momentos do Brasil Colonial, do Império e da República. Em segundo lugar, a sua localização se encontra simultaneamente junto aos centros cultural, histórico e econômico da cidade, concentrando diferentes atores, simbologias e espacialidades. Em terceiro lugar, o grande fluxo de transeuntes sugere uma ampla repercussão dos fatos que ali se desenvolvem.

Para facilitar a análise, é preciso descrever alguns pontos de referência para a observação do Largo da Carioca: a Estação Carioca do Metrô, o Relógio da Carioca, o Edifício Avenida Central, o Convento de Santo Antônio, o Jardim da Carioca, a Rua da Carioca, a Rua Uruguaiana, a Avenida Nilo Peçanha, a Avenida Rio Branco, a Avenida Almirante Barroso e Avenida Chile (FIGURA 2). Esses pontos orientam todas as ações que têm lugar no Largo da Carioca, servindo de base para esse estudo, ao localizar e qualificar os fenômenos.

Os primeiros pontos de referência são retirados das ruas especificadas. Essas ruas delimitam um polígono que compõe a área do Largo da Carioca, levando em consideração a área oficial – facilmente identificável pelo desenho único no calçamento - e a sua zona de influência. Essa zona de influência é determinada pela presença contínua dos fenômenos que conferem especificidade ao Largo. Ela pode ser comprovada através dos relatos dos frequentadores do Centro do Rio de Janeiro, que identificam semelhanças na organização do espaço em toda a área. Essas semelhanças se traduzem no uso da denominação “Largo da Carioca” desde o final da Avenida Chile até a esquina da Avenida Nilo Peçanha com a Avenida Rio Branco.

O segundo ponto de referência que merece descrição é a Estação Carioca do Metrô-Rio. Dados divulgados pela empresa revelam que a Estação Carioca é uma das que recebe maior número de usuários, com média de 82 mil usuários por dia. Tal número de usuários tende ainda a aumentar com a expansão progressiva do Metrô, pois a Estação Carioca é o ponto de

**FIGURA 1 – Posicionamento do Largo da Carioca na cidade do Rio de Janeiro**



**FIGURA 2 - Pontos de referência no Largo da Carioca**



partida para o projeto da Linha 3, que ainda passa por estudos. O acesso a essa estação exige necessariamente que o usuário entre na zona de influência da dinâmica urbana do Largo da Carioca, justificando a sua importância.

O terceiro ponto de referência é o Relógio da Carioca. Esse monumento de estilo neoclássico foi inaugurado em 1909, marcando o fim das intervenções urbanísticas da Reforma Passos no Largo da Carioca. Desde então, esse símbolo do projeto de modernização do espaço urbano carioca é usado como ponto de encontro por parte de frequentadores do Centro da Cidade e como objeto de interesse turístico. Os atos de vandalismo contra o monumento também revelam que tal objeto também atrai manifestações negativas.

O quarto ponto de referência citado é o Edifício Avenida Central. Tal Edifício foi inaugurado em 1961, tendo sido construído sobre os escombros do antigo Hotel Avenida e da Galeria Cruzeiro, demolidos em 1958. De acordo com reportagem do Jornal do Brasil (2004) e de Conde (2004), 120 mil pessoas passam diariamente por esse edifício comercial, procurando os seus diversos restaurantes, escritórios e lojas. O poder de atração exercido por esse centro comercial o torna uma referência obrigatória para a vivência cotidiana do Centro da Cidade.

O último ponto de referência no Largo da Carioca é referente ao conjunto arquitetônico formado pelo Convento de Santo Antônio e pela Igreja da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. Esse conjunto conta com arquitetura barroca portuguesa do século XVII e é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional. Os cultos religiosos acontecem diariamente e ainda atraem a atenção de turistas. Para aceder a esse ponto, é preciso atravessar o Largo da Carioca e o Jardim que o cerca, que foi criado por Burle Marx em 1981 e se constitui em outro patrimônio cultural da cidade.

Para analisar as espacialidades presentes no Largo da Carioca a partir desses pontos de referência, esse capítulo ressalta as interações entre sociedade e Estado que se constroem a partir da produção do espaço e da sua qualificação. Tal análise se divide em três partes: 1.1 - estudo e interpretação das políticas públicas vigentes que propõem o ordenamento do Largo da Carioca; 1.2 - identificação dos atores sociais que compõem a publicidade no Largo da Carioca e suas espacialidades; e 1.3 - reflexão sobre a interação competitiva dessas múltiplas espacialidades. O objetivo geral desse capítulo é oferecer uma base preliminar e empírica para

que a noção de espaço público possa ser confrontada. Para tanto, combinam-se leituras de documentos, observações de campo e criação de dados que avalizam a pesquisa social.

Foram usados diferentes métodos para descrever, sistematizar e analisar a dinâmica desse espaço público. Entre esses, destacamos primeiramente a análise de documentos publicados que procuram marcar a ação dos atores no espaço urbano. Entre os documentos usados nessa tese, encontram-se: o Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro (DORJ); os Planos de Estruturação Urbana (PEUs); o Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro; o Anuário Estatístico do Rio de Janeiro; a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE); os artigos presentes nos Jornais O Globo e Jornal do Brasil, e também as comunicações da CUT-Rio Conquista e Rápido.

A consulta a essas fontes de pesquisa nos permite avaliar os discursos mais comumente proferidos pelo Estado, pelos movimentos de representação sindical dos trabalhadores – que incluem os comerciantes informais – e pela sociedade em geral. Cada um desses comunicados é preparado de acordo com as prioridades, os interesses e os objetivos de seus redatores, exigindo um cuidado especial ao usar as suas informações. Porém, é desse ponto que deve partir a análise, estabelecendo referenciais que podem ser confrontados com outras observações.

Em segundo lugar, foram elaborados mapas de uso do solo de acordo com a distribuição dos atores sociais no Largo da Carioca. Esses dados permitem a comparação entre o discurso oficial e a narrativa dos atores sociais observados no espaço urbano. É preciso chamar atenção para o fato de que esse estudo se viabiliza através da observação do posicionamento e da quantificação dos atores que foram realizadas durante as visitas ao campo durante três anos (em 2003 e em 2005 e 2006), possuindo limitações em sua precisão e série de dados. As visitas foram realizadas a cada 15 dias, para contagem do número de barracas, especificação dos produtos vendidos e localização de cada barraca no espaço. O objetivo maior é chamar atenção para as violações das leis que regem a organização dos espaços públicos, a negligência do Estado ao não fazer cumprir as suas responsabilidades e a localização dos pontos de conflito. Tais mapas compensam possíveis respostas programadas por parte dos poderes públicos e dos demais atores sociais, colocando-as sob a pressão dos fatos empíricos.

Por último, foram realizadas entrevistas com os líderes do MUCA (Movimento Unido dos Camelôs do Rio de Janeiro), com comerciantes formais que trabalham nos edifícios do entorno do Largo da Carioca e com alguns técnicos da Prefeitura do Rio de Janeiro. Quanto a esses técnicos, nos referimos em especial aos funcionários da Guarda Municipal do Rio de Janeiro (sobretudo aqueles ligados à Assessoria de Imprensa), aos funcionários do Instituto Pereira Passos, e aos membros da Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização do Município do Rio de Janeiro. O objetivo era o de obter uma narrativa em que se tornasse mais visível a intencionalidade e as estratégias de produção do espaço.

Entretanto, nem todas as entrevistas mencionadas obtiveram o interesse dos entrevistados. Por vezes os resultados obtidos foram por demais simplificados para figurarem como dados expressivos para essa tese. A maior parte das entrevistas se caracterizou pela resistência e pela repetição das respostas programadas e oficiais, mesmo quando as perguntas se apoiavam na contradição entre o discurso e a análise empírica. Por essa razão, foram usados também relatos secundários em alguns momentos, uma vez que as entrevistas realizadas por instituições e pela imprensa tendem a ter um maior apelo diante dos diferentes atores. Ainda assim, essa etapa se mostrou importante para a compreensão dos limites da pesquisa.

### **1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O LARGO DA CARIOCA: CORREDOR CULTURAL, RIO-CIDADE E CONTROLE URBANO**

Três políticas públicas diferentes marcam a presença do Estado no Largo da Carioca de hoje: o Corredor Cultural, o Rio-Cidade, e o Controle Urbano. Cada uma dessas políticas agrega elementos para a análise do olhar do espaço público que é próprio ao poder municipal. Mais especificamente, essas políticas públicas citadas correspondem respectivamente a esforços de reordenamento do espaço que procuram: estimular o uso cultural e turístico para orientar a produção do espaço no Centro da Cidade; reformar e renovar o equipamento urbano presente no Centro da cidade, sugerindo também novas formas de usá-los; estabelecer o cumprimento efetivo das leis federais, estaduais e municipais, aumentando a ação das forças policiais.

De uma forma geral, esses projetos e iniciativas do poder público se justificaram de diferentes maneiras. Em primeiro lugar, a expansão da cidade através dos eixos de transporte em direção a Zona Norte a Zona Sul derivou em uma situação de relativo abandono do Centro da Cidade.

**FIGURA 3 – Quantificação de leis, decretos, portarias e projetos de leis relativos à gestão do espaço público no Rio de Janeiro**

	<b>1992</b>	<b>1993-1996</b>	<b>1997-2000</b>	<b>2001-2002</b>
<b>Planejamento urbano / Plano diretor</b>	9	32	38	25
<b>Patrimônio Cultural</b>	11	51	39	40
<b>Uso do Solo</b>	17	63	90	46

FONTE: ARAÚJO, 2006.

Nesse quadro, a deterioração dos edifícios que se encontravam nessa localidade foi evidente, surgindo problemas relativos à manutenção das fachadas e da infra-estrutura. Por último, as políticas ambientais e de preservação patrimonial ganhavam maior expressividade no Brasil a partir do final da década de 1970, trazendo novos projetos de reforma para o Centro.

Com a análise dessas políticas públicas, queremos demonstrar que o Estado investiu um capital considerável no Largo da Carioca durante os últimos 20 anos. Tal investimento se deu de forma contínua no tempo, com apoio de um grande número de leis e posturas municipais (FIGURA 3), usando recursos públicos e privados e contando por vezes com participação de segmentos da população no processo decisório. A idéia fundamental desse esforço de produção espacial era reverter à deterioração material do Centro da cidade, valorizar o seu patrimônio histórico-cultural e recuperar a civilidade que supostamente se via em outros tempos.

Em outras palavras, o esforço de produção do espaço público e da determinação de novos marcos legais para a sua regulação revela uma tentativa do poder público de se aproximar da noção utópica de publicidade. Veremos com mais detalhes o modo como o Estado procurou desenvolver esse espaço público idealizado no Largo da Carioca através dos três itens que vêm a seguir.

#### **a) O Corredor Cultural do Rio de Janeiro: a preservação do patrimônio histórico**

A primeira política pública a ser destacada é o Corredor Cultural da cidade do Rio de Janeiro. Esse projeto teve origem no final da década de 70, como um projeto independente para reformar o Centro da cidade. Tal projeto foi criado por um grupo de escritores, técnicos e arquitetos, tendo sido mais tarde a base para a Lei Municipal nº506 de 17/01/1984. De acordo com o conteúdo dessa lei, foi criada uma Zona Especial do Centro denominada Corredor Cultural, sendo que, dentro dos limites desse zoneamento, certos tipos de empreendimentos seriam isentos de impostos como o ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), a TO (Taxa de Obras) e o IPTU (Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana).

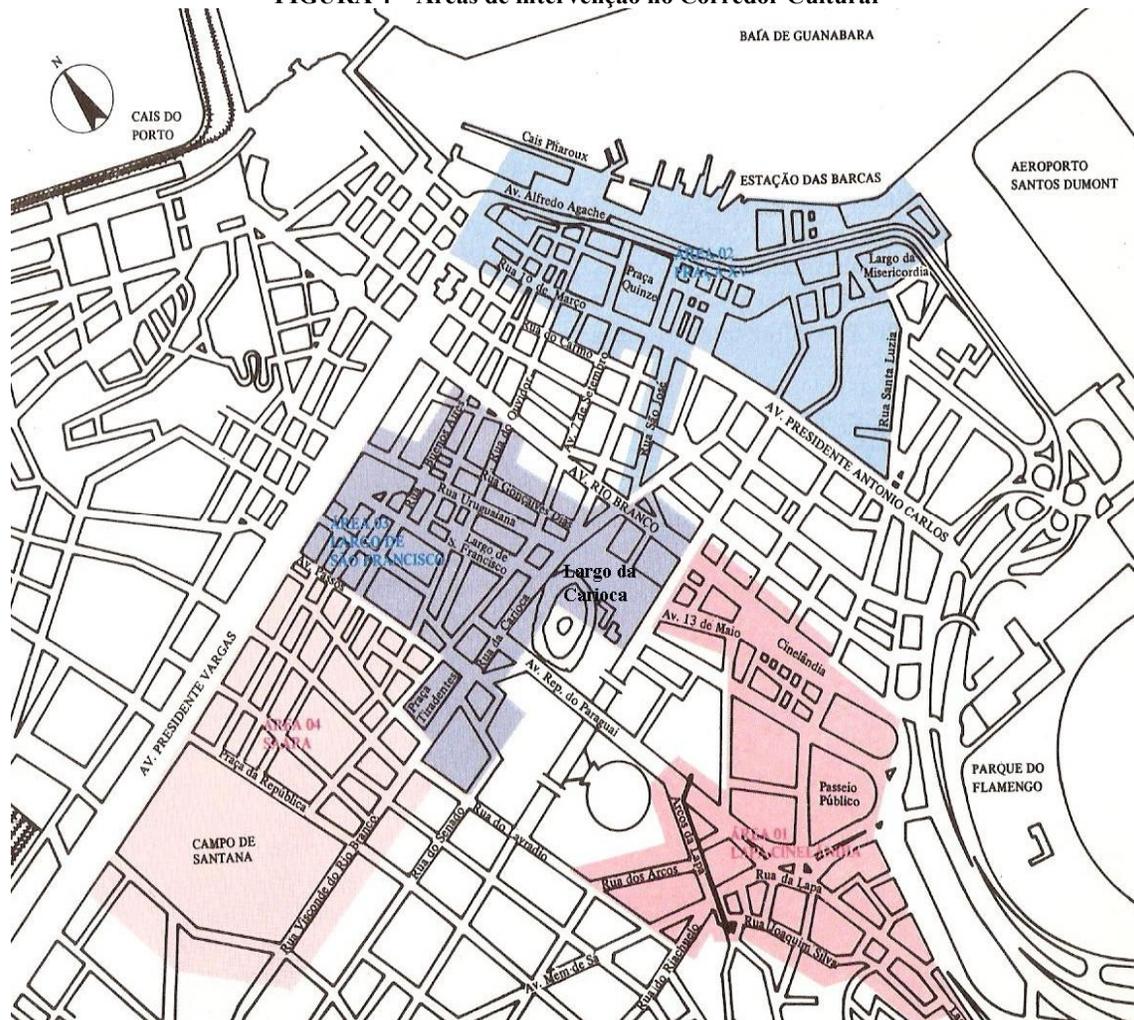
Os projetos que foram aprovados pelo Escritório Técnico do Corredor Cultural deveriam necessariamente fazer apelo à reforma das fachadas do século XIX e do início do século XX, assim como a um uso cultural:

*“O projeto de preservação, renovação e revitalização do Corredor Cultural propõe, através de sua legislação e normas, proteger o conjunto arquitetônico antigo e orientar a inserção das novas construções. A participação dos usuários é de fundamental importância para que se concretizem os objetivos deste projeto, pois deles depende a aceitação e o cumprimento dos seus instrumentos formais e legais” (IPLANRIO/RIOARTE, 1985).*

Diversos cafés, restaurantes, antiquários, museus e instituições culturais foram criados ou revitalizados a partir da metade da década de 80, como é o caso do Paço Imperial, da Confeitaria Colombo, do Bar Luiz, da Rua do Ouvidor, da Rua da Alfândega, da Casa França-Brasil, do Centro Cultural Banco do Brasil, do Convento de Santo Antônio, do Largo da Carioca e da Rua da Carioca. Tentava-se compensar a saturação do uso comercial do centro e a deterioração de certos edifícios através de uma priorização de formas e de funções que colocavam um olhar sobre a cultura carioca em primeiro plano. Nos termos do documento oficial, o centro financeiro e de negócios: *“(...) havia gerado um lento processo de esvaziamento da área como (...) centro polarizador de atividades de recreação e lazer (...) que sempre lhe foi tradicional” (CORREDOR CULTURAL SMP 1979: 25).*

Mais do que isso, a líder da equipe técnica do Corredor Cultural, Rachel Jardim, considerava que: *“A cidade está cada vez mais descivilizada. O Corredor Cultural é um núcleo de resistência à violência contra a cidade. Nós, da Câmara Técnica, somos os porta-vozes desta resistência” (Apud MOREIRA, 1979).* Através da ação Estatal e do estímulo correto à iniciativa privada, esperava-se reencontrar uma unidade entre sociedade e Estado, sendo essa firmada por intermédio de um projeto com pretensões civilizatórias. O método escolhido para chegar a esse fim foi o controle dos objetos espaciais e das suas formas pelo monitoramento das fachadas, notadamente pelos PAs (Projetos de Alinhamento) e pelos PALs (Projetos de Loteamento). De acordo com Pinheiro (1986), os PAs e os PALs são desenhos projetados sobre bases cartográficas que estabelecem projetos técnicos e estéticos para a composição de um conjunto arquitetônico comum.

FIGURA 4 – Áreas de intervenção no Corredor Cultural



- Área 1 - Lapa/Cinelândia
- Área 2 – Praça XV
- Área 3 – Largo de São Francisco
- Área 4 - SAARA

Fonte: (IPLANRIO/RIOARTE, 1985).

Devido à dificuldade em combinar os casarios de diferentes períodos, os usos atuais e os diferentes estados de conservação dos prédios, o Centro da Cidade foi dividido em quatro áreas na qual as isenções do Corredor Cultural poderiam ser aplicadas. São elas: Área 1 – Lapa-Cinelandia; Área 2 – Praça XV; Área 3 - Largo de São Francisco; e Área 4 - SAARA (Sociedade de Amigos da Rua da Alfândega). O Largo da Carioca estaria incluso na Área 3, caracterizada pela proximidade em relação ao centro comercial e financeiro, a presença do casario antigo e a sua subutilização. Tais características estimularam o investimento privado e tornaram essa área um eixo ativo de desenvolvimento entre aquelas envolvidas no Corredor Cultural (FIGURA 4).

O Largo da Carioca não foi o foco principal do investimento público no Corredor Cultural, que apresentava a recuperação da Praça XV, do Porto e demais localidades da Área 2 como grandes contribuições à vida urbana no Rio de Janeiro. Porém, os investimentos nessa política pública o incluíam desde o início e foram dignos de destaque na imprensa e nas publicações oficiais da Prefeitura, nas quais o Largo da Carioca é considerado o “*eixo geográfico do corredor cultural*” (CORREDOR CULTURAL SMP 1979: 48). Essa curiosa definição revelava a preocupação com a transformação da localidade que se encontrava ao centro de todas as áreas de interesse dessa política pública. Tal interesse relativo era benéfico para o ritmo dos investimentos, uma vez que manifesta interesse público e privado, ao mesmo tempo em que não se encontrava no centro das críticas da sociedade civil. A criação da estação de metrô da Carioca, a reforma do Convento de Santo Antônio, o projeto paisagístico de Burle Marx para o Jardim da Carioca, a restauração do Relógio da Carioca e o tombamento de prédios na Rua da Carioca são exemplos da presença estatal e do esforço de preservação ambiental.

Com isso, desde o início do Corredor Cultural, o Largo da Carioca foi contemplado. Em seu documento oficial de lançamento da política, a prefeitura e as secretarias municipais definiam as linhas gerais que revelavam o interesse sobre essa localidade. De acordo com esse livro, era preciso realizar:

*“uma mudança total do paisagismo existente, tendo em vista não haver atendido às necessidades do local e estar em desacordo com o porte da área. A sugestão em anexo prevê áreas compartimentadas de passagem de pedestres e descanso (sombra). Procurou-*

*se um partido que não envolvesse grandes investimentos públicos, adaptando-se, sempre que possível, às diretrizes do projeto implantado. Também estudou-se a possibilidade de se criar áreas aterradas, permitindo o plantio de árvores, hoje dificultado pelas lajes de cobertura da linha do metrô quase na superfície do Largo. (...) Junto aos prédios do [Edifício] Avenida Central e da Caixa Econômica Federal, estão propostas áreas arborizadas formando ambientes de descanso (bancos) preservados da passagem de pedestres. (...) O tratamento das muralhas do Convento [de Santo Antônio] será definido pelo IPHAN, assim como da área em torno ao relógio existente no Largo” (CORREDOR CULTURAL SMP, 1979: 70).*

Como se pode observar através do trecho citado, a Prefeitura contava com o auxílio do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para preservar as edificações de interesse histórico e cultural, assim como pretendia desenvolver um plano de urbanização que privilegiava a passagem do pedestre no Largo da Carioca. A iluminação, a implantação de bancos e a arborização ganhavam então importância ao serem condições para o desenvolvimento de novos usos do espaço público.

Além disso, no final da década de 70 e início da década de 80, a inauguração da estação do metrô no Largo foi o estopim para uma série de investimentos públicos e privados. Esperava-se conter e reverter o processo de deterioração dos edifícios mais antigos no seu entorno após longos anos de subutilização com as obras do metrô, revalorizando o seu uso cultural: “*O Largo da Carioca, em pleno coração da cidade do Rio de Janeiro, foi um dos logradouros mais afetados pelas obras de construção do Metrô, onde atualmente funciona a sua principal estação*” (MATHIA & WULFES, 1981: 25). Pereira (1999: 84) lembra que a cratera de 21 metros de profundidade tomava todo o Largo, deixando espaço apenas para que estreitas passarelas que ficavam ao redor do buraco (FIGURA 5).

Essa situação particular ao Largo da Carioca tornava mais suave a resposta da sociedade civil em relação aos investimentos públicos nas outras áreas. Ao contrário da polêmica em relação ao tombamento na Área 4 ou da vagoriedade das reformas na Praça Tiradentes (Área 3), a desvalorização dos imóveis e os transtornos causados pela obra do Metrô à circulação serviram involuntariamente de estímulos e apoio popular as iniciativas do Estado (IPLANRIO/RIOARTE, 1985). Além disso, os recursos privilegiaram apoio a transformação e a cooperação entre Estado e sociedade, ao invés de se traduzirem em expropriações, em imposições e em decisões arbitrárias.

**FIGURA 5 – Largo da Carioca após o fim das obras do Metrô**



Fonte: MATHIA & WULFES, 1981: 25.

Outro investimento significativo veio com a reforma do conjunto arquitetônico do Convento de Santo Antônio, que começou em 1984, com obras na fachada, pintura e regularização do terreno. Tal reforma se estendeu até 2001, com a restauração e descupinização da Igreja da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitencia. Esse lento processo de adequação da estrutura e do aspecto visível barroco da área deixou fechado o conjunto por 13 anos, perdendo um pouco do caráter popular da Igreja no passado<sup>1</sup>.

Sua recuperação realizada pelo IPHAN e com verbas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teve, porém, o mérito de preservar o seu valor arquitetônico, que pouco a pouco volta a ser usado de forma cotidiana:

*“o frontão barroco, que já tinha recuperado seu aspecto original, foi novamente reformado. Durante as escavações para a construção de um auditório, foram descobertas duas fontes de água do século XVII e um túnel de 60 metros por onde era possível caminhar a pé, provavelmente construído na época da instalação do primeiro chafariz. A obra também revelou antigas peças de uso cotidiano, como talheres, potes, garrafas antigas, além das baionetas e balas de canhão” (PEREIRA, 1999: 80).*

O terceiro investimento digno de destaque foi realizado para financiar o projeto paisagístico de Burle Marx que se encontra na entrada do Convento de Santo Antônio. O Jardim do Largo da Carioca substituiu uma parte da área ocupada pelo Morro de Santo Antônio, aproveitando-se do valor simbólico da antiga fonte da carioca, que trazia água a cidade no Rio de Janeiro. A presença de um novo chafariz e de plantas tropicais em pleno Centro da cidade pretendia “arejar” e “humanizar” o bairro, segundo a avaliação de Burle Marx. A idéia seria a de oferecer um espaço para o descanso e para o lazer no Centro da cidade, rompendo a perspectiva da exclusividade funcional.

A área liberada pelo arrasamento dos antigos equipamentos deteriorados permitiu que esse jardim substituísse as ruas que ali se encontravam até o final dos anos 60. O novo uso sugerido para a área era aquele característico a outras praças e jardins públicos da Zona Sul do Rio de Janeiro, contando com bancos, fontes ornamentais e plantas tropicais. Para que essa

---

<sup>1</sup> Essa era possivelmente a Igreja mais popular da cidade nos séculos XVII, XVIII e XIX, contando com o culto a Santo Antônio, adorado pelas suas origens portuguesas. O 13 de Junho, dia de Santo Antônio, era uma data celebrada intensamente na cidade colonial, e a Marcha da Quarta-Feira de Cinzas organizada pelos franciscanos era um dos eventos mais esperados do carnaval carioca durante o período imperial. Sobre esses assuntos, ver: PEREIRA, 1999.

ambiência de tranqüilidade fosse preservada, uma grade passou a separar a área do Jardim daquela do resto do Largo. Alguns seguranças privados pagos pelo BNDES procuram inclusive impedir que o comércio informal e os artistas populares atuem no interior do Jardim. Apesar de estabelecer uma separação física da área útil do Largo da Carioca, o projeto de Burle Marx se mostrava plenamente compatível com as ambições do Corredor Cultural, ao estimular novos usos através da valorização da área em torno de um patrimônio histórico da cidade.

Assim, era estimulada a vivência cotidiana do Largo da Carioca, ao invés do seu uso como simples corredor de passagem e de comutação dos transportes que dominaram os investimentos públicos na localidade durante a maior parte do século XX (FIGURAS 6 e 7). Nas duas primeiras fotos apresentadas, os bondes e os carros ocupam uma parte essencial do Largo, diminuindo em parte a vivência cotidiana desses espaços. Também é possível observar as estruturas de concreto e os edifícios que dominavam a área do entorno até os anos 60. As duas imagens subseqüentes apresentam o projeto de Burle Marx, conferindo visibilidade a área transformada e ao impacto que essa causou na distribuição espacial dos equipamentos urbanos e dos usuários.

Um quarto exemplo de investimentos pode ser retirado da reativação do Relógio da Carioca em 1985. Além do desgaste que era esperado após anos fora de funcionamento, especialmente no período de no qual a estação do Metrô estava sendo construída, o Relógio também era alvo de vandalismo (MENDONÇA, 2003). Com a substituição de parte de suas peças originais, o Relógio passou a funcionar de modo mais regular e se inseria com sucesso na política de preservação e de recuperação das formas urbanas do Corredor Cultural. A sua transformação em patrimônio cultural do Estado do Rio de Janeiro deixou-o sob os cuidados do Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural (INEPAC). Hoje em dia, a sua visitação turística se mistura a vivência como ponto de encontro da vida social carioca e a sua função prática.

Com isso, ao redor do Relógio, podem ser vistos curiosos que apreciam um dos objetos marcantes do projeto modernista carioca do início do século XX, e também pessoas que usam a estrutura do Relógio como banco de praça. Mas com os constantes problemas de vandalismo, a ausência de equipamentos voltados para o uso turístico e os conflitos entre comércio informal e a polícia, os passeios ao Largo da Carioca não são estimulados pelas companhias de turismo da cidade (MENDONÇA, 2003). Esse ponto de referência ganhou

**FIGURA 6 – Largo da Carioca como centro de transportes**



a) J. Gutierrez, 1893.



b) Largo da Carioca, anos 40.

FIGURA 7 – O Jardim da Carioca



c) Projeto do Jardim da Carioca.



d) Jardim da Carioca, 1995 (Ana Castro).

**FIGURA 8 – Usos atuais do Relógio da Carioca**



então maior sentido na vida social do Largo da Carioca de hoje a partir de um uso banal e não-regulado (FIGURA 7).

Mais tarde, no final da década de 80, a Rua da Carioca recebeu incentivos para a reforma das fachadas, para a criação de ateliês e para o desenvolvimento de seu comércio peculiar de antiguidades e de instrumentos musicais. Tentava-se aproveitar uma antiga característica da área com o apoio à boemia e à cultura, retomando livremente a tradição do Theatro Lírico, do Circo, do Café Paris e de inúmeros outros estabelecimentos que animavam a antiga freguesia de Santo Antônio e o Largo da Carioca no século XIX e no início do século XX.

A SARCA (Sociedade dos Amigos da Rua da Carioca e Adjacências) teve papel importante nesse processo, ao pressionar o poder público até que o tombamento do conjunto arquitetônico da Rua da Carioca fosse confirmado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro (INEPAC, 1985). Como colocou Roberto Cury, presidente da SARCA, sobre o tombamento de edifícios da Rua da Carioca: *“A importância para nós é muito grande. Queriam derrubar o lado ímpar da Rua da Carioca e fazer um recuo de 12 metros no lado par. Agora vamos poder conservar os prédios da Rua, 98% têm mais 100 anos”* (O GLOBO, 1983). O esforço desse segmento social se direcionou então para a garantia dos direitos à propriedade privada e à obtenção de concessões frente ao poder público (FIGURA 9).

Para acompanhar essas mudanças no espaço físico, a prefeitura sugeriu transformações nos usos. A Lei Municipal nº 471 de Dezembro de 1983 assinada pelo prefeito Marcello Alencar, por exemplo, decreta o funcionamento de uma feira de artes e artesanato no Largo da Carioca, revogando as disposições em contrário que existiam anteriormente. Essa feira seria aberta apenas aos artesãos filiados a Cooperativa Artesanal do Estado do Rio de Janeiro e estaria sujeita à Consolidação das Posturas Municipais que julgariam a pertinência do comércio ambulante e do seu equipamento. Os produtos não-industrializados que seriam vendidos estariam supostamente em acordo com a restauração das fachadas, tentando ambos recriar uma vivência do espaço através dos objetos e sociabilidades que o compunham no passado.

De um modo geral, o projeto teve sucesso relativo, pois certas áreas do Corredor Cultural receberam mais investimentos do que outras. No que tange ao Largo da Carioca, o esforço de preservação das formas foi acompanhado por uma revalorização nas esferas políticas do uso social do Largo da Carioca, ao invés de concentrar a política pública no reforço à função de

**FIGURA 9 – Fachadas restauradas na Rua da Carioca**



Fonte: INEPAC, s/d.

módulo central para os transportes públicos. Mais do que um lugar de passagem, o Largo da Carioca se tornava novamente um local de convivência e um ponto turístico.

O processo de reconcentração funcional voltava então à discussão sobre as prioridades para o Centro da Cidade. Os técnicos do Escritório Técnico do Corredor Cultural defendiam que o Centro não deveria se ater ao uso comercial e as suas funções de eixo de transportes. De acordo com a sua carta de intenções (CORREDOR CULTURAL, 1979), o Corredor Cultural não excluiria o uso comercial e financeiro dos espaços públicos, se limitando a dar prioridade à cultura nos novos projetos. Nesse processo, o documento deixava claro que a especulação imobiliária no Centro estava em grande parte associada ao processo competitivo do mercado, absorvendo progressivamente novas áreas. Porém, tal absorção se dava em grande medida sobre áreas de interesse cultural, exigindo a ação do poder público. Com isso, a separação e a especialização funcional que marcaram os planos modernistas de Alfred Agache e Alexis Doxiadis seriam transformados.

O Largo da Carioca refletiu essa revalorização da multiplicidade funcional durante as intervenções públicas no Corredor Cultural. A recuperação progressiva da área do entorno com edifícios e equipamentos de interesse cultural foi um exemplo de como se esperava combinar comércio e cultura após a construção da estação do metrô. O Museu da Arte Sacra, o Convento de Santo Antônio, os ateliês artísticos da Rua da Carioca estimulariam supostamente usos do Largo que poderiam ser potencializados com a procura da Estação do metrô, do Edifício Noval, do Edifício Paoli e do Edifício Avenida Central, grandes pontos do comércio e dos negócios da cidade.

Outras áreas como a Praça Tiradentes não encontraram tantos prédios passíveis de serem incluídos nessa política pública, ou possuíam um IPTU baixo e um uso e frequência pouco significativos, fatos que não compensariam o investimento privado (EQUIPE FOCO-LOCAL, 2002). O mesmo se aplicava a Área 4, na qual o comércio popular demonstrava pouco dinamismo durante a década de 80. Além disso, as limitações construtivas que se aplicam sobre os prédios geravam dúvidas, encarecimento das reformas e reclamações entre os empreendedores do Centro da Cidade.

Segundo Pinheiro, arquiteto que integrou o Escritório Técnico do Corredor Cultural:

*“Os problemas mais recorrentes pelos técnicos no processo de recuperação da arquitetura e da ambiência local são os que se seguem: a aceitação por parte dos usuários de que os custos dos investimentos e na recuperação dos imóveis podem ser recuperados e exercer um grande atrativo para a valorização das atividades existentes; encontrar a solução adequada para o tratamento de imóveis muito descaracterizados (...); a reposição de alguns elementos originais que com o passar do tempo foram sendo retirados” (PINHEIRO, 1986: 198).*

Apesar da avaliação geral positiva por parte do arquiteto, o Corredor Cultural apresentava limitações técnicas e de legitimidade que impediam que suas maiores ambições fossem atingidas. Mais tarde, através de documento assinado pelo Secretário de Urbanismo Alfredo Sirkis, a Prefeitura do Rio de Janeiro admitiu que:

*“o processo de revitalização do Centro (...) esbarra, por um lado, no alto custo das desapropriações, em função de dívidas acumuladas pelos antigos proprietários junto às concessionárias de serviços públicos e, por outro lado, na ausência de linhas de crédito com taxas de juros razoáveis para a restauração de imóveis” (EQUIPE FOCO-LOCAL, 2002).*

Para aumentar a efetividade do plano, estipular outras isenções e diminuir o volume de reclamações, surgiram leis municipais e decretos de lei que afrouxavam as normas construtivas e suas justificativas. Por exemplo, o relatório final da “Equipe Foco-Local: Centro” recomenda a:

*“ampliação dos benefícios do Corredor Cultural aos imóveis que se situem no entorno das áreas abrangidas pelo projeto, mesmo quando não apresentem valor histórico ou arquitetônico, desde que componham um ambiente urbanisticamente harmônico ou desempenhem um papel relevante na revitalização da área” (EQUIPE FOCO-LOCAL, 2002).*

Algumas zonas que deveriam ser transformadas por exigência do Decreto de Lei nº4141 de 1983 e pela Lei Municipal nº506 de 1984 para serem incorporadas ao Corredor Cultural puderam então evitar o processo técnico dos PAs e dos PALs. Como ressalta Magalhães (2002), a política de preservação patrimonial que caracteriza o “Corredor Cultural” passou a ser associada a todo processo de renovação e revitalização da cidade, perdendo boa parte da sua especificidade e do seu rigor técnico. Esse julgamento é corroborado pela transferência dos poderes do Conselho Técnico do Corredor Cultural para a Secretaria Municipal de

Cultura (PROJETO DE LEI nº1062, 1999), no intuito de restituir um zoneamento mais restritivo.

Com isso, o Corredor Cultural sofreu regressões e se tornou secundário como elemento narrativo de unidade para criar uma unidade no Centro da cidade, assim como especificamente para a regulação da vida social no Largo da Carioca. Os seus benefícios continuam valendo para os atores dessa localidade, um certo controle das fachadas é também cobrado, mas o Corredor Cultural perdeu a força transformadora de sua narratividade, cedendo aos apelos da sociedade e dos usos cotidianos do espaço. Breve, a preservação de espaços públicos foi limitada e condicionada pela sua compatibilização ao ambiente em que se encontrava e aos atores que os freqüentavam.

Essa situação estimulou uma nova intervenção pública no Centro da cidade a partir de 1993, o Rio-Cidade. Esse plano focava esforços e recursos em projetos de inovação urbana inspirados no urbanismo catalão com a construção de novos equipamentos urbanos. Novamente, o Largo da Carioca foi contemplado como área de aplicação dos preceitos de reforma, como veremos no próximo item.

#### b) Rio-Cidade: o “urbanismo de volta às ruas”<sup>2</sup>

A Conferência das Nações Unidas Para o Meio-Ambiente e o Desenvolvimento que ocorreu em 1992 foi catalisadora de discussões e de melhorias urbanísticas para a cidade do Rio de Janeiro. Esse evento internacional congregou os chefes de Estado de 175 países, trazendo à tona questões o debate da preservação ambiente urbano, da violência urbana, do crescimento urbano, das favelas, da pobreza e dos planos urbanísticos. Paralelamente, nesse mesmo período, os movimentos sociais também tinham destaque e pressionavam os poderes públicos pela regulação de leis e dispositivos legais que constavam como obrigações dos municípios após a Constituição Federal de 1988.

---

<sup>2</sup> O título desse capítulo faz alusão ao livro publicado pelo IPLANRIO “Rio-Cidade: o urbanismo de volta às ruas”, no qual o poder municipal procura conferir visibilidade aos benefícios advindos com a aplicação desse projeto.

Dentro desse quadro, foi apresentado o Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro em 1993 e havia pressões para que outros instrumentos urbanísticos também fossem regularizados, no intuito de recuperar o papel empreendedor e ordenador do Estado. É dessa origem que surgiu oficialmente o Plano Estratégico para a Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ), em 1993, e, finalmente, o projeto Rio-Cidade em 1994. O conjunto de intervenções urbanísticas propostas no PECRJ procurava compensar a morosidade na implementação e na formação do consenso em torno dos mecanismos de ordenamento urbano do Plano Diretor, fato que foi avaliado como estratégia do Prefeito César Maia para preservar intactos os objetivos de sua gestão (MAGALHÃES, 2002; SOUZA, 2000).

De acordo com publicação do IPLANRIO, o objetivo principal:

*“(...) foi ordenar a circulação de pedestres e veículos, tornando-a mais fluida e segura para ambos. Procurou-se, assim, localizar racionalmente o mobiliário urbano ao longo da via, de modo a desimpedir ao máximo as calçadas. Para tal, as peças foram classificadas em duas categorias, essenciais e complementares, segundo suas funções. No primeiro grupo (segurança/informação/abrigo), alocaram-se os postes de iluminação, semáforos e placas sinalizadoras e indicativas de percursos, monumentos, edifícios públicos, bancas de jornal e caixas de coleta de correspondência. Estabelecido esse critério geral, passou-se ao equacionamento do aspecto espacial” (IPLANRIO, 1996: 53).*

A duração da primeira fase do Projeto Rio-Cidade se estendeu até 1996, e depois segue com interrupções a sua fase seguinte até a atualidade, quando se discute a pertinência de novas intervenções em bairros como Laranjeiras, na Praça Seca, em Santa Tereza e na Rua São Clemente. Segundo levantamento realizado pelo IPLANRIO, em 2004, esse projeto já havia consumido 472,8 milhões de reais em suas obras de renovação, levantando inclusive dúvidas sobre superfaturamento de materiais (CAMARA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1995; IPLANRIO, 1996).

Entre os atores que foram contemplados no processo de elaboração e de decisão do projeto, a equipe técnica de projetistas do Rio-Cidade contava com arquitetos brasileiros, e assessoria de escritórios catalães. A sociedade civil teve uma participação menos significativa para o processo decisório do que aquela na qual se definiu os limites do Corredor Cultural no Rio de Janeiro. De fato, segundo Vainer (1996), apenas alguns representantes da ACRJ (Associação Comercial do Rio de Janeiro), do FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) e de

algumas associações, como os da SARCA, foram consultados. Ainda assim, esse processo de consulta foi reduzido a reuniões esporádicas que impediam um melhor acompanhamento do projeto (VAINER, 1996).

De acordo com os técnicos da prefeitura que estiveram envolvidos com a realização do Rio-Cidade, esse projeto se trata de:

*“Um ambicioso plano de obras, voltado para a reconstrução de espaços públicos, incluindo o disciplinamento de usos e atividades e melhoria dos padrões urbanísticos; foi ainda uma corajosa intervenção no contexto social decadente (...) uma inadiável operação de resgate da avariada imagem carioca: a de eterna ‘Cidade Maravilhosa’” (IPLANRIO, 1996: 24).*

O uso da expressão “plano de obras” revelava que o Rio-Cidade se tratava de um conjunto de intervenções pontuais que procurariam engendrar benefícios maiores do que a melhoria construída, de maneira análoga ao que ocorreu na época do Corredor Cultural. Isso seria possível através da participação da iniciativa privada no projeto, tentando assim ultrapassar possíveis problemas orçamentários.

Essas limitações financeiras do projeto diferem significativamente do quadro no qual o Centro da cidade havia passado por transformações em sua forma urbana durante a Reforma Passos (1902-1906), por exemplo. As desapropriações, arrasamentos de colinas, mudanças de funções e transformação do equipamento urbano que alteraram radicalmente a paisagem do Rio de Janeiro durante o início do século XX seguiram, em maior ou menor grau, os planos urbanísticos projetados por Alfred Agache e Alexis Doxiadis para a cidade do Rio de Janeiro. Dentro do novo quadro no qual encontramos o Rio-Cidade, o Estado encontra uma menor margem de manobra para fazer valer a sua visão ideal de espaço urbano, assim como abre mais oportunidades para que a sociedade estabeleça condições para o seu cumprimento. Reconhecendo essas limitações, a publicação do IPLANRIO esclarece que:

*“Não havendo recursos financeiros e gerenciais para intervir no todo, cabia promover ações localizadas e exemplares, conquanto coerentes entre si e com o objetivo estratégico definido. Em outras palavras, plantar paradigmas urbanos da interação cooperativa entre governo e sociedade civil” (IPLANRIO, 1996: 25).*

Cientes desse fato, alguns analistas do Projeto Rio-Cidade o tomam como uma segunda fase do Projeto Corredor Cultural (MAGALHÃES, 2002). Essa associação também se refere em grande parte à continuidade das reformas, às suas complementaridades no plano teórico, aos métodos de pesquisa e intervenção, e à presença de técnicos que participaram dessas duas políticas públicas. Porém, como destaca Magalhães (2002), desde a origem do Projeto Corredor Cultural em 1979, havia uma disputa entre os técnicos que privilegiavam a preservação do patrimônio histórico e aqueles que lutavam por uma política de renovação urbana. Acreditamos que o próprio fato da coexistência dessas duas políticas públicas durante a década de 90 é uma evidência de um certo distanciamento. Em um primeiro momento, a política preservacionista foi dominante devido às limitações financeiras, mas com o esgotamento do poder de urbanização do Corredor Cultural, as práticas de renovação foram novamente defendidas e finalmente implementadas com o Rio-Cidade.

A co-existência dessas duas políticas a partir de 1993, com a instituição de nova Lei Municipal, não foi sempre cordial e cooperativa. Algumas polêmicas e críticas internas dentro do poder municipal estabeleciam eixos de fraqueza que separavam em parte os benefícios de ambos os projetos. Andreatta exemplifica essa situação, ao criticar o tipo de urbanismo que foi aplicado no Centro da cidade durante os primeiros anos do século XX e, mais adiante, no Corredor Cultural:

*“O conceito de renovação, ligado ao progresso desde as primeiras grandes reformas urbanas do início do século, levou a certo desinteresse sobre a própria história urbana, a uma compulsão de construir o novo sem compromissos com o existente. Preservados uns certos prédios de maior significado histórico (...) o resto era visto como terreno livre para a renovação urbana. Nos anos 80, o pêndulo nos levou ao extremo oposto: pretendeu-se parar o tempo. Em todo o mundo ocidental dominava a história da conservação, vista como um fim em si mesma. Proliferaram os decretos de tombamento, raramente acompanhados de mecanismos que garantissem a conservação física dos imóveis. (...) Visão distinta predomina entre nós. Para ser efetivamente preservado, o bem arquitetônico deve ser rentável, seja no aspecto econômico, seja socialmente” (ANDREATA, 1998: 8-9).*

Com isso, compreendemos o contexto social, os atores envolvidos, as limitações financeiras e os objetivos do Projeto Rio-Cidade. Entre as suas 35 áreas de intervenção mais importantes na primeira fase de implementação, encontramos as seguintes localidades: Botafogo, Copacabana, Centro, Rua Haddock Lobo, Ipanema, Laranjeiras e Bangu. Entre essas,

destacamos o Rio-Cidade: Centro, que contou com um plano específico para a Avenida Rio Branco, sendo este desenvolvido pelo escritório de arquitetura Taulois & Taulois Ltda. Essa etapa do projeto interferiu diretamente sobre a organização espacial do Largo da Carioca. De fato, a revitalização e a reorganização urbana da Praça do Estado da Guanabara (nome oficial da área livre que se encontra na esquina da Avenida Nilo Peçanha com a Avenida Rio Branco) e da saída do Metrô via Rua Bittencourt Silva demonstram Largo da Carioca se encontra contemplado por essa política pública.

As obras do Rio-Cidade da Avenida Rio Branco pretendiam renovar os equipamentos urbanos degradados do grande centro financeiro e comercial do Rio de Janeiro, disciplinando os usos das calçadas e resgatando a imagem de sua centralidade. Nesse sentido, as reformas que se propunham para a Praça Estado da Guanabara e para a saída do metrô da Carioca se justificariam de diferentes formas: em primeiro lugar, pelo uso desordenado do espaço público pelos comerciantes informais; em segundo lugar, pela ausência de obras voltadas especificamente para os equipamentos urbanos durante a implementação do Corredor Cultural, notadamente de uma reforma do calçamento, dos postes, das latas de lixo; em terceiro lugar, para a necessidade da realização de um projeto estético agregador das diversidades, tornando o espaço público como um eixo de conexão entre as diferenças presentes no espaço urbano.

No projeto que ganhou o concurso público organizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro e pelo Instituto dos Arquitetos Brasileiros em 1994, o grupo técnico do escritório Taulois & Taulois avaliava de forma negativa o que podia ser encontrado na Praça Estado da Guanabara e na saída do metrô. No entender desse corpo técnico, esses dois pontos se caracterizavam pela decadência e pela deterioração, e o esforço de torná-las áreas de convivência dependeria de um grande esforço do poder público. Por exemplo, quando enumera e avalia a relação dos imóveis públicos a serem reformados na área do projeto, o acesso a estação de metrô da Carioca é seguida da seguinte análise: “*Sem comentários. Qualquer melhora é bem-vinda*” (TAULOIS & TAULOIS, 1994b). A respeito da Praça Estado da Guanabara, os seus avaliadores são um pouco mais específicos no diagnóstico apresentado, ressaltando que a mesma:

*“(...) não tem – nem teve jamais – uma vocação para área de estar: já foi um gramado cercado e sem uso e hoje é ocupado por ambulantes e mendigos. Talvez a vizinhança de um*

**FIGURA 10 – Saída da Estação Carioca (Rua Bittencourt Silva/Avenida Rio Branco)**



*grande parque – o Largo da Carioca – seja responsável por essa condição” (TAULOIS & TAULOIS, 1994: 22).*

Essa avaliação duplamente negativa deixava o maior destaque das intervenções propostas no “Rio-Cidade: Avenida Rio Branco” para as obras que se desenvolviam na Cinelândia e na Praça Mahatma Gandhi. Acreditava-se que as “grandes proporções” e o “apelo cenográfico” (TAULOIS & TAULOIS, 1994b: 22-23) do Largo da Carioca comprometiam o funcionamento adequado do novo projeto, cabendo então apenas uma iniciativa de importância secundária dentro do conjunto de medidas propostas.

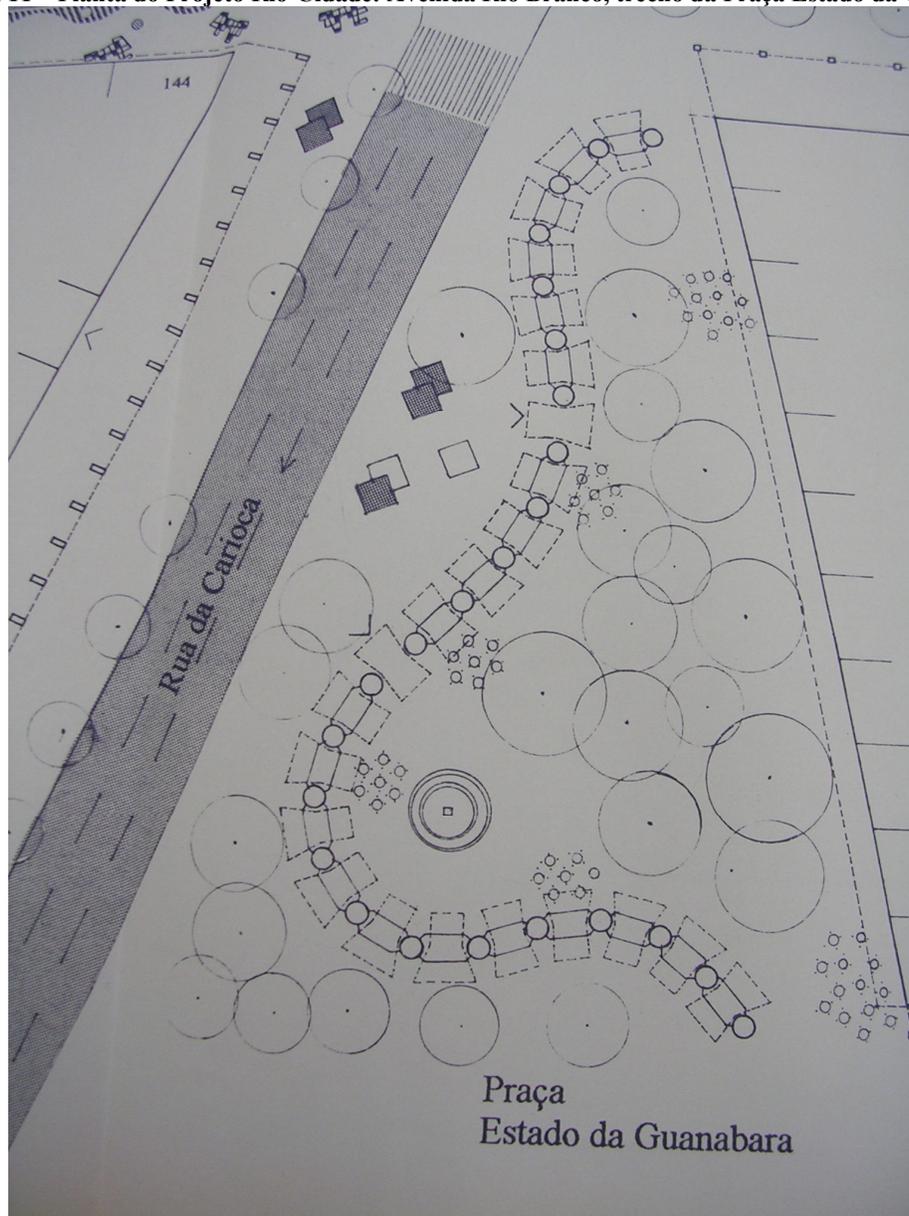
No que tange especificamente a maneira pela qual o Estado pretendia transformar o Largo da Carioca e a Praça Estado da Guanabara através do Rio-Cidade, é importante levar em consideração o relato de Cláudio Taulois, arquiteto pertencente ao escritório Taulois & Taulois, que conduziu as obras:

*“Antes do Projeto Rio-Cidade, a Praça [Estado da Guanabara] era um vazio, ocupada desordenadamente por camelôs. Projeto teve a intenção de dar um uso mais apropriado para o lugar, organizar os camelôs, colocar bancos e barraca de venda de flores, assim como investiu na paginação de piso, e na colocação de orelhões, caixas de coleta de lixo e na iluminação. A idéia era fazer isso, manter o uso pelos ambulantes de uma forma mais organizada procurando resguardar o espaço interno, onde tinha arborização” (Apud TARDIN, 2000: 138).*

A reunião do adjetivo “vazio” ao fragmento “ocupada (...) por camelôs” no relato do arquiteto-chefe do projeto resume o olhar do espaço público que era promovido no Rio-Cidade da Avenida Rio Branco. De um lado, o “vazio” que é citado pelo arquiteto se refere à falta de um projeto de urbanismo desenvolvido anteriormente que poderia conferir sentido a utilização da área citada. Por outro lado, a “ocupação dos camelôs” sugerida por Taulois estaria ligada a idéia de marginalização de uma parte significativa dos usuários da localidade, colocando o projeto em oposição a esses usos.

A avaliação da planta desenhada para o trecho da Praça Estado da Guanabara revela mais claramente as intenções do escritório e da Prefeitura do Rio de Janeiro dos usos e renovações desejadas para a área (FIGURA 11). Em primeiro lugar, a forma da Praça não é avaliada de forma positiva no estudo preliminar do projeto, uma vez que a mesma estaria espremida entre

**FIGURA 11 – Planta do Projeto Rio-Cidade: Avenida Rio Branco, trecho da Praça Estado da Guanabara**



Fonte: TAULOIS & TAULOIS, 1994.

as inclinações da Rua da Carioca e do Edifício Avenida Central em relação ao eixo da Avenida Rio Branco (TAULOIS & TAULOIS, 1994; TAULOIS & TAULOIS, 1994b).

Além disso, em segundo lugar, o fluxo intenso de veículos tornava a localidade pouco agradável. De modo semelhante ao que foi proposto durante o início do Corredor Cultural, as intervenções se concentravam na reforma do calçamento, no aumento e melhoria da arborização (figuradas através dos círculos na planta). A composição paisagística era ainda complementada pela implementação de bancos e os quadrados desenhados representariam áreas ocupadas por telefones públicos e bancas de jornal (TAULOIS & TAULOIS, 1994; TAULOIS & TAULOIS, 1994b).

O grupo de quiosques apresentados de forma sinuosa no centro da planta seria supostamente uma maneira de ocupar a área da praça e impedir a montagem das barracas do comércio informal. Esses quiosques teriam os seus usos definidos a partir da intermediação do poder municipal, diminuindo assim a margem de manobra para o comércio informal. Sua linha sinuosa serviria igualmente como barreira física a poluição sonora, além de compor um uso pragmático para área recoberta pelas árvores (TAULOIS & TAULOIS, 1994 e 1994b).

No entanto, apesar dessa etapa dos quiosques estar prevista no projeto e na planta, a sua implementação não foi jamais realizada. Ao contrário do que ocorreu durante o Corredor Cultural, a aliança política que sustentava a ação do Rio-Cidade na Câmara Municipal era instável, a imprensa não apoiava o projeto e havia forte desconfiança no uso dos recursos públicos. Além disso, no que se refere especificamente ao Largo da Carioca e da Praça Estado da Guanabara, houve resistência por parte dos antigos usuários em abrir mão dos seus espaços de representação, fato que será mais longamente discutido no item seguinte.

Não há dados divulgados pela Prefeitura do Rio de Janeiro no que se refere aos valores investidos nessas duas etapas do Projeto Rio-Cidade. Porém, a avaliação do conjunto de melhorias que o projeto trouxe ao Centro do Rio de Janeiro até 1996 já nos oferece alguns pontos de referência da ação estatal (FIGURA 12). Em primeiro lugar, ganha destaque o total da área reformada no Centro da cidade, que equivale aproximadamente a 9,2% do total das 35 áreas que sofreram intervenção. Esse número se mostra ainda mais impressionante quando se leva em consideração que as calçadas – cerca de 10% do investimento do total investido em

**FIGURA 12 – Tabela comparativa entre valores referentes ao Rio-Cidade/Centro e ao total investido no Rio-Cidade**

<b>Melhorias</b>	<b>Valores relativos ao Rio-Cidade/Centro</b>	<b>Total investido no Rio-Cidade/Rio de Janeiro</b>
<b>Área reformada</b>	9,8 ha	106 ha
<b>Galerias fluviais</b>	0,4 km	36,3 km
<b>Postes</b>	232	4.656
<b>Árvores</b>	234	6.483
<b>Ruas pavimentadas</b>	40km <sup>2</sup>	572 km <sup>2</sup>
<b>Calçadas</b>	54km <sup>2</sup>	560km <sup>2</sup>
<b>Lata de lixo</b>	83	1992

Fonte: IPLANRIO, 1996.

calçadas em todo o Rio-Cidade – receberam maior intervenção do que as ruas do Centro – que concentraram 6,9% dos investimentos.

Esses números são ainda confirmados pela implantação de postes de luz, de árvores e de latas de lixo, demonstrando que a vivência do Centro que foi estimulada se refere fundamentalmente aos pedestres e a ampliação e melhoria da sua área de uso. Os dados do IPLANRIO (1996) revelam também que nenhum equipamento relativo a estações de ônibus foi construído, ao contrário de outras áreas que sofreram intervenção do projeto. Com isso, o “Rio-Cidade: Centro” procurava mais uma vez desestimular a passagem de veículos, deixando-os concentrados em grandes eixos de transporte como a Avenida Rio Branco e Avenida Presidente Vargas, e aumentando ao máximo o fluxo de pedestres nas ruas transversais.

Tais investimentos se aplicavam em parte significativa do Largo da Carioca no intuito de corrigir aspectos do projeto do Corredor Cultural. De um modo geral, os relatos que se retiram do poder público após 1993 avaliam de forma negativa o estímulo a vivência cotidiana do Largo da Carioca que ocorreu durante os anos iniciais da política pública anterior. De acordo com os argumentos que sustentam essa linha de raciocínio, sem um controle efetivo dos fenômenos e sem a separação das funções que ali se encontram, a preservação se mostra impossível e a revitalização seria comprometida pelos usos sociais.

Ao comentar as obras do Rio-Cidade na Avenida Rio Branco, uma publicação realizada pelo IPLANRIO resume essa abordagem:

*“O Centro, sobrecarregado de funções, desgastou-se com o adensamento descontrolado e suas mazelas. Ainda assim, a Avenida [Rio Branco] manteve seu vigor e importância urbanística para a cidade. Inserida num programa mais amplo de revitalização do Centro, as intervenções realizadas revelaram-se imprescindíveis para a consolidação da imagem carioca” (IPLANRIO, 1996: 53).*

Para sanar as mazelas da concentração de funções e dos usos sociais, os projetistas do Rio-Cidade da Avenida Rio Branco sugerem a desobstrução das calçadas como resposta aos problemas, estabelecendo critérios para a intervenção estatal. Breve, essa política pública

esperava restituir o domínio do Estado de Direito nos espaços públicos da cidade, integrando objetivos sociais, econômicos e culturais.

Para Magalhães, entre outros, esse processo procuraria estabelecer novas separações funcionais, exclusões de atores e planos de esvaziamento do centro, retomando os mesmos preceitos dos projetos urbanísticos do início do século XX. Em suas palavras:

*“A recuperação do Centro do Rio pode ser vista, dentre outras formas, como um processo de retomada de espaço pelas camadas de mais alta renda, numa disputa de projetos simbólicos e econômicos para aquele mesmo espaço. Tal disputa, já ocorrida no início do século, com a Reforma de Pereira Passos, envolve, necessariamente, projetos de ‘gentrificação’. Assim, algumas áreas anteriormente degradadas e ocupadas por atividades ligadas a classes sociais de menor renda como ambulantes, catadores de papel, pequenos bares etc., foram valorizadas, passando a receber atividades comerciais mais sofisticadas”* (MAGALHÃES, 2001: 751).

Com a intervenção estatal, o Rio-Cidade pretendia criar as condições para realizar uma nova seleção de fenômenos que deveriam ter lugar no espaço público renovado. Para tanto, juntamente com o novo equipamento urbano, uma nova especificação funcional era sugerida (CARDOSO, 2003; MAGALHÃES, 2001 e 2002). O Largo da Carioca não era tomado como prioridade entre as intervenções. Porém, os seus problemas e resistências o tornavam um exemplo das mazelas resultantes da concentração de funções, da apropriação indevida dos espaços públicos pelos comerciantes informais e pelo abuso do comércio formal no que tange a modificações da estrutura física. Assim, a reforma do Largo da Carioca é tomada como um modelo para a revitalização da cidade, que deveria seguir um maior rigor no controle urbano. Esse é justamente o conteúdo do próximo item.

c) Controle Urbano: a ação da Guarda Municipal e da Coordenadoria de Fiscalização e Licenciamento para estabelecer o ordenamento do espaço no Vietnã Carioca

Em resposta a concentração de problemas de ordenamento urbano e de pequenos furtos no Largo da Carioca, Marcello Alencar, então prefeito do Rio de Janeiro (1989-1992), declarou que essa localidade se tratava do “Vietnã Carioca” (*Apud* MAGALHÃES, 2002). Essa classificação pejorativa causou polêmica e pode ser compreendida como um prenúncio da

política de Controle Urbano que foi desenvolvida no Largo da Carioca a partir da década de 1990.

Quando nos referimos ao controle urbano, estamos usando expressão que foi repetida a exaustão pelo Prefeito César Maia (1993-1996; 2001-2004 e 2005-2007), pelo ex-prefeito Luiz Paulo Conde (1997-2000) e outros políticos e intelectuais (IPLANRIO, 1996; MAGALHÃES, 2001 e 2002). Esses representantes do poder público foram responsáveis pelo desenvolvimento de mecanismos para o controle do uso dos espaços, para a definição de normas construtivas mais rigorosas e pelo exercício de um maior poder de coerção social. Por exemplo, em entrevista concedida a Revista *Época* em 2000, César Maia declarou que:

*“O que diferenciou minha administração das outras foi a ousadia de enfrentar a desordem urbana. Infelizmente, o Rio vive, agora, uma situação semelhante da que havia até 1992. Perdeu-se o controle do solo urbano. Voltam a acontecer invasões por toda a cidade e o comércio ambulante teve uma redinamização. (...) Falo da desordem que propicia a venda de mercadorias roubadas e até a venda de drogas, o que provoca o aumento da ocorrência de pequenos delitos, como roubos e furtos” (Apud SALGUEIRO, 2000).*

Porém, a política pública de Controle Urbano se apresenta hoje de forma difusa dentro do poder executivo municipal e da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Ao contrário do que se vê na quantidade de leis seqüenciais e hierarquizadas que precederam o Corredor Cultural e o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro que foi apresentado antes do implemento do Projeto Rio-Cidade, a política do controle urbano foi desenvolvida de forma indireta e está presente em diversas leis, planos e posturas públicas.

Também não existe um órgão único que estabeleça o controle de todas as forças e mecanismos de coerção social, determinando ao mesmo tempo posturas, regras para uso do solo, normas jurídicas ou princípios abstratos de ordenamento urbano. De fato, a Guarda Municipal do Rio de Janeiro, a Secretaria Municipal de Urbanismo, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços e a Secretaria Municipal de Governo têm papéis a cumprir para garantir o controle das representações sociais no espaço urbano do Rio de Janeiro.

Essa forma difusa poderia gerar questionamentos sobre a relevância dessa política pública e sobre a dificuldade em obter documentos e indicadores que comprovassem a sua eficiência.

No entanto, tal forma não comprometeu a clareza dessa política, nem diminuiu a sua importância nos últimos 15 anos de gestão municipal. A efetivação paralela do Projeto Rio-Cidade em leis e posturas do poder público conferiu interesse da sociedade sobre a política de Controle Urbano, colocando-a no centro do debate da competência e legitimidade do poder municipal. Com isso, a prefeitura foi levada a prestar contas, assim como a imprensa proveu ampla cobertura dessa política e diversos grupos sociais se posicionaram em relação aos seus conteúdos.

Para conferir maior precisão a esse item, destacamos o papel de dois órgãos públicos: a Guarda Municipal do Rio de Janeiro e a Coordenadoria de Fiscalização e Licenciamento do Rio de Janeiro. A escolha desses órgãos se justifica por três razões: em primeiro lugar, ambas não se limitam a trabalhos abstratos de formulação das normas jurídicas, exercendo ações efetivas de controle e regulação dos usos dos espaços públicos e funcionando como os órgãos municipais responsáveis pela coerção social no Rio de Janeiro; em segundo lugar, os dois órgãos foram criados e remanejados a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, coincidindo com os períodos de desenvolvimento das políticas públicas exploradas no item anterior; e, em terceiro lugar, o controle do uso irregular e informal dos espaços públicos foram sempre prioridades entre suas atribuições.

Além disso, o Largo da Carioca foi sempre uma arena privilegiada na qual ocorre o “*choque de ordem*” e a “*reafirmação do Estado*” através dessa política pública. Se o Largo tinha um papel estratégico durante o Corredor Cultural e um papel secundário entre as áreas de intervenção do Projeto Rio-Cidade, a política de Controle Urbano tornava essa localidade o grande foco da ação do poder municipal. Como vimos, o estímulo a vivência urbana e cotidiana somada a secundariedade do Largo da Carioca entre as principais políticas públicas da prefeitura do Rio de Janeiro criaram as condições para os usos desregulados de sua área. Com a política do Controle Urbano, pretendia-se estabelecer o Largo da Carioca como exemplo de intervenção do poder municipal, conferindo visibilidade e impacto à ação pública.

Um relato que confirma essa posição pode ser retirado de carta do ex-Coordenador de Licenciamento e Fiscalização Nelson Curvelano Júnior, publicada no jornal *O Globo* de 12/06/2000. Em resposta a questionamentos feitos por leitor sobre a política de controle urbano dos camelôs no Largo da Carioca, o então Coordenador reafirma a legitimidade jurídica de suas políticas e manifesta ainda a intenção e expandi-las:

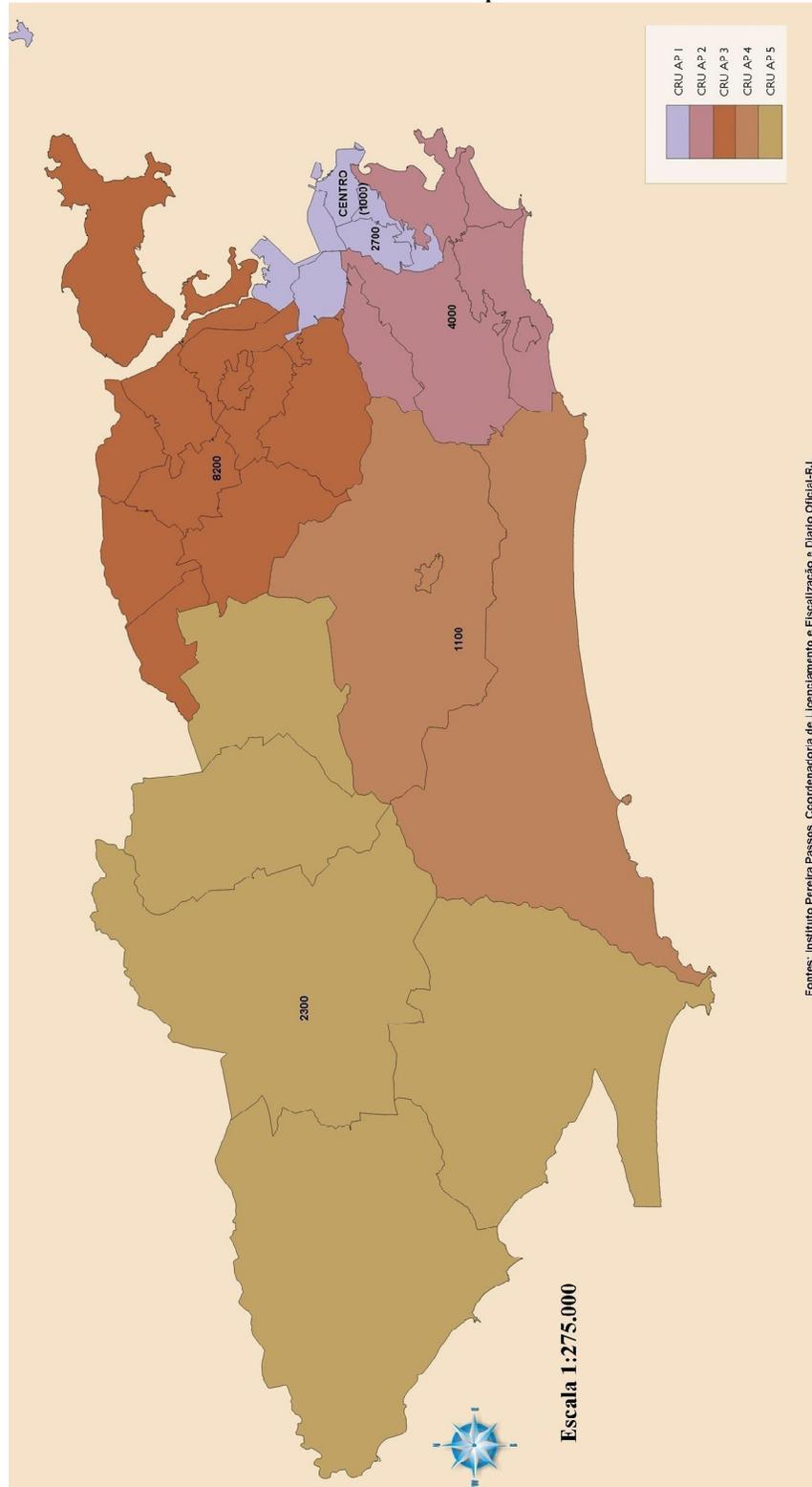
*“Em atenção aos leitores Enoélio Quintanilha de Barros, Airton de Almeida Magalhães e Luiz Alberto Monteiro de Oliveira sobre camelôs: (...). No Largo da Carioca, a Prefeitura vem agindo dentro dos limites de sua competência e da lei e pretende ampliar o período de atuação dos fiscais e guardas municipais” (CURVELANO JUNIOR, 2000).*

Para compreender o que está em jogo nessas políticas é preciso detalhar um pouco mais os seus modos de ação. Começamos com a análise da Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização da cidade do Rio de Janeiro (CLF). Esse órgão foi criado em 1993, estando atrelada hierarquicamente a Secretaria Municipal de Governo. Isso significa que o exercício de seu poder está diretamente vinculado ao cumprimento de decisões do poder executivo municipal e de suas responsabilidades. Entre as suas atribuições, encontram-se: a emissão ou cancelamento de alvarás e outras autorizações para o funcionamento de estabelecimentos; a fiscalização e realização de perícias técnicas por parte de técnicos da prefeitura; as permissões concedidas para a realização de eventos públicos como passeatas, shows e comícios; as concessões de uso do solo urbano para a construção de bancas de jornal, estandes de vendas de flores e de livros; e o controle das normas que regem o comércio informal e o uso do solo.

Em outras palavras, a CLF tem a responsabilidade de cumprir rotinas de controle público para o uso dos espaços urbanos. Essas rotinas se definem tanto pela aplicação prática de leis municipais, como a Lei nº1.876/92 (que regula o comércio informal), quanto pelo estabelecimento de posturas municipais e decretos de lei por parte da Prefeitura do Rio de Janeiro, como é o caso do Decreto de Lei nº18.989 (que regula a concessão de alvarás). Tais rotinas pretendiam reverter um quadro geral de baixo grau de regulação pública da dinâmica urbana no Rio de Janeiro. De fato, apesar de ser antiga a existência de códigos de obras e de regulamentos para o uso do solo da cidade, o governo municipal não possuía as ferramentas e nem um planejamento mais efetivo que legitimasse o controle urbano (CARDOSO, 2003; MAGALHÃES, 2001 e 2002; VAINER, 1996; SOUZA, 2000).

O exercício das funções pertinentes a esse órgão é dividido espacialmente, no intuito de facilitar o controle e permitir que os benefícios da ação pública chegassem a todos os seus cidadãos. A CLF é dividida em 19 Inspetorias Regionais (IRFL) que funcionam de maneira independente devendo, no entanto, prestar contas à Coordenação e à Secretaria Municipal de Governo (COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO, 2007). Um

**FIGURA 13 - Distribuição e quantificação do comércio ambulante regular na cidade do Rio de Janeiro de acordo com a Lei Municipal 1876/92**



bom exemplo dessa ação descentralizada e da sua projeção sobre o espaço urbano pode ser retirado da maneira pela qual a CLF cumpre e determina posturas e normas para a regulação do comércio informal no Rio de Janeiro (FIGURA 13).

No mapa da figura 13, é possível observar a distribuição e o número máximo de comerciantes informais segundo o limite estabelecido pela Lei Municipal nº 1.876/92. De acordo com esse documento, o número máximo de ambulantes que poderiam exercer regularmente as suas atividades na cidade do Rio de Janeiro equivale a 18.400. Esse número arbitrário não significa uma obrigação da prefeitura em conceder licenças para todas as vagas possíveis, servindo apenas de limite jurídico para a ação do poder executivo. Porém, a quantidade significativa de ambulantes que podem ser regularizados indica a preocupação em controlar uma tendência da vida social carioca. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) de 1993, havia então na cidade 65.493 comerciantes informais (MELLO & SABOIA, 1998).

Ainda analisando a figura 13, vemos que, no que se refere à Área de Planejamento I e ao bairro do Centro da Cidade, o número máximo de ambulantes permitido por lei corresponde a 2700 e 1000, respectivamente (LEI MUNICIPAL nº1.876, 1992). Trata-se de cerca de 10% do total de licenças oferecidas na cidade, demonstrando o caráter estratégico para o poder municipal do controle urbano no Centro. Tal número é acompanhado de decretos de lei que determinam as ruas e praças nas quais se encontrariam esses comerciantes informais regularizados e também os procedimentos e prioridades para a atuação da CLF (FIGURA 14).

Nessa figura estão apontadas as áreas em que o comércio informal foi regularizado ou proibido no Centro da cidade do Rio de Janeiro. As sucessivas leis municipais, decretos-lei, posturas da CLF tentavam determinar as áreas nas quais o comércio informal poderia exercer as suas atividades, desde que cumprisse os termos existentes na Lei 1.876/92. Porém, esse grande número deixava as resoluções pouco claras para os cidadãos e usuários, além de oferecer um indicativo de que o zoneamento proposto pela Prefeitura não estava sendo respeitado. Se levarmos em consideração que o número de decretos e leis que exigem a retirada do comércio informal de área irregular é bem maior do que de novas áreas regularizadas, somos levados a reconhecer as dificuldades no Controle Urbano.

O fragmento a seguir é um bom exemplo dessa dificuldade:

**FIGURA 14 – Áreas regularizadas e irregulares para comércio informal no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, de acordo com leis municipais (1997-2005)**

	1997	1998	1999	2000	2001	2003	2005
<b>Áreas regularizadas</b>	R. Luiz de Vasconcelos, R. Uruguaiana, R. da Quitanda, Central do Brasil, <b>P. Estado da Guanabara</b>	*	*	*	*	R. Sete de Setembro, Av. 13 de Maio, Praça Quinze, Largo de São Francisco.	(29/03/2005) <b>Largo da Carioca;</b> Comércio noturno em toda a Área Central.
<b>Áreas irregulares</b>	(17/07/1996, 17/02/1997 e 25/07/1997 – Decretos 14.980, 15.532 e 15.951 ) R. do Passeio, Praça Mahatma Gandhi, R. México, Av. Passos, <b>R. da Carioca, Largo da Carioca, R. Almirante Barroso</b> , Av. Primeiro de Março, Cinelândia, Av. Treze de Maio, Av. Graça Aranha, R. Senador Dantas, R. Evaristo da Veiga, <b>Av. Rio Branco</b> .	(15/05/1998 - Decreto 16.6552) <b>Av. Chile</b> , R. Lélío Gama.	(28/05/1999 - Decreto 14.980) R. do Lavradio.	(09/02/2000 – Decreto 18.361) R. México, R. Debret, <b>Av. Nilo Peçanha;</b> <b>R. Araújo Porto Alegre</b> , R. Santa Luzia.	(22/05/2001) R. do Ouvidor.	(28/04/2003 e 04/09/2003 – Decreto 23.355) Terminal Misericórdia, Largo da Lapa, R. Mem de Sá, R. Joaquim Silva, R. Visconde de Maranguape, Travessa Mosqueira, R. Teotônio Regadas, Praça Cardeal Câmara, R. dos Arcos.	

Fonte: Diário Oficial do Rio de Janeiro.

**FIGURA 15 - Critérios oficiais de pontuação para seleção de comerciantes informais**

<b>Critério</b>	<b>Pontos</b>
Deficiência visual: parcial/ total	30/60
Incapacidade física para locomoção: parcial/ total	30/60
Outras deficiências físicas: uma parte/duas partes/três partes	10/20/30
Outras deficiências físicas (quatro ou mais partes)	60
Egresso do sistema penitenciário (menos de 3 anos)	20
Egresso do sistema penitenciário (entre 3 e 5 anos)	40
Egresso do sistema penitenciário (mais de 5 anos)	60
Residente nos limites da Região Administrativa	10
Idade entre 14 e 18 anos - pais recebem mais de 2 salários mínimos	20
Idade entre 14 e 18 anos - pais recebem menos de 2 salários mínimos	40
Mulheres: idade entre 19 e 45 anos (solteira)	10
Mulheres: idade entre 19 e 45 anos (casada)	15
Mulheres: idade entre 19 e 45 anos (viúva)	20
Mulheres: idade entre 19 e 45 anos (mãe solteira)	15
Mulheres: idade entre 19 e 45 anos (divorciada)	15
Idade superior a 45 anos	60
Com filhos menores de 18 anos (por filho)	5
Antigüidade no comércio ambulante (até 2 anos)	15
Antigüidade no comércio ambulante (entre 2 e 3 anos)	25
Antigüidade no comércio ambulante (entre 4 e 5 anos)	30
Antigüidade no comércio ambulante (mais de 5 anos)	50 (+45 por ano)
Pelo exercício da atividade (ponto fixo)	0
Pelo exercício da atividade (em circulação)	30
Se desempregado (menos de 3 anos)	10
Se desempregado (mais de 3 anos)	20

Fonte: CRLF e LEI MUNICIPAL n°1876/92.

*“A Coordenação de Licenciamento e Fiscalização deverá estabelecer procedimentos e definir os efetivos que garantam a manutenção da desocupação do logradouro abrangido de forma articulada com a Guarda Municipal, a Coordenação do Sistema de Defesa Civil e a Coordenação da Área de Planejamento - 01 (AP-1) bem como solicitar à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro o apoio necessário. (...). As diligências a que se refere o artigo anterior terão caráter prioritário, devendo os órgãos envolvidos requisitar todo o apoio que se fizer necessário, assim como concentrar os efetivos e adequar as jornadas de trabalho à demanda exigida” (DECRETO DE LEI nº13.843, 1995).*

Os critérios especificados pela Lei nº1.876/92 para seleção e regularização de comerciantes informais reforçam ainda mais a tentativa de regulamentação e de enquadramento (FIGURA 15). A prioridade conferida a pessoas que se apresentam em quadro de vulnerabilidade social e com dificuldades evidentes em se integrar ao mercado formal tentam conferir um caráter provisório ao trabalho nesse tipo de comércio. Essa seleção facilitaria igualmente o licenciamento e a fiscalização do comércio informal, ao teoricamente estabelecer um tipo de usuário que não traria problemas para ser controlado, diminuindo as chances de conflitos violentos.

De acordo com reportagem do jornal *O Globo*, as posturas CLF tiveram repercussões fortes na dinâmica do Largo da Carioca, uma vez que:

*“Por decretos de [prefeito Luiz Paulo] Conde e do ex-prefeito César Maia, está proibido o comércio ambulante no perímetro limitado pelas seguintes vias: Avenida Passos, Rua da Carioca, Largo da Carioca, Rua Almirante Barroso e Avenida Primeiro de Março. Também foram incluídas a Cinelândia, a Avenida Treze de Maio, a Avenida Graça Aranha e a Rua Senador Dantas” (O GLOBO, 1997).*

A resistência do comércio informal no Largo da Carioca passou a exigir a ação combinada da CLF e da Guarda Municipal, atrelando o exercício da fiscalização e do controle à ação punitiva e coercitiva. Isso nos leva a segunda instância da política do Controle Urbano, a Guarda Municipal do Rio de Janeiro.

Essa instituição foi criada pela Lei Municipal nº1.887, de 27 de setembro de 1992 e foi efetivamente implantada pelo Decreto Municipal nº12.000, de 30 de março de 1993. De acordo com esses documentos, as atribuições dessa força de Controle Urbano eram as

seguintes: orientar a população quanto ao direito de utilização dos bens e serviços públicos; oferecer apoio aos turistas; dirigir e fiscalizar o trânsito; coibir o comércio ambulante irregular, as invasões de logradouros públicos e a ocupação de edificações sob responsabilidade da administração municipal; colaborar com as operações de defesa civil no município (MUSUMECI & MUNIZ, 1999).

O Decreto nº 17.931, de 24/09/1999 e a Portaria Conjunta da Guarda Municipal do Rio de Janeiro e Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização N.º 001, de 10/12/1999 ampliaram o poder da GM-Rio quanto à sua responsabilidade de desobstruir os bens públicos municipais. De acordo com o texto da lei:

*“Fica a Guarda Municipal responsável pela desobstrução dos bens públicos municipais, de forma a impedir a má utilização dos mesmos. Para proceder ao desimpedimento a que se refere o artigo 1º, a Guarda Municipal poderá recolher mercadorias que estejam ocupando indevidamente os bens públicos municipais. (...) As mercadorias recolhidas deverão ser encaminhadas imediatamente ao órgão competente da Prefeitura para efetuar os autos de apreensão e infração” (DECRETO 17.931, 1999).*

Essa referência explícita a “*desobstrução dos espaços públicos*” atribui à Guarda Municipal a responsabilidade de reprimir uma tendência geral ao comércio informal na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com essa avaliação, tal tendência estaria impedindo e retardando os efeitos positivos esperados pelos planos de preservação e de renovação urbana que haviam sido planejados e implementados nos últimos 20 anos. Além disso, esse decreto de lei estipula poderes de repressão ao contrabando que se chocam com outras forças policiais e com as suas atribuições legais. Com isso, a ação da Guarda Municipal ia de encontro com o que se considerava o ponto-chave dos projetos urbanísticos da década de 90, tornando o Controle Urbano dos espaços públicos a própria razão de ser da instituição, sobretudo no que se refere à repressão da informalidade.

Ao todo, o efetivo da Guarda Municipal comporta hoje 5.500 guardas e 600 funcionários administrativos. Para fins de patrulhas e missões em campo, destacamos a ação de dois grupamentos da Guarda Municipal que atuam seguidamente no Largo da Carioca, muitas vezes em parceria com a CLF. Trata-se do Grupamento de Ações Especiais (GAE) e do Grupamento Tático-Móvel (GTM). O GAE é um bom exemplo da concentração das atribuições da Guarda Municipal. Originalmente, esse grupamento foi criado como força-

tarefa que deveria prestar socorro a população na ocasião de calamidades públicas. Porém, seu quadro operacional foi remanejado:

*“Desde outubro de 2002, os guardas deste grupamento foram remanejados para as operações diárias de controle urbano no Centro da cidade, reforçando a fiscalização do comércio ambulante em apoio a fiscais da Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização (...). O efetivo do GAE é o único que, além de ocupar o espaço urbano, atua como força de controle de distúrbio. Para as ações de controle urbano desenvolvidas no Centro, o GAE mantém 26 guardas divididos em grupos (...) visando ordenar o espaço público, coibindo a ocupação irregular do solo e assim combatendo o crescimento desordenado do comércio ilegal” (GUARDA MUNICIPAL, 2007).*

Por sua vez, o GTM também concentrou sua ação sobre o Centro da cidade e nas ações de controle urbano:

*“O Grupamento Tático Móvel (GTM) [é uma] força de emprego rápido em situações (...) como desocupação de imóveis irregulares, acolhimento de população de rua e controle urbano. Desde 18 de julho de 2005, o GTM realiza operações itinerantes (...) nos bairros com maior concentração de ambulantes ilegais. O objetivo dessas operações é [inibir] o comércio ambulante irregular. (...) o GTM atuou durante quatro anos no controle urbano do Centro da cidade junto a fiscais da Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização (...)” (GUARDA MUNICIPAL, 2007).*

Segundo ainda o próprio site da Guarda Municipal, muitas mercadorias contrabandeadas foram apreendidas no “entorno do Edifício Avenida Central”. Isso tornava o Largo da Carioca o ponto-chave para a política de Controle Urbano:

*“Este grupamento apreendeu mais de 80 mil CDs piratas, com dezenas de pessoas detidas por envolvimento com a venda e falsificação de produtos. A maioria das apreensões foi no entorno do Edifício Avenida Central (Avenida Rio Branco, 156), um dos pontos mais disputados para a comercialização de CDs pirateados. (...) Nas ações, muitos produtos pirateados e falsificados são apreendidos com ambulantes, além de mercadorias diversas vendidas em pontos não autorizados pela Prefeitura” (GUARDA MUNICIPAL, 2007).*

Nesse quadro de repressão e de controle social, os conflitos entre a Guarda Municipal e os comerciantes informais se multiplicaram rapidamente (FIGURA 16). Os embates em torno do

**FIGURA 16 - Ocorrências registradas pela Guarda Municipal envolvendo comerciantes informais (1997-2005)**

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Nº de Guardas no Centro</b>	*	*	*	*	40-60 (1)	80-110 (1)	110-130 (1)	*	*
<b>Tumultos com ambulantes</b>	72 (1 e 3)	59 (1 e 3)	*	*	*	60 (1)	56 (1)	32 (1)	24 (1)
<b>Apreensão de material (em número de mercadorias)</b>	1.604 (1 e 3)	3.071 (1 e 3)	*	*	*	*	19.615 (1)	38.314 (1)	35.498 (1)
<b>Depósitos estourados</b>	*	*	*	*	*	18 (1)	12 (1)	2 (1)	5 (1)
<b>Solicitações à Ouvidoria</b>	*	*	*	*	1.116 (1)	1.674 (1)	3.662 (1)	4.204 (1)	4.562 (1)

\* Não há dados/dados não fornecidos

Fontes: (1) Guarda Municipal da Cidade do Rio de Janeiro/Diretoria de Operações/Assessoria de Imprensa/Ouvidoria, (2) O GLOBO, (3) MUNIZ & MUSUMECI, 1999.

direito de uso e de controle dos espaços públicos encontrava no Largo da Carioca todos os elementos de sua trama. Machado relatou um exemplo desses embates:

*“No Largo da Carioca, a situação ficou tensa com a chegada do Grupo de Ações Especiais da Guarda Municipal, com homens usando capacetes, escudos, cotoveleiras e tornozeleiras. O camelô Henrique dos Santos afirmou ter sido agredido por um guarda à paisana. Com a ajuda da PM, a guarda conteve os ânimos dos ambulantes” (MACHADO, 2002).*

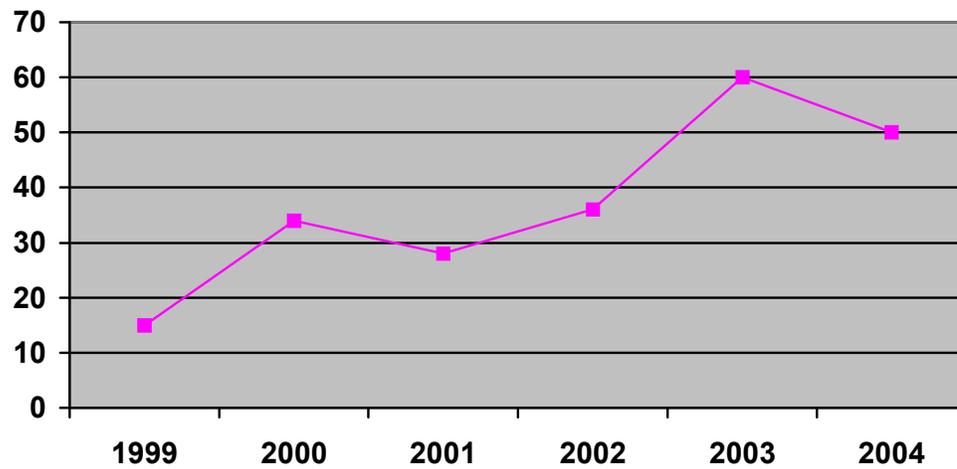
Dessa forma, a presença e a ação repressiva não se refletiram imediatamente em uma retração do comércio informal. Segundo relato do Coronel Carlos Moraes Antunes, responsável pela gestão estratégica da Guarda Municipal durante grande parte dos períodos de conflito, a concentração dos seus comandados na tarefa de repressão ao comércio informal era explicada pelo aumento da vitimização de ambos os lados (FIGURA 17). A mobilidade dos grupamentos da Guarda Municipal era também justificada como uma tática que se adaptava a própria mobilidade, difusão, agressividade e flexibilidade do comércio informal. Segundo o Coronel Antunes:

*“A estrutura desses ambulantes hoje é a mesma do crime organizado. Eles agem como uma quadrilha, que tem por trás os crimes de contrabando e pirataria. Camelô registrado não ataca a guarda, não corre em direção aos confrontos - disse o Coronel Carlos Moraes Antunes” (Apud COSTA, 2003).*

A figura 16 oferece um resumo das informações que foram reunidas nesse trabalho sobre o papel da Guarda Municipal na política de Controle Urbano (FIGURA 16). Essas informações foram em grande parte obtidas junto a Assessoria de Imprensa da instituição, sendo complementadas por dados retirados de jornais e de trabalhos acadêmicos. Nota-se um progressivo aumento no número de guardas municipais alocados no Centro da Cidade, assim como uma alta média de confrontos entre estes e os comerciantes informais. Até 2003, os tumultos chegavam a uma média de um por semana. A apreensão de material (sobretudo de *compact disks*), o número de depósitos descobertos e interditados e o registro de reclamações na Guarda Municipal seguiram igualmente a mesma tendência de aumento contínuo.

Esses números em progressão acompanham o desenvolvimento dos mecanismos de regulação e controle urbano, manifestando reações do comércio ambulante, da Câmara Municipal e da

**FIGURA 17 – Taxa de Vitimização da Guarda Municipal do Rio de Janeiro durante o expediente de trabalho (1999-2004/por mil policiais)**



Fonte: MINAYO & SOUZA, 2005.

própria Guarda. Os conflitos diminuíram apenas quando a fiscalização se tornou menos freqüente e após a definição de novas áreas regularizadas para os comerciantes informais a partir de 2004. Em parte, essa decisão significava um certo retrocesso do poder municipal em relação as suas aspirações em assumir um ordenamento mais efetivo do Centro e do Largo da Carioca.

Criticando a incapacidade dos governos Estadual e Federal em prover soluções para os problemas urbanísticos das cidades brasileiras, Cardoso apresenta uma observação importante para a reflexão:

*“dada a incapacidade sistêmica de se garantir mínimos sociais universais, a ‘solução’ adotada [pelo Estado] foi a tolerância à transgressão, permitindo que os mecanismos informais ou ilegais, embora precários, garantissem o atendimento, em algum nível, às necessidades da população sem a necessidade de investimentos públicos de vulto”*  
(CARDOSO, 2003: 11).

Ainda que essa reflexão não tenha sido direcionada especificamente ao Corredor Cultural, ao Projeto Rio-Cidade ou ao Controle Urbano, ela se mostra importante para a análise dessas políticas públicas na medida em que sintetiza involuntariamente a situação na qual os espaços públicos cariocas se encontravam. A falta de recursos, a presença de múltiplos atores em competição e as diferentes lógicas espaciais que lhe eram peculiares conferiam limitações aos benefícios obtidos com as políticas públicas.

Para dar seguimento ao estudo do Largo da Carioca e da significação da sua dinâmica pública, tentaremos identificar no próximo item quem são os atores sociais que ao mesmo tempo conferem sentido e problematizam os espaços públicos. Ao abrir uma janela para que as representações de tais atores sejam levadas em consideração no estudo da publicidade do Largo da Carioca, nos colocamos entre aqueles intelectuais que defendem que a vida social que se desenrola tem importância para a definição dos espaços públicos, mesmo que não apresentem projetos políticos claros.

## 1.2 ATORES SÓCIO-ESPACIAIS DO LARGO DA CARIOCA

Destacamos nesse item a espacialidade de quatro atores sociais presentes no Largo da Carioca: os comerciantes formais, os comerciantes informais, a população de rua, e os artistas populares. Esses atores sociais não são os únicos presentes nessa localidade, uma vez que o seu poder de atração é importante também para líderes de partidos políticos minoritários, para representantes de cultos religiosos e para diversas ONGs, por exemplo. Porém, essa limitação do número de atores presente nesse trabalho é necessária para orientar a análise e definir os critérios de avaliação.

A escolha desses atores se justifica de diferentes formas. Em primeiro lugar, o enquadramento desses atores evita os problemas inerentes a um trabalho sob perspectiva fundada em estudo da individualidade, que seria marcado pela subjetividade. Em segundo lugar, a escolha segue um critério de regularidade da presença no Largo da Carioca, pois os quatro atores sociais mencionados exercem suas atividades diariamente na localidade. Terceiro, esses atores interagem continuamente, entrando em conflito e exercendo uma pressão direta ou indireta sobre o poder público no que se refere à gestão do espaço público.

Os critérios de avaliação desses quatro atores são similares as justificativas apresentadas. Cada grupo será avaliado a partir da descrição de sua presença, na qual se encontrarão os números, os discursos e a localização de suas atividades. Essa descrição será também enriquecida através das variações observadas durante o tempo, registrando movimentos entre os atores. Por último, esses atores serão avaliados em relação aos seus conflitos com o poder público e entre si.

### **a) Os projetos do comércio formal: o Centro do Rio como um novo “Pelourinho”**

Primeiramente, chamamos atenção para a ação do comércio formal. Tal ator influencia a organização do Largo da Carioca fundamentalmente através dos seus edifícios comerciais. Esses podem ser facilmente identificados, estudados e localizados, devido às dimensões envolvidas. Esses centros comerciais cercam o Largo, conferindo uma barreira ao Leste, ao Norte e ao Sul do polígono apresentado na figura 2. Mais precisamente, os seguintes centros comerciais se encontram no Largo da Carioca: o Edifício Avenida Central, situado na

**FIGURA 18 – Edifícios Comerciais no entorno do Largo da Carioca  
Ed. De Paoli**



FIGURA 19 – Edifício Avenida Central



FONTE: Pires, 1998.

Avenida Rio Branco, nº156; o Edifício Capital, localizado na rua Almirante Barroso, nº6; o Edifício Octávio Noval, que fica na rua Almirante Barroso, nº22, e o Edifício De Paoli, localizado na Avenida Nilo Peçanha, nº50 (FIGURA 18).

Tais prédios envolvem o Largo da Carioca e mantêm um grande afluxo de pessoas, de capitais, de serviços e de mercadorias nessa localidade. De modo complementar, a diversidade de empreendimentos encontrados nesses centros comerciais reforça a centralidade exercida pela função comercial. Segundo dados levantados pelo Jornal O Globo junto à administração do Edifício Avenida Central (FIGURA 19), os seguintes números podem servir de referência para se compreender a importância desses centros comerciais:

*“O edifício [Avenida Central] chega aos 43 anos com números que continuam impressionantes: 36 andares, 18 elevadores, 1.061 salas, 194 lojas e 120 mil visitantes diários. (...) Hoje, nas galerias dos primeiros quatro pisos, lojas de informática reinam absolutas. Mas há de tudo ali, de termas a quiosques de operadora de celular, de tabacaria a restaurante japonês” (CONDE, 2004: 41).*

Esses números se mostram ainda mais representativos quando somados aos dos outros escritórios, lojas e restaurantes dos demais centros comerciais que se encontram nos limites do Largo da Carioca. Esses edifícios comerciais exercem nesse sentido uma considerável influência na dinâmica dessa localidade, uma vez que garantem uma afluência média de pessoas, além de reforçar a imagem de centro de “afazeres” da cidade. De fato, essa concentração de produtos e serviços estimula o uso eventual do Largo da Carioca, de acordo com as necessidades do usuário.

As demandas do comércio formal no Centro que são registradas pelos jornais, pelas suas associações de classe e pelos fóruns públicos se direcionam principalmente em dois sentidos diferentes: a supressão (ou regulamentação) do comércio informal, e o desenvolvimento ou expansão de políticas públicas que agreguem valor aos empreendimentos comerciais. Ambas se caracterizam pela exigência de uma maior presença do Estado para a organização dos espaços públicos, seja através do seu poder de coerção social, seja pelo exercício de seu poder construtor e articulador. Essas demandas podem ser em parte encontradas no seguinte trecho, no qual um comerciante formal se queixa:

*“Os corredores cheios dão a impressão de que os negócios vão bem, mas os comerciantes têm muitas reclamações. Antonio de Souza Santos, gerente há 23 anos do Restaurante Mineirinha, no subsolo do prédio, diz que o movimento está ruim: ‘- Boa parte da minha clientela mais antiga se aposentou ou morreu. E a concorrência é desleal. Uma barraquinha do Largo da Carioca vende sanduíche e refresco por um real’” (CONDE, 2004: 41).*

Esse relato apresenta a percepção de que a concorrência entre comércio formal e informal seria injusta, uma vez que o primeiro seria taxado e cobrado em relação a comprovação da origem dos produtos e da remuneração dos seus trabalhadores, enquanto o último não seria igualmente taxado. Essa percepção seria ainda reforçada por uma competição pela visibilidade, uma vez que o espaço ocupado no Largo da Carioca pelo comércio informal bloquearia a fachada das lojas e dos centros comerciais, atraindo possíveis consumidores dos produtos do comércio formal. Essa situação gera articulação desses comerciantes em torno de suas associações, que pressionam o Estado por mudanças.

Outro relato, de Expedito dos Santos, chefe de segurança do Edifício Avenida Central, revela a preocupação com o primeiro eixo citado, a expansão contínua e irregular do comércio informal. Em suas palavras: *“Nos últimos dois meses, a situação piorou, e a calçada em frente ao prédio foi tomada por vendedores de CDs piratas que gritam o tempo todo”* (Apud FERNANDES, 2004: 13). De uma forma geral, existe um acompanhamento dos conflitos e dos índices de criminalidade por parte de instituições como a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), a Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (FECOMÉRCIO-RJ) e da Associação de Comerciantes do Centro e do Rio Antigo (ACCRA).

Apesar do reconhecimento de que algumas melhoras ocorreram no controle da criminalidade, a avaliação ainda é negativa no que se refere ao comércio informal e aos conflitos que se desenvolvem em torno do mesmo. Tal avaliação realizada por parte da ACRJ se baseia na afirmativa de que o sucesso das atividades comerciais dependeria da existência de uma ambiência positiva, na qual o sentimento de segurança fosse evidente:

*“(…) as estatísticas quanto a roubos de estabelecimentos comerciais se mostram insuficientes num aspecto mais amplo da questão da segurança. Para Milena Duchyadi, dona da livraria Leonardo Da Vinci, as brigas de camelôs e os pequenos furtos a pedestres são um grande problema porque afugentam os consumidores prejudicando os*

*comerciantes. Para Raquel Schulz, dona da loja Raquel Presentes (...), a questão dos camelôs é apenas uma representação de um problema maior, segundo ela, o desrespeito geral acaba com a autoridade do governo. 'Um dia as lojas têm que fechar por causa de traficantes, outro por causa de camelôs. Deixa de mandar o governo e passam a mandar traficantes e camelôs' (ACRJ, 2004).*

Ainda de acordo com a ACRJ, os confrontos entre forças policiais e comerciantes informais estimulam a contratação de forças de segurança privada. Na figura 18, ao fundo, é possível observar um dos seguranças responsáveis pelo controle da fachada e do entorno do Edifício Avenida Central. Essa força privada estabelece rotinas de controle do espaço e de coerção social que não são legítimas diante das leis. A repressão a população de rua, a competição com comerciantes informais pelo domínio das calçadas e o porte de armas são exemplos da quebra da exclusividade do Estado no controle da ordem. Ainda assim, essa ação é tolerada diante da incapacidade do Estado em prover uma ação coercitiva de modo ostensivo. Com isso:

*"(...) praticamente todos os estabelecimentos têm um esquema de segurança particular. A Lidador, por exemplo, conta com um segurança na porta da loja durante todo o horário comercial. No entanto, o dono da rede, Antônio Cabral Guedes, concorda que o Centro está tranqüilo, que o segurança é apenas para prevenir pequenos furtos e completa dizendo que o problema mesmo é o desemprego. (...) Milena Duchyadi, que paga um alto condomínio em que está incluído o serviço de segurança, é contra a prática. 'Auto-segurança é o antônimo de Estado. Esse uso massivo da segurança particular é o retrato da falência do Estado' (ACRJ, 2004).*

De um modo geral, as soluções sugeridas pela ACRJ, ACCRA e FIRJAN durante os fóruns do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro e do Projeto Rio-Cidade se apóiam na premissa de que o estímulo a vivência não-regulada do Largo da Carioca gerou prejuízos aos negócios. Para ordenar novamente o Largo da Carioca e dinamizar a renovação urbana, tais associações sugerem que o foco da política pública esteja voltado para a parceria com a iniciativa privada. Em outras palavras, seria a partir da visibilidade do comércio formal, de incentivos fiscais, de eventos culturais e do provimento de segurança pública que o Estado conferiria vitalidade ao Largo da Carioca e ao Centro da cidade.

Márcia D'Antonio, presidente da ACCRA resume os objetivos de sua instituição e dos comerciantes formais ao afirmar que gostaria de estabelecer uma maior proximidade

estratégica entre comerciantes formais e poder público. Para tanto, o objetivo seria o de: “(...) *transformar o centro em um novo Pelourinho. Temos potencial para isso e muito mais*” (Apud MACEDO, 2004). Nesse processo, tal qual o que se observa no ponto turístico encontrado na cidade de Salvador, o Centro da cidade teria usos e funções mais restritas, sendo essas norteadas por um plano de exploração turística e econômica dessa localidade.

No entanto, enquanto esse tipo de espacialidade não se concretiza, o trabalho de campo realizado verificou que tais comerciantes formais se utilizam de estratégias informais para recuperar as suas vantagens competitivas. De um lado, os artistas populares, por exemplo, são frequentemente contratados para distribuir panfletos das lojas dos centros comerciantes que ficam no entorno do Largo da Carioca. Por outro lado, a sub-locação de lojas do Edifício Avenida Central para pequenos lojistas que vendem produtos de informática que, segundo as investigações da Operação Pandora da Polícia Federal (O GLOBO, 2004), seriam em sua maioria contrabandeadas.

A própria organização espacial labiríntica das barracas que ocupam boa parte da área sublocada apresenta semelhanças com a maneira pela qual o comércio informal ocupa as ruas do Centro da Cidade. De fato, as barracas são justapostas sem os afastamentos regulares, reduzindo o espaço de circulação. Tais barracas apresentam mudanças de donos mais frequentes do que as demais lojas do shopping center, mudanças estas que estão ligadas à fiscalização policial e a ausência de capital para dar seguimento aos negócios. Nesse processo, o comércio formal do Largo da Carioca se mistura em parte com o tipo de estratégia de organização do espaço que é realizada pelo comércio informal, apesar de defender outras bandeiras nos fóruns políticos institucionais.

#### **b) A ocupação do comércio informal e a defesa da livre apropriação do espaço público**

O segundo ator que participa efetivamente da dinâmica espacial do Largo da Carioca é o comércio informal. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios de 1993 (PNAD/IBGE, 1993), havia 65.493 trabalhadores informais na cidade do Rio de Janeiro, tendo esse número se mantido quase o mesmo na PNAD de 2001 (63.497). No entanto, essa pequena variação foi acompanhada por um aumento na participação dos comerciantes informais na ocupação total da força de trabalho da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com

dados do Ministério do Trabalho e do IPEA de 1999, tal ocupação passou de 22,96% em 1991 para 26,22% em 1998. Com o respaldo desses números, podemos afirmar que os direcionamentos tomados por esses atores são fatores que problematizam políticas públicas e que geram novas representações nos espaços (MELO & SABOIA, 1998).

As instituições do poder público costumam se referir a esse tipo de comércio como “comércio ambulante”, fazendo alusão a sua mobilidade e a maneira como essa atividade se desenvolvia no passado. Preferimos, no entanto, usar o termo “informal”, uma vez que esse tipo de comércio cada vez mais baseia a sua atividade na montagem de barracas, que muitas vezes acontece nos mesmos lugares. Com isso, a antiga caracterização da mobilidade diária vem sendo substituída pela apropriação regular de terreno público, seja esta com ou sem permissão do poder municipal.

Trata-se na verdade de um conjunto heterogêneo de vendedores. Como pode ser visto nas tabelas sócio-econômicas da figura 20, não existem muitas similaridades no que se refere às origens, à escolaridade, à experiência profissional e às faixas de idade. Por exemplo, nota-se uma maior concentração na faixa entre 21 e 40 anos. Porém, como vimos anteriormente, o perfil desejado de comerciante informal procurado pela Prefeitura é outro, valorizando sobretudo os jovens e os idosos. Esses fatos tornam difícil estabelecer um perfil médio que seja condizente com a realidade. Tais trabalhadores possuem em comum a dificuldade em se manter no mercado formal de trabalho e a escolha em usar o espaço público como solução para esse problema. Através da montagem de um posto de venda informal nas ruas e praças, esses vendedores esperam garantir o seu sustento (SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO DO RIO DE JANEIRO, 2002).

Para fins de classificação e de análise, separamos o comércio informal sob três formas de ocupação do espaço: as barracas, as “carrocinhas” e os “esticas”. O primeiro tipo especificado se refere à montagem diária (ou periódica) de barracas portáteis, estabelecendo um ponto de venda fixo que vem atraindo a atenção do poder público, uma vez que, segundo pesquisa do FIRJAN de Maio de 2004, 59% consome esse tipo de produto. A definição dos produtos e a regularidade dos pontos de venda são variáveis de acordo com o caso. O segundo tipo de ocupação se realiza através das “carrocinhas”, que são pequenos, que comercializam sobretudo alimentos e guloseimas (sanduíches, pipoca, balas). Por último, os “esticas” são essencialmente vendedores de produtos ilegais, contrabandeados ou não-tributados

**FIGURA 20 - Faixa etária dos comerciantes informais do centro da cidade do Rio de Janeiro (2001-2002)**

	<b>ATÉ 15</b>	<b>16-20</b>	<b>21-30</b>	<b>31-40</b>	<b>41-50</b>	<b>51-60</b>	<b>61-70</b>	<b>TOTAL</b>
	<b>ANOS</b>	<b>ANOS</b>	<b>ANOS</b>	<b>ANOS</b>	<b>ANOS</b>	<b>ANOS</b>	<b>ANOS</b>	
<b>NÚMERO DE COMERCIANTE</b>	2	24	75	74	54	33	17	276

**FIGURA 21 – Escolaridade dos comerciantes informais do centro da cidade do Rio de Janeiro (2001-2002)**

	<b>ANALFABETO</b>	<b>PRIMÁRIO - 1A A 4A SÉRIES – (ENSINO FUNDAMENTAL)</b>	<b>GINASIO - 5A A 8A SÉRIES – (ENSINO FUNDAMENTAL)</b>	<b>2º GRAU INCOMPLETO (ENSINO MEDIO)</b>	<b>2º GRAU COMPLETO (ENSINO MEDIO)</b>	<b>SUPERIOR INCOMPLETO</b>	<b>SUPERIOR COMPLETO</b>	<b>TOTAL</b>
<b>NÚMERO DE COMERCIANTE</b>	12	96	106	30	36	4	2	286

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO DO RIO DE JANEIRO, 2002.

**FIGURA 22 – Tipificação dos produtos vendidos e da estratégia de venda pelo comércio informal no Largo da Carioca, 2004-2006 (em número de barracas)**

	<b>SÉRIE A</b>	<b>SÉRIE B</b>	<b>CARROCINHAS</b>	<b>ESTICAS</b>	<b>TOTAL</b>
<b>ARTESANATO</b>	3	26	-	-	29
<b>BUGIGANGAS E ELETRÔNICOS</b>	34	10	-	8	52
<b>ALIMENTOS</b>	12	10	5	-	27
<b>REMÉDIOS</b>	3	-	-	-	3
<b>ROUPAS</b>	3	10	-	-	13
<b>TOTAL</b>	55	56	5	8	124

(*softwares*, CDs, produtos eletrônicos, roupas com grife falsificada, cigarros, óculos de sol e relógios) que apresentam o seu posto de venda montado sob lonas de plástico, ou dentro de mochilas ou ainda em sacos que permitam a rápida fuga em caso de repressão policial.

No caso do Largo da Carioca, encontramos 111 barracas montadas. Em torno dessas barracas, também foram registradas 5 carrocinhas e 8 “esticas”, totalizando 124 comerciantes informais em atividade (FIGURA 21). Esses dados foram obtidos através da observação empírica, pois a Coordenação de Licenciamento e Fiscalização e demais órgãos da prefeitura não compartilharam informações oficiais a esse respeito. Esse número sofreu variações nos últimos anos, mas esse quadro geral oferecido é o que mais se aproxima da organização espacial observada durante o ano de 2006.

Na figura 22, é também possível analisar as barracas através dos produtos vendidos. Essa separação é útil para observar se os produtos vendidos estão de acordo com as especificações apresentadas na Lei Municipal nº1.876/92 e outras subsequentes. De acordo com o conteúdo dessa Lei, os produtos que devem receber prioridade nas vendas nem sempre são aqueles privilegiados pelos comerciantes informais. Por exemplo, a venda de artigos eletrônicos, relógios, óculos, remédios e roupas se dá muitas vezes a revelia da lei, uma vez que podem ter origem ilícita ou não foram devidamente taxados. Também existem problemas quanto às roupas, que por vezes copiam os modelos de marcas já existentes. De acordo com o texto da Lei:

*“Art. nº27 - É permitida a venda dos seguintes produtos e serviços: I - artigos de artesanato (...); II - plantas (...); III - serviços de funileiro, chaveiro, amolador, fotógrafo [etc.]; IV - bala e doces embalados; V - artigos de limpeza, pequenas ferragens e miudezas de copa e cozinha; VI - artigos de papelaria, de escritório e escolar, impresso, imagem, estampa e folheto numismática e livro, revista e disco usado; (...) VIII - artigos de alimentação, tais como: sanduíche em geral, doce, cachorro-quente, salgado, pizza, pastel, empada, sorvete, pipoca, algodão doce, guloseima, água mineral, refrigerante, (...), pão, fruta, legume, verdura [etc.]; IX - obra de pintor e artista plástico. (...) Art. 28 - Não será permitida a venda pelo comércio ambulante: I - bebida alcoólica (...); II - arma (...); III - inflamável, corrosivo e explosivo; IV - pássaro e outros animais (...); V - alimento preparado no local, [exceto produtos anteriormente mencionados] (...); VI - sapato, mala e roupa, exceto pequenas peças de vestuário; VII - relógio, óculos, medicamento, artigos elétrico e eletrônicos” (LEI MUNICIPAL 1876, 1992).*

A classificação socioeconômica dos vendedores, a especificação de seus tipos de comercialização e dos produtos vendidos são fundamentais para compreender a organização espacial desses comerciantes no Largo da Carioca. A maior parte desses comerciantes está disposta em duas séries, uma delas se encontra na Praça Estado da Guanabara (Série A, 55 barracas) e a outra está localizada no Largo da Carioca (Série B, 56 barracas) (FIGURA 23, 24 e 25). Essas duas séries foram regularizadas como áreas de comércio informal em períodos diferentes, sendo que a primeira se consolidou após o Projeto Rio-Cidade da Avenida Rio Branco e a segunda se tornou mais regular após os conflitos que marcaram o período entre 2001 e 2003. No lugar da Série B, o poder municipal tentou estimular feiras populares, venda de produtos artesanais, obtendo sucesso apenas relativo (MELO & SABOIA, 1998).

A regularização dessas duas áreas foi acompanhada pela progressiva implementação de instituições (Guarda Municipal e Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização), de funções públicas (Fiscal de Controle da CLF, Grupamentos Especializados em Controle Urbano), de regras e de equipamentos para o controle dos comerciantes informais, tentando separar aqueles que foram regularizados dos não-regularizados. Porém, esse controle público encontrou resistências em se fazer cumprir.

Por exemplo, a lei municipal nº 2.053 de 02/12/1993 e a Portaria da CLF de 14/03/2004 exigem o uso de crachás para fins de controle do comércio informal e determinam as condições para que estes sejam obtidos. De maneira análoga, certas leis estabelecem critérios de higiene para o uso dos espaços públicos, assim como a Portaria da CLF de 14/03/2004 dispõe sobre a necessidade da posse de documentos comprobatórios e notas fiscais que garantiriam a origem dos produtos e o direito à montagem da barraca. Foi criada igualmente a cobrança da Taxa de Uso da Área Pública pelas Leis Municipais nº1.876/92 e pelo Código Tributário do Município, ainda que a sua cobrança não tenha sido realizada continuamente ao longo dos últimos 10 anos. Esperava-se reverter a tendência a informalidade através dessas ações de cunho jurídico e fiscal (MELO & SABOIA, 1998).

Como vimos na descrição da Guarda Municipal, o Centro da cidade concentra uma grande quantidade de comerciantes informais, tendo se tornado uma área no qual a ação pública é contestada. De fato, os conflitos entre forças policiais e comerciantes informais vêm pressionando o reordenamento do espaço. Um dos principais focos de interesse dos comerciantes informais está em garantir e melhorar as suas condições de trabalho nos grandes

**FIGURA 23 – Disposição do comércio informal no Largo da Carioca**



**FIGURA 24 – “Série A”, 2004-2006**



**Foto tirada do Convento de Santo Antônio.**



**Foto tirada do Edifício Avenida Central.**

eixos de circulação, enquanto o interesse declarado do poder público é desobstruir as calçadas. Como observaram Costa e Magalhães (2003), o número de comerciantes informais regularizados aumentou paralelamente a multiplicação dos conflitos. Segundo esses autores:

*“Dos 3 mil ambulantes autorizados a trabalhar no Centro, cerca de 2.100 receberam licenças nos últimos dois anos. Mas mesmo os autorizados também cometem irregularidades. Nos últimos dois anos, 12 perderam as licenças porque venderam as barracas para terceiros por preços que variam de R\$ 2 mil a R\$ 5 mil. Os ambulantes licenciados estão distribuídos por 21 pontos, incluindo o Largo de São Francisco, Rua Uruguaiana (Camelódromo), Rua da Quitanda (dois trechos), Central do Brasil e o Largo da Carioca [Praça Estado da Guanabara]” (COSTA & MAGALHÃES, 2003: 19).*

Isso significa que esse processo de intervenção pública não se constituiu em um impedimento para novas ocupações. No Largo da Carioca, por exemplo, ao longo dos anos 2004, 2005 e 2006, novos comerciantes se acumulavam na proximidade da Avenida Chile, conferindo uma continuação informal a área definida pela “Série B”. Na Figura 26, é possível observar na parte de cima da imagem a presença desses comerciantes informais não registrados, que se aproveitavam da ambiência positiva formada pela regularização e esperavam ser incluídos no sistema. No entanto, ao longo do ano de 2007, esses trabalhadores foram retirados dessa área pela ação conjunta da Guarda Municipal e da CLF.

Diversas associações sindicais assumem a tarefa de representar e apoiar os comerciantes informais do Largo da Carioca. Entre essas associações, encontra-se o Movimento Unido dos Camelôs (MUCA), instituição ligada a Central Única dos Trabalhadores (CUT-RJ). Essa entidade articula manifestações e reuniões com políticos que se mostram abertos as demandas do comércio informal do Largo da Carioca, como Edson Santos (PT-RJ) e Jandira Feghali (PcdoB-RJ), de acordo com o relato da sua líder, Maria de Lurdes dos Santos (SANTIAGO, 2003). Entre essas demandas, podem ser encontradas as seguintes:

*“Queremos assentamentos nas ruas e feiras. Queremos que os camelôs sejam cadastrados. Hoje são dois mil camelôs no Rio de Janeiro. Estamos reivindicando o assentamento em alguns locais. Nós não queremos que a Guarda saia da rua. Ela é importante para organizar. Nós queremos o fim da violência da Guarda” (SANTIAGO, 2003).*

**FIGURA 25 – Esquema gráfico da Série A e Série B (por produtos)**

**Série A**

2	3	6	2	2	2	3	2	2	5	5	2	2	4	5	1	2	4	1-2
3	2	7	2	6	5	7	2	2	2	4	2	2	2	2	5	?	?	3

Av. Rio Branco Largo da Carioca (altura – R. Uruguaiana)

**Série B**

1	5	1	5	5	5	1	-	-	-	5	1	5	1	1	1	5	5	1	1	5	-	-	3
3	5	1	1	2	5	5	1	2	5	5	5	1	1	1	5	5	5	1	1	2	3	2	-

Largo (saída do metro – Estação Carioca) Largo (altura – Av. Alm. Barroso)

Classificação:

1 – Artesanato (bolsas, enfeites, artigos em couro)

2 – Bugigangas e eletrônicos

3 – Alimentos

4 – Remédios, ervas e tônicos

5 – Roupas

6 – Relógios, cds e óculos

7 – Flores, legumes e frutas.

**FIGURA 26 – “Série B”: comerciantes informais regularizados e comerciantes informais irregulares**



FIGURA 27 - Manifestação do MUCA



Fonte: O Globo, 05/12/2003.

A este respeito, é preciso considerar que a ambiência gerada pelo confronto com o poder público e a polêmica sobre a legitimidade do comércio informal causa alternância entre a participação político-sindical e a ação independente da participação no sistema institucional.

Além disso, diversas associações e entidades procuram dar voz a esses apelos, como é o caso da Federação dos Ambulantes do Rio de Janeiro, da CUT-RJ e do MUCA. Tal fato torna ainda mais difícil a proposição de uma estratégia comum para os comerciantes informais. Com isso, muitas vezes, a estratégia adotada se resume ao bloqueio da formalização e da fiscalização, ao invés de se traduzir em um avanço para o ordenamento espacial e a formação de consensos.

Comentando sobre a desilusão com o funcionamento da esfera pública e da imprensa, Idson Alves, coordenador do MUCA, revela descrença em relação a sua eficácia e imparcialidade: *“A gente faz audiências públicas, participa de debates e não sai uma linha [na imprensa]. Agora no dia do confronto a imprensa toda está lá para ver a cidade pegar fogo, para passar essa imagem de bandidos, que não somos”* (Apud BARBOSA, 2004). Essa posição de descrença e resistência se mostra ainda mais importante na medida em que a Lei nº1.876/92 prevê que se não houver consenso na Comissão que debate o comércio informal, prevalece a posição da Prefeitura. Com isso, um espaço público como o Largo da Carioca é uma arena na qual os comerciantes informais lutam para garantir as condições de sua sobrevivência, mesmo quando essa posição os coloca em oposição ao bom funcionamento das leis e da ordem.

### **e) A população de rua e a “praça-dormitório”**

A expressão “população de rua” diz respeito a um agrupamento heterogêneo de pessoas que dorme e vive no espaço público por diferentes razões. De acordo com pesquisa da ONG Médicos Sem Fronteiras e da Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura do Rio de Janeiro (ver MIRANDA, 2002), diversas condições levam a essa situação de vulnerabilidade social: podem ser pessoas que fugiram de famílias disfuncionais (como é o caso dos menores de rua), outros apresentam dificuldades de socialização (doenças mentais, vícios, fuga da violência) e outros ainda assumem esta posição na rua como alternativa a sua própria casa (MIRANDA, 2002; O GLOBO, 1997; O GLOBO, 2005; SANTOS, 2004).

Esses três tipos possíveis demonstram mudanças na idéia de população de rua, especialmente no que se refere ao último tipo. Até recentemente essa situação era pouco conhecida, e associava-se a presença na rua a miséria extrema. Como relatou um ex-presidente da Fundação Leão XIII, responsável pela acolhida aos moradores de rua:

*“Dentro do quadro de rápida evolução e transformação que se verifica na sociedade, exigindo de todos nós maior participação, observa-se que o segmento dos desvalidos sofreu significativa alteração. Expressiva parcela dos que dormem sob marquises é de pessoas que moram em pontos distantes da capital e, na falta de condições de locomoção por meios de transporte, permanecem próximas aos locais do subemprego”* (MELO DE SÁ, 1997).

Nesse último caso, as pessoas dormem durante uma parte da semana no Largo da Carioca e em outras localidades do Centro da cidade (FIGURA 28), evitando os gastos com o transporte entre a casa e o trabalho. De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), apenas 14% dos moradores de rua declarou dormir na rua por falta de moradia e 25% afirmou que não dorme nas ruas todos os dias (MIRANDA, 2002).

Esses dados podem ser em parte relativizados devido a respostas defensivas, evitando o surgimento de políticas agressivas de gestão dos espaços públicos. Porém, esse relato se mostra interessante na medida em que revela simultaneamente o interesse do Estado sobre um novo tipo de população de rua e a preocupação desses moradores em não se submeter ao exame e supervisão do poder público (MIRANDA, 2002; O GLOBO, 1997; SANTOS, 2004).

Miranda contribui para a compreensão dessa posição ao questionar o morador de rua Ricardo, de 26 anos. O entrevistado revelou que possui casa na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, que dorme no Largo da Carioca, que faz biscates ali e que eventualmente pede dinheiro nas ruas. Em suas palavras:

*“Hoje me sustento e ajudo minha mãe catando latinha, papelão, papel. Moro no Largo de São Francisco e no Largo da Carioca durante a semana e no final de semana vou para a casa da minha mãe em Nova Iguaçu. (...) Uma coisa que eu graças a Deus nunca fiz foi roubar. Pedir, eu peço mesmo, mas roubar, nunca fiz isso. Eu falo, tenho braço, tenho perna e tenho obrigação de me virar para trabalhar”* (MIRANDA, 2002).

**FIGURA 28 - População de rua no Largo da Carioca**



Os gastos com passagens de trens e ônibus pesariam fortemente sobre o orçamento de pessoas como Ricardo, podendo comprometer a alimentação. Além disso, a presença nos espaços públicos permite o acesso a pequenas doações e trabalhos que complementaríamos as despesas domésticas. De acordo com pesquisa da SMDS, 92% dessa população de rua exerce algum tipo de trabalho informal. Com isso, lugares como o Largo da Carioca se tornariam tanto uma segunda casa, quanto um local de trabalho para a população de rua.

O interesse desses atores no Largo da Carioca pode ser testemunhado através de sua apropriação diária, como revela reportagem do Jornal O Globo:

*“Nem grades e policiamento impedem a invasão diária de moradores de rua no Largo da Carioca. Às 18h, quando os portões da praça são fechados, adultos e crianças pulam as grades, tomam banho no lago e dormem entre as árvores. São pelo menos 40 pessoas, população que cresce numa velocidade maior do que o resultado das ações do poder público” (O GLOBO, 2005).*

Ainda que esse tipo de reportagem possa ser questionado como um suposto resultado de interesses de certos grupos hegemônicos e ligados aos meios de comunicação, a associação que se observa entre o Largo da Carioca e a população de rua é amplamente admitida. Esses atores do Largo da Carioca podem ser vistos, sobretudo no Jardim da Carioca e no terreno de acesso ao Convento de Santo Antônio, se beneficiando da área arborizada, dos bancos de praça e da passagem de pessoas. De acordo com as observações de campo realizadas, durante o dia, o número de moradores de rua nessa localidade varia entre 10 e 20 pessoas, que se dispersam durante a tarde, e se reconcentram a noite, podendo contar com o dobro de moradores durante as noites (O GLOBO, 1997 e 2005; SANTOS, 2004).

Essa situação, que originalmente seria temporária e pouco precisa no que se refere à fixação no espaço, se converteu pouco a pouco em hábitos mais regulares. À noite, a organização e distribuição de pequenos objetos privados e pessoais acrescentam caráter e limites privados às funções públicas do Largo da Carioca. Por exemplo, uma reportagem do jornal O Globo de 1997 apresenta o caso de Maria do Rosário, moradora de rua que se valia de suas boas relações com os seguranças que trabalhavam nas redondezas para garantir o respeito a sua privacidade:

*“Mas se é inevitável dormir na rua, ser maloqueiro não implica mais em apenas esticar um papelão. À noite, assim que o movimento no Centro começa a diminuir, casinhas brotam em marquises, calçadas, escadarias. Feitas de madeira e papelão, têm rádio, armário, fogão, panelas, colchões. Mais do que abrigos contra o frio cortante da madrugada - neste inverno a temperatura tem chegado até a casa dos 15 graus - são verdadeiros esconderijos. ‘- Ninguém me vê. E se tentarem mexer comigo, chamo a segurança’ - avisa a faxineira Maria do Rosário de Jesus, dona de uma ‘casa’ no Largo da Carioca, e que conta com a proteção dos seguranças do Edifício Avenida Central” (O GLOBO, 1997: 9).*

No entanto, esses usos, frequência e comunicação com outros grupos não devem ser confundidos com o desenvolvimento de um sentimento comunitário e de integração social. Ao contrário, os relatos obtidos em relação à população de rua apresentam divisões territoriais e rivalidades. Tais territórios e rivalidades, por sua vez, estariam ligados a exclusividade e ao controle sobre o direito de trabalhar e de morar nos espaços públicos. Grupos rivais de catadores de lixo se antagonizam para controlar as suas áreas de coleta, e alguns moradores de rua se envolvem nessas disputas (O GLOBO, 1997 e 2005).

O desapego a formalidade da população de rua se manifesta através de sua desconfiança no Estado e nas suas políticas públicas. Nesse sentido, o ordenamento sócio-espacial sugerido pela ordem pública é em parte ignorado, deixando, por exemplo, que a oferta de abrigos no Centro não surta os efeitos esperados. O temor da perda da liberdade e do monitoramento público é maior do que o medo da violência e da vulnerabilidade nas ruas. O que desejam especificamente do Largo da Carioca é que esse permaneça como área aberta aos moradores de rua, enquanto a melhor remuneração e uma nova política habitacional voltada para as camadas populares não aparecem (MIRANDA, 2002; O GLOBO, 1997 e 2005; SANTOS, 2004).

#### **e) Os artistas populares e o palco da cidade**

O quinto conjunto de atores que gostaríamos de chamar atenção é composto pelos artistas populares. Nos referimos especificamente às exhibições de acrobacias, de malabarismos, de performances teatrais e de espetáculos de música no espaço público. Em geral, esses artistas atuam no espaço público sem contar com autorizações, com taxações e nem com o controle do poder público. A idéia central desse grupo de atores é compensar a dificuldade em

ingressar no mercado formal e no circuito cultural da cidade através das representações em localidades como o Largo da Carioca. De acordo com reportagem do Jornal do Brasil:

*“o Largo da Carioca [é] o grande palco (...) da cidade. A cada ano, surgem ali novas modalidades de diversão pública, rápida e rasteira. Houve um tempo em que seu espaço era dominado por jogadores-malabaristas, que se exibiam fazendo (...) embaixadas, (...). Há cerca de cinco anos entrou na moda um tipo diferente de artista, as estátuas humanas (...). Palhaços, repentistas, homens-sombras, cachorros amestrados, tocadores de violão, forrozeiros, flautistas peruanos, há de tudo nas cercanias do largo, que atualmente presencia o (...) boom da mágica” (JORNAL DO BRASIL, 2004a).*

Foi observada uma média de 10 artistas populares presentes diariamente no Largo da Carioca. Existe uma certa flutuação em relação à frequência das atividades, mas os atores procuram manter uma certa regularidade e ocupar a mesma localidade para exercê-las. Essa postura regular se justifica como uma tentativa de garantir o “ponto” de exploração da sua atividade, além de aumentar a sensação de segurança do artista, que estaria supostamente protegido pela presença de colegas. Suas apresentações acontecem, em geral, na proximidade da saída do metrô, próxima a rua Carioca e ao Relógio da Carioca (ver a figura 2).

Observamos três tipos fundamentais de artistas populares: os músicos, os artistas circenses e os artistas plásticos. Entre os músicos, são encontrados artistas que não conseguiram se inserir no mercado musical brasileiro e que exercem essa atividade de forma amadora. Os artistas circenses compreendem mágicos, capoeiristas, palhaços, acrobatas, equilibristas, domadores de animais e contorcionistas. Os artistas plásticos são pintores, escultores, desenhistas e cartunistas que procuram a visibilidade do espaço público para conferir projeção as suas obras. Esses atores usam o espaço aberto do Largo da Carioca para ganhar notoriedade e para fazerem contatos profissionais (FIGURA 29).

Desses três tipos, apenas o último conta com algum tipo de apoio jurídico para sustentar a legitimidade de sua ocupação do espaço público. De fato, através da regulamentação da Lei Municipal nº1876/92, que autoriza a venda de “obra de pintor e artista plástico”. Ainda assim, a venda desses produtos depende também da não-obstrução do espaço público, do cumprimento de regras de higiene e da conveniência dessa venda, regulados pela CFL. Os outros dois tipos contam com a omissão do poder público para exercer as suas atividades, sendo que ainda enfrentam, por vezes, a resistência de comerciantes formais e informais.

Esse conjunto heterogêneo de atores depende da apropriação temporária de um fragmento do espaço público para exercer as suas atividades. Para evitar a fiscalização do poder público, atrair os passantes e não sofrer a repressão dos comerciantes formais e informais por causarem problemas para a circulação de pessoas, os artistas populares não realizam espetáculos longos. Em média, o tempo de duração gira em torno de 10-15 minutos para que no mínimo 2 e no máximo 4 artistas atraiam o público, se apresentem e recolham as doações (SANTANA & DUARTE, 2004).

De modo mais preciso, todos esses atores ocupam o Largo da Carioca através da formação de “rodas”, demonstrando que apesar da diferença nas atividades, há uma semelhança no uso do espaço. Como Santana e Duarte haviam notado, “*we can observe certain similar processes in terms the Largo da Carioca’s street theatre and the techniques of the circus, not least in terms of spatial dynamics and the training of popular actors*” (SANTANA & DUARTE, 2004: 8)<sup>3</sup>. Carvalho (1999) define o espetáculo popular organizado em forma de roda nos espaços públicos como um pacto temporário que se constrói entre artistas e a platéia. Trata-se do livre estabelecimento de uma área física sob influência desses artistas, dentro da qual os limites são demarcados pela presença do público e das necessidades do espetáculo.

A área do Largo da Carioca é uma das mais cobiçadas para a definição das rodas de artistas populares. A sua posição próxima ao centro financeiro e cultural da cidade, o elevado fluxo de pessoas e a facilidade de acesso aos eixos de transporte público garantem lucros aos seus participantes. Essa valorização da localidade pode ser confirmada, por exemplo, através do relato de Lyon, que faz acrobacias com bolas de futebol em diversas localidades na cidade do Rio de Janeiro:

*“Já Lyon, o rei das embaixadas, tem 50 anos e mora em Copacabana. Ele (...) chama atenção fazendo malabarismos com duas bolas. (...) Com talento, dedicação e simpatia, Lyon consegue faturar m torno de R\$ 50 se está na Vieira Souto ou em alguns pontos de Copacabana e entre R\$ 20 e R\$ 30 se vai para o Largo da Carioca. (...) ‘ – Ao longo da semana, fico no Largo da Carioca (...)’”* (TEMER, 2003: 20).

---

<sup>3</sup> Tradução: “*podemos observar alguns processos similares nos termos do teatro de rua e das técnicas circenses, e não menos nos termos das dinâmicas espaciais e do treinamento de atores populares*” (SANTANA & DUARTE, 2004: 8)

**FIGURA 29 – Artistas populares no Largo da Carioca**

**CAPOEIRA (02/04/2006)**



Fonte: Arley Ramos.

**MÚSICO (2005)**



Entre as suas reivindicações frente ao poder público, podemos encontrar as seguintes: construção de arenas de cultura popular, licenciamento de feiras, provimento de condições de segurança e de higiene para esses espetáculos, liberdade garantida de ir e vir para os artistas, com o menor controle público possível. Em meio a essas demandas, o Largo da Carioca cumpre sempre um papel importante, ao ser usado como exemplo de e também como área na qual o poder público deveria investir. Sobretudo, esses artistas lutam pela não-taxação de suas atividades, que na maioria das vezes, não são realizadas por profissionais, mas sim por amadores. Muitos inclusive argumentam que sua ação impede o contato com a criminalidade, como é o caso do grupo de teatro amador “Tá na Rua”.

Os atores populares foram citados positivamente pela população na segunda fase do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (2001-2000) durante os estudos diagnósticos na área do Centro da cidade. Na “Pesquisa de Percepção: 2001-2002”, a presença dos artistas populares se encontra também na categoria “potencialidades” da área, refletindo uma posição de anuência do poder público ao julgamento popular. Porém, esses artistas e suas atividades não aparecem como parte das estratégias definidas como prioridades para investimentos. De fato, a prioridade conferida na área da cultura está voltada para a valorização do patrimônio histórico, dos seus prédios e de seus equipamentos (PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO II, 2002).

Essa situação reflete uma certa tolerância e abandono do poder público em relação a esses artistas, que passariam a determinar as condições de sua atividade no espaço. Se existisse uma entidade de representação para esses artistas, seria possível coordenar as atividades e dividir tempo e espaço de cada um. Entretanto, de acordo com o relato obtido por Marcial (2001), esses artistas populares procuram estabelecer territorializações, evitando que novos artistas passem a trabalhar no Largo da Carioca. Essa situação revela uma baixa politização e a inexistência de um sentimento de classe entre os artistas populares, reforçando a competição interna e diminuindo a legitimidade de suas demandas. Como colocou Carvalho:

*“O acordo sobre a utilização do espaço público é feito entre eles mesmos, conforme ‘o tempo que se tem de rua’, sendo que os mais novos devem aceitar os espaços liberados pelos mais antigos, que mantêm seus pontos fixos... De pequenos acertos informais são feitas as regras que devem ser respeitadas por todos aqueles (CARVALHO, 1997: 40).*

A condição vivida pelos artistas populares pode ser usada para introduzir uma discussão mais geral, relativa à organização do espaço público. Os artistas procuram revestir o Largo da Carioca com os seus símbolos, no intuito de realizar seus espetáculos e de legitimar a sua apropriação espacial diante de outros atores e do poder público. Essa iniciativa tem um sucesso relativo, pois apesar de atrair a curiosidade das pessoas que passam pelo Largo da Carioca, os artistas populares não tiveram as suas atividades reguladas pelo poder público. Com isso, as suas atividades se desenvolvem através do sistema informal e existe uma tendência à territorialização devido à competição pelo espaço público.

O tema nos leva a refletir sobre como a noção de espaço público e a vivência concreta do espaço físico são caracterizados por interações, por contrastes e por transformações contínuas. Como vimos, a organização espacial do Largo da Carioca se define através da coexistência de diferentes interesses dos atores e do poder público, sem que haja uma clara hierarquia e hegemonia entre os atores. Seja através dos canais formais da política representativa, seja pelo intermédio da informalidade nas ações, esse espaço público ganha significações, alterna diferentes formas espaciais e presencia diferentes comportamentos. Para compreender quais são as bases teóricas que permitem essa reflexão, faremos uma análise da noção de espaço público no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 2 A UTOPIA DO ESPAÇO PÚBLICO

Após a análise da morfologia do Largo da Carioca, da ação promovida pelos seus atores e as obras e posturas sugeridas por suas políticas públicas, é preciso alterar o foco de análise nesse capítulo. Apesar desses aspectos concretos e práticos serem os elementos mais evidentes para a análise do espaço público, é preciso analisar igualmente outros aspectos que não podem ser facilmente percebidos e que não são de conhecimento geral. Esses últimos orientam a organização dos espaços públicos através da difusão de idéias e da comunicação.

Mais especificamente, a mudança de foco desse capítulo deve ser realizada no intuito de adicionar filosofias, valores e princípios de convivência à análise, pois esses últimos possuem grande peso na configuração física do espaço público. Nos referimos aqui aos conceitos das ciências sociais, aos princípios democráticos e as normas que garantem a civilidade, sustentando o discurso dos espaços públicos. Todos os atores e políticas dos espaços públicos estão imbuídos dessa carga imaterial, ainda que por vezes a mesma não seja realizada de forma consciente. Com isso, o estudo dessas características imateriais nos permite compreender estabelecer outra baliza na qual se apóia a vida pública.

Essa análise dissociada entre aspectos concretos e aspectos imateriais se justifica pela riqueza dos temas debatidos e pela necessidade de compreender a complexidade da organização e do significado dos espaços públicos. Assim, por uma questão unicamente didática, esses temas se encontram separados em dois capítulos dessa descrição. Tal afirmativa é importante uma vez que, no Largo da Carioca e em outros espaços público, materialidade e imaterialidade estão imbricados e possuem influências recíprocas.

De uma maneira geral, é possível definir que esse capítulo pretende avaliar as bases sob as quais se assentam o valor imaterial e comportamental do espaço público. Mais precisamente, dois objetivos norteiam a pesquisa: a) entender como a noção de espaço público se formalizou, indo além da simples criação de leis, pois trata da construção da política representativa; b) a análise de como essa noção foi transformada em um modelo abstrato e utópico de interação política da sociedade.

Para tanto, o trabalho se desenvolveu em duas etapas: a primeira procura recuperar a literatura construída sobre a noção de espaço público, estabelecendo a sua origem e a maneira como esse conhecimento se traduz nas ciências sociais; a segunda etapa trata mais especificamente do modo pelo qual a noção de espaço público foi referenciada por uma construção utópica. Tais etapas nos possibilitam especificar a maneira pela qual a idéia de espaço público se desenvolveu historicamente, o sentido que as ciências sociais conferem a esta noção e o modelo resultante da sua teoria.

Esse capítulo se justifica de diferentes maneiras. Primeiramente, a sua realização provê uma base teórica para o trabalho, na qual os dados apresentados no capítulo anterior podem ser analisados e interpretados, evitando os riscos e os vícios do empirismo. Segundo, ao discutir a origem da noção de espaço público e as diversas concepções das ciências sociais, é possível refletir sobre o papel atribuído ao conceito de espaço, fundamental para o estudo da contribuição da geografia que tem lugar no capítulo seguinte. Por último, esse capítulo nos permite compreender algumas das limitações da noção de espaço público, ao analisar como esta se concretizou em um olhar utópico.

Com isso, o capítulo que se inicia não se constitui apenas em uma moldura na qual se insere a análise empírica do Largo da Carioca. Ao contrário, esse capítulo também apresenta conceitos e questões que são levadas a campo, se tornando importante para a observação e para o resto do trabalho. Além disso, a imaterialidade dos elementos discutidos nesse capítulo se associa de diferentes formas a materialidade do espaço público, dotando esse último de significados e também o alterando. Dessa forma, é possível equilibrar a análise através da contribuição aqui presente, ao levar em consideração aspectos que não foram enfocados no capítulo anterior.

O trabalho que aqui se desenvolve está assentado sobretudo em uma revisão bibliográfica que coloca em discussão a contribuição de autores como Alexis de Tocqueville, Jürgen Habermas, Hannah Arendt, Le Corbusier, Richard Sennett, e Kevin Lynch. Esses autores são conhecidos por terem sistematizado e organizado o conhecimento em torno da noção de espaço público em suas respectivas áreas de conhecimento. Cada um desses autores procurou também demonstrar a sua maneira que o espaço físico condensaria valores, comportamentos, sentimentos e formulações teóricas. Portanto, ao fazer apelo as suas contribuições, estamos então necessariamente debatendo as bases nas quais se encontram apoiadas os elementos que compõem a discussão dos espaços públicos.

## **2.1 DA ORIGEM DA NOÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E DE SUAS PARTES CONSTITUTIVAS: A DISTINÇÃO ENTRE PRIVADO, SOCIAL E PÚBLICO**

Esse item procura discutir a origem da noção de espaço público e a maneira como essa idéia se organizou na sociedade ocidental. Tal estudo possui um elevado grau de complexidade e não há um consenso geral acerca de seus marcos. No entanto, essa imprecisão não deve servir de justificativa para a sua negligência: o entendimento dos termos que são tomados como pontos de partida para a pesquisa influencia fortemente o olhar que se constrói da noção de espaço público.

Para avançarmos nesse sentido, faremos nesse item uma releitura da obra de Alexis de Tocqueville, de Jürgen Habermas, de Hannah Arendt, de Richard Sennett, entre outros autores. Esses intelectuais foram escolhidos como centro de análise por serem os responsáveis pela teorização e reflexões acerca do espaço público, tendo realizado esse esforço de forma direta. Assim, deixa-se em segundo plano aqueles autores como Immanuel Kant, Karl Marx, Patrick Geddes e Le Corbusier, pois estes autores discutiram a publicidade de modo indireto, através do indivíduo, da economia, da democracia ou do urbanismo. De fato, suas obras não enunciavam necessariamente a noção de espaço público, a sua importância e nem os termos sob os quais os seus debates se fundam hoje.

Ao fazer essa escolha, revela-se que a reflexão direta acerca da noção de espaço público se construiu em grande parte de forma retrospectiva, isto é, discutindo um objeto de estudo que haveria surgido e se desenvolvido muitos anos antes. A enunciação mais precisa da noção de espaço público foi realizada por Hannah Arendt e Jürgen Habermas, na primeira metade do século XX, enquanto os marcos da origem da idéia se encontravam, de acordo com os autores, no século XVIII. Essa constatação revela que em alguma medida a definição da origem da idéia de espaço público se deu de forma analógica, ou seja, através da comparação entre passado e presente, na qual se observava uma suposta continuidade e estabilidade na formação do Estado durante o período Moderno.

Esses autores ressaltam igualmente que a filosofia grega clássica e algumas obras públicas do Império Romano já apresentavam no passado um caráter público anterior, ao refletir sobre a relação entre espaço, política e cidadania. No entanto, essa publicidade oriunda da

Antigüidade é construída também de forma retrospectiva, sob fundamentos distintos daqueles conhecidos nos dias de hoje e a partir de tradições que não são mais válidas. Com isso, não é nosso intuito discutir aqui a pertinência da associação histórica do período Moderno com outras construções históricas e outros contextos sociais. Todavia, por vezes, o debate da origem do espaço público remete a elementos reais e imaginados que teriam acontecido no passado.

Mais precisamente, a origem da noção se encontra nos Estado-Nações europeus do final do século XVIII, que apresentavam maturidade e evolução de suas funções, de suas leis e de seus cidadãos. De acordo com o relato de Sennett, de Arendt e de Habermas, também foi nessa época que os termos público, publicidade e espaço público começaram a ser usados com maior frequência. Os autores relatam em suas obras que foi igualmente no século XVIII que se formou uma ligação entre esses termos e a maneira pela qual o Estado se organiza em uma estrutura política. Habermas também salienta que essa formalização da esfera pública se deu de forma contínua e se difundiu com variações por todo o Ocidente. Dessa forma, quando se faz hoje alusão a origem de uma esfera pública, faz-se referência a transformação do Estado e de suas responsabilidades nessa época. Segundo Habermas:

*“A redução da representatividade pública que ocorre com a mediatização das autoridades estamentais através dos senhores feudais cede espaço a uma outra esfera, que é ligada à expressão esfera pública no sentido moderno: a esfera do poder público. Esta se objetiva numa administração permanente e no exército permanente; à permanência dos contatos no intercâmbio de mercadorias e de notícias (bolsa, imprensa) corresponde agora uma atividade estatal continuada. (...) Nesse sentido estrito, “público” torna-se sinônimo de estatal; o atributo não se refere mais à “corte” representativa, como uma pessoa investida de autoridade, mas antes ao funcionamento regulamentado, de acordo com competências, de um aparelho munido do monopólio da utilização legítima da força” (HABERMAS, 1984: 31-32).*

De acordo com o relato de Habermas, foi na Inglaterra que a expansão de direitos e deveres da classe burguesa assume primeiro um caráter político:

*“Uma esfera pública funcionando politicamente aparece primeiro na Inglaterra na virada do século XVIII. Forças que querem então passar a ter influência sobre as decisões do poder estatal apelam para o público pensante a fim de legitimar reivindicações ante esse*

*novo fórum. No contexto dessa práxis, a assembléia dos estados se constitui num moderno parlamento, processo que se estende ao longo o século” (HABERMAS, 1984: 75).*

Mas o primeiro passo para se obter um relato confiável sobre a origem do espaço público está ligado à identificação do momento em que o uso do termo se tornou corrente na Europa Ocidental. De acordo com Habermas, as palavras “público”, “publicidade” e “espaço público” foram difundidas na Inglaterra, na França e na Alemanha em meados do século XVIII, possuindo significados um pouco diferentes. Por exemplo, na França, “*Le public, (...) designa os lecteurs, spectateurs, auditeurs, como destinatários, consumidores e críticos de arte e de literatura (...). (...) a este público pertencem, em primeiro lugar, a corte e ‘a cidade’*” (HABERMAS, 1984: 46), enquanto na Inglaterra esse termo estava mais associado à participação política da classe burguesa. Porém, essas variações observadas por Habermas não escondem o fato de que foi a ampliação de funções sociais e de direitos da classe burguesa que conferiam sentido ao termo, exigindo um novo equilíbrio do Estado. Em suas palavras:

*“A primeira referência etimológica relativa à esfera pública é instrutiva. Em alemão, só no século XVIII é que, por analogia a publicité e publicity, o substantivo é formado (...).[esfera pública] (...) ela pertence especificamente à ‘sociedade burguesa’ que, na mesma época, estabelece-se como setor da troca de mercadorias e de um trabalho social conforme leis próprias. Não obstante, muito antes já se falava de ‘público’ e daquilo que não é público, daquilo que é ‘privado’” (HABERMAS, 1984: 15).*

De acordo com a obra de Arendt e Habermas, algumas dificuldades emergem dessa origem moderna da noção de espaço público. A primeira dessas dificuldades se encontra nos problemas em separar com precisão aquilo que é público daquilo que é privado. Outra dificuldade seria advinda do rompimento com valores e comportamentos tradicionais para adotar novos padrões de vida urbana. A emergência de uma dimensão social que se situa entre o público e o privado também se constitui em um problema para aplicar a noção de espaço público nos termos que foram inicialmente propostos. O último problema que chamamos atenção aqui se refere à tentativa de associar a discussão sobre o espaço público a um debate ideologizado. Essas circunstâncias diferentes têm efeitos variados sobre a noção de espaço público, ao mesmo tempo qualificando-a e tornando-a pouco clara.

Nesse espírito, Habermas resume algumas das imprecisões e dificuldades ligadas ao surgimento dessa noção, ainda que seja um dos defensores da sua importância para o equilíbrio da vida em sociedade:

*“(...) de uma multiplicidade de significados concorrentes. Eles se originam de diferentes fases históricas e, em sua aplicação sincrônica sobre relações da sociedade burguesa industrial tardia e organizada sócio-estatalmente, entram num turvo conúbio. As mesmas relações que, no entanto, se contrapõem ao uso tradicional do termo, um emprego um tanto confuso dessas palavras, parecem até mesmo estar a exigir a sua manipulação ideológica” (HABERMAS, 1984: 13).*

Assim, é preciso compreender que a origem da noção de espaço público se encontra na composição de uma dupla matriz. De um lado, se encontra a inspiração nos seus pensadores e formadores de opinião, que se apoiavam na imagem da cultura clássica grega para conferir um novo sentido aos ideais democráticos que foram criados no passado. Por outro lado, a secularização progressiva da sociedade e as inovações técnicas a partir do século XVIII permitiram o acúmulo de conhecimentos, de riquezas, a realização de obras por parte do poder público e a racionalização e humanização do poder.

Essa dupla matriz original revela a construção de um novo modelo, no qual se realiza uma seleção de elementos do passado e a organização de atores e de fenômenos no presente. Alguns desses elementos se encontram em ruptura com o passado imediato, marcado pelas relações estamentárias. Outros demonstram recuperar no passado certos aspectos que devem reforçar a ordem e a unidade no presente. Dessa forma, idealismo e pragmatismo se misturam na origem da noção de espaço público, sendo necessário estabelecer um quadro de referências mais preciso para a sua análise.

Nesse momento inicial, tomava-se o espaço público como uma estrutura social e comunicativa que se formalizou pela extensão de um novo status social e de direitos políticos à burguesia. Essa formalização ocorreu por pressão da organização da vida social e tinha o intuito de não comprometer a estrutura de poder estatal que se fortalecia após o século XVI. Também se pretendia manter alguns valores que pudessem conferir unidade a formação social, encontrando estes na influência da cultura clássica grega. Essa herança se mostrava importante, nesse sentido, na medida em que valorizava a comunicação, a política e o uso dos espaços de acordo com uma escolha racional.

Após questionarmos as origens da noção de espaço público e os problemas para a sua definição, é preciso avaliar como essa noção pode ser diferenciada da esfera privada e da esfera social, de acordo com a contribuição oferecida pela filosofia e pela ciência política. Essa iniciativa se apóia no fato de que a contribuição seminal da filosofia a respeito da noção de espaço público foi marcada por uma tentativa de separação entre essas esferas. Essa tarefa é importante na medida em que nos oferece a base teórica que sustenta todo discurso que defende a crise dos espaços públicos e a necessidade da mudança para reequilibrar a vida social.

Essa separação das esferas da vida urbana foi definida a partir do modelo clássico grego e de suas características para posteriormente ser enquadrada com a sociedade moderna. Ainda que a influência da Grécia Antiga já se fizesse sentir no período histórico do Renascimento, essa influência se tornou mais marcante na Modernidade. Se o Renascimento já apresentava como eixo central a redescoberta dos valores da Antigüidade na arte e nas ciências, o período Moderno se diferenciaria pela extensão da inspiração clássica para o domínio da política e das relações sociais. A idéia era adaptar alguns elementos de sua organização sócio-política para o desenvolvimento de um Estado republicano, laico, democrático e que possui responsabilidades para com o bem-estar de seu povo.

Entre os autores proeminentes nesta discussão, chamamos a atenção para as obras de Jürgen Habermas e de Hannah Arendt, cujas formulações teóricas constituíram as bases para todos os estudos subseqüentes com essa temática. As suas concepções de espaço público primam por certas escolhas de análise que trazem conseqüências para o produto final que inspirou as demais ciências a desenvolver abordagens individualizadas. Em primeiro lugar, destacamos que, em ambos, faz-se sentir uma certa negligência ou contingência da dimensão espacial dentro da noção de espaço público. Uma segunda escolha decisiva para o desenvolvimento desta noção se refere a sua preponderância nesta discussão da dimensão política em detrimento de uma dimensão social e cultural.

## A esfera política

De uma forma geral, pode-se iniciar essa discussão afirmando que a esfera pública se caracterizaria como a esfera da política, da igualdade entre os seus participantes e dos valores universais. Porém, política, igualdade e universalidade possuíam significados bastante particulares na Grécia Antiga, como apontam os problemas para difundir e ampliar os seus significados no período Moderno.

Segundo a interpretação de Arendt, a esfera pública do modelo clássico grego representaria um conjunto de características que diferiria totalmente da esfera privada, seja em seus participantes, seja em suas matérias, princípios e objetos. Primeiramente, só participariam deste círculo cidadãos iguais, ou seja, aqueles que eram proprietários de terras e de escravos, pois estes não precisavam trabalhar para garantir a sua existência. Assim, os cidadãos gregos eram homens livres e proprietários de bens, fazendo com que estes não precisassem se preocupar em garantir os meios para a sua sobrevivência. Esses homens não deveriam exercer nenhum tipo de trabalho manual, ganhando notoriedade e valor através da palavra. Seria através da intercomunicação com seus pares na polis que esse cidadão encontraria as condições para desenvolver a política e se destacar socialmente.

De acordo com Arendt, ser um cidadão livre significaria necessariamente possuir as atribuições que permitiam a comunicação liberada de toda e qualquer preocupação com necessidades. Tal fato se refletia igualmente no uso do espaço, pois os diferentes grupos sociais tinham graus de acesso distintos às localidades da cidade: fóruns, mercados, portos, templos, academias, jogos, todos tinham públicos formados por diferentes composições de cidadãos e pessoas de segunda classe. A esfera pública na polis grega era então exclusivamente freqüentada por cidadãos livres, iguais em suas atribuições e direitos, mas que procuravam se diferenciar através da palavra e da razão. De acordo com Arendt:

*“(...) tout ce qui était en dehors de la polis – les barbares comme les esclaves – était aneu logou, ce qui ne veut évidemment pas dire privé de la parole, mais exclu d’un mode de vivre dans lequel le langage et le langage seul avait réellement un sens, d’une existence dans laquelle les citoyens avaient tous pour premier souci la conversation” (ARENDR, 1994: 64-65)<sup>4</sup>.*

---

<sup>4</sup> Tradução: “(...) todos aqueles que estavam fora da polis – como bárbaros e escravos – eram aneu logou, que evidentemente não quer dizer privado da palavra, mas sim excluído de um modo de vida no qual a linguagem, e

Habermas confirma esse olhar de Arendt sobre a esfera pública grega e seus cidadãos, e o reafirma e complementa em sua obra:

*“(...) esfera pública (...) para os gregos [era] – como um reino de liberdade e da continuidade. Só à luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer, tudo se torna visível a todos. Na conversação dos cidadãos entre si é que as coisas se verbalizam e se configuram; na disputa dos pares entre si, os melhores se destacam e conquistam a sua essência: a imortalidade da fama. Assim como nos limites do oikos a necessidade de subsistência e a manutenção do exigido à vida são escondidos com pudor, a pólis oferece campo livre para a distinção honorífica: ainda que os cidadãos transitem como iguais entre iguais (homoioi), cada um procura, no entanto, destacar-se (aristoiein). As virtudes, cujo catálogo Aristóteles codifica, mantém apenas na esfera pública: lá é que elas encontram o seu reconhecimento” (HABERMAS, 1984: 16).*

Em segundo lugar, novamente de acordo com o relato de Arendt e de Habermas, os cidadãos pertencentes a polis não seriam submetidos a qualquer voz de comando, a não ser na ocorrência de um ato criminal. Apenas a razão e a comunicação deveriam garantir o sucesso ou fracasso de um cidadão na esfera pública clássica, não tendo peso nas decisões as relações de parentesco ou o acúmulo de riquezas. Habermas e Arendt salientam que é preciso, no entanto, deixar claro que esse sistema funcionava unicamente entre os cidadãos, que por serem todos proprietários de terras, de escravos e de bens, não possuíam muitas diferenças entre si. De fato, de acordo com a argumentação de Arendt, a idéia de uma coletividade formada pela diferença, ou seja, a idéia de uma sociedade é originária do Império Romano e da língua latina.

Por último, em tal esfera, não seriam colocadas as questões locais, mas apenas aquilo que fosse universal. Nesse sentido, a afirmação de que a esfera pública preconizada pelos gregos se caracterizava pela discussão política comporta um significado diferente daquele observado nos dias de hoje. Segundo Arendt, a política grega não seria encarregada de administrar as contas públicas, também não estaria vinculada a defesa de interesses de grupo, não se preocuparia com o bem-estar da população e nem tentaria definir um sistema administrativo aprovado consensualmente. Todas essas discussões, de acordo com a concepção grega apresentada por Arendt, eram pré-políticas, de caráter social. Para a autora, a política na

---

*a linguagem apenas, tinha realmente um sentido, de uma existência na qual os cidadãos tinham todos por primeira preocupação o diálogo” (ARENDR, 1994: 64-65).*

Grécia Antiga não era um meio para se chegar a um benefício maior, mas sim um fim em si mesma. Em suas palavras:

*“(…)si l’on veut comprendre la politique en termes de catégories de fin et de moyens, il s’agissait d’abord, au sens grec comme au sens aristotélicien, d’une fin et non pas d’un moyen. Et la fin ne consistait pas seulement dans la liberté, telle qu’elle se réalisait dans la polis, mais dans la libération prépolitique en vue de la liberté dans la polis” (ARENDR, 1995: 76-77)<sup>5</sup>.*

Ao se desenvolver a política de acordo com esse filtro, apenas as manifestações retóricas, científicas ou que pudessem estabelecer um marco inquestionável para a vida na polis teriam lugar na esfera pública grega. A distinção entre esfera pública e esfera privada era, portanto, bem mais simples e clara, uma vez que os personagens, objetos, matérias de discussão e espaços eram separados e quase exclusivos a cada arranjo de ordem.

Ainda de acordo com o julgamento de Arendt, o maior problema para a transposição desse modelo grego para a definição de uma esfera pública moderna se encontraria no fato de que a política moderna estaria relacionada a responsabilidades e tarefas que problematizavam e impossibilitavam o real desenvolvimento da política em seu modelo grego. A autora em questão revela que essa transformação da política e do Estado tornava os limites entre as diferentes esferas bem menos nítido, comprometendo o ordenamento a comunicação que deveria conferir sentido comum a uma coletividade. Em suas palavras:

*“La distinction [grecque] entre la vie privée et la vie politique correspond aux domaines familial et politique, entités distinctes, séparées au moins depuis l’avènement de la cité antique; mais l’apparition du domaine social qui n’est, à proprement parler, ni privé ni public, est un phénomène relativement nouveau, dont l’origine a coïncidé avec la naissance des temps modernes et qui a trouvé dans l’État Nation sa forme politique. Ce qui nous intéresse ici, c’est l’extraordinaire difficulté qu’en raison de cette évolution nous avons à comprendre la division capitale entre domaine public et domaine privé, entre la sphère de la polis et celle du domaine ménage, de la famille, et finalement entre les activités relatives à un monde commun et celles qui concernent l’entretien de la vie: sur ces divisions, considérées comme des postulats, comme des axiomes, reposait toute la pensée politique*

---

<sup>5</sup> Tradução sugerida: “Se queremos compreender a política em termos de categorias de fins e meios, trataria-se antes de mais nada, tanto no sentido grego como no sentido aristotélico, de um fim e não de um meio. E o fim não consistia somente na liberdade, da maneira pela qual ela se concretizava na polis, mas na liberação pré-política em vista da liberdade na polis” (ARENDR, 1995: 76-77).

*des Anciens. Dans nos conceptions, la frontière s'efface parce que nous imaginons les peuples, les collectivités politiques comme des familles dont les affaires quotidiennes relèvent de la sollicitude d'une gigantesque administration ménagère. (...) nous appelons 'société' un ensemble de familles économiquement organisées en un fac-similé de famille supra-humaine, dont la forme politique d'organisation se nomme 'nation'. Nous avons donc du mal à nous rendre compte que pour les Anciens le terme même 'd'économie politique' eût été une contradiction dans les termes : tout ce qui était 'économique', tout ce qui concernait la vie de l'individu et de l'espèce, était par définition non politique, affaire de famille. Historiquement, il est fort probable que la croissance de la cité et du domaine public s'opéra aux dépens du domaine privé du foyer, de la maison. (...) Ce qui empêcha la polis de violer la vie privée de ses citoyens (...) c'est qu'à moins de posséder une maison, nul ne pouvait participer aux affaires du monde, n'ayant point de place à soi"* (ARENDT, 1994: 65-67)<sup>6</sup>.

Habermas defende uma teoria semelhante a esta apresentada por Arendt no que tange as dificuldades observadas na esfera pública nos dias de hoje, chegando inclusive a classificá-las como componentes fundamentais de uma crise da vida pública. De acordo com o autor, a ampliação de atores, espaços, matérias e arranjos da publicidade comprometem os seus benefícios para a sociedade. Ainda assim, o autor defende a importância dessa esfera para o ordenamento político de uma sociedade moderna:

*"(...) tendências à decadência da esfera pública não se deixam mais desconhecer: enquanto a sua esfera se amplia cada vez mais grandiosamente, a sua função passa a ter cada vez menos força. Mesmo assim, a esfera pública continua sendo, sempre ainda, um princípio organizacional de nosso ordenamento político"* (HABERMAS, 1984: 16-17).

---

<sup>6</sup> Tradução: "A distinção [grega] entre a vida privada e a vida política corresponde aos domínios familiar e político, entidades distintas, separadas ao menos desde o surgimento da cidade antiga; mas a aparição do domínio social que não é, a propriamente dizer, nem privado, nem público, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com a nascerça dos tempos modernos e que encontrou no Estado Nação sua forma política. O que nos interessa aqui, é a extraordinária dificuldade que em razão dessa evolução nós temos para compreender a divisão capital entre o domínio público e o domínio privado, entre a esfera da polis e aquela do domínio administrativo, da família, e finalmente entre as atividades relativas a um mundo comum e aquelas que concernem ao cuidado da vida: sobre essas divisões, consideradas como postulados, como axiomas, repousava todo o pensamento político dos Antigos. De acordo com as nossas concepções, a fronteira se apaga porque nós imaginamos os povos, as coletividades políticas como famílias cujos assuntos cotidianos merecem o zelo de uma gigantesca administração doméstica. (...) nós chamamos de 'sociedade' um conjunto de famílias economicamente organizadas em uma cópia da família supra-humana, cuja forma política de organização é nomeada 'nação'. Nós temos então dificuldades em nos dar conta que para os Antigos o termo mesmo 'economia política' teria sido uma contradição: tudo que era 'econômico', tudo aquilo que concernia à vida do indivíduo e da espécie, era por definição não político, assunto familiar. Historicamente, é muito provável que o crescimento da cidade e do domínio público se opera em detrimento do domínio privado do lar, da casa. (...) O que impedia a polis de violar a vida privada de seus cidadãos (...) é que se um cidadão não possuísse uma casa, não poderia participar dos assuntos do mundo, não tendo ponto de referência para si" (ARENDT, 1994: 65-67).

Por um lado, a análise e seleção de elementos da esfera pública grega realizada por Arendt e Habermas apontava para um processo de transformação política que trazia uma decadência para os seus significados. Por outro lado, os autores tentavam ressaltar a possibilidade de que uma nova organização e separação das esferas, dos seus espaços e de suas matérias poderia reverter a perda da força da política. Habermas, por exemplo, procurou compensar o discurso da crise sobre a esfera pública com a defesa da extensão da habilidade comunicativa e dos seus rituais para um novo público: “*Não é só na república das pessoas instruídas que se realiza a esfera pública, mas no uso público da razão por parte de todos aqueles que aí se entendam. Certamente eles precisam sair dos limites de sua esfera privada, como se fossem eruditos*” (HABERMAS, 1984: 129).

Arendt também relativiza em certos momentos o peso de seu julgamento sobre a esfera pública moderna, ao salientar que a política passou a ser aplicada em outros domínios da vida urbana, ganhando novos significados. De acordo com a autora:

*“Ce qui a changé avec l’émergence de l’époque moderne, ce n’est pas tant la fonction du politique: ce n’est pas comme si on avait accordé une dignité nouvelle et exclusive au politique en tant que tel. Ce qui a changé, ce sont bien plutôt les domaines en vue desquels la politique est apparue comme nécessaire”* (ARENDR, 1995: 108)<sup>7</sup>.

Desse modo, a esfera pública moderna foi apresentada e conceituada por dois autores que eram unânimes em apontar um processo de deterioração política, que teria sido resultante do rearranjo da ordem pública com a entrada da burguesia em suas discussões e decisões. Para os autores, a inserção foi realizada sem que o Estado estivesse preparado e consciente do peso das mudanças. Ambos os autores também apontam para o fato de que não foi desenvolvido um sistema de comunicação que permitisse a diminuição das diferenças sociais e nem a consciência da necessidade de se possuir uma visão mais universal da *res publica*. Nesse quadro, a política perderia boa parte dos seus sentidos originais, de sua força criadora e de seu poder de unificação.

---

<sup>7</sup> Tradução: “*Aquilo que mudou com a emergência da época moderna, não é tanto a função do político: não é como se tivéssemos conferido uma dignidade nova e exclusiva ao político como tal. Aquilo que mudou, foram preferencialmente os domínios em vista dos quais a política apareceu como necessária*” (ARENDR, 1995: 108).

## A esfera social

Uma das causas da deterioração na esfera pública estaria relacionada à ascensão de uma esfera social, ainda de acordo com a obra de Arendt e de Habermas. Quando se referiam a essa dimensão da vida urbana, os autores se referiam a uma esfera na qual as necessidades deveriam ser saciadas através do trabalho, dos negócios e do lazer. Tratava-se de atividades manuais cujo objetivo era garantir a sobrevivência, contrastando com a comunicação oral que marcava a esfera pública. Assim, de acordo com o modelo grego, a economia, a produção, os esportes, as artes e o cotidiano, por exemplo, não deveriam se encontrar misturados com a esfera pública, e conseqüentemente, com a esfera política (ARENDR, 1994 e 1995; HABERMAS, 1984).

Segundo Arendt e Habermas, essa esfera social não é mencionada na filosofia grega como parte integrante da organização da vida urbana: o seu caráter pré-político na civilização clássica grega impedia até mesmo que as suas atividades componentes fossem traduzidas em uma esfera. Como observou Arendt, esse domínio social era: “(...) *inconnu des Anciens qui voyaient dans son contenu une affaire privé*” (ARENDR, 1994: 77)<sup>8</sup>. Com isso, na Grécia Antiga, havia apenas a oposição entre o público e o privado, que deveria servir de referência para o ordenamento do espaço, das leis e dos cidadãos (ARENDR, 1994 e 1995; HABERMAS, 1984).

Historicamente, os autores destacam igualmente que a esfera social só seria formalizada com o surgimento da palavra latina *societas*, durante o Império Romano. Não nos cabe aqui entrar detalhadamente na discussão de como a formação do direito romano alterou a maneira de se viver na cidade e de qualificar os seus cidadãos. Entretanto, é preciso especificar que a maneira pela qual Arendt e Habermas definem a emergência de uma esfera social está fortemente atrelada à inspiração na civilização romana. De acordo com esse contexto, Habermas define a sociedade como:

*“(...) a forma de vida conjunta em que a independência do ser humano em relação a seu semelhante ocorre em função da própria sobrevivência e não, de outro modo, de um significado público onde, em decorrência disso, as atividades que afinal servem para a*

---

<sup>8</sup> Tradução: “desconhecido dos Antigos que viam no seu conteúdo um assunto privado” (ARENDR, 1994: 77).

*manutenção da vida não só aparecem publicamente, mas podem inclusive determinar a fisionomia do espaço público” (HABERMAS, 1984: 33).*

Como acrescentou Habermas, em Roma, a reorientação da esfera pública e de seus espaços em relação aos indivíduos alterou o seu significado e as suas possibilidades. As necessidades passaram a ser contempladas em alguma medida na esfera pública, possibilitando trocas que antes não eram consideradas convenientes.

Dentro desse quadro, por um lado, o Estado passou a interferir mais diretamente em matérias relacionadas à esfera social, abrindo uma brecha para que as necessidades fossem transformadas em políticas públicas, obras e reformas. Por outro lado, a família passou a ter um papel relativamente menor nos assuntos privados de um indivíduo, deixando uma abertura maior para que este último participasse da construção de uma esfera social. Como observou Arendt:

*“le domaine du social, après des siècles d’évolution, est enfin arrivé au point de recouvrir et de régir uniformément tous les membres d’une société donnée. Mais en toutes circonstances la société égalise: la victoire de l’égalité dans le monde moderne n’est que la reconnaissance juridique et politique du fait que la société a conquis le domaine public et que les distinctions (...) sont devenues affaires privées propres à l’individu” (ARENDR, 1994: 79-80)<sup>9</sup>.*

A incorporação das necessidades naquilo que havia sido previamente conceituado como esfera pública não foi progressiva ou regular durante os diversos períodos históricos. De acordo com os autores, mesmo dentro de um mesmo período, era possível observar flutuações, modificando o significado da cidadania, das leis e dos espaços. A obra de Habermas, por exemplo, demonstra a diferente significação da esfera social na Antiguidade, na Idade Média, no Renascimento e na Modernidade. Mas o que é fundamental é compreender que as separações que deveriam existir entre política e necessidades tenderam a se transformar, diminuir ou desaparecer com a emergência dessa esfera (ARENDR, 1994 e 1995; HABERMAS, 1984).

---

<sup>9</sup> Tradução: “o domínio do social, após séculos de evolução, finalmente chegou ao ponto de recobrir e de reger uniformemente todos os membros de uma dada sociedade. Mas em todo caso a sociedade igualiza: a vitória da igualdade no mundo moderno é somente o reconhecimento jurídico e político do fato que a sociedade conquistou o domínio público e que as distinções (...) se tornaram privados próprios ao indivíduo” (ARENDR, 1994: 79-80).

De fato, como Habermas e Arendt descreveram, o Período Moderno foi marcado pela ampliação da esfera pública e social à burguesia. Nesse contexto, a formalização da política através de leis, textos constitucionais, fóruns, eleições e representação política tendeu ao reconhecimento da igualdade dos indivíduos perante a lei. Essa tendência a igualdade entre indivíduos no que se refere à política veio acompanhada de uma maior tolerância a diversidade no domínio social. Como ressaltaram Arendt e Habermas, o liberalismo econômico, a maior liberdade para os cultos religiosos e a difusão das práticas de lazer conferiam uma nova importância para o domínio social na Modernidade.

Arendt avalia que a ascensão dessa esfera social durante o Período Moderno e a sua participação cada vez mais ativa na organização do Estado e da sociedade pode ter causado problemas para a sua definição conceitual. De acordo com a autora:

*“Dans le monde moderne, le domaine social et le domaine politique sont beaucoup moins distincts. L'idée que la politique n'est qu'une fonction de la société, que l'action, le langage, la pensée sont principalement des superstructures de l'intérêt social (...). Cette fonctionnarisation empêche de percevoir aucune frontière bien nette entre les deux domaines; et ce n'est pas une question de théorie ni d'idéologie puisque depuis l'accession de la société, autrement dit du 'ménage' (oikia) ou des activités économiques, au domaine public, l'économie et tous les problèmes relevant jadis la sphère familial sont devenus préoccupations 'collectives'. En fait, dans le monde moderne les deux domaines se recouvrent constamment comme des vagues dans le flot incessant de la vie. La disparition de cet abîme, que les Anciens devaient franchir chaque jour afin de transcender l'étroit domaine familial et 'd'accéder' au domaine politique, est un phénomène essentiellement moderne” (ARENDR, 1994: 71)<sup>10</sup>.*

Nesse contexto, a esfera social exerce hoje uma grande influência sobre a esfera pública, pressionando a sua estrutura jurídica, modificando os seus espaços, estabelecendo dinâmicas informais e lutando por interesses que não estão vinculados a pretensa universalidade da esfera pública. Essa esfera também pressiona a esfera privada, quebrando o isolamento da

---

<sup>10</sup> Tradução: “No mundo moderno, o domínio social e o domínio político são muito menos distintos. A ideia que a política é somente uma função da sociedade, que a ação, a linguagem, o pensamento são principalmente as superestruturas do interesse social (...). Essa funcionalização impede a percepção de uma fronteira clara entre os dois domínios; e isso não é uma questão de teoria nem de ideologia, pois desde o acesso da sociedade, dito de outra forma, do 'doméstico' (oikia) ou das atividades econômicas, ao domínio público, a economia e todos os problemas que estavam relacionados outrora a esfera familiar se tornaram preocupações 'coletivas'. De fato, no mundo moderno, os dois domínios se recobrem constantemente como ondas no fluxo incessante da vida. O desaparecimento desse abismo, que os Antigos deviam realizar todos os dias para transcender o estreito domínio familiar e adentrar o domínio político é um fenômeno essencialmente moderno” (ARENDR, 1994: 71).

família e participando diretamente da maneira como a personalidade se forma. Ao exercer essas forças na esfera social, a sociedade cria laços com a esfera pública e a esfera privada, mantendo atualizado o ordenamento político, mas comprometendo o alcance de suas atividades, pois vincula os seus resultados com as necessidades de diferentes grupos sociais.

### **A esfera privada**

A terceira esfera que foi apresentada por Arendt e Habermas de acordo com a inspiração do modelo de ordenamento da vida urbana se encontra no domínio privado. De modo inicial, é possível citar a esfera privada como aquela referente aos assuntos da família, da casa e do clã. Ambos os autores vão mais além, ao relacionar a origem histórica da esfera privada na Grécia Antiga como algo relacionado à própria etimologia da palavra, que liga indiretamente o domínio privado à idéia de privação (ARENDR, 1994 e 1995; HABERMAS, 1984).

De acordo com essa linha de interpretação, a esfera privada da Grécia Antiga era marcada por relações hierárquicas de dominação entre os seus participantes: pais, filhos e escravos dividiam os mesmos aposentos e obedeciam aos comandos do parentesco e da necessidade. Com isso, não havia abertura para o diálogo racional entre pessoas iguais dentro do domínio privado, tornando essa esfera marcada pela privação da palavra, da comunicação e da racionalidade, segundo as obras de Arendt e Habermas. As dinâmicas que teriam lugar na esfera privada estariam conseqüentemente atreladas à distribuição desigual de responsabilidades, de afazeres, ao respeito à hierarquia e à educação. Como vimos, Arendt e Habermas classificam esse conjunto de características como pré-políticas ou apolíticas (ARENDR, 1994 e 1995; HABERMAS, 1984).

No entanto, o papel da família para a organização da esfera privada perdeu uma parte significativa do seu poder durante a Modernidade. Habermas e Arendt são unânimes em apontar que a eminência da esfera social e as transformações que se observaram na esfera pública conferiram novos limites para a privacidade. Segundo os autores, a família não teria mais ascendência total sobre os assuntos de cada um dos seus integrantes: mais precisamente, a família não seria mais a menor unidade de uma sociedade, uma vez que o indivíduo e as suas questões ganhavam maior poder de expressão. Essa nova situação quebrava o isolamento e a imobilidade da esfera privada clássica, estabelecendo um canal de comunicação com o

mundo exterior (ARENDR, 1994 e 1995; HABERMAS, 1984). Habermas resume esse quadro ao avaliar que a Modernidade “*eleva a reprodução da vida acima dos limites do poder doméstico privado, fazendo dela algo de interesse público*” (HABERMAS, 1984: 39).

De fato, os autores demonstram que houve mudanças expressivas entre a esfera privada da Grécia Antiga e a esfera privada do período Moderno. Por exemplo, Sennett avaliou em sua obra as conseqüências do avanço da intimidade e da personalidade sobre a publicidade, enquanto Arendt ressaltou que o desenvolvimento do individualismo conferiu um novo valor ao domínio privado. Nesse sentido, segundo Arendt:

*“Quand nous parlons du privé, nous ne pensons plus à une privation et cela est dû en partie à l’enrichissement énorme que l’individualisme moderne a apporté au domaine privé. Toutefois, ce qui paraît plus important encore, c’est que de nos jours le privé s’oppose au moins aussi nettement au domaine social (...) qu’au domaine politique proprement dit. Événement historique différent décisif: on découvre que le privé au sens moderne, dans sa fonction essentielle qui est d’abriter l’intimité, s’oppose non pas au politique mais au social, auquel il se trouve par conséquent plus étroitement, plus authentiquement lié”* (ARENDR, 1994: 77)<sup>11</sup>.

De acordo com essa colocação de Arendt, a mudança no equilíbrio das esferas reorientou também as oposições que se estabeleciam entre as mesmas. Em diversos momentos, a autora deixa clara a oposição entre público e privado que era a característica marcante do pensamento grego clássico, enquanto afirma que a esfera privada estaria voltada para a esfera social na Modernidade. Seguindo essa linha de argumentação de Arendt, no Período Moderno, a esfera privada não seria o oposto da esfera pública, mas sim o outro da esfera social: seria em resposta a essa nova esfera e aos seus estímulos que a esfera privada desenvolveria então as suas atividades.

Habermas complementa esse raciocínio, ao apontar que a especificação de atividades que separava as esferas se perdeu em parte no Período Moderno. Segundo o autor, o exemplo do novo posicionamento da economia na sociedade moderna é interessante, pois demonstra que a

---

<sup>11</sup> Tradução: “*Quando falamos do privado, nós não pensamos mais em uma privação e isso é devido em parte ao enriquecimento enorme que o individualismo moderno trouxe ao domínio privado. Todavia, o que nos parece ainda mais importante é que o privado se opõe ao menos tão claramente ao domínio social (...) quanto ao domínio político propriamente dito. Evento histórico decisivo: descobriu-se que o privado no sentido moderno, em sua função de abrigar a intimidade se opõe não ao político, mas ao social, ao qual se acha por conseqüência mais estreitamente e mais autenticamente ligado*” (ARENDR, 1994: 77).

nova formação sócio-política da sociedade não impede que essas esferas renovadas façam trocas entre os seus atores. Em suas palavras:

*“As atividades e relações de dependência que, até então, estavam confinadas ao âmbito da economia doméstica, passam o limiar do orçamento doméstico e surgem à luz a esfera pública. (...) A atividade econômica privatizada precisa orientar-se por um intercâmbio mercantil mais amplo, induzido e controlado publicamente; as condições econômicas, sob as quais elas ocorrem agora, estão fora dos limites da própria casa; são pela primeira vez, de interesse geral. É nesta esfera privada da sociedade que se tornou publicamente relevante [que surge] (...) a relação moderna entre esfera pública e esfera privada mediante a formação do ‘social’” (HABERMAS, 1984: 33).*

Arendt e Habermas são unânimes em afirmar que a configuração de uma esfera não se encontra mais estritamente diferenciada das demais através de seus objetos, de suas atividades ou de seus participantes, no que se refere ao Período Moderno. Os indivíduos assumiram gradualmente papéis de maior destaque em todas as esferas, as suas preocupações tenderam igualmente a se refletir em todos os domínios. De acordo com Arendt e Habermas, seriam os significados e os espaços que definiriam as diferenças entre o que é público, o que é privado e o que é social nos dias de hoje (ARENDR, 1994 e 1995; HABERMAS, 1984).

Entretanto, os contatos entre as esferas não são sinônimos de uma sociedade mais justa, equilibrada e politizada, segundo Habermas e Arendt. De fato, Habermas e Arendt julgam negativamente as trocas que acontecem entre a esfera pública, a esfera privada e a esfera social, fazendo apelo a uma nova separação entre as esferas e a defesa do caráter político do domínio público. Ambos os autores classificam a esfera pública moderna e os seus espaços como deteriorados, ambíguos, caóticos e desequilibrados. Apesar da expansão da esfera pública ter incorporado indivíduos que se encontravam totalmente excluídos da política, os autores acreditam que o preço dessa ampliação foi a perda do sentido da publicidade. Nas palavras de Habermas:

*“(...) a mudança estrutural da área pública burguesa já tinha começado: as instituições de relacionamento na ‘boa sociedade’ e que asseguravam a coesão do público pensante perderam a sua força ou faliram completamente (...). Havia crescido a interdependência dos eventos politicamente relevantes: junto com a sua base na comunidade, a esfera pública perdeu a sua localização; ela perdeu a sua clara delimitação, por um lado, em*

*relação à esfera privada e, por outro, em relação ao 'cosmopolitismo', perdeu a sua transparência e a sua abrangência” (HABERMAS, 1984: 237-238).*

Para Arendt e Habermas, a construção de um equilíbrio positivo entre as esferas públicas na Modernidade depende fundamentalmente do desenvolvimento de uma dinâmica comunicativa de alto nível e de um ordenamento espacial efetivo. Antes de entrarmos na discussão de como esses três domínios da vida urbana derivaram em uma utopia dos espaços públicos, é necessário discutir a contribuição do urbanismo, que se desenvolveu paralelamente e acrescentou elementos essenciais para a composição da noção que conhecemos hoje.

Essa outra linha de pesquisa justifica a sua importância através do estudo das formas, das funções e dos significados do espaço físico. Essa perspectiva não foi suficientemente desenvolvida pela filosofia e pela ciência política, comprometendo o alcance dos estudos sobre a noção de espaço público, ao limitá-lo a estudos abstratos de uma ordem política. Com isso, coube aos urbanistas avançar nesse sentido, estabelecendo planos de ações que tivessem como ponto inicial e ponto final a distribuição dos objetos no espaço, o impacto visual das formas, a definição dos equipamentos urbanos. Em outras palavras, a responsabilidade pela descrição e pela análise da dimensão concreta da noção de espaço público esteve originalmente ligada à prática do urbanismo, fato que trouxe conseqüências para a sua discussão nos dias de hoje.

## **2.2 O ESPAÇO PÚBLICO SEGUNDO A PERSPECTIVA URBANISTA**

A segunda forma pela qual a noção de espaço público foi trabalhada tomou forma através da eminência do urbanismo. Esse campo do saber reúne em torno de si os conhecimentos técnicos e artísticos da arquitetura, o discurso e os objetivos de outras ciências sociais e a ação política do Estado em uma mesma disciplina. Tal reunião proposta pelo urbanismo não se justifica pela tentativa de realizar uma síntese desses conhecimentos, mas sim como o desenvolvimento de disciplina que se consagra a ação. Mais especificamente, essa disciplina procuraria firmar um conjunto de princípios de intervenção para reformar os espaços urbanos (LE CORBUSIER, 1994; CHOAY, 1965; RAGON, 1986).

É preciso, no entanto, esclarecer que, em grande parte, a sua contribuição se desdobrou sem fazer alusão direta ao termo “espaço público” e sem procurar debater as suas bases conceituais. De fato, foi somente no meio do século XX que o termo espaço público passou a ser amplamente usado pela arquitetura e pelo urbanismo (CHOAY, 1965; RAGON, 1986). Anteriormente, alguns autores já discutiam a existência de equipamentos públicos (como é o caso de John Ruskin), outros exigiam serviços públicos (como Tony Garnier), ou sugeriam a construção de praças públicas (tal qual Camillo Sitte), porém, o objetivo desses autores era apenas apontar para a existência de objetos que ou para a necessidade de construí-los. Essa transformação no uso da palavra público de adjetivo durante o século XIX em substantivo no século XX demonstra que o caráter específico desses objetos espaciais foi desenvolvido aos poucos.

No entanto, esse atraso não se reflete em um desinteresse ou na ausência de valor da publicidade e de seus espaços, uma vez que o caráter político e estratégico do urbanismo dentro das reformas urbanas européias durante todo o século XIX foi fundamental para se determinar os avanços na discussão teórica e na ação social. Com isso, o urbanismo se caracterizou sempre pela apresentação de um olhar lançado sobre a cidade, fato que conferia visibilidade à ação e colocava em primeiro plano as prioridades de um determinado interesse social (CHOAY, 1965; RAGON, 1986).

De acordo com Choay, o termo urbanismo foi criado no início do século XX, tentando traduzir o acúmulo de conhecimentos técnicos e construtivos em uma ação sobre o espaço físico. Tal qual a discussão da esfera pública e de seus espaços, essa concepção seguia igualmente o processo de conscientização acerca da importância da política, de seus atores e de seus objetos que marcaram o século XIX. Nesse contexto, Choay especifica que o urbanismo nasce como uma disciplina acadêmica e científica, que refunda a prática da arquitetura sobre uma nova base crítica e intelectual:

*“Ce neologisme correspond à l’émergence d’une réalité nouvelle: vers la fin du XIXe siècle, l’expansion de la société industrielle donne naissance à une discipline qui se distingue des arts urbains antérieurs par son caractère réflexif et critique, et par sa prétention scientifique. Au cours des pages suivantes, ‘urbanisme’ sera employé exclusivement dans cette acception originelle. L’urbanisme ne met pas en question la nécessité des solutions qu’il préconise. Il prétend à une universalité scientifique: selon les*

*termes d'un de ses représentants, Le Corbusier, il revendique 'le point de vue vrai'*  
(CHOAY, 1965: 8-9)<sup>12</sup>.

Nesse item, nos limitamos a classificar como urbanistas os autores que trabalharam simultaneamente com os aspectos técnicos, morfológicos e da significação dos espaços públicos. Choay classificou esses autores como especialistas, ou seja, como arquitetos profissionais que procuraram expandir os seus conhecimentos técnicos e abstratos para participar continuamente das políticas estatais. A partir desse corte, ficam de fora as contribuições indiretas, generalistas e filosóficas de autores que sugeriram em algum momento a importância do ordenamento do espaço urbano, mas que não se aventuraram a gerir, planejar ou projetar os espaços urbanos. Isso exclui, por exemplo, as sugestões de Owen, de Verne, de Proudhon, de Marx, de Engels e de Kropotkin, pois suas observações se caracterizam como um pré-urbanismo. Com isso, a idéia de urbanismo defendida aqui está relacionada à criação e gestão de espaços públicos (CHOAY, 1965; RAGON, 1986). Sobre esse assunto, Choay acrescentou que:

*“La critique de ces auteurs n'est en aucune façon détachable d'une critique globale de la société industrielle, et les tares urbaines dénoncées apparaissent comme le résultat de tares sociales, économiques et politiques. La polémique emprunte ses concepts à la pensée économique et philosophique de la fin du XVIIIe et du début du XIXe siècles”* (CHOAY, 1965: 14)<sup>13</sup>.

Não é nosso objetivo enumerar aqui todas as contribuições da arquitetura e do urbanismo para a noção de espaço público. Também não pretendemos sugerir uma definição única e negativa que reduza a sua importância, ao apresentar uma imagem caricata das suas contribuições. Todavia, algumas das suas obras de maior destaque pressupunham a associação da morfologia, da política e do comportamento segundo um ordenamento espacial estrito que, por vezes, criavam funções exclusivas para cada espaço e um controle social rígido sobre seus

---

<sup>12</sup> Tradução: “*Esse neologismo corresponde à emergência de uma realidade nova: por volta do fim do século XIX, a expansão da sociedade industrial dá nascença a uma disciplina que se distingue das artes urbanas anteriores pelo seu caráter reflexivo e crítico, e por sua pretensão científica. Ao longo das páginas seguintes, 'urbanismo' será empregado exclusivamente dentro dessa definição original. O urbanismo não coloca em questão a necessidade das soluções que ele prevê. Ele quer chegar a uma universalidade científica: segundo os termos de um de seus representantes, Le Corbusier, o urbanismo reivindica 'o ponto de vista verdadeiro'*” (CHOAY, 1965: 8-9).

<sup>13</sup> Tradução: “*A crítica desses autores não é de forma alguma dissociável de uma crítica global da sociedade industrial, e os defeitos urbanos denunciados aparecem como resultado de problemas sociais, econômicos e políticos. A polêmica toma emprestado conceitos do pensamento econômico e filosófico do fim do século XVIII e do início do século XIX*” (CHOAY, 1965: 14).

usuários. A polêmica dessa postura não deve impedir a análise da contribuição dos seus autores, como aquela que pode ser retirada da obra de Le Corbusier (CHOAY, 1965; RAGON, 1986).

Entre os autores que marcaram a arquitetura e o urbanismo nesse sentido, veremos como Le Corbusier, Kevin Lynch e David Arnheim estudaram os espaços públicos. Esses autores tinham em comum o apelo que faziam ao ordenamento da vida urbana através das formas espaciais e das funções que essas possuiriam. Mais do que isso, esses autores tiveram a pretensão de estabelecer princípios gerais para o ordenamento urbano, que em alguma medida transcenderiam as especificidades locais ao se filiar a um caráter público mais elevado. Ao fazê-lo, esses autores chamam atenção para algumas características marcantes do urbanismo que são importantes para o desenvolvimento da noção de espaço público.

Uma primeira característica marcante do urbanismo que veio a ser incorporada a noção de espaço público está ligada à relativização da importância da forma e da estética. Ainda que o desenho do conjunto das formas de uma unidade espacial ainda mereça cuidados e interesse por parte dos especialistas, esse não é mais obrigatoriamente o ponto de partida de um projeto arquitetônico. Com o advento da perspectiva urbanística, a forma passou a ser definida em parte através da função que irá desempenhar, assim como dos usuários que irá servir. Breve, de acordo com Arnheim, a forma passa a ser condicionada pela prática social, afastando os urbanistas das críticas que apontavam os arquitetos como tecnicistas, a-politizados e a-históricos:

*“L’opposition à l’étude formelle est due en partie aux rumeurs accusant les architectes et les théoriciens de vouloir traiter les bâtiments comme des formes pures sans considération pour leur fonctions pratiques et sociales. Quiconque possède un sens aigu des relations réciproques entre les bâtiments et la communauté humaine ne peut que se rebeller contre ce formalisme”*<sup>14</sup> (ARNHEIM, 2000: 12).

Essa característica se mostra importante para a reflexão sobre os espaços públicos uma vez que supõe que a interferência sobre o espaço urbano procuraria suprir uma necessidade diferente da simples ornamentação. Mais constantemente do que no passado, o papel do

---

<sup>14</sup> Tradução: “A oposição ao estudo das formas se deve em parte aos rumores acusando os arquitetos e os teóricos de querer tratar os prédios como formas puras, sem consideração por suas funções práticas e sociais. Quem quer que possua um uma compreensão aprofundada das relações recíprocas entre os prédios e a comunidade humana só pode se rebelar contra este formalismo” (ARNHEIM, 2000: 12).

arquiteto estaria vinculado a modelar a cidade no intuito de melhorar a fluência de pessoas e objetos em sua área. Dessa forma, as obras que eram oferecidas aos espaços urbanos ganharam novas usabilidade e legibilidade do ponto de vista da população, na medida em que os espaços concretos da cidade se tornaram qualificados por formas que sinalizavam seus usos e sua importância.

Essa característica nos leva a um segundo aspecto importante do urbanismo que foi agregado à compreensão da noção de espaço público nos dias de hoje: trata-se da abordagem do espaço público como um espaço físico. Quando a noção de espaço público era discutida em outros campos de conhecimento, o que entrava em discussão era, sobretudo, as suas dinâmicas comunicativas, os seus atores e a sua lógica geral. Nas ocasiões em que citavam certos espaços como exemplos, as propriedades desses espaços não possuíam qualidades que lhes fossem próprias e que alterassem os termos da comunicação. Por exemplo, os espaços citados por Habermas se mostravam exemplos gerais e pouco detalhados, tendo a sua importância justificada pelo seu caráter político. Tratava-se de câmaras de representação política, de órgãos da administração pública, de clubes e cafés literários, de sede de jornais e de partidos políticos que se constituiriam em lugares da política.

De modo antagônico, o espaço público marcado pela concretude foi sugerido pelos urbanistas e teria importância na medida em que estabelece que o conjunto de formas de uma determinada localidade tem influência sobre a dinâmica social que ali se desenvolve. Em sua origem, o ato de se planejar e orientar a vida urbana através de um projeto urbanístico não apresentava uma finalidade política direta, segundo os termos em que Habermas e Arendt definiram a separação das esferas no século XX. Arquitetos como Le Corbusier, Jausse, Agache, Garnier, entre outros, almejavam estabelecer uma nova ordem para a esfera social, estabelecendo princípios para a transformação da morfologia urbana que pudessem ser incorporados a vida cotidiana para, talvez, mais adiante, este viesse a se constituir em um mecanismo de orientação política.

Com isso, chamamos atenção para o fato de que os espaços públicos não são desenvolvidos como uma extensão de outro projeto, de outro debate, mas sim a partir de uma construção intencional. Não é a construção de um novo lugar no qual a política institucional vai se desenrolar que caracteriza a perspectiva urbanística da noção de espaço público: são as praças, largos, áreas comuns que ganham tratamentos em suas formas no intuito de receber

determinados usos e destacar certos significados, usando para tanto objetos que já se encontrariam presentes na localidade e acrescentando outros mais apropriados a nova ordem desejada. O urbanista culturalista Camillo Sitte, por exemplo, destaca a importância da composição de uma ordem entre os edifícios e a praça, no intuito de conferir sentido ao espaço público e a cidade. Em suas palavras:

*“Chaque cité, si petite soit-elle, pourrait s’enorgueillir d’une place belle et originale si tous les édifices importants y étaient réunis comme en une exposition où ils se feraient valoir les uns les autres. C’est le but des plans d’extension des villes de préparer intelligemment et de rendre possible un tel idéal”* (SITTE Apud CHOAY, 1965: 273)<sup>15</sup>.

Outro elemento que pode ser incorporado à discussão é relativo à neutralidade e ao racionalismo que o urbanismo procura adicionar a noção de espaço público. Choay (1965) antagoniza em sua obra duas classes gerais de urbanistas que não eram unânimes em relação ao ponto de partida dos seus projetos: os progressistas e os culturalistas. Esses dois tipos podem ser associados a uma ampla e antiga discussão dentro das ciências sociais, que opõe a civilização e a cultura, a sociedade e a comunidade (CHOAY, 1965; RAGON, 1986).

Nesse sentido, os urbanistas progressistas partiriam do ponto de vista de que a base de um projeto deve se encontrar sempre em um indivíduo instruído e politizado, capaz de compreender e de interpretar as suas necessidades e encontrar as formas de supri-las através de um uso inteligente e efetivo dos equipamentos urbanos, das formas e das funções de um determinado espaço físico. Todas as relações nesse espaço público seriam idealmente mediadas pela racionalidade e o objetivo maior seria alcançar valores universais. Como deixa claro Choay:

*“Tous ces auteurs ont en commun une même conception de l’homme et de la raison, qui sous-tend et détermine leurs propositions relatives à la ville. Lorsqu’ils fondent leurs critiques de la grande ville industrielle sur le scandale de l’individu ‘aliéné’, et lorsqu’ils se proposent comme objectif un homme accompli, c’est au nom d’une conception de l’individu humain comme type, indépendant de toutes les contingences et différences de lieux et de temps, et définissable en besoin-types scientifiquement déductibles. Un certain*

---

<sup>15</sup> Tradução: “Cada bairro, por tão pequeno que seja, poderia se orgulhar de uma praça bonita e original se todos os edifícios importantes estivessem reunidos como em uma exposição, onde eles valorizariam uns aos outros. O objetivo dos planos de extensão das cidades é de preparar inteligentemente e de tornar possível tal ideal” (SITTE Apud CHOAY, 1965: 273).

*rationalisme, la science, la technique doivent permettre de résoudre les problèmes posés par la relation des hommes avec le monde et entre eux. Cette pensée optimiste est orientée vers l'avenir, dominée par l'idée de progrès. La révolution industrielle est l'événement historique-clé qui entraînera le devenir humain et promouvra le bien-être*” (CHOAY, 1965: 14-15)<sup>16</sup>.

Os urbanistas culturalistas, por sua vez, tomariam como base para os seus projetos a valorização de um conjunto de características que diferiam daquelas observadas entre os urbanistas progressistas: em primeiro lugar, o ponto de partida era o grupo, e não o indivíduo; a lógica estaria plenamente condicionada pelos valores tradicionais, históricos e culturais do grupo; tomava-se como referencial uma perspectiva orgânica de cidade, em oposição ao mecanicismo da cidade progressista; os espaços públicos seriam então pensados como extensões de símbolos, de sentimentos e de valores coletivos (CHOAY, 1965; RAGON, 1986). Nas palavras de Choay:

*“Son point de départ critique n'est plus la situation de l'individu, mais celle du groupement humain, de la cité. (...) le scandale historique dont partent les partisans du modèle culturaliste est la disparition de l'ancienne unité organique de la cité, sous la pression désintégrant de l'industrialisation”* (CHOAY, 1965: 21)<sup>17</sup>.

Porém, os limites que separam esses especialistas são mais relevantes para o debate teórico de uma cidade ideal do que propriamente para o ato efetivo de se projetar e organizar espaços públicos. De fato, no que se refere especificamente ao desenvolvimento da dimensão concreta da publicidade, tanto progressistas quanto os culturalistas acreditavam que a cidade pós-Revolução Industrial se apresentava em uma situação insalubre, desumanizada, pouco representativa dos valores ocidentais e pouco produtiva. O urbanista progressista francês Georges Benoit-Lévy é um exemplo de que o centro da preocupação com a cidade do século

---

<sup>16</sup> Tradução: “*Todos esses autores têm em comum uma mesma concepção de homem e da razão, que sustenta e determina suas proposições relativas à cidade. Quando eles baseiam suas críticas da grande cidade industrial no escândalo do indivíduo ‘alienado’, e quando eles se propõem como objetivo um homem amadurecido, é em nome de uma concepção de indivíduo humano como tipo, independente de todas as contingências e diferenças de lugares e de tempos, e definível em necessidades-padrões dedutíveis cientificamente. Um certo racionalismo, a ciência, a técnica devem permitir a resolução dos problemas colocados pela relação dos homens com o mundo e entre eles. Este pensamento otimista está orientado para o futuro, dominado pela idéia de progresso. A revolução industrial é o evento histórico chave que conduzirá o futuro humano e promoverá o bem-estar*” (CHOAY, 1965: 14-15).

<sup>17</sup> Tradução: “*Seu ponto de partida da crítica não é mais a situação do indivíduo, mas aquela do agrupamento humano, do bairro. (...) o escândalo histórico que dá partida aos partidários do modelo culturalista é o desaparecimento da antiga unidade orgânica do bairro, sob a pressão desintegradora da industrialização*” (CHOAY, 1965: 21).

XIX se encontrava no questionamento de como organizá-la e torná-la mais habitável. O urbanista se interroga inicialmente sobre como deve ser a cidade no futuro e quais seriam as motivações do seu projeto: *“Cela doit être la ville de l’industrie, car l’industrie se développe sans interruption, et la (...) question que se pose est celle-ci: (...) comment vivre près de l’usine de manière saine?”* (BENOIT LEVY *Apud* CHOAY, 1965: 221)<sup>18</sup>.

Os urbanistas também demonstravam ter acumulado conhecimentos e experiências que permitiam ações mais efetivas e contínuas sobre o espaço físico, além de orientar essas ações a partir de um princípio unitário (CHOAY, 1965; RAGON, 1986). De fato, ambos os tipos de projetos urbanísticos apostavam em um princípio lógico único que serviria de referência para a elaboração das formas e a construção dos seus significados. De um lado, era a racionalidade e a universalidade que orientava os planos de intervenção. De outro lado, o objetivo era captar a tradição, a cultura, e projetá-la em uma ordem espacial comum. Ambos os tipos de projeto necessitavam de uma linha condutora, decidida ou não em foro coletivo, e representativa de um certo consenso para estabelecer a ação sobre o espaço físico (CHOAY, 1965; RAGON, 1986).

Portanto, o urbanismo estabelecia uma contribuição que procurava substituir a arbitrariedade de uma decisão pessoal e subjetiva no que se refere ao ordenamento dos espaços físicos. Nesse sentido, a paixão individual não deveria ter mais lugar como motivação construtiva no contexto dos espaços público. Nas palavras de Le Corbusier:

*“La passion individuelle ici n’a que le droit d’incarner le phénomène collectif. Le phénomène collectif, c’est l’état d’âme d’une époque conditionné au général comme il l’est dans le particulier par les grands mouvements successifs qui éduquent, couchent ou élèvent, produit infrelatable, moyenne mathématique émouvante puisqu’elle donne à la multitude un front unique et une passion unanime”* (LE CORBUSIER, 1994: 48-49)<sup>19</sup>.

Isso nos leva a outra característica marcante do urbanismo no que se refere ao ordenamento do espaço físico: o combate a desordem, a disfuncionalidade, a insalubridade, a falta de um

---

<sup>18</sup> Tradução: *“Esta deve ser a cidade da indústria, pois a indústria se desenvolve sem interrupção, e a (...) questão que se coloca é esta aqui: (...) como viver perto de uma usina de maneira sã?”* (BENOIT LEVY *Apud* CHOAY, 1965: 221).

<sup>19</sup> Tradução: *“A paixão individual só tem aqui o direito de encarnar o fenômeno coletivo. O fenômeno coletivo é a alma de uma época, condicionado ao nível geral, como ele o é no particular, pelos grandes movimentos sucessivos que educam, estratificam ou elevam, produto incorruptível, média matemática emocionante, pois ela confere a multiplicidade um front único e uma paixão unânime”* (LE CORBUSIER, 1994: 48-49).

critério de organização. De acordo com Choay (1965), a eminência do urbanismo esteve fortemente relacionada com um julgamento negativo da cidade pós-Revolução Industrial. A fragmentação social, a ausência de um sentido geral na distribuição dos objetos, a superconcentração populacional, a carência de meios de transportes efetivos e a poluição tornavam as grandes cidades inóspitas durante o século XIX. Era nesse sentido que Le Corbusier defendia a necessidade de uma interferência mais efetiva para reverter à desordem:

*“Le désordre qui s’y multiplie est offensant: leur décheance blesse notre amour-propre et froisse notre dignité. Elles ne sont pas dignes de l’époque, elle ne sont pas dignes de nous. (...) La géométrie est le moyen que nous nous sommes donné (...) pour nous exprimer (...) signifiant la perfection, le divin”* (LE CORBUSIER, 1994: I)<sup>20</sup>.

Nesse sentido, a conexão entre urbanismo e ordem se refletia na necessidade de selecionar e classificar os espaços de acordo com funções e significados. O espaço público passou a ser criado e transformado com uma maior consciência de sua importância para o equilíbrio da vida urbana, fato que tendia a se tornar mais expressivo na medida em que os projetos urbanísticos acumulavam maior conhecimento técnico e mais capital. Paralelamente, o urbanismo passou a ser a expressão de uma necessidade da especialização na gestão do espaço público e em sua concepção. Como acrescentou Le Corbusier:

*“On ne sait pas dans le public ce que c’est que la gestion d’une grande ville: les offices du cadastre, les offices d’extension, l’insuspection de la circulation, la direction des transports en commun; on ne se doute pas de ce qu’est la machine formidable de la grande ville, qui maintient dans un état de discipline quatre millions d’êtres dont tout acte est régi par une passion partiulière, individuelle, anarchique(...). cette tension (...) conduit lentement les masses; lentement, mais parfois contradictoirement, quitte à provoquer la violence et le désordre”* (LE CORBUSIER, 1994: 101)<sup>21</sup>.

O avanço da especialização, da classificação funcional e do combate à desordem tornou a criação, seleção e gestão de equipamentos urbanos um dos elementos mais marcantes do

---

<sup>20</sup> Tradução: “A desordem que lá se multiplica é ofensiva: sua desgraça fere nosso amor-próprio e arranha a nossa dignidade. Elas não são dignas de nossa época, elas não são dignas de nós. (...) A geometria é a maneira que nós nos demos (...) para nos expressar (...) significando a perfeição, o divino” (LE CORBUSIER, 1994: I).

<sup>21</sup> Tradução: “Não se sabe dentro do público o que é a gestão de uma grande cidade: as funções do cadastro, as funções da extensão, a insuspeição da circulação, a direção dos transportes comuns; não se duvida da máquina formidável da grande cidade, que mantém em um estado de disciplina quatro milhões de seres cujos todo é regido por uma paixão particular, individual, anárquica (...). Esta tensão (...) conduz lentamente as massas (...); lentamente, mas por vezes contraditoriamente, provoca a violência e a desordem” (LE CORBUSIER, 1994: 101).

olhar do urbanismo sobre os espaços públicos. A presença de bancos, de coretos, de caminhos, de placas, de fontes, de estátuas, de grades, de postes de luz, de relógios, entre outros objetos possíveis, indica usos esperados para um determinado espaço. É justamente nesse intuito que Carr apresenta as qualidades de um espaço público a partir dos objetos que orientam os comportamentos que são legítimos de acordo com o plano em comparação com as atividades que ali se desenvolvem:

*“(...) we define public spaces as open, publicly accessible places where people go for group or individual activities. While public spaces can take many forms and may assume various names (...), they all share common ingredients. Public spaces generally contain public amenities such as walkways, benches and water, physical and visual elements, such as paving or lawn, and vegetation that support activities. Whether planned or found, they are usually open and accessible to the public. Some are under public ownership and management, whereas others are privately owned but open to the public” (CARR et alli, 1992: 50)<sup>22</sup>.*

Finalmente, chegamos ao último elemento do urbanismo que classificamos como relevante para a definição da noção de espaço público tal qual nós a conhecemos nos dias de hoje. Trata-se da importância da coesão e da homogeneidade para o sucesso da ideia de espaço público. Para Arnheim (2000) e Lynch (1985), a homogeneidade não garante incondicionalmente a legitimidade de um projeto urbanístico para esses espaços. Entretanto, os autores chamam atenção que as chances de que a homogeneidade crie uma ordem efetiva, contínua e harmoniosa é maior do que a realização de projetos sucessivos e heterogêneos. Originalmente, essa reflexão estava ligada aos “conjuntos urbanos”, mas esses conjuntos diziam respeito a elementos que eram comuns as propriedades privadas e públicas, fato que associa a reflexão dos autores aos espaços públicos (ARNHEIM, 2000; LYNCH, 1985).

Com isso, podemos tomar o relato de Arnheim a respeito do valor da harmonia para os conjuntos urbanos como indicador de que, segundo a perspectiva urbanística, o significado dos espaços públicos seria resultante simultaneamente da solução técnica oferecida diante de

---

<sup>22</sup> Tradução: “Nós definimos espaço público como lugares abertos e publicamente acessíveis, aonde as pessoas vão para desenvolver atividades grupais ou individuais. Enquanto o espaço público pode assumir diversas formas e ter vários nomes, (...) todos eles dividem elementos comuns. Espaços públicos geralmente contêm amenidades públicas como calçadas, bancos e água, elementos físicos e visuais, como o pavimento ou gramado e vegetação que apóiam as atividades. Sendo tanto achado ou planejado, tais espaços são normalmente abertos e acessíveis ao público. Alguns estão sob a propriedade e administração pública, enquanto outros são de propriedade privada, mas abertos ao público” (CARR et alli, 1992: 50).

uma necessidade e da percepção obtida pelo público usuário de sua área. De acordo com o autor:

*“La description classique des ensembles urbains par Kevin Lynch montre clairement qu’à leurs niveaux particuliers, ces structures spatiales peuvent être puissamment organisées ou chaotiques. De toute évidence, les environnements conçus comme des ensembles ont plus de chances de jouir d’un ordre harmonieux que les concrétions sucessives qui caractérisent la croissance de la plupart des communautés urbaines, bien que ce processus n’engendre pas nécessairement le désordre. Les analyses de Lynch montrent que plus une structure spatiale donnée est ordonnée et plus les images qu’en a chaque individu concordent entre elles. Plus la structure est ambigüe et plus son image dépend de l’endroit où l’observateur a fixé son attention, de la bonne connaissance qu’il a des diverses composantes, et ainsi de suite” (ARNHEIM, 2000: 24-25)<sup>23</sup>.*

Dessa forma, o olhar do urbanismo sobre o espaço público se organizou através do ordenamento do espaço físico e de sua sinalização, procurando em geral estabelecer um princípio construtivo único e homogêneo. Para tanto, o urbanismo procurou avançar em sua contribuição através de uma lógica de ação que responderia a uma necessidade coletiva. Essa lógica de ação, por sua vez, seria definida a partir de técnicas e de valores estéticos, tomando como pontos de partida o indivíduo ou os grupos, não mais focando os seus projetos na figura do Rei e de sua Corte. O espaço público, a partir desse novo olhar, procuraria conferir um maior controle sobre a vida social que se desenrolava nas cidades, tentando estabelecer as condições para que a situação de atraso, congestionamento e falta de higiene do urbano no século XIX pudesse ser superados e transformados em um novo equilíbrio para o espaço urbano.

É evidente que essa série de características descritas não era plenamente unânime entre os arquitetos urbanistas, também não era livremente aceita por outras cientistas sociais e também não contava sempre com o apoio irrestrito da população. Para citar um exemplo de resistência ao urbanismo progressista que marcou o imaginário da modernidade, o livro *The Death and*

---

<sup>23</sup> Tradução: “A descrição clássica dos conjuntos urbanos feita por Kevin Lynch mostra claramente que, aos seus níveis particulares, estas estruturas espaciais podem ser poderosamente organizadas ou caóticas. De toda evidência, os ambientes concebidos como conjuntos têm mais chances de gozar de uma ordem harmoniosa que as concretizações sucessivas que caracterizam o crescimento da maior parte das comunidades urbanas, ainda que este processo não engendre necessariamente a desordem. As análises de Lynch mostram que quanto mais uma estrutura espacial dada é coordenada, mais as imagens de cada indivíduo concordam entre elas. Quanto mais a estrutura é ambígua, mais a sua imagem depende do ambiente onde o observador fixou a sua atenção, do bom conhecimento que o mesmo possui dos diversos componentes, e assim por diante” (ARNHEIM, 2000: 24-25).

*Life of Great American Cities*, da escritora e ativista política norte-americana Jane Jacobs, de 1961, teve ampla repercussão. Nesse livro, a autora criticou duramente o urbanismo e os seus planos de intervenção, ao considerar que nenhum de seus autores era capaz de compreender realmente como os indivíduos se organizavam socialmente, estabelecendo diversas camadas de significados e usos variados dos espaços. Ainda de acordo com a autora, o urbanismo progressista abordava a multiplicidade de usos dos espaços como sinais de deterioração da vida pública, negando-a e entrando em conflito com as necessidades manifestadas pela sociedade (JACOBS, 1961).

Porém, essas resistências, debates, sugestões, exigências por parte de outras ciências apenas contribuíram para que a idéia de espaço público se somasse ao conjunto de discussões sugeridas pela Filosofia e pela Ciência Política e se incorporasse a uma visão um tanto quanto confusa de uma utopia. No próximo item, veremos justamente como essa noção de espaço público é traduzida em um discurso utópico.

### **2.3 A UTOPIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS**

De acordo com Habermas (1984), as discussões sobre o espaço público ganharam maior interesse coletivo e ultrapassaram os seus limites acadêmicos e administrativos com o avançar do Período Moderno. Alguns fenômenos que ganharam destaque no início do século XX corroboram essa linha de interpretação: a progressão do individualismo e do secularismo, o confronto político-ideológico entre o Comunismo e o Capitalismo, a nova consciência dos problemas da vida urbana e as novas tecnologias tornaram o debate dos modelos de cidade mais numerosos e mais polêmicos.

De fato, a discussão da política, das funções e dos modelos de cidade levaram as questões debatidas anteriormente pela Filosofia e pelo Urbanismo à mídia e a um público mais amplo. Três cenários resumem o interesse do novo público sobre a cidade moderna que se construía física e intelectualmente: a) as reformas na estrutura administrativa de um governo democrático passaram a ser seguidas com atenção por parte dos seus cidadãos; b) as obras públicas se tornaram objetos de defesas apaixonadas, manifestações de repúdio e pressões

populares; c) a política e os seus ritos se tornaram o meio pelo qual a sociedade procuraria traduzir os seus anseios (HABERMAS, 1984 e 1988)

O espaço urbano se torna então matéria de um novo conjunto de especulações, de exigências e de experiências que vai além do julgamento dos especialistas e de seus projetos. Breve, a reflexão sobre a quantidade, a qualidade e a ordem de espaços coletivos de uma cidade ganha em importância, sendo considerada parte decisiva para conferir novo sentido ao espaço urbano. Esse novo sentido que é incessantemente buscado, por sua vez, seria marcado pela procura de uma cidade mais justa, mais organizada, mais higiênica e mais inspiradora para os seus habitantes.

Paulatinamente, essa noção de espaço público ganha contornos de um novo discurso utópico, cujos centros seriam a política e a funcionalidade. Espera-se deste tipo de espaço a visibilidade de uma nova ordem, que reúna as forças de coerção e de coesão de uma sociedade em um projeto político comum, marcado na medida do possível por um equilíbrio estabelecido entre a justiça universal e as tradições de uma cultura. Com isso, o espaço público se tornava o elo que colocaria em contato o discurso utópico democrático com a organização física da cidade, servindo como indicador do sucesso obtido (ARENDRT, 1994; HABERMAS, 1984 e 1988; LE CORBUSIER, 1994).

Fazemos aqui alusão à idéia de Utopia tal qual esta foi desenvolvida por Foucault, que argumentava que esta se traduziria sempre em uma imagem física ligada a uma cidade (FOUCAULT, 2001). Segundo a definição do autor, trata-se de um espaço abstrato, irreal, que nunca existiu, mas que todos se sentem ligados a ele e que o procuram enquanto vivenciam os espaços concretos. A Utopia seria então necessariamente composta por uma série de referências abstratas e concretas daquilo que o mundo deveria ser. Nesse sentido, o indivíduo se encontraria sempre em uma posição intermediária quando visitaria e participaria das atividades de um espaço público, uma vez que usaria os espaços concretos, mas que julgaria o sentido dos espaços públicos a partir de elementos utópicos, mesmo quando esses estivessem em desacordo com o mundo concreto e/ou com o conhecimento científico.

*“Les utopies, ce sont les emplacements sans lieu réel. Ce sont les emplacements qui entretiennent avec l'espace réel de la société un rapport général d'analogie directe ou inversée. C'est la société elle-même perfectionnée ou c'est l'envers de la société, mais, de*

*toute façon, ces utopies sont des espaces qui sont fondamentalement irréels*” (FOUCAULT, 2001: 755)<sup>24</sup>.

Em outra oportunidade, o autor ainda acrescentou:

*“Les utopies consolent: c’est que si elles n’ont pas de lieu réel, elles s’épanouissent pourtant dans un espace merveilleux et lisse; elles ouvrent des cités aux vastes avenues, des jardins bien plantés, des pays faciles, même si leur accès est chimérique”* (FOUCAULT, 1966: 9)<sup>25</sup>.

De acordo com esse sentido de utopia, podemos citar diferentes elementos compõem a imagem idealizada dos espaços públicos: ordem, unidade, coesão, matriz cultural comum, língua, universal, racionalidade, equilíbrio e política são alguns deles. Certos elementos se encontram compreendidos em outros, enquanto alguns se mostram em contradição quando se encontram dentro de um mesmo conjunto. Por exemplo, a universalidade pretendida pela utopia dos espaços públicos dificilmente poderia ser acompanhada por uma perfeita representação das tradições de uma determinada cultura. Por princípio, a organização através da universalidade compromete ao menos em parte a expressão de uma organização marcada pela particularidade, e vice-versa. Porém, a utopia dota o espaço público de uma capacidade de reunir elementos que não podem ser combinados no mundo real.

O primeiro elemento citado como componente da utopia, a ordem dos espaços públicos, procura colocar em oposição um espaço urbano não-regulado por políticas públicas, despreocupado em promover a democratização da esfera política e não orientado por uma racionalidade arquetônica, e um espaço marcado pelo controle público, pelo projeto urbanístico e pela participação política. A ordem sugerida por esse último é um elemento primordial da utopia dos espaços públicos, pois supõe a existência de um sentido único e claro para um determinado espaço. Essa ordem sugerida seria então caracterizada pelo exercício de um poder de regulação sobre a sociedade e também pela admissão de que a democratização e a melhoria na qualidade de vida de uma cidade.

---

<sup>24</sup> Tradução: “As utopias são localizações sem lugar real. São as localizações que tecem com o espaço real da sociedade um laço geral de analogia direta ou invertida. É a sociedade aperfeiçoada ou é o inverso da sociedade, mas, de qualquer maneira, essas utopias são espaços que são fundamentalmente irrealis” (FOUCAULT, 2001: 755).

<sup>25</sup> Tradução: “As utopias consolam: se elas não têm lugar real, elas se desenvolvem, entretanto, em um espaço maravilhoso e liso, elas abrem cidadelas através de vastas avenidas, de jardins bem plantados, de países fáceis, mesmo se o acesso a eles é quimérico” (FOUCAULT, 1966: 9).

*“l’ordre lui [à l’homme] est indispensable, sinon ses actes seraient sans cohésion, sans suite possible. Il y ajoute, y apporte, l’idée d’excellence. Plus l’ordre est parfait, plus il est à l’aise, en sécurité. Il échafaude dans son esprit des constructions basées sur cet ordre qui lui est imposé par son corps, et il crée. L’oeuvre humaine est une mise en ordre. (...) Si l’oeuvre est en ordre, elle dure à travers le temps, elle demeure dans les esprits (...)”* (LE CORBUSIER, 1994: 22-24)<sup>26</sup>.

Le Corbusier acreditava que era preciso aplicar essa idéia de ordem sobre o espaço urbano, na medida em que este último careceria de harmonia, de exatidão e de simetria que a geometria poderia oferecer. Se aplicada, ainda seguindo o raciocínio de Le Corbusier, essa ordem geométrica conferiria regularidade aos espaços públicos, assim como estabeleceria as bases para que quaisquer outras iniciativas tivessem sucesso. De acordo com o autor, *“la grande ville, phénomène de force en mouvement, est aujourd’hui une catastrophe menaçante, pour n’avoir plus été animé d’un esprit de géométrie”* (LE CORBUSIER, 1994: 24)<sup>27</sup>.

O segundo elemento utópico mencionado, a unidade, se referiria à interpretação de que os espaços públicos encontrariam significado na medida em que fossem representados de modo coeso. É em parte a superação das diferenças entre indivíduos que permite a definição de um tipo-ideal de ator, oferecendo as bases comuns sob as quais o espaço físico seria organizado e as leis seriam criadas. Nesse sentido, o espaço público em sua expressão utópica seria encontrado em uma unidade que é superior ao somatório das diferenças de um determinado povo, aí incluídos as classes sociais e o multiculturalismo, por exemplo. Novamente usando a obra de Le Corbusier, é possível retirar um relato que exprime esse apelo a unidade para a organização do espaço urbano: *“Dans son ensemble, le développement de la ville, dépendant d’un commandement unique (...) donnera une sensation d’unité, de cohérence – chose rassurante”* (LE CORBUSIER, 1994: 64)<sup>28</sup>.

---

<sup>26</sup> Tradução: *“a ordem é indispensável a ele [ao homem], senão seus atos não teriam coesão, não poderiam ter seguimento. A ordem acrescenta, traz, a idéia de excelência. Quanto mais a ordem é perfeita, mais o homem está à vontade, em segurança. O homem ergue em sua mente construções baseadas nessa ordem que foi imposta pelo seu corpo, e que ele cria. A obra humana é um ordenamento. (...) Se a obra está em ordem, ela dura através do tempo, ela permanece nos espíritos (...)”* (LE CORBUSIER, 1994: 22-24).

<sup>27</sup> Tradução: *“a grande cidade, fenômeno em movimento, é hoje uma catástrofe ameaçadora, por não ser mais animada de um espírito geométrico”* (LE CORBUSIER, 1994: 24).

<sup>28</sup> Tradução: *“Em seu conjunto, o desenvolvimento da cidade, dependendo de um comando único (...) dará uma sensação de unidade, de coerência – coisa que confere segurança”* (LE CORBUSIER, 1994: 64)

Outro elemento que faz parte da utopia dos espaços públicos vem da racionalidade em suas formas, significados e comportamentos. De fato, a idéia de espaço público, tal qual foi introduzida pela Filosofia e construída fisicamente pelo Urbanismo, se apóia na defesa de um espaço público marcado pela simetria de formas geométricas regulares, por conjunto de leis abstratas e universais e por um comportamento desinteressado, capaz de julgar as suas discussões unicamente a partir da razão.

A racionalidade utópica dos espaços públicos deveria permitir que qualquer cidadão pudesse compreender o seu significado, a sua importância e a sua função dentro do espaço urbano, e que esse cidadão deveria igualmente se posicionar de forma positiva e construtiva em relação à manutenção e ao aperfeiçoamento da vida pública. Nesse sentido, Le Corbusier defende a importância da razão para a construção de um sentido único para o espaço urbano:

*“L’homme régit son sentiment par la raison; il refrène ses sentiments et ses instincts en faveur du but qu’il a. Il commande à sa bête par son intelligence. Son intelligence bâtit des règles qui sont l’effet de l’expérience. L’expérience naît du labeur; l’homme travaille pour ne pas périr. Pour produire, il faut une ligne de conduite; il faut obéir aux règles de l’expérience. Il faut penser en avant, au résultat”* (LE CORBUSIER, 1994: 6)<sup>29</sup>.

De modo em parte contraditório com o elemento anterior, a utopia dos espaços públicos concebe igualmente que o mesmo espaço marcado pela abstração e pela racionalidade deve ser também representativo de uma certa matriz cultural específica. Nos referimos aqui a um conjunto de tradições, a uma narrativa histórica, a um conjunto de subjetividades que fosse comum ao grupo que usa os espaços públicos. Assim, em seu caráter utópico, o espaço público deve simultaneamente procurar o valor universal, abstrato e racional de uma ordem superior, e também deve representar um conjunto de subjetividades, de tradições e de particularidades históricas que são específicas a uma determinada formação social.

O equilíbrio entre a esfera pública e a esfera social é outro elemento utópico presente no discurso sobre os espaços públicos. Espera-se que o espaço público assuma tanto as atribuições políticas da primeira esfera, quanto às necessidades da vida cotidiana da segunda,

---

<sup>29</sup> Tradução: “O homem rege seu sentimento pela razão; ele refreia seus sentimentos e seus instintos em favor do objetivo que ele tem. Ele comanda seu lado animal através da sua inteligência. Sua inteligência ergueu regras o resultado da experiência. A experiência nasceu do trabalho; o homem trabalha para não perecer. Para produzir, é preciso ter uma linha de conduta; é preciso obedecer às regras da experiência. É preciso pensar antecipadamente no resultado” (LE CORBUSIER, 1994: 6).

sem que essa duplicidade atrapalhe uma a outra, e nem dificulte a compreensão da sua ordem. O equilíbrio se encontraria pela alternância coordenada, livremente aceita e vivida pela parte dos indivíduos que freqüentam os espaços públicos, perfeitamente cientes de suas responsabilidades e interessados unicamente no bem-estar comum (ARENDR, 1994; HABERMAS, 1984 e 1988; LE CORBUSIER, 1994).

Habermas sintetiza involuntariamente parte das preocupações utópicas presentes nesses diferentes elementos descritos, ao sugerir os princípios que deveriam orientar o modo pelo qual os indivíduos agiriam no espaço público, levando sempre em consideração o equilíbrio da estrutura político-social. Segundo o autor, a tomada de consciência do espaço público e de sua importância por parte dos atores no mundo vivido se desdobraria em um comportamento que se exprimiria dentro de um autocontrole e da procura da democracia:

*“Les espaces publics organisés de façon autonome devraient développer la combinaison intelligente de pouvoir et d'autolimitation perspicace qui est nécessaire pour sensibiliser les mécanismes d'autorégulation de l'État et de l'économie aux résultats d'une formation de la volonté orientée vers des fins déterminées, qui aille dans le sens d'une démocratie radicale” (HABERMAS, 1988: 431)<sup>30</sup>.*

Em resumo, essa utopia dos espaços públicos pressupunha que Estado e cidadãos estivessem engajados na construção e na defesa de uma ordem espacial estrita e que procuraria um aperfeiçoamento contínuo da democracia. De modo complementar, essa utopia dos espaços públicos era apoiada por um projeto no qual estética e política estivessem unificadas. Enfim, para simplificar um pouco o raciocínio, é possível afirmar que a utopia dos espaços públicos exigia que espaços concretos e princípios abstratos se encontrassem reunidos e coordenados por um sentido único, dotado de certo poder de coesão social e política (ARENDR, 1994; HABERMAS, 1984 e 1988; LE CORBUSIER, 1994).

Obviamente, a reunião dessas características obedece unicamente a um esforço de imaginação, devido à complexidade dos espaços urbanos e à pluralidade de suas representações. De fato, as circunstâncias que permitiram o rompimento entre política e

---

<sup>30</sup> Tradução: “Os espaços públicos organizados de forma autônoma devem desenvolver a combinação inteligente de poder e de auto-limitação perspicaz que é necessária para sensibilizar os mecanismos de autorregulação do Estado e da economia aos resultados de uma formação da vontade orientada em direção a fins determinados, que avança no sentido de uma democracia radical” (HABERMAS, 1988: 431).

religião mesmo anteriormente a Modernidade também tornaram possível que a sociedade desse vazão a manifestações sócio-políticas que nem sempre se mostravam concordantes e compatíveis. Porém, esperava-se que esse processo de diferenciação social fosse marcado por um certo respeito e coesão no que se trata da esfera pública e de seus espaços. É nesse sentido que Habermas salienta que a esfera do saber, a esfera pública moderna, se encontraria como uma nova composição que reuniria atribuições políticas, participações sociais, princípios estéticos e símbolos morais oriundos do pensamento religioso:

*“Jusqu’à la fin du XVIIIe siècle, la science, la morale et l’art s’étaient différenciés – même au point de vue des institutions – en tant que domaines d’activité dans lesquels on traitait de façon autonome, c’est-à-dire selon l’aspect chaque fois particulier de la validité, les questions relatives à la vérité, à la justice et au goût. Cette sphère du savoir s’était détachée dans sa totalité, d’une part, de la sphère de la foi et, de l’autre, de celle des rapports sociaux (...), comme la vie quotidienne en communauté” (HABERMAS, 1988: 22-23)<sup>31</sup>.*

A validade do espaço público, segundo a concepção de Habermas, dependeria então da separação da esfera privada e da esfera social, da preservação do equilíbrio entre as esferas e da natureza autônoma das discussões que ali teriam lugar. Ao espaço público, caberia a discussão do conhecimento, ou, nas palavras do autor, da “verdade”. Dessa forma, para Habermas, pensador que definiu os limites conceituais da noção, o valor do espaço público moderno dependia em certo sentido da definição de um espaço no qual a utopia que animava uma formação sócio-política poderia vir a se constituir no futuro (HABERMAS, 1984 e 1988).

Para tanto, ainda segundo a obra de Habermas, seria necessário que a “*liberdade subjetiva do indivíduo*” (HABERMAS, 1988) avançasse sem se constituir em obstáculo para a formação de uma consciência pública idealizada e igualitária. Dessa forma, todo o valor da construção das formas, dos significados e dos comportamentos estaria condicionado pelo seguimento adequado do livre-arbítrio. De acordo com as palavras de Habermas:

---

<sup>31</sup> Tradução: “*Até o fim do século XVIII, a ciência, a moral e a arte se diferenciaram – mesmo sob o ponto de vista das instituições – em domínios de atividades dentro dos quais se tratava de forma autônoma, quer dizer, segundo o aspecto particular da validade, as questões relativas à verdade, à justiça e ao gosto. Essa esfera do saber se separou em sua totalidade, de um lado, da esfera da fé e, de outro lado, daquela das relações sociais (...), como a vida cotidiana em comunidade*” (HABERMAS, 1988: 22-23).

*“Ce qui caractérise l’époque moderne, c’est avant tout la liberté subjective. Celle-ci prend effet dans la société, à travers la marge de manoeuvre que garantit le droit privé, qui permet ainsi que soient poursuivis des intérêts propres: dans l’État, à travers une participation égalitaire à la formation de la volonté politique; dans la sphère privée, à travers l’autonomie morale et la réalisation de soi; enfin, dans l’espace public, qui fait pendant à cette sphère privée, à travers le processus de formation qui consiste à s’approprier une culture devenue réflexive” (HABERMAS, 1988: 102)<sup>32</sup>.*

Todavia, os autores que enunciaram a noção de espaço público, o seu caráter político, ideal e a sua relação com os espaços físicos, como é o caso de Arendt, de Habermas e de Lynch, por exemplo, manifestaram preocupações a respeito do afastamento progressivo em relação aos seus valores utópicos. Assim, de acordo com esse julgamento quase unânime, as contradições da sociedade capitalista, a luta de classes, a imigração, o multiculturalismo, o individualismo, a comunicação de massa, a produção em massa e o papel crescente da economia na sociedade estariam modificando os indivíduos, o Estado, as suas instituições e os seus espaços. Nesse processo, o espaço público se encontraria em crise desde a sua primeira enunciação, na medida em que os referidos autores identificam diferentes sinais de que esse tipo de espaço perdia o seu significado maior na medida em que diversos fenômenos da Modernidade ganhavam maior visibilidade e importância para a organização dos espaços urbanos.

Um primeiro sinal foi percebido por Habermas, na medida em que o autor faz alusão à dissolução progressiva do laço que deveria unir as três esferas da vida urbana. Segundo o autor, a expansão e a confusão de elementos entre diferentes esferas tornava impossível separar as suas contribuições, sinalizar as suas atribuições ou garantir o seu valor:

*“(…) os reflexivos contemporâneos da esfera pública evoluída tinham de observar como esse véu se rasgou; o público se amplia, primeiro informalmente, através da difusão da imprensa e da propaganda; junto com a sua exclusividade social, perde também o contexto através dos institutos da sociabilidade e de um nível relativamente elevado de formação intelectual. Os conflitos, até então contidos na esfera privada, estouram agora na esfera pública; necessidades grupais, que não podem esperar serem satisfeitas por um mercado*

---

<sup>32</sup> Tradução: “O que caracteriza a época moderna, é antes de tudo a liberdade subjetiva. Essa toma efeito na sociedade através da margem de manobra que garantiu o direito privado, permitindo assim que fossem perseguidos interesses próprios: no Estado, através de uma participação igualitária na formação de uma vontade política; na esfera privada, através da autonomia moral e da realização individual; enfim, no espaço público, que se desenrola em paralelo a esfera privada, através do processo de formação que consiste em se apropriar de uma cultura que se tornou reflexiva” (HABERMAS, 1988: 102).

*auto-regulativo, tendem a serem reguladas pelo Estado; a esfera pública que, agora, precisa mediatizar essas exigências, torna-se campo de concorrência de interesses nas formas mais brutalizadas da discussão violenta. Leis que surgem sob a ‘pressão da rua’ dificilmente podem ainda ser entendidas a partir do consenso razoável das pessoas privadas a debater publicamente; correspondem, de modo mais ou menos manifesto, ao compromisso de interesses privados concorrentes” (HABERMAS, 1984: 158).*

A unidade e coesão que são exigências de um espaço público segundo a sua perspectiva utópica também não podem ser encontradas nos espaços públicos existentes na atualidade, se constituindo em um segundo sinal de decadência. Habermas argumenta que:

*“A opinião pública das pessoas privadas reunidas num público não conserva mais uma base para a sua unidade e verdade: retorna ao nível de uma opinião subjetiva de muitos. (...) Se o sistema antagônico das necessidades está fragmentado em interesses particulares, uma esfera pública das pessoas privadas politicamente ativas levaria a um opinar e querer inorgânico e ao mero poder de massa contra o Estado orgânico. Para evitar isso, medidas policiais preventivas, assim como a união corporativa, precisam assumir o comando dessa ameaça de desorganização” (HABERMAS, 1984: 144-145).*

Habermas aponta igualmente para a responsabilidade das ciências sociais nos atrasos do processo de democratização de uma sociedade, na dificuldade da formação de uma opinião pública centrada em um consenso amplo e na crise da esfera pública. De acordo com sua interpretação, a maneira como Tocqueville e outros autores concentravam as suas discussões nos assuntos e interesses da classe burguesa impediam que a esfera pública e seus espaços se traduzissem em uma abordagem que procurasse promover uma intercomunicação racional entre todos os cidadãos. Segundo Habermas, essa situação resultou em uma opinião pública fragmentada e marcada pela entrada contínua de interesses privados nos espaços públicos:

*“(...) a vida pública só se desenrola ainda aí onde ela não cabe e ela deixou de existir onde, conforme a lei, se esperaria encontrá-la. De onde vem isso? Provém do fato de que as leis restringiram o exercício de todos os direitos políticos a uma única classe. (...) Liberais como Mill e Tocqueville, que apoiavam a esfera pública em nome do princípio da publicidade, condenavam-na também novamente em seus efeitos em nome do mesmo princípio. Pois os irreconciliáveis interesses que, com a ampliação do público, afluem à esfera do que é público, arranjam a sua representação numa opinião pública fragmentada e fazem da opinião pública, na configuração dominante em cada momento, um poder coercitivo, embora uma vez se tivesse pensado que ela deveria dissolver toda espécie de*

*coerção na coerção tão somente da compreensão que se impusesse” (HABERMAS, 1984: 158-159).*

De modo semelhante, Habermas avalia que o papel das forças de coerção foi superdimensionado no que se refere à organização dos espaços públicos, enquanto a procura de soluções comunicativas, racionais e consensuais foi lentamente relativizada pela impossibilidade de se encontrar sempre uma solução universal. Dessa forma, a perspectiva utópica dos espaços públicos não se refletia no mundo real em uma dinâmica comunicacional que garantisse o equilíbrio entre coesão e coerção. Como resultado dessa situação, a comunicação entre os cidadãos ficaria prejudicada e se desenvolveria mais através de ideologias do que propriamente através da razão. Nas palavras de Habermas:

*“Também Tocqueville considera a opinião pública antes como coerção à conformidade do que como uma força da crítica (...). A esfera pública possui, portanto, nos povos democráticos um poderio único. Ela não convence através de seu modo de ver, mas ela o impõe e impregna os ânimos através de uma poderosa pressão espiritual de todos sobre o entendimento individual. (...) A resignação ante a insolubilidade racional dos interesses concorrentes na esfera pública está disfarçada numa teoria do conhecimento perspectivista: porque os interesses particulares nem sequer podem mais ser medidos no universal, as opiniões, em que se traduzem ideologicamente, conservam um irredutível cerne de crença” (HABERMAS, 1984: 160-161).*

De um modo geral, essas circunstâncias especificadas por Habermas apresentam uma diferença entre utopia e realidade que comprometeriam diretamente as possibilidades do espaço público. Em parte, o projeto político, universal e fundado na razão que é apresentado como o fundamento da noção de espaço público na obra de Habermas apresenta vulnerabilidades diante de fenômenos sociais que se orientam de forma diferente do previsto nos espaços públicos. Habermas interpreta essa quebra nas expectativas como fruto da transferência de elementos que deveriam ser exclusivos ao poder estatal para a sociedade, em uma iniciativa que tentaria limitar as transformações pelas quais passavam a sociedade europeia no século XIX (HABERMAS, 1984 e 1988).

Com isso, o espaço público passaria a sofrer uma influência do domínio social, que assumiria certas funções que antes eram trabalhadas estritamente pelo poder público, mas que desde então estariam condicionadas por outros atores, sem que estes abrissem mão da procura de seus objetivos próprios. Do ponto de vista de Habermas, essa situação se constituiria em

perdas de significado para os espaços públicos, na medida em que o poder do Estado e a sua responsabilidade em promover a coesão social sofreriam revés. Habermas argumenta, todavia, que essa situação também afetaria a transferência desse poder para o domínio privado ou oligárquico, ao oferecer uma grande abertura ao domínio social na pluralidade de suas representações. O autor avalia que essa abertura diminuiria o poder de livre definição de questões públicas de acordo com os interesses privados a um único grupo. Nas palavras de Habermas:

*“Assim, a longo prazo, ao intervencionismo estatal na esfera social corresponde também a transferências de competências públicas para entidades privadas. E à ampliação da autoridade pública a setores privados também está ligado o processo correlato de uma substituição de poder público por poder social. Somente esta dialética de uma socialização do Estado que se impõe, simultaneamente com a estatização progressiva da sociedade, é que pouco a pouco destrói a base da esfera pública burguesa: - a separação entre Estado e sociedade. Entre ambos e, ao mesmo tempo, a partir de ambos, surge uma esfera social repolitizada, que escapa a distinção entre ‘público’ e ‘privado’. Ela também dissolve aquela parte específica do setor privado em que as pessoas privadas reunidas num público regulam entre si as questões gerais de seu intercâmbio, ou seja, a esfera pública em sua configuração liberal. A decomposição da esfera pública que é demonstrada na alteração de suas funções políticas (...), está fundada na mudança estrutural das relações entre esfera pública e setor privado” (HABERMAS, 1984: 170).*

Habermas lamenta ainda que as manifestações de atores sociais se organizem em detrimento do bom-funcionamento da esfera pública. De acordo com o autor, o poder de influência presente nos grupos dominantes da política e da economia acaba por exercer uma notável pressão sobre o domínio social, comprometendo em parte a maneira como os espaços públicos se organizam e ganham significado.

*“O processo politicamente relevante do exercício e do reequilíbrio dos poderes transcorre diretamente entre as administrações privadas, as associações, os partidos e a administração pública; o público enquanto tal só esporadicamente é inserido neste circuito de poder e, então, apenas também para que aclame. As pessoas privadas, à medida que são assalariadas e admitidas ao trabalho precisam fazer representar coletivamente as suas reivindicações publicamente relevantes. Mas as resoluções que lhes restam como consumidores e eleitores individualmente acabam caindo, na mesma medida em que lhes advém relevância pública, sob a influência de instâncias econômicas e políticas. À medida que a reprodução social ainda depende da decisão de consumir e que o exercício do poder político depende da decisão eleitoral das pessoas privadas, existe um interesse no sentido*

*de se ter influência sobre isso – aqui, para elevar a venda; ali, para aumentar formalmente a participação eleitoral formal deste ou daquele partido ou então dar informalmente um maior peso à pressão de determinadas organizações. O espaço social das decisões privadas é prejudicado por fatores objetivos como o poder de compra e a participação em grupos, sobretudo pelo status sócio-econômico” (HABERMAS, 1984: 208-209).*

Nesse processo, de acordo com Habermas, o resultado daquilo que é realmente vivido e produzido nos espaços públicos é significativamente distinto daquilo que a utopia dos espaços públicos previa como interação social. É nesse sentido que o autor apresenta evidências de que o espaço público se encontraria em decadência, que perderia o seu sentido geral e que abriria mão continuamente de áreas e objetos que lhe pertenceriam. Esse ponto de vista negativo é compartilhado por Arendt, que julga que a sociedade de massa é maior a responsável por essa situação, ao ceder ao conformismo da vida cotidiana:

*“Dans la réalité, les actions ont de moins en moins de chance de refouler la marée du comportement de masse, les événements perdent de plus en plus de leur signification, c’est-à-dire leur pouvoir d’éclairer l’Histoire. (...) c’est l’idéal politique désormais avoué d’une société qui, engloutie dans la routine de la vie quotidienne, accepte la conception scientifique inhérente réellement à son existence” (ARENDR, 1994: 82)<sup>33</sup>.*

Em resumo, um conjunto de observações negativas do espaço público citadas por Arendt, Habermas, Sennett, Le Corbusier e Lynch, entre outros, apontam para o distanciamento progressivo do referencial utópico que orienta o espaço público. De acordo com esses autores, as dinâmicas que teriam lugar nesse tipo de espaço poderiam ser descritas da seguinte forma: seriam realizadas em um espaço que vem sendo diminuído em sua área, que está fragmentado e desorganizado; um espaço que se mostra dominado pela influência de grupos, marcado pela ascensão do domínio social em detrimento da discussão política; um espaço que é dominado pelo conflito ao invés da comunicação; um espaço que se apresenta como irregular em sua morfologia, pouco claro em sua sinalização e disfuncional. De acordo com esses autores, todas as características citadas colocariam em risco a nova consciência da vida pública e da importância dos seus espaços que estaria ocorrendo na Modernidade (ARENDR, 1994;

---

<sup>33</sup> Tradução: “Na realidade, as ações têm cada vez menos chance de reverter a maré do comportamento de massa, os acontecimentos perdem cada vez mais suas significações, quer dizer o poder de esclarecer a História. (...) esse é o ideal político desde então confesso de uma sociedade que, submersa na rotina da vida cotidiana, aceita a concepção científica inerente realmente a sua existência” (ARENDR, 1994: 82).

HABERMAS, 1984 e 1988; SENNETT, 1990 e 1994; LE CORBUSIER, 1994; LYNCH, 1985).

Entretanto, não há unanimidade nas ciências sociais sobre a decadência da Modernidade em razão da eminência do domínio social, da sociedade de massa, do individualismo e do conflito de classes. Por exemplo, Lyotard analisou diferentemente a incongruência entre utopia e realidade. De acordo com o autor, o que ocorre é uma transformação do período histórico, do conhecimento e da experiência, ao invés de uma simples distorção da estrutura política e social. É nesse sentido que o autor apresenta a condição pós-moderna, na qual seria desfeito o conjunto de discursos que comporiam uma meta-narrativa utópica do Período Moderno. Nesse sentido, ao contrário do que foi apresentado como decadência política dos espaços públicos no julgamento de Arendt e Habermas, as manifestações de fragmentação e de conflito seriam sinais de que a época atual seria marcada por novos arranjos. Barbosa resume esse novo quadro sugerido por Lyotard ao afirmar que:

*“O que de fato vem desde então ocorrendo é uma modificação na natureza mesma da ciência (...) provocada pelo impacto das transformações tecnológicas sobre o saber. A consequência mais imediata desse novo cenário foi tornar ineficaz o quadro teórico proporcionado pelo filósofo (...) moderno que, como sabemos, elegeu como sua questão a problemática do conhecimento, secundarizando as questões ontológicas em face à gnoseológicas. Mas, ao proceder dessa maneira, fez da filosofia um metadiscurso de legitimação da própria ciência. A modernidade do quadro teórico em questão encontra-se exatamente no fato de conter certos récits [narrativas] aos quais a ciência moderna teve de recorrer para legitimar-se como saber: dialética do espírito, emancipação do sujeito razoável ou do trabalhador, crescimento da riqueza e outros. Desde o momento em que se invalidou o enquadramento metafísico da ciência moderna, vem ocorrendo não apenas a crise de conceitos caros ao pensamento moderno, tais como ‘razão’, ‘sujeito’, ‘totalidade’, ‘verdade’ ‘progresso’. Constatamos que ao lado dessa crise opera-se sobretudo a busca de novos enquadramentos teóricos (...) numa era que se quer pós-industrial. O pós-moderno, enquanto condição da cultura nesta era, caracteriza-se exatamente pela incredulidade perante o metadiscurso filosófico-metafísico, com suas pretensões atemporais e universalizantes” (BARBOSA, 1993: vii-viii).*

De acordo com essa visão retirada da obra de Lyotard, o que marcaria essa nova condição seria justamente a incredulidade diante dos símbolos, dos ritos, da utopia e dos discursos modernos. Ainda que Lyotard não tenha feito referência direta entre a ligação da condição

pós-moderna e os espaços públicos, essa discussão se mostra importante na medida em que a tendência moderna em procurar discursos universais, racionais e equilibrados se encontrava muito fortemente atrelada à criação e a reflexão sobre esse tipo de espaço. Nesse sentido, quaisquer mudanças que estejam relacionadas aos seus discursos fundadores são necessariamente importantes para a sua significação e para a sua organização física. Com isso, quando o autor argumenta que os relatos (*récits*) da Modernidade são confrontados pela análise científica e a experiência da vida cotidiana, a utopia dos espaços públicos está sendo também questionada. De acordo com as palavras de Lyotard:

*“Originalmente, a ciência entra em conflito com os relatos. Do ponto de vista de seus próprios critérios, a maior parte destes últimos revelam-se fábulas. Mas, na medida em que não se limite a enunciar regularidades úteis e que o verdadeiro, deve legitimar suas regras do jogo. Assim, exerce sobre seu próprio estatuto um discurso de legitimação, chamado filosofia. Quando este metadiscurso recorre explicitamente a algum grande relato, como a dialética do espírito, a hermenêutica do sentido, a emancipação do sujeito racional ou trabalhador, o desenvolvimento da riqueza, decide-se chamar ‘moderna’ a ciência que a isto se refere para se legitimar. É assim, por exemplo, que a regra do consenso entre o remetente e o destinatário de um enunciado com valor de verdade será tido como aceitável, se ela inscreve na perspectiva de uma unanimidade possível de mentalidades racionais: foi este o relato das Luzes, onde o herói do saber trabalha por um bom fim ético-político, a paz universal. Vê-se nesse caso que, legitimado o metarrelato, que implica uma filosofia da história, somos conduzidos a questionar a validade das instituições que regem o vínculo social: elas também devem ser legitimadas” (LYOTARD, 1993: xv-xvi).*

De modo análogo, o autor acrescenta que a legitimação da ciência e dos conhecimentos não será mais realizada instantaneamente, através do uso da meta-narrativa Moderna. Suas bases de argumentação não encontrariam a mesma força de outrora e seriam colocadas em oposição com outros relatos. Ainda que Lyotard deixe claro que esses novos relatos não sejam necessariamente duradouros e que possuam características que são particulares, a sua importância não diminui para a definição da condição pós-moderna. Nesse sentido, se aplicarmos mais uma vez a reflexão de Lyotard para a discussão da publicidade, a utopia dos espaços públicos encontraria obstáculos sempre que fosse usada como substrato sócio-político, como uma unanimidade em relação ao ordenamento do espaço urbano. Nas palavras do autor:

*“Simplificando ao extremo, considera-se ‘pós-moderna’ a incredulidade em relação aos metarrelatos. É, sem dúvida, um efeito do progresso das ciências; mas este progresso, por sua vez, a supõe. Ao desuso do dispositivo metanarrativo de legitimação corresponde sobretudo à crise da filosofia metafísica (...). A função narrativa perde os seus atores (functeurs), os grandes heróis, os grandes perigos, os grandes périplos e o grande objetivo. Ela se dispersa em nuvens de elementos de linguagem narrativos, mas também denotativos, prescritivos, descritivos etc., cada um veiculando consigo validades pragmáticas sui generis. Cada um de nós vive em muitas destas encruzilhadas. Não formamos combinações de linguagem necessariamente estáveis, e as propriedades destas por nós formadas não são necessariamente comunicáveis” (LYOTARD, 1993: xvi).*

Antes de avançar na compreensão de como essa condição pós-moderna e não-utópica pode ser importante para atualizar o debate dos espaços públicos, é preciso compreender como a Geografia absorveu as idéias de filósofos e urbanistas. Nesse sentido, a obra de Lyotard se mostra importante: quando o autor analisa a meta-narrativa da Modernidade e a maneira como esta se compôs, apresenta dois modelos gerais que são importantes para entender como a utopia dos espaços públicos foi trabalhada na Geografia. Trata-se, segundo a concepção de Lyotard, da abordagem funcional e da abordagem marxista:

*“Se se quer tratar do saber na sociedade contemporânea mais desenvolvida, deve-se primeiramente decidir qual a representação metódica que dela se faz. Simplificando ao extremo, pode-se dizer que durante o último meio século, pelo menos, esta representação dividiu-se, em princípio em dois modelos: a) a sociedade forma um todo funcional; b) a sociedade divide-se em duas partes. Pode-se ilustrar o primeiro com o nome de Talcott Parsons (...) e sua escola; o segundo, pela corrente marxista (todas as escolas que o compõem, por mais diferentes que sejam, admitem o princípio da luta de classes e a dialética como dualidade trabalhando a unidade social)” (LYOTARD, 1993: 20).*

A partir desse modelo sugerido por Lyotard, organizamos o próximo capítulo, no qual a trajetória da noção de espaço público na Geografia será analisada.

### **CAPÍTULO 3 DUAS FORMAS DE SE COMPREENDER GEOGRAFICAMENTE OS ESPAÇOS PÚBLICOS**

No capítulo anterior, estudamos como a noção de espaço público surgiu na Filosofia e no Urbanismo e se desdobrou em uma visão utópica das relações entre Estado e sociedade. Tal visão selecionou um determinado arranjo de elementos para definir um modelo teórico geral de espaço público, que deveria orientar a sua construção física, os comportamentos que aí teriam lugar e os seus significados. Porém, como também foi analisado no último capítulo, esse olhar utópico foi muito cedo confrontado com uma série de problemas observados no mundo real, fato que supostamente colocaria em risco os seus benefícios.

A sugestão de um modelo idealizado para orientar a noção de espaço público marcou fortemente as ciências sociais, sobretudo a partir dos referenciais constituídos pela Filosofia e pelo Urbanismo durante os séculos XIX e XX. Ainda que algumas manifestações tenham sido elaboradas para questionar o seu olhar utópico, é a partir desse marco que as críticas se orientam, e invariavelmente as novas contribuições procuravam voltar ao modelo, acrescentando novos elementos e suprimindo outros. Foi dentro deste quadro de referência que a Geografia desenvolveu a sua contribuição referente à noção de espaço público.

O objetivo geral desse capítulo é compreender como a Geografia desenvolveu uma abordagem própria para a noção de espaço público, através da qual a conexão entre política e planejamento se torna visível a partir da perspectiva espacial. Mais precisamente, veremos como a abordagem geográfica se desdobrou em duas tendências importantes: a primeira se caracteriza pela defesa do republicanismo, pela nostalgia de um passado idealizado e pela funcionalidade do espaço público; a segunda tendência se exprime pelo discurso marxista, no qual o espaço público é visto como um campo de forças em que a luta de classes tem lugar, almejando, em última instância, alcançar uma revolução social e política.

Apesar das diferenças que existem entre estas duas formas de pensar, veremos que tanto em sua tendência republicana funcional, quanto em sua tendência marxista, a abordagem geográfica da noção de espaço público tendeu a se apoiar sobre as bases utópicas descritas no capítulo anterior. Por um lado, essa situação se justifica pela adoção da obra desenvolvida

pela Filosofia e pelo Urbanismo, que continham esses elementos utópicos em suas contribuições. De outro lado, esses elementos utópicos se encontram na maneira pela qual a Geografia apresentou a noção de espaço público na medida em que a sua perspectiva espacial exige uma coordenação entre formas, comportamentos e significados para ganhar sentido próprio. Esse esforço por parte da teoria geográfica muitas vezes se traduz em uma reafirmação ainda mais veemente da utopia dos espaços públicos.

Porém, é preciso salientar que a perspectiva espacial vai de encontro à negligência de seu caráter intermediário entre teoria, ação e mundo concreto que ocorreu anteriormente. Enquanto se pode notar certa deficiência na teoria abstrata da Filosofia, sempre mais preocupada com temas que procuram a universalidade e com a lógica interna ao discurso, o urbanismo apresenta um fetiche pela gestão das formas, pelo concreto, se colocando invariavelmente em uma posição por demais simplificadora dos significados. Com isso, a perspectiva apresentada pela Geografia procura se posicionar entre essas duas abordagens anteriores, estabelecendo uma contribuição nova, na qual o espaço não apenas contém os fenômenos, mas também os referencia e os qualifica.

Esses objetivos se mostram relevantes para o estudo da organização espacial observada no Largo da Carioca na medida em que apresentam a maneira pela qual a Geografia confere valor aos espaços públicos, mede os seus indicadores e julga os comportamentos que neles se desenvolvem. No que se refere especificamente ao caso do Largo da Carioca, a abordagem geográfica da noção de espaço público normalmente coloca em questão o distanciamento existente entre a política institucional e a vida cotidiana observada, se perguntando como a localização dos fenômenos e a sua organização espacial podem ser importantes para a qualidade do fato político.

No entanto, antes de entrarmos nessa discussão das duas tendências existentes na Geografia dos espaços públicos, é preciso analisar a influência da Escola de Chicago para o desenvolvimento dessa abordagem. De fato, o volume e a qualidade das discussões desenvolvidas nos estudos urbanos promovidos pela Escola de Chicago na primeira metade do século XX se constituem em antecedentes para a abordagem geográfica, que viria a se desenvolver décadas mais tarde. Ainda que o termo “espaço público” não seja em nenhum momento utilizado, a contribuição da Escola de Chicago para estudos intra-urbanos se mostra importante, na medida em que a ligação entre comportamentos, identidade e espaços é

colocada em questão. Veremos a seguir com mais detalhes em que sentido o pensamento dessa escola trouxe elementos importantes para o desenvolvimento de uma abordagem geográfica.

### 3.1 A ESCOLA DE CHICAGO COMO UM ANTECEDENTE PARA A DISCUSSÃO GEOGRÁFICA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

A Escola de Chicago representou uma das maiores contribuições do meio acadêmico americano para as ciências sociais. Suas principais áreas de estudo eram a Sociologia e a Ciência Política, mas entre os pesquisadores que estiveram ligados as suas atividades ao longo do século XX se encontravam também geógrafos, antropólogos, psicólogos, biólogos e demógrafos. Uma base tão ampla de áreas de estudos reunidas em uma mesma escola de pensamento dificilmente poderia oferecer um resultado muito coeso e as contribuições de seus autores foram variadas.

Entre os autores que marcaram presença nas principais obras dessa escola, podemos encontrar: Park, Burgess, Anderson, Wirth, McKenzie, Thomas, Mead, entre outros. Entre os geógrafos, destaca-se a contribuição de Harlan Barrows, que pregava uma aproximação com a Escola de Chicago através do avanço de uma perspectiva ecológica (BULMER, 1986; JOSEPH, 2003; PARK, 1984). Bulmer resume esse quadro heterogêneo formado pela Escola de Chicago da seguinte forma:

*“The Chicago ‘schools’ in both disciplines [sociology and political science] became the leaders of a movement away from general theory, social philosophy, or purely historical work toward the firsthand empirical investigation of society by means of personal documents, observations, and interviewing, conducted within an implicit general theoretical framework. Programs of collaborative research were conducted by members of quite highly integrated, local networks of teachers and graduate students concerned with common scientific problems” (BULMER, 1986: xviii)<sup>34</sup>.*

---

<sup>34</sup> Tradução: “As ‘Escolas’ de Chicago em ambas as disciplinas [sociologia e ciência política] se tornaram líderes de um movimento que se distanciava da teoria geral, da filosofia social, ou de um trabalho puramente histórico para se aproximar de uma investigação empírica em primeira mão da sociedade através de documentos pessoais, observações, entrevistas, conduzidas dentro de um modelo teórico geral. Programas de pesquisa colaborativa foram conduzidos por membros de rede locais altamente integradas de professores e alunos preocupados com problemas científicos comuns” (BULMER, 1986: xviii).

De uma forma geral, a contribuição variada da Escola de Chicago encontra elementos comuns no seguinte conjunto de características: todos os trabalhos estudavam as cidades, sobretudo aquelas que concentravam grandes contingentes populacionais; as imigrações de estrangeiros para os EUA também se constituíam em foco de interesse comum aos integrantes da Escola; boa parte dos seus pensadores usava analogias entre as cidades e os estudos ecológicos, combatendo as teses eugenistas que se mostravam dominantes no final do século XIX; o espaço é abordado através de estudos empíricos focados na ação, valorizando os trabalhos de campo e a observação.

Tal conjunto formado por temas, recortes e aspectos metodológicos apresentava uma nova forma de interpretar o fenômeno urbano, que ganhava escalas diferentes e maior atenção para a contribuição dos indivíduos e dos grupos sociais. Ainda que a Escola de Chicago reforçasse estereótipos e interpretações caricatas de grupos identitários distintos através da abordagem ecológica, a sua contribuição estabelecia um contraponto à tendência geral da importância das diferenças, minimizadas ou refutadas pelo eugenismo e pela utopia (BULMER, 1986; JOSEPH, 2003; PARK, 1984). De acordo com Joseph:

*“Pour comprendre cette référence à l’écologie, au-delà de la simple métaphore, il faut rappeler qu’elle prétendait offrir une réponse paradoxale à la littérature eugéniste qui a occupé le terrain au tournant du siècle, soit pour traiter des problèmes sociaux posés par l’immigration massive dans les grands métropoles américaines, soit comme une conséquence scientiste et sommairement normative du darwinisme”* (JOSEPH, 2003: 151-152)<sup>35</sup>.

A partir dessa base de referência, a cidade era estudada como um organismo, como um ecossistema, como um todo composto de diferentes partes que competiriam entre si pela sobrevivência. Dessa forma, ao contrário de apresentar a cidade como um objeto perfeitamente definível, acabado e regular, a Escola de Chicago procurava apresentar os pequenos conflitos que se desenrolavam internamente, o processo de mudança e a incorporação de algumas dessas novas representações a formação político-social da cidade moderna. Como colocou Janowitz: *“As field workers they did more than describe the social*

---

<sup>35</sup> Tradução: *“Para compreender essa referência a ecologia além de uma simples metáfora, é preciso lembrar que ela pretendia oferecer uma resposta paradoxal a literatura eugenista que ocupou o terreno na virada do século, seja para tratar de problemas sociais colocados pela imigração massiva nas grandes metrópoles americanas, seja como consequência científica e sumariamente normativa do darwinismo”* (JOSEPH, 2003: 151-152).

*evils of the big city. They were concerned with comprehensive schemes of social change and social planning*” (JANOWITZ, 1984: vii-viii)<sup>36</sup>.

No sentido de compreender como se organizava o estudo do espaço urbano na época, Bulmer apresenta algumas das perguntas que orientavam as investigações científicas da Escola de Chicago. Segundo a autora, Park e outros cientistas procuravam levantar reflexões que colocavam em dúvida a imagem estática e pouco descritiva do espaço urbano. Através da observação do comportamento dos novos atores sociais no espaço público, seria possível compreender as novas condições para a vida em conjunto. Para tanto, Bulmer revela em parte o modo de trabalho de Park:

*“The sorts of questions Park asked were: ‘What is a gang? What is a public? What is a nationality? What is a graft? Etc. I did not see how we could have anything like scientific research unless we had a system of classification and a frame of reference into which we could sort out and describe in general terms the things we were attempting to investigate”*  
(BULMER, 1986: 96)<sup>37</sup>.

Novamente de acordo com o relato de Joseph, os estudos urbanos apresentados pela Escola de Chicago, sobretudo através de Robert Park e de Ernest Burgess, estabelecia uma abordagem ecológica, na qual identidades sociais se associavam a recortes territoriais que influenciavam juntos o cotidiano das cidades norte-americanas. Segundo Joseph: *“(…) l’approche écologique (...) entendait décrire les troubles de la cohabitation à partir de la mosaïque des territoires urbains et de leur recomposition constante”* (JOSEPH, 2003: 152)<sup>38</sup>.

Ao salientar a contribuição da Escola de Chicago através da associação de identidades e territórios, Joseph revela que a abordagem de Park e de seus colegas ganhava um sentido similar a idéia de territorialidades na Geografia contemporânea. De fato, a coexistência de grupos sociais distintos em um mesmo recorte espacial gerava conflitos que, no caso estudado

---

<sup>36</sup> Tradução: *“Como pesquisadores de campo, eles fizeram mais do que descrever os males sociais da grande cidade. Eles estavam preocupados com esquemas abrangentes de mudança social e planejamento”* (JANOWITZ, 1984: vii-viii).

<sup>37</sup> Tradução: *“O tipo de perguntas que Park fazia era: ‘O que é uma gangue? O que é um público? O que é uma nacionalidade? O que é uma planta? Etc. Eu não entendo como nós podemos ter algo parecido com uma pesquisa científica a menos que tenhamos um sistema de classificação e um quadro de referência dentro do qual nós poderíamos organizar e descrever em termos gerais as coisas que nós estamos tentando descrever”* (BULMER, 1986: 96).

<sup>38</sup> Tradução: *“(…) a abordagem ecológica (...) esperava descrever os problemas da co-habitação, a partir do mosaico de territórios urbanos e de sua recomposição constante”* (JOSEPH, 2003: 152)

a fundo pela Escola de Chicago, se tratava da oposição entre diversos grupos de imigrantes e a população norte-americana. O espaço urbano estudado por esta Escola estaria sempre em movimento, uma vez que a dominância e a influência sobre o que se encontrava em seus limites dependia do resultado temporário da competição entre os atores sociais. Nas palavras de Joseph:

*“(…) ce n’est pas seulement le rapport d’une population à son territoire qu’il s’agit d’étudier, mais le rapport de deux ou plusieurs populations entre elles sur le même territoire. Du coup, la sociologie est conduite à voir la ville non seulement comme un mosaïque de territoires, mais comme un agencement de populations d’origines différentes dans un même milieu et dans un même système d’activités. Logique d’agglomération et de métropolisation dans laquelle le concept de compétition pour l’espace prend tout sa pertinence” (JOSEPH, 2003: 152)<sup>39</sup>.*

De modo sintético, todo o conjunto de representações que tem lugar nas cidades e, em especial, em seus espaços públicos, é interpretado pela Escola de Chicago a partir de uma abordagem do urbano que se apoia na análise de diferentes grupos identitários fracionados no espaço. Mais precisamente, esses grupos formariam territorialidades competitivas dentro de um mesmo espaço público até se firmarem como comunidades legítimas, bem-estabelecidas e serem integrados de alguma forma à estrutura (BULMER, 1986; JOSEPH, 2003; PARK, 1984).

Em tal processo, por sua vez, as transformações na organização ocorrem com o avançar das gerações e com o desenvolvimento de políticas públicas, ou seja, com o passar do tempo e com a formalização política. Dessa forma, os estudos da Escola de Chicago tinham a pretensão de acompanhar o processo de harmonização das diferenças dentro do corpo social, no qual uma determinada identidade ganharia visibilidade, se adaptaria ou não as novas condições sociais e encontraria uma nova posição dentro do arranjo social (BULMER, 1986; JOSEPH, 2003; PARK, 1984).

---

<sup>39</sup> Tradução: “(…) não é apenas a relação entre uma população e seu território que se trata de estudar, mas a relação entre duas ou mais populações sobre um mesmo território. Com isso, a sociologia foi conduzida a ver a cidade não somente como um mosaico de territórios, mas também como um agenciamento de populações de origens diferentes em um mesmo meio e em um mesmo sistema de atividades. Lógica de aglomeração e de metropolização na qual o conceito de competição pelo espaço toma toda a sua pertinência” (JOSEPH, 2003: 152).

De acordo com essa lógica de argumentação, a cidade não é percebida pelos seus indivíduos como uma mera estrutura física desprovida de significados, de cultura, de história e de laços afetivos. Ao contrário, a Escola de Chicago tomava a cidade antes de tudo como um produto social dotado de significados e costumes que deveriam ser valorizados e compreendidos. De acordo com as palavras de Park:

*“The city is, rather, a state of mind, a body of customs and traditions, and of the organized attitudes and sentiments that inhere in these customs and are transmitted with this tradition. The city is not, in other words, merely a physical mechanism and an artificial construction. It is involved in the vital processes of the people who compose it; it is a product of nature, and particularly of human nature”* (PARK, 1984: 1)<sup>40</sup>.

O autor ainda complementa esse raciocínio ao afirmar que a cidade: *“(...) the city possesses a moral as well as a physical organization, and these two mutually interact in characteristic ways to mold and modify one another”* (PARK, 1984: 4). Essa observação revelava uma contribuição que, até então, era pouco comum à Filosofia e ao Urbanismo. De fato, esses dois campos de conhecimento eram por demais receosos de expandirem as suas reflexões para o campo físico e para o campo moral, respectivamente. Com isso, a noção de espaço público que esses campos viriam a desenvolver seria limitada naquilo justamente que mais interessava ao conhecimento geográfico: o seu caráter de mediação social através do espaço. A Escola de Chicago, entretanto, já apresentava, ao menos em teoria, algumas tentativas de reunir a organização física e a sua ordem social:

*“It is because the city has a life quite its own that there is a limit to the arbitrary modifications which is possible to make in its physical structure and in its moral order. The city plan, for example, establishes meets and bounds, fixes in a general way the location and the character of the city’s constructions, and imposes an orderly arrangement, within the city area, upon the buildings which are erected by private initiative as well as by public authority. Within the limitations prescribed, however, the inevitable processes of human nature proceed to give these regions and these buildings a character which it is less easy to control”* (PARK, 1984: 4-5)<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> Tradução: “A cidade é, pelo contrário, um estado de consciência, um corpo de costumes e tradições, de atitudes organizadas e sentimentos que são inerentes a esses hábitos e são transmitidos com essa tradição. A cidade não é, em outras palavras, meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está também envolvida no processo vital das pessoas que a compõe, é um produto da natureza, e, particularmente, da natureza humana” (PARK, 1984: 1).

<sup>41</sup> Tradução: “É devido ao fato que a cidade tem uma vida que lhe é própria que existe um limite para as modificações arbitrárias que são possíveis de se fazer na sua estrutura física e na sua ordem moral. O plano da

Park também destacou que a “moral urbana” e a ordem física interagiam, se reforçando mutuamente e interferindo diretamente no processo de distribuição da população e, conseqüentemente na própria maneira de definir uma ordem social e de se qualificar a cidade. Segundo o autor: *“Physical and sentimental distances reinforce each other, and the influences of local distribution of the population participate with the influences of class and race in the evolution of the social organization”* (PARK, 1984: 10)<sup>42</sup>.

Com isso, a Escola de Chicago transformava a cidade em um “laboratório”, em um estudo da co-habitação, da competição e da construção dos seus significados. O seu projeto estaria associado a uma avaliação contínua dos atores sociais que se encontravam nas cidades, oferecendo uma abertura para o estudo do uso e qualificação dos espaços públicos. Essa abertura colocaria em questão a tentativa de aplicar os princípios da racionalidade e da universalidade no espaço urbano, demonstrando que este sofreria resistências, sobretudo no que se refere às grandes cidades. Como pode ser compreendido através dos estudos de caso promovidos pela Escola de Chicago, a presença de massas de imigrantes nas grandes cidades seria um exemplo de como a diferença de valores culturais, políticos e de práticas espaciais poderiam alterar o equilíbrio da vida urbana (BULMER, 1986; JOSEPH, 2003; PARK, 1984).

Nesse sentido, apesar de abordar o equilíbrio da vida urbana como matéria sujeita às transformações, às diferenças, os estudos da Escola de Chicago eram marcados pela sugestão da necessidade de um novo equilíbrio para a vida urbana. Tal expectativa se fazia presente na medida em que a descrição e análise dos grupos sociais eram acompanhadas de sugestões de ação social e de mecanismos de incorporação daqueles que se encontravam à margem da sociedade. Em outras palavras, havia um projeto moralizador que reunia ciência e ação social para tentar incluir grupos sociais marginais em uma formação social estável, evitando a crise que seria derivada da propagação de “novas doutrinas”. De acordo com Park:

*“The city, and particularly the great city, in which more than elsewhere human relations are likely to be impersonal and rational, defined in terms of interest and in terms of cash, is*

---

*cidade, por exemplo, estabelece agrupamentos e fronteiras, marca de uma forma geral a localização e as características das suas construções e impõe um arranjo ordenado dentro da área urbana, sobre os edifícios que são erguidos pela iniciativa privada, assim como pela autoridade pública. Dentro das limitações determinadas, entretanto, o processo inevitável da natureza humana tem seguimento para conferir um caráter menos facilmente controlável a essas regiões e a essas construções”* (PARK, 1984: 4-5).

<sup>42</sup> Tradução: *“Distâncias físicas e sentimentais se reforçam mutuamente, e as influências da distribuição local da população participa com as influências de classe e raça na evolução da organização social”* (PARK, 1984: 10).

*in a very real sense a laboratory for the investigation of collective behavior. (...) Cities, and particularly the great cities, are in an unstable equilibrium. The result is that the vast casual and mobile aggregations which constitute our urban populations are in a state of perpetual agitation, swept by every new wind of doctrine, subject to constant alarms, and in consequence the community is in a chronic condition of crisis” (PARK, 1984: 22)<sup>43</sup>.*

O autor ainda acrescenta que a opinião pública tem grande importância na consolidação de um equilíbrio para a cidade e que este depende da sua ligação com o espaço e interfere na mesma. Ao fazê-lo, Park afirma que as grandes cidades seriam caracterizadas por “relações secundárias”, ou seja, por relações que se estabeleceriam entre estranhos, entre indivíduos que não possuem os mesmos laços culturais, históricos e afetivos. Nesse tipo secundário, ao contrário da fixação e da imobilidade do outro sistema que poderia ser caracterizado por um mesmo espaço e um mesmo grupo identitário, os indivíduos possuiriam múltiplas influências e múltiplas referências espaciais dentro do espaço urbano. Com isso, seria necessário desenvolver um controle social unificador através da opinião pública, ainda que este devesse se renovar através da abertura as suas populações. Nas palavras de Park:

*“As a source of social control public opinion becomes important in societies founded on secondary relationships, of which great cities are a type. In the city every social group tends to create its own milieu and, as these conditions become fixed, the mores tend to accommodate themselves to the condition thus created. In secondary groups and in the city fashion tend to take the place of custom, and public opinion, rather than the mores, becomes the dominant force of control” (PARK, 1984: 38)<sup>44</sup>.*

Nesse sentido, como pode ser avaliado, a Escola de Chicago não apresentava as bases de um novo sistema sócio-político, e, de forma mais ou menos clara, se colocava como uma medida de proteção diante da expansão da doutrina comunista. Todavia, é importante destacar a contribuição dessa Escola na medida em que seus atores apresentavam a cidade como um

---

<sup>43</sup> Tradução: “A cidade, e particularmente a grande cidade, na qual mais do que em outro lugar as relações humanas deveriam ser impessoais e racionais, definidas em termos de interesse e em termos de dinheiro, é em um sentido bem real um laboratório para a investigação do comportamento coletivo. (...) Cidades, e particularmente as grandes cidades, estão em um equilíbrio instável. O resultado é que as reuniões casuais e móveis que constituem nossas populações urbanas estão em um estado de agitação perpétua, varrida por toda nova doutrina, sujeita a alarmes constantes, e em consequência a comunidade se encontra em uma crônica condição de crise” (PARK, 1984: 22).

<sup>44</sup> Tradução: “Enquanto fonte de controle social a opinião pública se torna importante em sociedades fundadas em relações secundárias, das quais as grandes cidades são um tipo. Na cidade todo grupo social tende a criar seu próprio meio e, como essas condições se tornam fixas, os hábitos tendem a se acomodar à condição então criada. Em grupos secundários e na cidade a moda tende a tomar o lugar do costume, e a opinião pública, e não os hábitos, passa a ser a forma dominante de controle” (PARK, 1984: 38).

fenômeno complexo, repleto de manifestações divergentes que deveriam ser levadas em conta no momento de definir as bases da estrutura social. Como colocou Joseph:

*“Ce que nous avons appris de Simmel et de Chicago, c’est que le lien social a une extraordinaire capacité à se dédoubler et à se déplier. (...) traduit par la multiplicité des allégeances, la perte d’une sociabilité d’interconnaissance, le glissement de la communauté aux réseaux etc. Quels que soient le contenu et la cohérence de ces notions, elles indiquent la capacité à associer plusieurs engagements. Et cette capacité ne peut que troubler le politique, parce qu’elle trouble l’idée même de citoyenneté comme rapport du corps souverain à ses membres” (JOSEPH, 1998: 73)<sup>45</sup>.*

Essa discussão se aproxima daquela em que a noção de espaço público foi sugerida anteriormente na medida em que as formas, os comportamentos e os significados observados nas áreas de uso coletivo das cidades se mostraram decisivas na argumentação dos seus autores. É nesse sentido que fazemos aqui referência a esta Escola como um antecedente da teoria geográfica dos espaços públicos. Como vimos, a Escola de Chicago conferia aos indivíduos, aos grupos sociais e aos seus comportamentos um novo valor, absolutamente imprescindível para a publicidade e para a definição dos seus espaços. Ao fazê-lo, seus autores desenvolveram métodos, temáticas e abordagens que ofereciam mais elementos para analisar a vida que se desenvolvia nas grandes cidades (BULMER, 1986; JOSEPH, 2003; PARK, 1984).

Teoria e empiria eram confrontadas no que tange a organização do espaço urbano tal qual foi contemplado por essa Escola, se constituindo em um momento importante para a discussão da cidade. Essa abordagem influenciou diretamente a contribuição da Geografia que se desenvolveu posteriormente, assim como ocorreu com outras disciplinas. Ainda mais explicitamente, a Geografia procurou associar as formas espaciais e os seus significados aos processos de formalização de um sistema político. Porém, ao contrário do que ocorreu na Escola de Chicago, o foco da contribuição geográfica não se encontrava em uma abordagem ecológica, mas sim em uma retomada da utopia dos espaços públicos a partir de um olhar eminentemente espacial. A primeira forma tomada pela perspectiva geográfica se concretizou

---

<sup>45</sup> Tradução: “O que aprendemos com Simmel e com [a Escola de] Chicago foi que o laço social tem uma extraordinária capacidade a se desdobrar e a se desfazer. (...) traduzido pela multiplicidade de alianças, a perda de uma sociabilidade de inter-relações, o deslize da comunidade em direção as redes etc. Quaisquer que sejam o conteúdo e a coerência destas noções, elas indicam a capacidade de associar diversos engajamentos. E esta capacidade pode apenas problematizar o político, porque ele atrapalha a própria idéia de cidadania como relação do corpo soberano aos seus membros” (JOSEPH, 1998: 73).

através do funcionalismo e do republicanismo, que veremos no próximo item. A segunda perspectiva geográfica para a teoria dos espaços públicos encontra os seus argumentos no discurso marxista.

### **3.2 A NOÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO SOB A PERSPECTIVA DOS GEÓGRAFOS REPUBLICANOS, NOSTÁLGICOS E FUNCIONALISTAS**

A primeira forma através da qual a Geografia trabalhou a noção de espaço público é derivada de uma abordagem composta por elementos relacionados ao republicanismo, a nostalgia e ao funcionalismo. Quando fazemos alusão em primeiro lugar ao republicanismo, nos referimos a uma extensa tradição intelectual que reúne cientistas políticos, filósofos, urbanistas e cientistas sociais em geral. Tal tradição se caracteriza pela defesa enfática dos valores e das instituições que marcaram o período Moderno, tendo como centros as idéias de democracia, de soberania do povo, de direitos humanos e de política representativa. Entre os autores que foram proeminentes nessa linha de argumentação, podemos citar a figura emblemática de Rousseau.

Nesse sentido, quando revelamos a existência de uma geografia dos espaços públicos que se identifica com o ideal republicano, esperamos encontrar em seu conjunto de discussões a defesa do papel do espaço para a organização da vida política, para a sua renovação e para a sua significação. De modo ainda mais explícito, os espaços públicos devem ser defendidos e conservados de certos comportamentos, evitando a perda do seu sentido original e a deterioração do seu poder de intermediação entre Estado e sociedade. Para tanto, os geógrafos que adotam essa perspectiva republicana procuram localizar os espaços que têm relevância para a política, associar símbolos democráticos, compreender a distribuição espacial dos ritos democráticos e sugerir como um espaço pode qualificar a representação política.

Quando, em segundo lugar, sugerimos que a abordagem geográfica da noção de espaço público está em alguma medida ligada a um sentimento de nostalgia, nos referimos à tendência de realizar analogias entre as cidades contemporâneas e as cidades do passado, sobretudo àquelas da Antigüidade. De fato, ao demonstrar estar afiliada a perspectiva de espaço público tal qual foi desenvolvida por autores como Tocqueville, Habermas, Arendt e

Sennett, a Geografia estabelecia comparações entre espaços de interesse público de diferentes épocas, com diferentes atores. Porém, a abordagem nostálgica dos espaços públicos pressupõe que existem elementos que são comuns às diferentes construções históricas e que confirmam a continuidade da formação política no ocidente. Em parte, as suas analogias buscam o resgate de um conjunto de relações políticas e sócio-espaciais que teriam sido existentes no passado, chamando atenção para a harmonia que supostamente teria existido entre a sociedade e o Estado.

Em terceiro lugar, quando se faz apelo à importância do funcionalismo para o desenvolvimento desta perspectiva de espaço público, coloca-se em questão a prerrogativa de que um espaço público possui uma função ligada à sua forma. A Geografia procuraria então explicar racionalmente a ligação entre a localização dessa função em um determinado espaço público e apresentar a sua conexão com os demais espaços públicos da cidade. Nesse processo, os geógrafos colocariam em evidência que a construção, manutenção e significação dos espaços públicos teriam um sentido político que seria maior do que o arranjo social entre os atores de uma determinada localidade. Ainda que haja abertura para manifestações sociais dentro dessa abordagem geográfica, tais manifestações só poderiam ser legítimas na medida em que respeitassem as funções do espaço urbano e se desenvolvessem dentro dos limites da comunicação política formal.

Essas três formas de se abordar o espaço público se encontram aqui reunidas uma vez que a Geografia apresentou uma forte tendência a associá-las para defender e desenvolver a utopia de seu modelo. Essa reunião não deve ser confundida com um falseamento do real, mas sim com o desenvolvimento de uma abordagem que, como qualquer outra, possui filtros de análise, valores, objetos privilegiados e leituras específicas. Dessa forma, o valor das perspectivas reunidas nessa abordagem é derivado de seu conteúdo simultaneamente republicano, funcional e nostálgico, que procura resgatar o poder de coesão e de coerção da política através da renovação contínua de um pacto político democrático.

Entre os autores contemplados nesse recorte, destacamos os seguintes: Castro (2004); Berdoulay (1999 e 2001); Gomes (2003); Goheen (1998), Howell (1993). Cada um desses autores desenvolveu obras distintas, nas quais a proporção entre republicanismo, nostalgia e funcionalismo foi apresentada diferentemente. O enfoque da noção de espaço público também foi diferente nas obras citadas, tendo em certos momentos prevalecido o estudo da

narratividade do espaço público, da sua identidade e da sua construção histórica; em outros momentos, a tônica dos estudos se encontrava na visibilidade do espaço público, nas dinâmicas que resultam do jogo social do ver e do ser visto, construídas diariamente e dependente da igualdade de direitos entre os seus cidadãos; existiram ainda aqueles trabalhos nos quais o espaço público foi abordado a partir das ligações entre política e espaço, demonstrando que o arranjo do espaço físico tem importância para a configuração de uma relação construtiva entre Estado e sociedade.

Em resumo, todos esses autores pressupõem que o valor dos espaços públicos é dependente do respeito às leis e dos seus princípios filosóficos. Também se revelam condicionadas ao processo no qual as manifestações sociais podem ser incorporadas a política institucional, sem com isso comprometer as representações e as separações necessárias ao funcionamento da política formal. Com isso, todos os autores reafirmam a necessidade da existência de um marco regulatório, ainda que esse possa ser alterado e atualizado para manter a conexão entre a política e a sociedade. Para tanto, todos avaliam a necessidade da criação de novos fóruns ou do exercício de um controle social mais eficiente.

Como Berdoulay, Castro e Gomes contribuíram de maneira contínua e aprofundada para o desenvolvimento da noção de espaço público na geografia, suas obras se encontram mais presentes nesse item do que aquelas escritas por Goheen ou Howell. Esses últimos se limitam a realizar obras esporádicas sobre esse assunto, tendo assim um papel secundário na abordagem republicana. Além disso, os três primeiros nos ofereceram contribuições conjuntas, fato que garante certa difusão de suas obras e que justifica a tomada desses autores como bases dessa abordagem dos espaços públicos.

Assim, tais autores esperam de alguma maneira garantir as condições básicas para a representação igualitária dos diferentes grupos sociais. A construção de um espaço público e o processo de criação de seu significado estariam ligados a um marco civilizatório ou identitário, que se firmaria pela tentativa de se atingir a continuidade, ao consenso, a racionalidade e da harmonia. Nesse sentido, o espaço público é tido como matéria não-apropriável, ainda que o mesmo possa ser usado como espaço de representação, desde que os princípios democráticos não sejam feridos.

É justamente nesse sentido que Berdoulay, Gomes e Lolive (2004) introduzem o estudo dos espaços públicos pela Geografia como o desenvolvimento de uma espacialidade negligenciada da política, reunindo a morfologia e democracia. Em suas palavras:

*“(...) la notion d’espace public semble écartelée entre, d’une part, une préoccupation d’aménagement très pratique et concrète de places, jardins ou rues, et, d’autre part, une recherche très théorique de fondements pour une vie politique démocratique. Notre propos sera donc ici d’identifier les enjeux intellectuels et scientifiques que pose l’intérêt contemporain pour la notion d’espace public. Plus précisément, nous nous concentrons sur l’incontournable mais trop négligée spatialité de la vie politique à laquelle renvoie la notion d’espace public” (BERDOULAY, GOMES et LOLIVE, 2004: 9)<sup>46</sup>.*

Tal abordagem geográfica que reúne política, forma e significados está fortemente ligada às obras de Hannah Arendt e de Jürgen Habermas, que procuravam enxergar a esfera pública como um domínio que esteve sempre presente na história, até o seu desenvolvimento na democracia moderna. De acordo com esses autores, as mudanças que ocorreram ao longo do papel e do significado da política ao longo da história não suprimiram o seu caráter essencial para regular a vida em conjunto. A polis grega e, em especial, a sua ágora, demarcaria um recorte espacial no qual a política aconteceria e ganharia novos significados (ARENDRT, 1994; HABERMAS, 1984).

De modo análogo e complementar a esse raciocínio, Castro observa que o sentido plural da política nos dias de hoje, reunindo o social, o público e o civil, não deve ser confundido com uma ausência de ordem. Por sua vez, essa ordem é estabelecida através da política e de seus limites territoriais, se opondo aquelas representações sociais informais e que não se apresentam pelos canais abertos pelas instituições públicas. A idéia é desenvolver um sistema sócio-político sobre uma base espacial, na qual os fenômenos se tornariam previsíveis e ordenados. Nesse sentido, o espaço público é abordado sob um olhar essencialmente político e institucional, ainda que se resguarde uma abertura para que a sociedade seja capaz de participar da composição de seus fundamentos jurídicos. De acordo com Castro:

---

<sup>46</sup> Tradução: *“(...) a noção de espaço público parece separada entre, de um lado, uma preocupação muito prática e concreta sobre o planejamento de praças, jardins e ruas, e, de outro lado, uma pesquisa muito teórica de fundamentos para uma vida política democrática. Nossa proposta aqui será então de identificar os debates intelectuais e científicos que marcam o interesse contemporâneo pela noção de espaço público. Mais precisamente, nós nos concentramos sobre a incontornável mas muito negligenciada espacialidade da vida política, a qual remete a noção de espaço público” (BERDOULAY, GOMES et LOLIVE, 2004: 9).*

*“(…) le mot politique – politikos – possède à l’origine comme références centrales le social, le public et le civil, par opposition aux formes d’organisation sociale non commandées par les possibilités légitimes d’égalité dans la coexistence d’individus différents. Si l’on avance l’idée de polis comme référence aux limites territoriales du politikos, il est possible de percevoir comment les règles nécessaires à l’ordre social, institué afin de surpasser la précarité des conditions qui surgissent de la cohabitation entre individus libres et différents, sont aussi des conditions fondatrices de l’espace politique. Celui-ci, de façon préliminaire, peut être défini et délimité par les règles de l’interaction sociale, instituées par le consentement à acquérir de la prévisibilité”*(CASTRO, 2004: 89-90)<sup>47</sup>.

Gomes apresenta uma abordagem um pouco diferente desta apresentada por Castro. Segundo o autor: *“(…) os atributos dos espaços públicos são aqueles que têm uma relação direta com a vida pública. (...) é o lugar onde os problemas se apresentam, tomam forma, ganham uma dimensão pública e, simultaneamente, são resolvidos”* (GOMES, 2003: 160). Gomes não estabelece uma separação clara entre os fenômenos que seriam derivados da esfera pública e da esfera social, tal como as mesmas foram propostas por Arendt. Com isso, as suas concepções de política e de sociedade se encontram aproximadas pela coexistência no espaço e são submetidas a regras semelhantes relacionadas à visibilidade e às trocas, ganhando legitimidade a partir da interação social (GOMES, 2003).

Entretanto, essa abordagem de espaço público proposta por Gomes repousa sob o mesmo conjunto de fundamentos democráticos e políticos sugeridos por Castro, o que significa que as suas diferenças de perspectiva são compatíveis sob um olhar geral. Como Castro, Gomes defende igualmente que o bom funcionamento do espaço público não se fundamenta meramente em um auto-arranjo entre atores sociais, mas, ao contrário, estaria condicionado pelo respeito às leis, pela civilidade e pela formalização política dos anseios populares. De modo complementar, Gomes ressalta ainda que as regras que são aplicadas ao espaço público os classificam e os hierarquizam, sugerindo que as representações sociais devem se submeter às exigências da publicidade para ganhar legitimidade. Em suas palavras:

---

<sup>47</sup> Tradução: *“(…) a palavra política – politikos – possui originalmente como referências centrais o social, o público e o civil, em oposição às formas de organização social não-comandadas pelas possibilidades legítimas de igualdade dentro da coexistência de indivíduos diferentes. Se avançamos a idéia de polis como referência para os limites territoriais do politikos, é possível perceber como as regras necessárias à ordem social, instituída no intuito de ultrapassar a informalidades das condições que surgem da co-habitação entre indivíduos livres e diferentes, são também condições fundadoras do espaço político. Esse último, de maneira preliminar, pode ser definido pelas regras de interação social, instituídas pelo consentimento para adquirir previsibilidade”* (CASTRO, 2004: 89-90).

*“(...) os princípios fundamentais que orientam a construção desse espaço [público] são extraídos de uma concepção de espacialidade que repousa sobre a lei, geral, uniforme e democrática. Trata-se de uma formalização social que possui em sua base uma divisão territorial das práticas sociais, segundo a idéia de direito e de justiça. O espaço se estrutura pela aplicação de diferentes regras que classificam e hierarquizam os territórios. (...) Acreditamos, assim, firmemente que, no debate sobre a democracia, a geografia está apta a demonstrar que não pode haver cidadania sem democracia, não pode haver cidadania sem espaços públicos, e o espaço público não pode existir sem uma dimensão física” (GOMES, 2002: 167-168).*

Tal controle do grau de interferência da esfera social na esfera pública se desdobra em um conceito particular de espaço público, no qual parte considerável das manifestações sociais é considerada nociva ao seu desenvolvimento. De acordo com essa linha de análise, na medida em que essa parte informal das manifestações sociais ganha maior presença e legitimidade nos espaços públicos, a ordem social se encontraria em crise, tornando mais difícil o cumprimento dos seus objetivos políticos e das funções. Segundo a avaliação de Castro, essa ordem social instável pode demonstrar problemas para o espaço público uma vez que nega a natureza universal dos seus valores e que clama pela aceitação e formalização de todo e qualquer fenômeno, ainda que o mesmo se mostre invariavelmente contraditório com os princípios democráticos. A autora ressalta que:

*“La perspective d’une ordre sociale instable, dont la survie dépend de la tension entre compétition et coopération, a des implications importantes pour d’un point de vue géographique. En réalité, cette perspective contient deux problèmes: un qui touche à la négation de la thèse selon laquelle les sociétés humaines survivent parce que ses membres partagent le même ensemble de valeurs, et l’autre qui concerne l’affirmation que le ‘stock’ de comportements compatibles avec l’ordre social est infini” (CASTRO, 2004: 92)<sup>48</sup>.*

No entanto, Castro se apressa em deixar claro que tal controle e tais limites impostos a dinâmica pública não se constitui necessariamente em uma redução total da liberdade e da igualdade que deveriam marcar o espaço. De acordo com a autora, a transferência do poder político para o Estado é um fenômeno que é comum a diversos períodos históricos. Castro

---

<sup>48</sup> Tradução: “A perspectiva de uma ordem social instável, cuja sobrevivência depende da tensão entre competição e cooperação, tem implicações importantes de um ponto de vista geográfico. Na realidade, essa perspectiva contém dois problemas: um que toca a negação da tese segundo a qual as sociedades humanas sobrevivem porque seus membros dividem o mesmo conjunto de valores, e o outro que concerne à afirmação que o ‘estoque’ de comportamentos compatíveis com a ordem social é infinito” (CASTRO, 2004: 92).

afirma que mesmo no caso em que uma nova formação sócio-política esteja sendo elaborada através das representações sociais informais, em última instância, tal nova formação também incidiria na formalização e na transferência de poder ao Estado mais tarde (CASTRO, 2005).

Dessa forma, a autora nos oferece uma resposta racional e pragmática aos apelos por uma maior abertura a participação e pela não-regulação das representações sociais, ao salientar as bases do papel da política institucional para o funcionamento do Estado. Em suas palavras:

*“Ce transfert du pouvoir politique de la société à l’État a permis à ses bases matérielles, qui se trouvent dans le territoire, d’être organisées de manière durable, et ce, même quand, dans des moments historiques et des espaces géographiques particuliers, la politique fut dominé par la tyrannie ou l’autoritarisme et que sont caractère essentiel d’espace de liberté lui fut confisqué. (...) il n’y a aucune incompatibilité entre la nature de l’appareil institutionnel de l’État et le critère de liberté et de justice distributive, même dans une société de classes”* (CASTRO, 2004: 93)<sup>49</sup>.

Nesse sentido, autores como Gomes, Castro e Berdoulay identificam hoje uma crise no Estado, crise esta que se desdobra a partir do desrespeito aos parâmetros legais que regem o espaço público e a vida pública. Como ressaltou Berdoulay e Morales (1999), a razão que anima toda a discussão recente sobre a noção de espaço público se encontra justamente na identificação de sua crise, que se refletiria claramente no ordenamento do espaço. Ainda de acordo com a avaliação de Berdoulay, tal crise seria reforçada pela pequena participação dos cidadãos na vida política, estando esta, por sua vez, relacionada tanto às poucas oportunidades e aberturas, quanto a um processo de mudança de mentalidade por parte da sociedade no que se refere ao valor da política. De acordo com os autores:

*“L’espace public, quant à lui, suscite un intérêt particulier depuis une vingtaine d’années, répondant en partie à une inquiétude analogue, qui serait celle d’un sentiment de crise*

---

<sup>49</sup> Tradução: “A transferência do poder político da sociedade ao Estado permitiu que as suas bases materiais, que se encontram no território, fossem organizadas de maneira durável, e isso mesmo quando, em momentos históricos e em espaços geográficos particulares, a política foi dominada pela tirania ou pelo autoritarismo e que seu caráter essencial de espaço de liberdade foi confiscado. (...) Não existe nenhuma incompatibilidade entre a natureza do aparelho institucional do Estado e o critério da liberdade e da justiça distributiva, mesmo em uma sociedade de classes” (CASTRO, 2004: 93).

*dans les modalités de participation du citoyen aux décisions dans la cité*<sup>50</sup> (BERDOULAY & MORALES, 1999: 26).

O reconhecimento de uma crise dos espaços públicos dentro dessa abordagem republicana orienta então a pesquisa das suas causas, dos avanços e dos recuos das fronteiras públicas, dos comportamentos e dos novos significados que ganham visibilidade. Em quase todos os trabalhos, o espaço público se apresenta sob o risco da ação social e identitária, que possuiria espacialidade própria e que não seria compatível com os termos gerais da cidadania. Como Berdoulay, Gomes e Lolive apresentaram:

*“Toute intervention sur cet espace, qui peut mettre en question sa dynamique, sa composition, ses limites, ou qui cherche à en modifier le statut, transforme de manière profonde le pacte qui fonde la citoyenneté. Cela peut signifier un recul qui concerne autant l’institutionnalisation des pratiques sociales composant un cadre de vie démocratique que l’arrangement spatial qui limite et qualifie les actions. C’est pourquoi le statut public de l’espace peut être fortement menacé à chaque fois qu’il abrite ou se confond avec un espace où s’affirment des affinités et des différences constituées en identités politiques. En fait, on comprend que certaines identités collectives demandent leur reconnaissance et qu’elles choisissent d’exposer la problématisation de leur vécu sur cet espace de visibilité, se soumettant par là, en principe, au débat et au contrôle démocratique. Il n’en reste pas moins que l’espace public demeure fragile face aux tentatives d’appropriation menées par certaines communautés, car cela se fait au risque, par exemple, de devenir l’enjeu fondamental dans l’affirmation de la suprématie d’un groupe identitaire sur les autres. De manière générale, la seule identité qui peut et doit s’affirmer sur cet espace est celle qui s’associe à l’idée de citoyenneté, c’est-à-dire celle qui correspond à la mise en ordre spatiale du pacte qui fonde la démocratie”* (BERDOULAY, GOMES et LOLIVE, 2004: 13-14)<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup> Tradução: “O espaço público suscita um interesse particular depois de duas décadas, respondendo em parte a uma inquietude análoga, que seria aquela de um sentimento de crise nas modalidades de participação dos cidadãos nas decisões da cidade” (BERDOULAY & MORALES, 1999: 26).

<sup>51</sup> Tradução: “Toda intervenção sobre esse espaço que pode colocar em questão sua dinâmica, sua composição, seus limites, ou que procura modificar seu estatuto, transforma de maneira profunda o pacto que funda a cidadania. Isso pode significar um recuo que concerne tanto a institucionalização das práticas sociais que compõem um quadro da vida democrática, quanto o arranjo espacial que limita e qualifica as ações. É por esta razão que o estatuto público do espaço pode estar fortemente ameaçado cada vez que ele abriga ou se confunde com um espaço onde se afirmam afinidades e diferenças constituídas em identidades políticas. De fato, compreende-se que certas identidades coletivas demandam reconhecimento e que elas escolhem expor a problematização da sua vivência sobre esse espaço de visibilidade, se submetendo dessa forma, em princípio, ao debate e ao controle democrático. Dessa forma, o espaço público continua frágil as tentativas de apropriação feitas por certas comunidades, pois essas se fazem ao risco, por exemplo, de tornar a discussão fundamental a afirmação da supremacia de um grupo identitário sobre os outros. De maneira geral, a única identidade que pode e deve se afirmar sobre esse espaço é aquela que se associa a idéia de cidadania, em outras palavras aquela que corresponde ao ordenamento espacial do pacto que funda a democracia” (BERDOULAY, GOMES et LOLIVE, 2004: 13-14).

Por princípio, não é a presença de diversos grupos sociais diferentes no espaço público que impediria o funcionamento adequado da política, de acordo com a concepção desses geógrafos republicanos. Segundo Berdoulay, Castro e Gomes, o que impediria que a presença desses grupos distintos se traduzisse em uma construção política positiva seria justamente o ordenamento espacial de caráter territorial que estes sobreporiam à ordem pública. De acordo com essa linha de raciocínio, a competição entre as diferentes territorialidades dos grupos criaria zonas de exclusividade, de ideologia, de controle privado e de imposição de símbolos e sinais identitários sobre os demais cidadãos. É nesse sentido que os autores sugerem que, ao contrário de uma prática espacial fundada no conceito de território, tais grupos estariam mais adaptados a vida pública na medida em que suas espacialidades se inspirassem no conceito de lugar. Em suas palavras:

*“(…) la notion de lieu vise à insister sur les différences d’ordre qualitatif qui se repèrent dans le paysage, mais surtout qui signifient une relation particulière entre la population et son environnement. Elle se distingue de la notion de territoire, qui insiste sur les pouvoirs qui l’instituent, sur les identités qu’il promeut et sur les idéologies qu’il l’entretiennent. Le lieu exprime plutôt la façon dont le sujet se constitue en rapport avec son milieu, l’entre-deux qu’il tisse entre sa propre subjectivité et l’objectivité de ses conditions de vie, la tension entre ces polarités à laquelle il doit faire face à et qui fait précisément de lui un sujet” (BERDOULAY, CASTRO & GOMES, 2001: 423)<sup>52</sup>.*

Tais geógrafos entendem que é justamente essa transição conflituosa entre a representação social e a esfera pública que confere valor político ao espaço público. Caso as demandas sociais presentes no espaço sejam passíveis de debate e de formalização política, suas manifestações podem ser importantes para garantir um canal de renovação para o espaço público. Com isso, conservar as formas e os significados desse último depende diretamente do comportamento dos seus atores e do ordenamento espacial. Quando tais características se encontrarem dentro do previsto pelas normas jurídicas, o espaço público estaria mais próximo de alcançar a liberdade e o modelo de civilização que fundamentam sua utopia. Castro apresenta essa reflexão da seguinte forma:

---

<sup>52</sup> Tradução: “(…) a noção de lugar visa a insistir nas diferenças de ordem qualitativa que se observam na paisagem, mas sobretudo que se significam uma relação particular entre uma população e seu ambiente. Ela se distingue da noção de território, que insiste sobre os poderes que a instituem, sobre as identidades que ele promove e sobre as ideologias que ele se ocupa. O lugar exprime, por sua vez, a maneira pela qual o sujeito se constitui em relação com o seu meio, o domínio intermediário que ele tece entre a sua própria subjetividade e a objetividade de suas condições de vida, a tensão entre essas polaridades que ele deve fazer frente e que precisamente faz dele um sujeito” (BERDOULAY; CASTRO & GOMES, 2001: 423).

*“C’est au cours de ce passage – de l’espace de la publicité, c’est-à-dire l’espace public d’hommes libres et égaux, vers l’espace politique, soumis aux normes de cohabitation et d’affrontements entre hommes différents – que la liberté se réalise comme contenu et sens originel de la chose politique même. Ceci constitue donc la condition fondatrice de la polis, mais aussi celle de l’espace public politique, arène par excellence de la confrontation des différences et des règles pour assurer cette cohabitation, en plus d’être un objet de compétition pour obtenir des contingences sociales favorables. Cette différenciation est importante pour délimiter l’applicabilité de la notion d’espace public face aux nombreux espaces concrets pouvant être soumis à l’analyse géographique” (CASTRO, 2004: 94)<sup>53</sup>.*

Em resumo, os geógrafos republicanos tomam como ponto de partida e ponto final de reflexão o mesmo referencial: o espaço público, segundo o seu caráter normativo e institucional. Ainda que, dependendo do autor, o objeto de estudo tenda mais aos estudos da visibilidade ou, ao contrário, se desenvolva pelo viés das políticas públicas, a organização espacial em questão será avaliada e questionada a partir da sua relação com o poder público. Dessa maneira, tal grupo de geógrafos espera oferecer um conjunto de reflexões que estimule uma recuperação do espaço público e de suas dinâmicas. Como acrescentaram Berdoulay, Gomes e Lolive, o estudo amplo do espaço público conceberia as seguintes possibilidades:

*“Nous dégagerons donc d’abord tout ce que le modèle classique – normatif et institutionnalisé – de l’espace public doit précisément à la spatialité, pour nous interroger ensuite sur la façon dont celle-ci peut être valorisée en regard des recherches théoriques actuelles issues de la réflexion politique ou géographique. Il sera alors loisible d’aborder sous un jour nouveau les menaces qui pèsent sur l’espace public classique et d’identifier l’émergence possible d’une nouvelle approche” (BERDOULAY, GOMES et LOLIVE, 2004: 9-10)<sup>54</sup>.*

---

<sup>53</sup> Tradução: “É no curso dessa passagem – do espaço da publicidade, quer dizer, do espaço público dos homens livres e iguais, em direção ao espaço político, submetido às normas de co-habitação e de afrontamentos entre homens diferentes – que a liberdade se realiza como objeto e sentido original da coisa política. Essa constitui então a condição fundadora da polis, mas também aquela do espaço público político, arena por excelência do confronto das diferenças e das regras para garantir essa co-habitação, além de ser um objeto de competição para obter contingências sociais favoráveis. Essa diferenciação é importante para delimitar a aplicabilidade da noção de espaço público face aos numerosos espaços concretos que podem ser submetidos à análise geográfica” (CASTRO, 2004: 94).

<sup>54</sup> Tradução: “Nós retiraremos então de início tudo aquilo que o modelo clássico – normativo e institucionalizado - de espaço público deve precisamente à espacialidade, para nos interrogar em seguida sobre a maneira pela qual esta pode ser valorizada sob o olhar das pesquisas teóricas atuais vindas da reflexão política ou geográfica. Será então possível abordar as ameaças que pesam sobre o espaço público clássico e de identificar a emergência possível de uma nova abordagem” (BERDOULAY, GOMES et LOLIVE, 2004: 9-10).

Berdoulay, porém, deixa claro que, dentro da sua perspectiva, não cabe afastar a discussão do espaço público de uma abordagem prospectiva. A discussão do desenvolvimento de uma vida política construída através da organização do espaço e da participação dos cidadãos estaria então sempre relacionada a um olhar do futuro. De uma maneira geral, esse olhar apresentado por Berdoulay é dividido por outros autores, como Gomes, Castro e Goheen (BERDOULAY, 1997, 1999 e 2001; BERDOULAY, CASTRO & GOMES, 2001; BERDOULAY, GOMES & LOLIVE, 2004; BERDOULAY & MORALES, 1999; CASTRO, 2004; GOMES, 2003).

Essa abordagem demonstra que os geógrafos identificados com o republicanismo, com a nostalgia, com a perspectiva institucional e com a defesa do caráter político dos espaços públicos tomam as recentes dificuldades observadas como problemas que são externos a sua teoria. Os problemas podem ser os resultados da eminência de novos comportamentos, da falta de uma cultura política, da crise na educação e da corrupção. De acordo com Gomes, Castro e Goheen, todos esses fenômenos afetam diretamente a vivência dos espaços públicos. Como relatou Gomes:

*“O espaço público foi (...) em grande parte parasitado pela ação demagógica dos governantes, por uma mídia criticamente dócil e pela passividade da ‘massa’, tudo isso resultando na transformação de toda discussão social em um espetáculo. O desafio é, portanto, o de retomar o espaço público como lugar de uma participação ativa, normatizada e refundá-la como um espaço da política”* (GOMES, 2002: 161).

Berdoulay complementa esse olhar de Gomes, ao acrescentar que uma atualização da prospectiva se faz necessária. Em suas palavras: *“Cela ne veut pas dire que la prospective doit être mise au rencart. Au contraire, elle apparaît même, mais sous d’autres formes et selon d’autres modalités, plus aptes à ménager l’avenir et les populations concernées. Elle se veut donc partie prenante de l’espace public”*<sup>55</sup> (BERDOULAY, 1997: 306). Assim, a configuração esperada para o espaço público sob a perspectiva republicana dependeria do caráter político das suas dinâmicas, do ordenamento espacial a partir dos ritos e instituições democráticos, e estaria relacionada a um certo olhar do futuro. Dessa forma, o espaço público dependeria da formalização para evoluir.

---

<sup>55</sup> Tradução: *“Isto não quer dizer que a prospectiva deva ser colocada de lado. Ao contrário, ela aparece até mesmo mais apta a organizar o futuro e as populações em questão, mas sob outras formas e segundo outras modalidades. Ela se propõe a ser uma parte integrante do espaço público”* (BERDOULAY, 1997: 306).

### 3.3 A NOÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO SOB A PERSPECTIVA DOS GEÓGRAFOS MARXISTAS

A segunda forma de se estudar a noção de espaço público dentro da Geografia foi derivada de análises marxistas, radicais e que procuravam a revolução. Por marxismo, nos referimos a uma linha de argumentação ideológica livremente inspirada no pensamento de Marx e aplicada sobre a sociedade moderna, esperando encontrar evidências da exploração dos trabalhadores, característica marcante do modelo capitalista de acordo com a avaliação do filósofo alemão.

No que se refere a uma perspectiva radical, fazemos alusão à abordagem que associa as estruturas econômicas e política dos Estados democráticos, que, segundo seus críticos, tendem a exercer forças que impedem ou desestimulam as mudanças em nível estrutural pelo temor da instabilidade. Para os radicais, essa associação que busca a estabilidade acaba por imobilizar a ordem pública vigente, exigindo interferências de movimentos sociais para pressionar o poder público a alterar as prioridades do Estado e fiscalizar o cumprimento de suas responsabilidades.

A perspectiva revolucionária exige uma ação intencional e coordenada de um ou mais grupos sociais que procuram substituir a política dominante por uma nova estrutura de poder. As palavras-chave dessa perspectiva são denúncia, mudança e ação, que devem nortear o trabalho dos cientistas sociais. Dentro dessa tendência, tenta-se construir as bases de um Estado mais afinado com a parcela excluída da sociedade e mais ativo no que se refere ao nivelamento social.

O foco comum entre essas três tendências geográficas se encontra no modo pelo qual a luta de classes se exprime através do espaço público. De acordo com os defensores dessa associação mencionada, a maneira pela qual a utopia moderna do espaço público estaria ligada à ascensão da classe burguesa a partir do século XVIII trouxe novas desigualdades nos usos dos espaços. Ao contrário do rompimento total esperado com as relações estamentárias de dominação política que eram hegemônicas anteriormente, a Modernidade haveria apenas

substituído o princípio da nobreza pelo princípio da acumulação de capital, abrindo assim caminho para a burguesia.

Porém, ainda de acordo com essa linha de raciocínio, para formalizar esse novo arranjo, as classes dominantes teriam criado leis e direitos universais que foram as brechas para que as classes excluídas tomassem consciência das suas mazelas e lutassem pela igualdade tanto na esfera social, quanto na esfera política. Nesse sentido, os geógrafos marxistas afirmam que o espaço público se tornaria a arena privilegiada através da qual os grupos excluídos e marginalizados ganhariam visibilidade, se articulariam e agiriam em prol do reconhecimento dos seus direitos e da sua força.

Continuando esse raciocínio, para que os movimentos sociais consigam romper o imobilismo, seria necessário o desenvolvimento de uma nova publicidade, estimulada pela luta de classes. Para que o espaço público se abra aos seus novos atores e avançasse em direção a igualdade, deveria ser marcado pela democracia participativa, pela politização das classes populares, pela apropriação de sua área e pela ação social seletiva por parte do Estado. Nesse intuito, os geógrafos marxistas colocariam em primeiro plano a reflexão sobre a distribuição espacial de uma série de medidas compensatórias, distributivas e de desenvolvimento humano; nas quais as aproximações entre sociedade e Estado seriam orientadas através da procura da justiça social e seriam visíveis no espaço público.

De modo mais claro, os geógrafos marxistas enumeram as condições para que o espaço público possa atingir as suas vocações utópicas sem cair em sistemas de exploração e em problemas de desigualdade econômica e social: a ação estatal deve promover mudanças nas prioridades da sociedade moderna, podendo o Estado ser substituído ou mudar radicalmente; a distribuição de renda deve tender a reduzir as diferenças entre as classes sociais; o acesso aos fóruns de decisão política deve ser amplo e irrestrito; todas as manifestações políticas devem ser permitidas; a educação deve ser o maior investimento público para manter a vitalidade da ordem.

Algumas semelhanças podem ser observadas entre a perspectiva marxista e radical dos espaços públicos e contribuição indireta da Escola de Chicago sobre o tema. Ambas as vertentes argumentam que os conflitos, a competitividade e a diferença devem ser identificados e mapeados na cidade, para que sejam posteriormente minimizados através de

políticas públicas específicas. Também é possível citar o papel proeminente do Estado nesse processo descrito por ambos, pois é a ação consciente desse ator que deve garantir as condições iguais a todos os seus cidadãos, interferindo nos mais diferentes campos da vida urbana. Essa ligação entre a perspectiva marxista dos espaços públicos e a Escola de Chicago procura estabelecer um contraponto à perspectiva republicana, enxergando naqueles atores que seriam excluídos e marginalizados pela política institucional como possível foco de insurgência e de transformação da sociedade. Porém, a a-politização, a naturalização do discurso e o reformismo da Escola de Chicago eram contestados pelos geógrafos marxistas a partir das leituras de Castells e de Lefébvre. Como colocou Soja:

*“Although they were similarly concerned with the problems and challenges of persistent urban immiseration and poverty, what the Chicago School pragmatists and planners saw in the spatial specificity of their home city was far removed from the class analysis and political economy (...). As disciplined sociologists and geographers, they instrumentally abstracted cityspace out from geohistory (and critique) of industrial capitalism, reconceptualized it as a pseudo-biological organism, and liberally universalised its morphology as part of a natural-cum-social, or social Darwinian, process of ‘organic’ evolution. The concentric class geography (...), for example, was remodelled as the product of a [order] socially mediated but intrinsically [natural, in which we could find] competition and cooperation, evolution and retrogression (leaving some room for accident and mutation), producing an essentially organic or social physics interpretation of ‘the city’ (...) and ‘urbanism as a way of life’” (SOJA, 2000: 85)<sup>56</sup>.*

Dois geógrafos responderam continuamente a questão do espaço público dentro da perspectiva marxista: Don Mitchell e Edward Soja. Ambos os autores se baseiam nas idéias do filósofo Lefébvre para criticar o espaço público moderno e as falhas existentes na teoria proposta por Habermas. O primeiro se concentra na discussão da luta de classes dentro da sociedade moderna, das ações e de seus referenciais usuais. Soja, por sua vez, aborda a luta de

---

<sup>56</sup> Tradução: “Embora eles estivessem preocupados de modo similar com problemas e desafios persistentes da pobreza e da miserabilidade urbanas, o que os planejadores e pragmáticos da Escola de Chicago viam na especificidade espacial de suas cidades estavam distantes da análise de classe e da economia política. Como sociólogos e geógrafos disciplinados, eles extrairam o cityspace instrumentalmente da geohistória (e da crítica) do capitalismo industrial, reconceitualizando-o como um pseudo-organismo, e livremente universalizando sua morfologia como parte de um natural cumulativo ao social, ou darwinismo social, processo de evolução ‘orgânica’. A Geografia de classes concêntricas (...), por exemplo, foi remodelada como o produto de uma [ordem] socialmente mediada, mas intrinsecamente [natural, na qual podemos encontrar] competição e cooperação, evolução e retrocesso (deixando algum espaço para acidentes e mutações), produzindo uma interpretação essencialmente orgânica ou sócio-física da cidade (...) e do urbanismo como modo de vida” (SOJA, 2000: 85).

classes como um processo de rompimento do espaço público moderno, que seria reconstruído dentro da multiplicidade de territorialidades pós-modernas.

Outros autores como Ruddick (1996), Dear (2000), Harvey (1989) e Davis (1999) também apresentam olhares que apontam na mesma direção geral. Porém estes últimos não se concentraram no desenvolvimento de uma teoria geográfica dos espaços públicos, fazendo uso apenas circunstancial desta noção. Dessa forma, preferimos deixá-los aqui em segundo plano, ainda que suas obras pudessem ser vinculadas ao tema discutido.

Mitchell se destaca na medida em que tenta recuperar um sentido do espaço público como espaço da ação social. De acordo com a sua obra, não existem garantias de que os direitos conquistados durante o século XIX permaneçam válidos no futuro, assim como a validade desses direitos nos dias de hoje não suprimiram as desigualdades e os conflitos sociais. Nesse sentido, Mitchell defende que os espaços públicos sejam usados como arena através da qual seja possível acelerar o processo de democratização da política institucional. O autor denuncia o conservadorismo das leis e a necessidade da pressão popular para reverter à tendência ao imobilismo. Dessa forma, a mobilização política é o foco da obra de Mitchell, que defende a importância do espaço para renovar os termos que regem o poder público, sendo preciso para tanto ter um distanciamento relativo dos fóruns políticos regulares (MITCHELL, 1996, 2000 e 2003).

De acordo com Mitchell, a publicidade não é algo pré-concebido, ou seja, não é algo que pode ser perfeitamente explicado e analisado através de uma teoria universal. O autor defende que aquilo que confere valor ao espaço público advém em grande parte da sua vivência, da sua concretude. Em suas palavras:

*“what makes a space public – a space in which the cry and demand for the right to the city can be seen and heard – is often not its preordained ‘publicness’. Rather, it is when, to fulfil a pressing need, some group or another takes space and through its actions makes it public. The very act of representing one’s group (or to some extent one’s self) to a larger public creates a space for representation. Representation both demands space and creates space. But it rarely does so under conditions of its own choosing. And so here the desire of other groups, other individuals, other classes, together with the violent power of the state, laws about property, and the current jurisprudence on rights all have a role to play in*

*stymieing, channelling, or promoting the 'taking' or 'making' of public space and their claim to representation” (MITCHELL, 2003: 35)<sup>57</sup>.*

Inspirado na obra de Lefébvre, Mitchell argumenta, de uma forma geral, que a cidade moderna se caracterizaria pela alienação política de sua população. De acordo com o autor, a participação nos fóruns de decisão estaria sendo limitada cada vez mais aos especialistas e profissionais, deixando excluída a maior parte da população. Mitchell acredita também que essa exclusão se traduz em uma seleção tendenciosa das prioridades que são tomadas nos fóruns, colocando de lado não apenas os representantes de diferentes grupos sociais presentes na cidade, mas também as suas necessidades. Com isso, o autor julga necessário que a população deveria ter acesso às decisões que orientam a vida na cidade. Em suas palavras:

*“But the problem with the bourgeois city, the city in which we really live, of course, is that this oeuvre is alienated, and not so much a site of participation as one of expropriation by a dominant class (and a set of economic interests) that is not really interested in making the city a site for the cohabitation of differences. More and more the spaces of the modern city are being produced for us rather than by us. People, Lefébvre argued, have a right to more; they have the right to the oeuvre. Moreover, this right is related to objective needs, needs that any city should be structured toward meeting” (MITCHELL, 2003: 18)<sup>58</sup>.*

De uma maneira geral, pode-se dizer que a sua perspectiva geográfica seria baseada em uma concepção negativa na qual o espaço público é tomado, em última análise, como mecanismo de contenção da ebulição social, envolvendo leis, urbanismo e forças de repressão social. De acordo com o autor, o advento do período revolucionário da Modernidade teria coincidido com o surgimento de técnicas e tecnologias que capacitavam o Estado a exercer um maior escopo de controle social, que não existia anteriormente. Assim, a fim de limitar e orientar as

---

<sup>57</sup> Tradução: “(...) o que torna um espaço público – um espaço no qual o grito e a demanda por direito à cidade podem ser vistos e ouvidos – freqüentemente não é a sua ‘publicidade’ pré-ordenada. Ao contrário, é quando, para suprir uma necessidade que se faz presente, um grupo ou outro toma espaço e através de suas ações o torna público. O próprio ato de representar um grupo (ou até certo ponto uma pessoa) a um público mais amplo cria um espaço para representação. Representação exige espaço e cria espaço. Mas raramente o faz sob as circunstâncias de sua própria escolha. E então o desejo de outros grupos, outros indivíduos, outras classes, juntamente com o poder violento do Estado, leis sobre propriedade, e a corrente jurisprudência sobre os direitos, todos tiveram um papel para representar na obstrução, afilamento ou promoção da ‘tomada’ ou da ‘construção’ do espaço público e de sua representatividade” (MITCHELL, 2003: 35)

<sup>58</sup> Tradução: “Mas o problema com a cidade burguesa, a cidade na qual nós realmente moramos, é claro, é que a obra está alienada, e não é tanto um lugar de participação, mas um de expropriação por uma classe dominante (e um conjunto de interesses econômicos) que não está realmente interessada em tornar a cidade um lugar para a co-habitação das diferenças. Cada vez mais os espaços da cidade moderna estão sendo produzidos para nós ao invés de por nós. As pessoas, Lefébvre argumentava, tinham direito a mais; elas tinham direito a obra. Além disso, esse direito está relacionado a necessidades objetivas, necessidades que qualquer cidade devia estar estruturada para o encontro” (MITCHELL, 2003: 18).

transformações da sociedade, as idéias de “público” e de “espaço público” teriam sido desenvolvidas, tendo como principal objetivo estabelecer limites para a comunicação e para a ação coletiva nas cidades (MITCHELL, 2003).

Por exemplo, o autor discursa em favor de uma retomada da ação política por parte dos movimentos sociais, no que se refere especificamente aos espaços públicos regidos pelos consensos definidos na Suprema Corte norte-americana. Na avaliação de Mitchell, a instituição de maior poder legislativo dos EUA estabelece rigidez as regras sociais para os usos dos espaços públicos que, se forem cumpridas a todo custo, podem retirar desses espaços o seu papel político e transformador. Com isso, o autor deixa implícito que a ação à margem da lei é muitas vezes o caminho que deve ser trilhado para conferir poder de transformação aos espaços públicos. Nas palavras de Mitchell, o dilema entre ordem e participação política pode ser exprimido da seguinte forma:

*“On one hand, democratic political ideology rests on the assumption that only orderly, rational discourse can produce the sort of ‘free trade in ideas’ that makes truth and informed public opinion possible. On the other hand, order and rationality are preserved by excluding some people and some conduct from the space of the public. Within this contradiction lies the assumption, strongly held by the Court, that if orderly discourse can be preserved in public forums then these spaces can be completely devoid of force. For this reason, violent dissent is considered by law to be fully transgressive of the boundaries of appropriate behavior in public space. Yet, as we shall see, often it is only by being ‘violent’ that excluded groups have gained access to the public spaces of democracy – and it is precisely this ‘violence’ that has forced the liberalization of public space laws”<sup>59</sup>*  
(MITCHELL, 1996c: 156).

Mais do que um simples mecanismo repressor, Mitchell destaca que a construção e a elaboração de espaços públicos procuravam estimular a previsibilidade no arranjo sócio-espacial de uma sociedade, controlando expressamente as suas tensões, os seus

---

<sup>59</sup> Tradução: “De um lado, a ideologia política democrática se apóia na suposição de que apenas um discurso racional e ordenado pode produzir o tipo de ‘livre troca de idéias’ que torna possível a verdade e a opinião pública informada. Por outro lado, ordem e racionalidade são preservadas excluindo algumas pessoas e algumas condutas do espaço do público. Dentro desta contradição encontra-se a suposição, defendida com força na Corte [refere-se à Suprema Corte Norte-Americana], que se o discurso ordenado pode ser preservado nos fóruns públicos, então estes espaços podem ser completamente esvaziados de força. Por essa razão, a dissensão violenta é considerada por lei como totalmente transgressora das fronteiras do comportamento apropriado no espaço público. Porém, como veremos, freqüentemente é apenas sendo violento que grupos excluídos ganharam acesso aos espaços públicos da democracia – e é precisamente esta violência que forçou a liberação das leis dos espaços públicos” (MITCHELL, 1996c: 156).

comportamentos e os seus direitos. Nesse sentido, o autor interpreta o planejamento dos espaços públicos como mecanismo de ação que possuiria uma clara e constante intencionalidade ideológica, definindo um quadro de referências para a determinação das fraquezas de uma sociedade, do que é legítimo diante do Estado e de seus grupos dominantes e, finalmente, qualificando pessoas e objetos de acordo com a sua localização (MITCHELL, 1996, 2000 e 2003). Como coloca o autor, o espaço público é controlado e limitado justamente para tentar suprimir o medo da anarquia que o cerca:

*“Public space engenders fears, fears that derive from the sense of public space as uncontrolled space, as a space in which civilization is exceptionally fragile. (...) the everyday gnawing uneasiness we feel when we step around a passed-out homeless person on a sidewalk, often convince us that public space is the space anarchy”* (MITCHELL, 2003: 13)<sup>60</sup>.

Para sustentar e tentar legitimar a realização deste espaço público, os grupos sociais dominantes se valeriam do uso indiscriminado de valores e símbolos relativos a uma identidade nacional. Se apoiando em autores como Hobsbawm (1997 e 1998), que analisa o próprio surgimento e expansão do discurso nacionalista durante o século XIX, o geógrafo inglês procura desnaturalizar esta associação, ao frisar a sua invenção e os possíveis interesses privados que estariam ligados a mesma. Mitchell acredita que esta intencionalidade é mais visível hoje em dia, uma vez que o arrefecimento do debate ideológico teria permitido um número menor de concessões sociais para a organização dos espaços públicos (MITCHELL, 1996, 2000 e 2003).

Paralelamente, os indivíduos encontram um mundo no qual a expressão da sua individualidade é supostamente mais tolerada, ainda que, novamente segundo as suas palavras, este seja mais um foco de fragmentação do que um avanço em direção a liberdade, de acordo com a sua aceção grega, exposta por Arendt (1994). Também concordando com as proposições de Arendt, Mitchell lamenta e avalia como perigosa a crescente separação entre ação e discurso, que afetaria decisivamente as possibilidades dos espaços públicos. Desta forma, se tomamos a discussão proposta por Mitchell como válida, teríamos que considerar que o espaço público poderia ser usado também como um amortizador dos conflitos, enfim,

---

<sup>60</sup> Tradução: *“Espaço público engendra medos, medos estes que derivam do sentido do espaço público como espaço sem controle, como um espaço no qual a civilização é excepcionalmente frágil. (...) O sentimento de desconforto que sentimos cotidianamente quando passamos em torno de um mendigo desacordado na calçada freqüentemente nos convence que o espaço público é o espaço da anarquia”* (MITCHELL, 2003: 13).

como uma forma de iludir os indivíduos das matérias verdadeiramente importantes (MITCHELL, 1996, 2000 e 2003).

Por último, chamamos a atenção para o fato de que o autor clama pela necessidade de um uso diferenciado dos espaços públicos, a saber, como lócus da decisão política através da participação direta da população, e não mais apenas centrado na representatividade do poder. Apesar da conexão entre leis, espaços e interesses privados, Mitchell considera vãs as tentativas de procurar a justiça social em outras esferas ou através de outros objetivos, uma vez que, para o autor:

*“Like public space, law is an arena for social struggle, at once (and not necessarily in equal measure) constraining and allowing certain forms of action. Law, again like public space, is neither neutral nor immutable. It is, however, a source of power, like space, to the degree that it can be ‘captured’ by particular interests. When law and space come together, as they inevitably do, each structuring the other, then it makes little sense to abdicate the language of rights, for this runs the risk of abdicating the language of justice, the appeal to normative notions of what a human world should be. (...) Hence, it is essential that activists continue to challenge restrictive rights-discourse not just in the courts, but also in the street, where a more positive vision of a just society can be fought for, for it is only there that geography can be refigured in such a way as to make law pay attention”<sup>61</sup>*  
(MITCHELL, 1996c: 172).

Para tanto, Mitchell analisa as iniciativas populares e a maneira como a centralidade de certos espaços públicos poderia ser usada para estimular o simbolismo de uma retomada da esfera política, desta vez, ainda de acordo com a sua linha de pensamento, focada na procura da igualdade, da justiça social e da isonomia (MITCHELL, 1996b, 1996c e 2003). Somente desta forma, para Mitchell, o caráter anti-social dos espaços públicos poderia ser revertido em um projeto de renovação constante da sociedade em direção a uma democracia mais efetiva e menos discursiva. Aos geógrafos, segundo o autor, caberia a responsabilidade de desenvolver uma série de mecanismos de integração da dimensão social ao jogo jurídico-administrativo.

---

<sup>61</sup> Tradução: “Como o espaço público o direito é uma arena para a luta social (e não necessariamente na mesma medida), restringindo e permitindo certas formas de ação. O direito, novamente como o espaço público, não é neutro, nem imutável. É, entretanto, a fonte do poder, como o espaço, na medida em que pode ser ‘capturado’ por interesses particulares. Quando lei e espaço andam juntos, como inevitavelmente acontece, cada um estruturando o outro, faz pouco sentido abdicar a linguagem da justiça, o apelo a noções normativas de como um mundo humano deveria ser. (...) Neste sentido, é essencial que os ativistas continuem a desafiar os discursos dos direitos restritivos não apenas nas cortes de justiça, mas também na rua, onde uma visão mais positiva de uma sociedade justa pode ser defendida, pois é apenas lá que a geografia pode ser reconfigurada de uma tal maneira que a lei preste atenção” (MITCHELL, 1996c: 172).

Assim, através da reflexão e da organização de dinâmicas sócio-espaciais não-estatais, seria possível incrementar a democracia liberal, seja no domínio das idéias, seja no mundo concreto, avançado em direção a justiça social.

Por sua vez, a concepção de Soja em relação ao espaço público é derivada do seu projeto de desenvolvimento de uma geografia urbana e social renovadas em seus objetivos, métodos e objetos de estudo. Apesar do autor se apoiar, como Mitchell, em um discurso marxista com uma base espacial, Soja parece não estar de acordo com o inglês no que se refere a sua matriz moderna e suas conseqüências para a organização dos espaços. De fato, para Soja, os limites de avaliação dos espaços públicos são exíguos em suas possibilidades, devido a sua falha em concretizar a utopia democrática da modernidade (SOJA, 1993, 1995 e 2000). Por vezes, o autor se refere a discussão dos espaços públicos através de neologismos como *cityspace*, demonstrando um certo desconforto com os entraves da expressão original. Lamentando estes entraves, Soja observa que:

*“Even when cityspace becomes the focus of inquiry, as in the field of urban studies, it has tended to be viewed primarily as an architecturally built environment, a physical container for human activities, shaped and reshaped over time by professional or vernacular citybuilders and a host of non-spatial but distinctly social and historical processes of urban development. This has concentrated attention on the distilled material forms of urban spatiality, too often leaving aside its more dynamic, generative, developmental, and explanatory qualities”*<sup>62</sup> (SOJA, 2000: 8-9).

As ocasiões nas quais o autor citou explicitamente a noção de espaço público foram sempre inseridas dentro de uma análise crítica do urbanismo e da urbanidade contemporâneas. A carga negativa do termo se mostra evidente, por exemplo, no seu capítulo *“The destruction of public space and the architectonics of security-obsessed urbanism”* (SOJA, 2000), no qual Soja avalia o teor exclusivista ligado a aplicação prática desta noção. Ainda assim, o autor revela uma preocupação de que o conteúdo dessa noção não se perca totalmente, como se

---

<sup>62</sup> Tradução: “Até quando o *cityspace* [neologismo significando um sinônimo de espaço público na concepção de Soja, fugindo assim de sua matriz moderna] se torna o foco de pesquisa, como no campo dos estudos urbanos, o mesmo tendeu a ser visto primariamente como um ambiente arquiteturalmente construído, um receptáculo físico para as atividades humanas, esculpido e re-esculpido ao longo do tempo por construtores profissionais ou vernaculares e um anfitrião de processos não-espaciais, mas distinguíveis pelo caráter social e histórico de desenvolvimento urbano. Isto concentrou a atenção nas formas materiais da espacialidade urbana, deixando de lado, com frequência excessiva, suas qualidades mais dinâmicas, criadoras, desenvolvimentistas e explicativas” (SOJA, 2000: 8-9).

tentasse deixar claro que os dois termos que a compõem não representam juntos um oxímoro<sup>63</sup> (SOJA, 1993, 1995 e 2000).

No que se refere a essa perspectiva negativa de um espaço público, Soja destaca a sua preparação para o consumo e o seu papel estratégico para o controle dos movimentos sociais e da política. Em suas palavras:

*“As cityspace was increasingly conceived as the specialized context for collective consumption, urban politics came to be defined primarily around a struggle for these collective goods and services that pitted the local and national state (with the assistance of urban planners) against the empowerment strategies of the new urban social movements. (...) The fields of contention were thus explicitly spatialized, emplaced within the specific geography of urbanism, and centered not so much on industrial production as on the social and spatial reproduction of cityspace and urban order. (...) In the Fordist-Keynesian metropolis, the potential power of smaller-scale urban social movements organized around a consciousness of specifically urban spatiality was brought to the forefront of radical urban studies and politics”* (SOJA, 2000: 98)<sup>64</sup>.

Segundo o autor, devido à maneira pela qual a Modernidade atrelou a sua proposta racionalista à idéia de uma ordem pública, esta teria perdido uma boa parte do seu poder transformador e revolucionário inicial, deixando de lado a procura da democracia e da igualdade a qualquer preço. Sem entrarmos na discussão da validade desta postura, o autor critica também a limitação de suas formas de renovação que foram decorrentes da associação com a idéia de ordem. É nesse sentido que o autor parece propor uma nova forma de se analisar os fenômenos empíricos, que está mais distante do imobilismo moderno e mais

---

<sup>63</sup> Oxímoro é uma figura de linguagem que coloca em contato dois termos contraditórios, formando uma nova expressão, cujo significado dependeria da interpretação do leitor. No que se refere à maneira como Soja trabalhou a idéia de espaço público, o “espaço” e a “esfera pública” muitas vezes se encontrariam em oposição, defendendo grupos, valores e princípios distintos. Soja argumenta que tal oposição é fruto da maneira pela qual o espaço público se concretizou no Período Moderno e que, para superá-la, seria necessário rever suas limitações e exclusões de atores. Sobre esse assunto, ver: DAVIS, 1990 e SOJA, 2000.

<sup>64</sup> Tradução: *“Como o cityspace foi cada vez mais concebido como o contexto especializado para o consumo coletivo, as políticas urbanas vieram a ser definidas primeiramente em torno da luta por esses bens e serviços coletivos que opunham o Estado (com ajuda dos planejadores urbanos) e o ganho de poder por parte dos novos movimentos sociais urbanos. (...) Os campos de contenção eram então explicitamente espacializados, encontrados dentro da geografia especializada do urbanismo, e não tão centradas na produção industrial como o eram na reprodução social e espacial do cityspace e da ordem urbana. (...) Na metrópole Fordista-Keynesiana, o poder potencial de movimentos sociais urbanos organizados em torno de uma consciência de uma espacialidade especificamente urbana foi levada ao front de estudos radicais urbanos e das políticas”* (SOJA, 2000: 98).

próxima a aceitar as representações sócio-espaciais como transformações legítimas, e não como simples distorções de um sistema (SOJA, 1993, 1995 e 2000).

Segundo Soja, a Modernidade havia perdido o seu poder transformador na medida em que cedeu quanto aos seus objetivos revolucionários e se conformou a procura de reformas liberais. Nas palavras do autor, a ordem pública do século XIX teria deixado de ser definida e influenciada por grupos heterogêneos para se tornar:

*“An establishmentarian and state-centered liberal reformism, now led by scientists and professionals in medicine, engineering, and law, theorized a praxis based on improved public health, moral betterment, and technological innovation. This praxis was rationalized and projected through a fundamentally capitalist metanarrative of development that wrapped world history in the necessity for continuous progress and modernization. In stark contrast was a fundamentally Marxist theory or scientific socialist metanarrative of social justice that saw reforms as temporary palliatives and argued for the necessity of a more radical if not revolutionary transformation in order for social justice – and development – to be achieved. This fundamental split would shape the specifically political and urban discourse and deeply polarize modernist social movements for the next 150 years”* (SOJA, 2000: 75)<sup>65</sup>.

Para diferenciar a sua postura dos limites de análise modernos, Soja denomina de pós-moderno o período em que viveríamos, estando o mesmo preso sob o peso da matriz histórica, moral e jurídica da modernidade, mas apresentado em sua configuração empírica um conjunto crescente de fenômenos que negariam a sua ordem ou exigiriam a sua mudança. Segundo a sua opinião, a imagem cristalizada dos espaços públicos como uma esfera da política, do nacionalismo e do patrimônio nacional o tornou um objeto que simultaneamente atrai e repele os cidadãos, oferecendo ao mesmo tempo uma possibilidade de ganhar visibilidade dentro do jogo social e coagindo os seus participantes a agirem de modo previsível e positivo (SOJA, 1993, 1995 e 2000).

---

<sup>65</sup> Tradução: “Um reformismo liberal que defende o status quo e centrado na figura do Estado, agora conduzido por cientistas e profissionais de medicina, engenharia e direito, teorizou a práxis baseada nas melhorias da saúde pública, melhoramentos morais, e inovação tecnológica. Tal práxis foi racionalizada e projetada através de uma meta-narrativa do desenvolvimento fundamentalmente capitalista que envolveu a história mundial na necessidade de modernização e progresso contínuo. Em total contraste se encontrava uma teoria fundamentalmente Marxista ou uma meta-narrativa da justiça social centrada no socialismo científico, que via as reformas como paliativos temporários e argumentava pela necessidade de uma transformação mais radical, se não revolucionária, para alcançar a justiça social e o desenvolvimento. Essa separação fundamental esculpiu o discurso especificamente político e urbano, e polarizou os movimentos sociais modernos pelos 150 anos seguintes” (SOJA, 2000: 75).

No momento em que observamos que esta imagem de espaço público passa por críticas e por um período de crise no que se refere à multiplicidade de suas manifestações, Soja sugere a necessidade de renovação em suas bases conceituais. Em primeiro lugar, a manutenção de uma expressão física e ideológica do consenso político não seria a sua única razão de ser, e nem mesmo uma obrigação, em um último grau de análise. Ao contrário, Soja acredita que a transformação dos espaços públicos modernos passa necessariamente pelo reconhecimento e incorporação da sua diversidade interna, de seus grupos sócio-territoriais, de seus conflitos:

*“There is a tendency to see changes in public space simply as a kind of undemocratic transfer to the private domain, resulting in an incontrovertible loss of civic freedom. Such thinking universalizes and homogenizes the public realm – as well as the privatization process – and protects them both from critical examination of how each is also affected by other processes of differentiation and change. From the ancient agora and forum of the Athenian polis to the present-day metropolis, public space has been divertingly romanticized and mythologized in Western urban theory and practice to such an extent that it is difficult to see that it is a fully lived space, subject to being shaped – and reshaped – not only by class conflicts, but also by gender, race, ethnicity, and other relations of differential social and spatial power”<sup>66</sup> (SOJA, 2000: 320).*

Em segundo lugar, para o autor, não seria propriamente da política institucional que partiria (ou que deveria partir) uma perspectiva geográfica dos espaços públicos, mas sim do jogo sócio-espacial de seus cidadãos, por menos claro que este jogo possa ser. Ainda que Soja se mostre reticente a respeito da negligência por parte dos geógrafos acerca deste tipo de interpretação, o autor parece confiante no potencial de desenvolvimento de uma contribuição geográfica. De maneira complementar, é preciso que fique claro a todos que Soja apenas citou esta nova perspectiva em sua obra, deixando lacunas consideráveis em sua análise. Porém, nos parece que a mesma tem méritos claros, ao conferir maior importância a uma perspectiva eminentemente espacial e social. Em suas palavras:

---

<sup>66</sup> Tradução: “Existe uma tendência a ver as mudanças no espaço público como um tipo de transferência adocrática para o domínio privado, resultando em uma perda irreversível do domínio cívico. Tal linha de pensamento universaliza e homogeneiza o domínio público – assim como o processo de privatização – e protege a ambos de um exame crítico de como cada um deles é também afetado por outros processos de diferenciação e de mudança. Da antiga ágora e fórum da polis de Atena até a metrópole atual, o espaço público foi distraidamente ‘romanceado’ e transformado em mito na teoria e prática urbana do Ocidente, em um tal grau que é difícil observar que é um espaço plenamente vivido, sujeito a ser esculpido – e re-esculpido – não apenas por conflitos de classe, mas também por questões de gênero, raça, etnicidade, e outras relações de poder diferencial, social e espacial” (SOJA, 2000: 320).

*“Perhaps more than ever before, we are becoming consciously aware of ourselves as intrinsically spatial beings, continuously engaged in the collective activity of producing spaces and places, territories and regions, environments and habitats. This process of producing spatiality or ‘making geographies’ begins with the body, with the construction and performance of the self, the human subject, as a distinctively spatial entity involved in a complex relation with our surroundings. On the other hand, our actions and thoughts shape the spaces around us, but at the same time the larger collectively or socially produced spaces and places within which we live also shape our actions and thoughts in ways that we are only beginning to understand. Using familiar terms from social theory, human spatiality is the product of both human agency and environmental or contextual structuring”*<sup>67</sup> (SOJA, 2000: 6).

De modo sucinto, devemos considerar que a perspectiva de Soja para uma concepção geográfica de espaço público está fortemente ligada no contexto norte-americano. O espaço público é palco e cenário da ação de diferentes grupos e agentes privados que seriam bem mais agressivos em suas estratégias para garantir a ocupação, o controle ou a influência nesta área. Em parte, tal situação refletiria o papel significativamente menor conferido ao Estado na gestão e criação de tais espaços, seja em sua extensão física, seja em seu conjunto de leis. De fato, é um fenômeno bem-conhecido das ciências sociais a relativa abertura do sistema jurídico-administrativo americano frente ao empreendedorismo privado, principalmente quando este sistema é comparado ao Europeu.

Neste sentido, o espaço público norte-americano descrito e criticado na análise de Soja se encontraria em uma situação problemática, na qual o controle de sua ordem e a classificação de sua base elementar pareceriam estar fadados ao desaparecimento ou, ao menos, a transformação. Como o autor relata, boa parte de suas atribuições e extensões vem passando para o domínio privado, refletindo a desilusão com o modelo europeu, a vitalidade do mercado e a preocupação obsessiva com a segurança. É neste contexto que o autor insere a análise dos shopping centers, dos condomínios fechados, da proliferação dos subúrbios, do

---

<sup>67</sup> Tradução: “Talvez mais do que nunca antes, nós estamos nos tornando cada vez mais conscientes de nós mesmos como seres intrinsecamente espaciais, continuamente engajados na atividade coletiva de produzir espaços e lugares, territórios e regiões, ambientes e habitats. Este processo de produção da espacialidade ou de ‘fazer geografias’ começa com o corpo, com a construção e a performance da pessoa, a matéria humana, como uma entidade espacial distintamente envolvida em uma complexa relação com as suas redondezas. Por outro lado, nossas ações e pensamentos esculpem o espaço em torno de nós, mas, ao mesmo tempo, os espaços e lugares mais amplos, produzidos coletivamente e socialmente, e que dentro dos quais vivemos, também esculpem nossas ações e pensamentos de maneiras que ainda estamos começamos a compreender. Usando termos familiares da teoria social, a espacialidade humana é o produto da organização humana e da estruturação ambiental ou contextual” (SOJA, 2000: 6).

esvaziamento do centro de Los Angeles, da multiplicação das forças de segurança privada e da cultura do automóvel. Na interpretação de Soja, mais do que uma simples apropriação dos espaços públicos, o que se observa é uma alteração da sua natureza explicativa.

\* \* \*

Apesar das diferenças na qualificação da noção de espaço público e dos fenômenos que nele têm lugar, os geógrafos republicanos e marxistas se encontram reunidos em alguns pontos em comum. Em primeiro lugar, ambas as tendências consideram o espaço público fundamentalmente através de seu caráter político, seja este marcado por uma valorização de suas instituições e ritos formais, seja este colocado em destaque pelos movimentos sociais de contestação. Em segundo lugar, republicanos e marxistas vêem uma crise latente nesse tipo de espaço, fato que é derivado de um desvio da publicidade de seus objetivos e atribuições originais. Em terceiro lugar, apesar de sua crise, tanto republicanos quanto marxistas julgam que é através do espaço público que será possível realizar uma renovação do pacto entre sociedade e Estado.

Como colocou Lussault:

*“(…) Il convient de souligner la limite de l’analyse standard de l’espace public telle qu’elle s’est développée depuis une vingtaine d’années, dans sa littérature (...) géographique, architecturale et urbanistique: une approche qui mène à dresser a priori l’espace public en espace vertueux de la citoyenneté, porteur intrinsèquement des vertus de l’échange interpersonnel. Il s’agit là d’une conception qui dérive d’un idéal-type mythologique : l’agora grecque (...). La dépendance par rapport à l’idéal-type de l’agora contribue aussi à entretenir un brouillage généralisé entre la conception ‘géographique’ des espaces publics et celle travaillée, au sens de la ‘sphère publique’, par la philosophie et la science politiques” (LUSSAULT, 2003: 333)<sup>68</sup>.*

---

<sup>68</sup> Tradução: “(...) É conveniente destacar o limite da análise-padrão do espaço público tal como foi desenvolvido depois de duas décadas, em sua literatura (...) geográfica, arquitetural e urbanística: [se trata de] uma abordagem que leva a investir o espaço público a priori de um espaço virtuoso da cidadania, portador intrinsecamente das virtudes da troca interpessoal. Trata-se então de uma concepção que deriva de um tipo-ideal mitológico: a ágora grega. A dependência em relação ao tipo-ideal da ágora contribui também para manter uma confusão generalizada entre a concepção geográfica dos espaços públicos e aquela trabalhada no sentido de ‘esfera pública’, pela filosofia e pela ciência política” (LUSSAULT, 2003: 333).

Ao contrário, por exemplo, dos estudos que se desenvolvem na Sociologia e na Antropologia, o espaço público se desenvolve na Geografia fundamentalmente através desse caráter político, ou ainda, da possibilidade de atingi-lo. Tudo aquilo que está relacionado à esfera social, tal qual esta foi concebida por Arendt e Habermas, seria considerado secundário em importância e nocivo ao ordenamento geral dos espaços. Dessa forma, o espaço público na perspectiva geográfica resguarda em todos os seus estudos um sentido político universal, marcado por esse contato entre Estado e sociedade. As mudanças que ocorreriam em tais espaços públicos seriam lentas, polêmicas, conflituosas e, por vezes, violentas.

Por outro lado, a Sociologia e a Antropologia avançam em outro sentido, no qual a publicidade seria constantemente renovada e que não possuiria esse sentido político geral e comum presente na abordagem geográfica. As suas imagens e significados seriam definidos por arranjos locais e estariam em aberto. Zukin afirma que toda cultura pública seria socialmente construída e que o seu processo teria relação com a cidade, uma vez que esta seria:

*“(...) produced by the many social encounters that make up daily life in the streets, shops, and parks – the spaces in which we experience public life in cities. The right to be in these spaces, to use them as ours and to be claimed in turn by them – make up a constantly changing public culture (...). Yet public space is inherently democratic. The question of who can occupy public space, and so define an image of the city, is open-ended” (ZUKIN, 1995: 10-11)<sup>69</sup>.*

Não pretendemos debater com maior profundidade as diferenças que podem ser observadas entre a maneira de se trabalhar a noção de espaço público na Geografia e na Sociologia. Porém, essa rápida passagem deixa claro uma preferência que se desenvolveu nos estudos geográficos, que coloca maior ênfase na esfera política do que na esfera social. Em parte, tal ênfase pode ser justificada pelo distanciamento entre essas duas ciências sociais durante o século XX, sobretudo após a polêmica entre Durkheim e os geógrafos franceses. Também é possível ressaltar que os estudos das territorialidades urbanas que se desenvolveram a partir

---

<sup>69</sup> Tradução: “(...) produzida pelos diversos encontros sociais que compõem o dia a dia das ruas, lojas e parques – os espaços no qual experimentamos a vida pública nas cidades. O direito de estar presente nesses espaços, de usá-los como nosso e de ser clamado por eles – constrói uma cultura pública que muda constantemente (...). O espaço público ainda é inerentemente democrático. A questão de quem pode ocupar o espaço público, e então definir uma imagem da cidade, está em aberto” (ZUKIN, 1995: 10-11).

da segunda metade da década de 80 trouxeram novos elementos sociais para o debate dos espaços públicos. Todavia, a Geografia ainda conserva hoje uma abordagem da noção de espaço público que se limita quase que exclusivamente ao processo de formalização política e de seus desdobramentos, minimizando a importância de fenômenos sócio-espaciais que qualificam a vida pública (PHILO & SÖDERSTRÖM, 2004).

De acordo com as duas formas de se estudar geograficamente o espaço público aqui analisadas, o Largo da Carioca se encontraria em uma profunda crise política. Tal crise seria o resultado da omissão e imperícia do poder público, do processo de privatização, da expansão do individualismo e das práticas informais da vida social. Nesse sentido, na medida em que se procura observar no Largo da Carioca a realização de políticas públicas contínuas, o respeito a um planejamento de longo prazo ou a realização de manifestações públicas coordenadas e politizadas, o Largo da Carioca aparenta estar em crise uma vez que não apresenta essas características.

De fato, ao se comparar os fenômenos que ali se desenrolam com os elementos utópicos que estão ligados à grande narrativa dos espaços públicos, é possível compreender o julgamento negativo que seria esperado por parte dos geógrafos. O julgamento menos exigente apontaria tal espaço público como um caso secundário, no qual a dinâmica política que nortearia as representações de poder estaria em segundo plano, devido à existência de uma vida social intensa. O julgamento mais duro por parte de um geógrafo veria nas representações espaciais que tomam o Largo da Carioca como um impedimento ao processo político que deveria conferir significado ao espaço público.

Em ambos os casos fica clara a falta de uma terceira abordagem geográfica para a noção de espaço público. Essa terceira abordagem geográfica deveria conceber a representação dos fenômenos sociais como parte integrante e importante da dinâmica pública. Não queremos com isso refutar a validade ou a importância das abordagens anteriores, mas sim oferecer uma nova maneira de se trabalhar com o mesmo objeto, a partir das dificuldades observadas. Para tanto, é necessário rever os limites impostos pela grande narrativa utópica dos espaços públicos, se distanciando em parte do discurso da crise, da obrigatoriedade da prospectiva e da teleologia. Nesse processo, os recortes espaciais e temporais que delimitam os espaços públicos ganhariam novos princípios de ordenamento, gerando novos arranjos sócio-espaciais.

Nesse sentido, acreditamos que a idéia de heterotopia desenvolvida por Foucault nos anos 60 pode servir como referencial para nossa análise. Em sua origem, tal idéia está relacionada à espacialidade e à dimensão social dos fenômenos urbanos, justificando o nosso interesse. De modo adicional, geógrafos como Soja (1995), Staszak e Lussault (2004), Gregory (1994) e Harvey (2000), entre outros, manifestaram algum interesse nessa idéia, fato que corrobora a sua importância para a Geografia. Veremos mais precisamente como a heterotopia pode ser definida e operacionalizada para a discussão dos espaços públicos no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 4 A HETEROTOPIA

Neste capítulo, tentaremos desenvolver duas associações de idéias: na primeira, colocaremos em contato a decomposição da grande narrativa da Modernidade tal qual foi descrita por Lyotard e a idéia de heterotopia apresentada por Foucault e trazida para o contexto geográfico por Edward Soja; na segunda associação, traçaremos um paralelo entre a crise no modelo utópico de espaço público, tal qual este foi abordado na Geografia, e a eminência de novas formas, comportamentos e significados dos espaços urbanos, que podem ser mais precisamente compreendidos à luz da idéia de heterotopia.

A idéia geral é apresentar aquilo que vem sendo comumente interpretado como uma distorção do sistema moderno, da sua representatividade e da sua espacialidade como sinais de novos padrões de organização para a vida coletiva. É nesse sentido que Lyotard argumenta sobre a dissolução do vínculo social e a eminência de um individualismo que confere novas possibilidades de arranjos interpessoais. Soja (1993, 1995 e 2000), entre outros, defende que tais arranjos se expressam também em termos espaciais, ao promover novos recortes e novos padrões de distribuição. A narrativa (ou relato) moderna apresentada por Lyotard poderia ser então ligada às relações entre Estado e sociedade, que haveriam perdido parte de sua força coesiva. Nas palavras de Lyotard:

*“Desta decomposição dos grandes Relatos (...) segue-se o que alguns analisam como a dissolução do vínculo social e a passagem das coletividades sociais ao estado de uma massa composta de átomos individuais lançados num absurdo movimento (...) é um caminho que nos parece obscurecido pela representação paradisíaca de uma sociedade ‘orgânica’ perdida” (LYOTARD, 1993: 28).*

Cabe ressaltar que não queremos realizar aqui uma discussão que seja marcada pela oposição entre Modernidade e Pós-Modernidade, ou ainda pela legitimidade destas duas periodizações. Acreditamos que ambos os tipos de argumentação possuem valor para o conhecimento geográfico, e, mais especificamente, que a ausência de um quadro teórico e estrutural particular à Pós-Modernidade não permite a exclusão dos valores, dos objetos e dos significados da urbanidade que são vinculados a teoria Moderna. Paralelamente, a

multiplicação dos sinais de crise nas narrativas modernas justifica a procura de outras bases de argumentação, de novos atores, de novos recortes espaciais.

Nossa contribuição pode ser encontrada na brecha deixada entre os estudos pós-modernos sobre o espaço urbano que tenderam a refutar a idéia de espaço público como uma expressão de um poder totalizante que não se justifica e não se sustenta, e a teoria moderna dos espaços públicos, que tentava conter uma crise normativa eterna, que poderia sempre comprometer a cidade como um todo. Mais claramente, não tomamos o espaço público aqui nem como um espaço em crise, nem como uma utopia inexistente: seus valores, seus significados e suas formas são analisados a partir do resultado da interação entre diferentes atores sociais, objetos espaciais e significados, sem que o seu resultado seja pré-julgado.

Pretendemos analisar o espaço público, suas formas, os comportamentos que têm lugar em seu interior e os seus significados múltiplos a partir da prerrogativa de que as dinâmicas sócio-espaciais que aí se desenrolam são condicionadas pela teoria geral, mas também conferem sentidos a esta última. É dentro desse quadro analítico que apresentamos aqui a idéia de heterotopia como uma terceira via para o estudo dos espaços públicos dentro da Geografia.

Como veremos com mais detalhes a seguir, diversos geógrafos como Harvey (1990 e 2000), Gregory (1994), Dear (2000), Soja (1993, 1995 e 2000), Lussault e Staszak (2003) manifestaram interesse em desenvolver ou comentar a idéia de heterotopia como parte de novas teorias para o estudo do espaço urbano. Dear, por exemplo, ao analisar a obra de Steven Connor sobre a eminência da pós-modernidade, argumenta favoravelmente a capacidade da idéia de heterotopia de multiplicar os centros de poder dentro do espaço urbano e de chamar atenção para os problemas explicativos que se desenvolvem na academia dentro desse novo contexto social. De acordo com Dear:

*“He [Steven Connor] appeals to the Foucauldian notion of ‘heterotopia’ (the multiplication of centers of power and the dissolution of totalizing narratives) to underscore that the current ambiguity and uncertainty have intensified the issue of political legitimacy. The consequent crises of legitimacy are experienced everywhere, including*

*academia, where practitioners deal daily with structures of radical incommensurability of many types and sources” (DEAR, 2000: 37)<sup>70</sup>.*

Esse comentário geral e um tanto quanto impreciso aponta para um interesse sobre a idéia que ainda não foi plenamente saciado. Para avançar nesse sentido, iremos primeiramente apresentar a idéia de Foucault e a sua transposição para a Geografia, ressaltando as adaptações que foram feitas nesse processo. Em seguida, veremos que tipo de contribuições a noção de heterotopia pode oferecer à discussão de espaço público ao retirar a sua carga utópica e teleológica. Por último, voltaremos ao caso do Largo da Carioca para apresentar uma nova interpretação de sua publicidade e dos processos que estão em curso. Ao fazê-lo, esperamos com isso contribuir para uma nova interpretação da teoria dos espaços públicos dentro da Geografia.

#### **4.1 A ORIGEM DA IDÉIA DE HETEROTOPIA E A SUA ADAPTAÇÃO À GEOGRAFIA**

A origem e desenvolvimento da idéia de heterotopia remetem à concepção particular de espaço desenvolvida por Foucault, em especial aquela encontrada no texto “*Des espaces autres*”, de 1967, e no livro “*Les Mots et les choses*”, de 1966. Tal autor apresentava uma abordagem espacial que conferia uma interpretação mais plural da sociedade, levando em conta atores e fenômenos que anteriormente seriam descartados devido ao seu caráter marginal, inconstante e apolítico. Ao fazê-lo, Foucault destacava que o estudo das unidades espaciais e de suas dinâmicas diferenciadas poderia servir como uma forma de renovação da sociedade (FOUCAULT, 1966 e 2001; PHILO, 1992; RELPH, 1991).

É justamente nesse sentido que o autor opõe tempo e espaço nos dois textos citados. O espaço foi relacionado ao dinamismo social, às mudanças, aos confrontos de idéias e à eminência de novas representações. De acordo com o olhar de Foucault, o tempo, por sua vez, estaria atrelado à consolidação de significados e de narrativas, ganhando valor com a estabilidade,

---

<sup>70</sup> Tradução: “*Ele [Steven Connor] apela à noção foucauldiana de ‘heterotopia’ (multiplicação de centros de poder e dissolução de narrativas totalizantes) para chamar atenção que a ambigüidade e incerteza atuais intensificaram a questão da legitimidade política. As crises de legitimidade conseqüentes foram vivenciadas em toda parte, incluindo na academia, onde profissionais lidam diariamente com estruturas de incomensurabilidade radical de muitos tipos e fontes” (DEAR, 2000: 37).*

com a permanência dos arranjos de poder, com a associação de uma identidade dominante ao recorte temporal. (FOUCAULT, 1966 e 2001). É nesse sentido que Foucault afirma que:

*“L’époque actuelle serait peut-être plutôt l’époque de l’espace. Nous sommes à l’époque du simultané, nous sommes à l’époque de la juxtaposition, à l’époque du proche et du lointain, du côté à côté, du disperse. Nous sommes à un moment où le monde s’éprouve, je crois, moins comme une grande vie qui se développerait à travers le temps que comme un réseau qui relie des points et qui entrecroise son écheveau”* (FOUCAULT, 2001: 1571)<sup>71</sup>.

O provocativo trecho citado acima expõe as preocupações de Foucault com o déficit de teorização a respeito do espaço no final da década de 60. Durante essa palestra proferida em um congresso internacional de arquitetura, o orador chamou a atenção, por certas vezes diretamente, e por outras vezes de maneira implícita, para o fato de que a multiplicação das representações sociais no domínio urbano, associada à fragmentação, deveria nos levar a refletir de forma mais complexa sobre o espaço (FOUCAULT, 1966 e 2001).

É interessante ressaltar que essa abordagem espacial foi apresentada pelo autor em meio ao contexto de ebulição social que dominava a França no período. Entre os diversos movimentos sociais que se faziam visíveis nessa época, havia um clamor geral por uma nova sociedade, da qual se esperava que a maneira de se atribuir valor às representações urbanas alcançassem mudanças significativas. Nesse sentido, Foucault parecia acreditar que a transformação da sociedade Moderna não seria possível simplesmente através da troca de idéias realizada nos fóruns políticos pré-determinados, mas sim pela visibilidade que o espaço provia a demandas, necessidades e sentimentos que eram combatidos pelo Estado (FOUCAULT, 1966 e 2001; PHILO, 1992; RELPH, 1991).

Dessa forma, entre as preocupações que marcaram o debate, os usos e significados do espaço ganhavam destaque, e não apenas como objetos secundários, mas sim como focos de um amplo questionamento da acessibilidade e das hierarquias sociais. Foucault, como outros cientistas sociais, deixava entender que o tipo de espaço que se freqüentava traria elementos para explicar os interesses dos atores em questão. Em outras palavras, o espaço qualificaria

---

<sup>71</sup> Tradução: “A época atual será talvez, sobretudo, a época do espaço. Nós estamos na época do simultâneo, nós estamos na época da justaposição, na época do próximo e do distante, do lado a lado, do disperso. Nós estamos em um momento no qual o mundo se faz sentir, creio eu, menos como uma grande vida que se desenvolverá através dos tempos do que como uma rede que liga pontos e que entrecruza seus laços”. (FOUCAULT, 2001: 752).

em parte a ação, além de oferecer um substrato material (FOUCAULT, 1966 e 2001; PHILO, 1992; RELPH, 1991).

Poder e representação na cidade se tornavam então objetos de críticas, de considerações, de exigências sociais e ganhavam conseqüentemente maior repercussão nas esferas políticas institucionais. Em meio aos diferentes interesses que marcaram os anos 60 na França, acadêmicos de diversas áreas, movimentos sociais, políticos e outros atores discutiram a necessidade de um novo pacto social, com novos espaços de representação. Foucault, no entanto, acreditava que essa passagem para o domínio institucional reduzia parte da importância do espaço no processo de renovação da sociedade, na medida em que um novo controle social seria projetado em seus limites (FOUCAULT, 1966 e 2001; PHILO, 1992; RELPH, 1991).

Com isso, apoiados na abordagem de Foucault, podemos dizer que o verdadeiro desafio que o estudo do espaço deveria sugerir seria derivado da expansão e da transformação da esfera social e dos seus espaços. Foucault evitava a perspectiva da política institucional para não retornar ao ponto de início de sua análise, a maneira como se estabelece mecanismos de contenção social no período Moderno (FOUCAULT, 1966 e 2001; PHILO, 1992; RELPH, 1991; SOJA, 1993, 1995 e 2000).

O autor avaliava que as transformações no processo de construção física e simbólica do espaço colocavam as ciências sociais sob a necessidade de lidar com o que é fluido, multifacetado, temporário, móvel e/ou imaginário, abrindo toda uma gama de novas discussões que ainda hoje se mostram insuficientemente desenvolvidas. O autor opunha a sua abordagem ao espaço institucionalizado, politizado e ligado às identidades dominantes, ressaltando que o tipo de espaço que estava interessado não estava filiado à procura de uma ordem social estrita. A espacialidade presente na obra de Foucault poderia ser caracterizada por um estudo de representações sócio-espaciais que alterariam as relações de conhecimento e de poder na cidade (FOUCAULT, 1966 e 2001; PHILO, 1992; RELPH, 1991; SOJA, 1993, 1995 e 2000).

É a partir desse ponto de vista que o autor acrescenta que, em geral, a sociedade contemporânea ainda lida com o espaço de modo por demais rígido, como se as suas formas e significados fossem absolutamente consensuais. Foucault acredita que a inquietude

encontrada no espaço é gerada pelo confronto entre os princípios de controle social que as instituições públicas tentam projetar e a maneira como os atores sociais conferem sentido ao ambiente:

*“(...) je crois que l’inquietude d’aujourd’hui concerne fondamentalement l’espace (...) l’espace contemporain n’est peut-être pas encore entièrement désacralisé (...). Et peut-être notre vie est-elle encore commandée par un certain nombre d’oppositions auxquelles on ne peut pas toucher, auxquelles l’institution et la pratique n’ont pas encore osé porter atteinte: des oppositions que nous admettons comme toutes données: par exemple, entre l’espace privé et l’espace public, entre l’espace de la famille et l’espace social, entre l’espace culturel et l’espace utile, entre l’espace de loisirs et l’espace de travail (...)”*  
(FOUCAULT, 2001:1573)<sup>72</sup>.

Entre as oposições apresentadas por Foucault, destacamos a presença da noção de espaço público, que, segundo o autor, ainda se encontraria parcialmente “sacralizada” no Ocidente. Ao usar essa analogia metafísica, o autor se referia às resistências por parte das ciências sociais em admitir que os seus princípios, os seus objetos, os seus arranjos e os seus atores podem e devem mudar. Foucault ainda deixa entender que a quebra dessa resistência seria relevante para a definição de uma relação entre Estado e sociedade que não seria caracterizada pela oposição e pelo controle (FOUCAULT, 1966 e 2001; PHILO, 1992; RELPH, 1991; SOJA, 1993, 1995 e 2000).

Mais tarde, nos anos 80, Foucault revelou que as suas preocupações com o espaço foram criticadas, mas que teriam sido importantes em suas investigações: *“Reprovaram-me muito por essas obsessões espaciais, e elas de fato me obcecaram. Mas, através delas, creio ter descoberto o que no fundo procurava: as relações que podem existir entre poder e saber”* (FOUCAULT, 1990: 158). Para avaliarmos o valor dessa abordagem espacial de Foucault, analisaremos a seguir a sua idéia de heterotopia, e a maneira pela qual a mesma foi adaptada para o contexto do conhecimento geográfico (FOUCAULT, 1966 e 2001; PHILO, 1992; RELPH, 1991; SOJA, 1993, 1995 e 2000).

---

<sup>72</sup> Tradução: *“(...) eu acredito que a inquietude de hoje concerne fundamentalmente ao espaço (...) o espaço contemporâneo não está ainda inteiramente ‘dessacralizado’ (...). E talvez nossas vidas ainda estejam comandadas por um certo número de oposições que não podemos tocar, as quais a instituição e a prática ainda não ousaram atingir: oposições que nós admitimos como dadas, por exemplo, entre o espaço privado e o espaço público, entre o espaço da família e o espaço social, entre o espaço cultural e o espaço útil, entre o espaço de lazer e o espaço de trabalho (...)”* (FOUCAULT, 2001: 1571).

## A idéia de heterotopia

Foucault apresenta o seu interesse pela idéia de heterotopia ao procurar uma forma de classificação espacial que valoriza a presença de múltiplas representações conflitantes em uma mesma área. De acordo com o autor, existiriam certos espaços que, devido à concentração de atores e de significados, são caracterizados pela inversão, suspensão ou neutralização do seu ordenamento oficial (FOUCAULT, 1966 e 2001; PHILO, 1992; RELPH, 1991; SOJA, 1993, 1995 e 2000). Nas palavras do autor:

*“Mais ce qui m’intéresse, ce sont, parmi tous ces emplacements, certains d’entre eux qui ont la curieuse propriété d’être en rapport avec tous les autres emplacements, mais sur un mode tel qu’ils suspendent, neutralisent ou inversent l’ensemble des rapports qui se trouvent, par eux, désignés, reflétés ou réfléchis”* (FOUCAULT, 2001: 1574)<sup>73</sup>.

O autor complementa esse raciocínio ao colocar a heterotopia como sendo o sentido inverso da idéia de utopia. Se, como discutimos anteriormente, Foucault define a utopia como um “espaço irreal” (imaterial) que perpassa todos os outros, promovendo um arranjo harmônico de representações, a heterotopia, por sua vez, seria um espaço concreto no qual todas as representações se encontrariam presentes, causando contestações, fragmentações e inversões de regras devido aos seus conflitos internos (FOUCAULT, 1966 e 2001). Segundo Foucault:

*“Il y a également (...) des lieux réels, des lieux effectifs, des lieux qui sont dessinés dans l’institution même de la société, et qui sont des sortes de contre-emplacements, sortes d’utopies effectivement réalisées dans lesquelles les emplacements réels, tous les autres emplacements réels que l’on peut trouver à l’intérieur de la culture sont à la fois représentés, contestés et inversés, des sortes de lieux qui sont hors de tous les lieux, bien que pourtant ils soient effectivement localisables. Ces lieux, parce qu’ils sont absolument autres que tous les emplacements qu’ils reflètent et dont ils parlent, je les appellerai, par opposition aux utopies, les hétérotopies”* (FOUCAULT, 2001: 1574-1575)<sup>74</sup>.

---

<sup>73</sup> Tradução: “Mas os que me interessam entre todos os lugares são aqueles que possuem a curiosa propriedade de estar em relação com todos os outros lugares, mas de um modo tal que eles suspendem, neutralizam ou invertem o conjunto de relações que se acham designados e refletidos por eles” (FOUCAULT, 2001: 1574).

<sup>74</sup> Tradução: “Existem igualmente (...) lugares reais, lugares efetivos, lugares que foram desenhados pela própria instituição da sociedade, e que são tipos de contra-localizações, tipos de utopias efetivamente realizadas dentro das quais as localizações reais, todas as outras localizações reais que se pode achar no interior da cultura são simultaneamente representadas, contestadas e invertidas, tipos de lugares que se encontram fora de todos os lugares, ainda que, entretanto, eles sejam efetivamente localizáveis. Esses lugares,

De acordo com a obra Foucault, tais “espaços outros” seriam “localisáveis”, mas estariam fora de todas as outras espacialidades. O autor se refere ao fato de que nem a ordem pública, nem qualquer outra representação espacial ou significado é capaz de definir um arranjo coeso para o espaço heterotópico. Tal tipo de espaço seria marcado por superposições de espacialidades e por suas dinâmicas competitivas que se sucedem ao longo do tempo. Dessa forma, o espaço heterotópico não pode ser reduzido à questão da dominação e da influência que se associa ao debate da territorialidade (FOUCAULT, 1966 e 2001; PHILO, 1992; RELPH, 1991; SOJA, 1993, 1995 e 2000).

Um outro sinal dessa ausência de relações claras e duradouras de dominância que podem ser observadas na idéia de heterotopia está relacionada à desconstrução do discurso que sustenta e justifica a organização espacial. Segundo a análise de Foucault, a heterotopia impediria o ato de nomear um determinado objeto, o que necessariamente definiria uma relação de poder. É nesse sentido que Foucault apresenta a idéia de que a heterotopia quebra a estrutura comum da linguagem dominante, o que, de acordo com o autor, afastaria as “palavras e as coisas”. Nas palavras do autor:

*“Les hétérotopies inquiètent, sans doute parce qu’elles minent secrètement le langage, parce qu’elles empêchent de nommer ceci et cela, parce qu’elles brisent les noms communs ou les enchevêtrent, parce qu’elles ruinent d’avance la ‘syntaxe’, et pas seulement celle qui construit les phrases, — celle moins manifeste qui fait ‘tenir ensemble’ (à côté et en face les uns des autres) les mots et les choses” (FOUCAULT, 1966: 9)<sup>75</sup>.*

Ao fazê-lo, Foucault destaca que a heterotopia causaria efeitos não apenas sobre a ordem pública ou sobre um grupo identitário dominante: esse tipo de espaço causaria uma sensação de desconforto a todos aqueles que o vivenciam. Porém, Foucault destaca que o espaço heterotópico continua a ser freqüentado pelos indivíduos na medida em que sacia algum tipo de necessidade, ou então promove algum tipo de compensação aos indivíduos. Com isso, Foucault julgava positivo o papel das heterotopias para a renovação social, ainda que esta não

---

*como são absolutamente outros do que todas as localizações que eles refletem e das quais eles falam, eu os chamarei, em oposição às utopias, as heterotopias” (FOUCAULT, 2001: 1574-1575).*

<sup>75</sup> Tradução: “As heterotopias geram inquietação, sem dúvida, porque elas minam secretamente a linguagem, porque elas impedem a nomeação disto ou daquilo, porque elas quebram os nomes comuns ou os misturam desordenadamente, porque elas arruinam antes de tudo a ‘syntaxe’, e não apenas aquela que constrói as frases — mas sim aquela menos manifesta que ‘mantém em conjunto’ (ao lado e em frente uns aos outros) as palavras e as coisas” (FOUCAULT, 1966: 9).

ocorresse de forma ordenada (FOUCAULT, 1966 e 2001; PHILO, 1992; RELPH, 1991; SOJA, 1993, 1995 e 2000).

É nesse sentido que o autor apresenta a idéia de heterotopia como:

*“L’espace dans lequel nous vivons, par lequel nous sommes attirés hors de nous-mêmes, dans lequel se déroule précisément l’érosion de notre vie, de notre temps et de notre histoire, cet espace qui nous ronge et nous ravine est en lui-même aussi un espace hétérogène. Autrement dit, nous ne vivons pas dans une sorte de vide, à l’intérieur duquel on pourrait situer des individus et des choses. Nous ne vivons pas à l’intérieur d’un vide qui se colorerait de différents chatouements, nous vivons à l’intérieur d’un ensemble de relations qui définissent des emplacements irréductibles les uns aux autres”* (FOUCAULT, 2001: 1573-1574)<sup>76</sup>.

A entropia presente em tal espaço nos sinalizaria uma inadequação entre a maneira que imaginamos e utilizamos os espaços e as suas funções e seus sentidos originais. Assim, com as heterotopias, procuram-se os pontos de instabilidade no equilíbrio da vida social moderna, apontando necessariamente para mudanças, contradições e inversões da relação fundamental entre território e cidadania. As heterotopias se constituiriam em espaços em que a memória política e institucional não se apresentam de maneira decisiva, em espaços nos quais as classificações funcionais não se aplicam, em espaços nos quais as regras de convivência não são encontradas na civilidade e na polidez que são previstas no contrato social moderno.

Porém, a idéia de heterotopia de Foucault não teve a repercussão esperada nas ciências sociais dos anos 60 e 70 devido à falta de clareza nos seus princípios básicos e, sobretudo, nos exemplos usados. O autor apresentou seis princípios gerais que orientam a sua formulação intelectual, mas os exemplos utilizados de heterotopia não convenceram a todos da necessidade da criação de um novo conceito, pois os seus efeitos sobre a esfera social eram questionáveis e pequenos diante da maneira como a idéia foi desenvolvida por Foucault (FOUCAULT, 1990; GENNOCHIO, 1995; PHILO, 1992; RELPH, 1991; SOJA, 1993, 1995 e 2000).

---

<sup>76</sup> Tradução: “O espaço no qual nós vivemos, pelo qual nós somos atraídos para fora de nós mesmos, no qual se desenrola precisamente a erosão de nossa vida, de nosso tempo e de nossa história, esse espaço que nos corrói e nos marca é também um espaço heterogêneo. Dito de outra forma, nós não vivemos dentro de um tipo de vazio, no interior do qual se poderia situar os indivíduos e as coisas. Nós não vivemos no interior de um vazio que se coloriria de diferentes luzes refletidas, nós vivemos no interior de um conjunto de relações que definem localizações irreduzíveis frente às outras” (FOUCAULT, 2001: 1573-1574).

O primeiro princípio está ligado à admissão de que todas as culturas possuem heterotopias que tomam formas e sentidos diferentes, mas que poderiam ser observados através de dois tipos-ideais. Um desses tipos-ideais seria a heterotopia da crise, típica das sociedades primitivas, na qual indivíduos em situação de risco eram colocados a parte da sociedade, juntamente com outros indivíduos que não dividiriam necessariamente os mesmos valores. Foucault usa como exemplos deste tipo-ideal as casas de banho, os internatos, os asilos e as casernas, pois, de acordo com o autor, mulheres, crianças, idosos e jovens seriam colocados em isolamento para que sua fragilidade não fosse explorada por outros (FOUCAULT, 1966 e 2001; SOJA, 1993, 1995 e 2000).

O segundo tipo-ideal seria a heterotopia do desvio, na qual se encontrariam os indivíduos marginalizados ou incapacitados, citando a prisão, a feira e o hospital psiquiátrico como exemplos. Tais indivíduos seriam excluídos dos espaços públicos de maior prestígio por serem problematizadores da ordem e dos padrões de comportamento esperado. Ao associar a publicidade à homogeneidade, Foucault argumentava que a sociedade perderia sua força criadora e violaria os seus princípios democráticos, ao realizar um controle social efetivo (FOUCAULT, 1966 e 2001; SOJA, 1993, 1995 e 2000).

Em um segundo momento, Foucault avalia que, no curso da história, uma sociedade pode fazer funcionar de maneira diferente uma heterotopia existente, citando a heterotopia do cemitério como exemplo. Em seguida, Foucault estipula que toda heterotopia tem o poder de promover a justaposição de muitas representações espaciais incompatíveis em um mesmo lugar, oferecendo a heterotopia do teatro como forma resultante (FOUCAULT, 1966 e 2001; SOJA, 1993, 1995 e 2000).

O quarto princípio, por sua vez, se referiria ao fato de que as heterotopias estão normalmente ligadas a cortes temporais, pois exigem ruptura absoluta com o tempo habitual, fazendo com que Foucault separe as heterotopias que são acumuladoras de temporalidades, como a biblioteca, os museus e os arquivos, das heterotopias que, por outro lado, são ligadas ao que há de mais fútil, de mais precário, de mais passageiro, de mais festivo, na avaliação do autor. Estes seriam os casos das feiras, que se povoam de barracas, de objetos incomuns e de artistas populares algumas vezes ao ano (FOUCAULT, 1966 e 2001; SOJA, 1993, 1995 e 2000).

O princípio subsequente definiria as heterotopias como um sistema de aberturas e de fechamentos, que as coloca em situação de isolamento. Em geral, ou somos obrigados a adentrar um espaço heterotópico, como no caso da caserna e da prisão, ou então precisamos nos submeter a ritos de purificação, deixando claro que só poderíamos entrar em um espaço heterotópico com permissão e uma vez que teríamos cumprido um certo número de gestos (FOUCAULT, 1966 e 2001; SOJA, 1993, 1995 e 2000).

Como último princípio, Foucault supõe que todas heterotopias têm uma função, podendo esta ser, grosso modo, uma função de se constituir em um espaço da ilusão que denuncia outros espaços reais como ainda mais ilusórios; ou então a função de um espaço real criado e mantido sobre o mais alto grau de arrumação, realizada de forma absolutamente meticulosa, perfeita, tão bem engendrada quanto o nosso espaço é desordenado, mal administrado e confuso, que seria a heterotopia da compensação (FOUCAULT, 1966 e 2001; SOJA, 1993, 1995 e 2000).

Em resumo, entre as limitações da idéia de heterotopia que podem ser encontradas nos princípios Foucault, devemos necessariamente mencionar primeiramente que tal idéia estaria relacionada a um espaço fechado, um prédio, uma sala ou um terreno cujo acesso fosse minimamente controlado. Tal espaço seria composto pela combinação de atores, de elementos físicos e imateriais. Em oposição à idéia de publicidade da ciência política, esse espaço não ganharia significado pelo controle estatal, mas sim pelas dinâmicas sociais que ali se desenvolvem. Nesse espaço fechado, indivíduos de características heterogêneas estariam afastados da sociedade, voluntária ou involuntariamente, sendo forçados a interagir. Dessa interação resultaria uma forma ritualizada de se produzir o espaço que estaria em oposição ao modelo utópico moderno, trazendo novos elementos para a esfera social. Tais novos elementos, por sua vez, estariam ligados às necessidades, aos desejos e às visões de mundo que se encontrariam latentes na sociedade (FOUCAULT, 1966 e 2001; RELPH, 1991; SOJA, 1993, 1995 e 2000).

Entretanto, os exemplos citados por Foucault (a biblioteca, o cemitério, a caserna, o asilo e a feira, entre outros) foram duramente criticados pela sua incapacidade de se exprimir satisfatoriamente através dos princípios e do resumo de idéias relacionadas à heterotopia. A insistência de Foucault no uso de metáforas para orientar a reflexão espacial e do poder diminuía significativamente o poder explicativo de sua idéia. Afinal, por exemplo, em que

medida uma biblioteca seria um espaço “totalmente externo a todos os outros”? Como colocou Derrida (1971), por que tal espaço “não poderia ser nomeado” e como se poderia estudar um objeto que não pode ser identificado? Por que nossas vidas seriam “erodidas” pelo contato com um espaço desse tipo? E, principalmente, de que modo esse espaço “inverte, suspende, transforma ou nega a ordem”? (DE CAUTER, 2005; DEHANE, 2005; DERRIDA, 1971; GENNOCHIO, 1995; HARVEY, 1992 e 2000; SOJA, 1995).

É nesse sentido que Gennochio (1995) questionou o alcance da idéia de heterotopia através de dúvidas semelhantes. O autor chamou atenção para a dificuldade de sustentar a argumentação de Foucault dentro dos limites colocados pelo autor. Segundo Gennochio, a alternância do foco analítico de Foucault entre espaços concretos e imaterialidade também teria sido problematizada pelos exageros metafóricos do autor. Nas palavras de Gennochio:

*“How is it that we can locate, distinguish and differentiate the essence of this difference, this ‘strangeness’ which is not simply outlined against the visible? More specifically, how is it that heterotopias are ‘outside’ of or are fundamentally different to all other spaces, but also relate to and exist ‘within’ the general social space/order that distinguishes their meaning as difference? (...) Derrida insists that as we cannot hope to escape from, or think ‘outside’ of, that which underlies all of our knowledge and thought (...). We must undertake a critique from within” (GENNOCHIO, 1995: 38)<sup>77</sup>.*

Nesse mesmo espírito, Connor (1989) ressalta que a estranheza e o poder de transgressão da heterotopia nos termos de Foucault devem ser relativizados. No que tange a força caótica das narrativas em competição que Foucault julgava tornar a heterotopia de impossível de ser compreendida, Connor apresenta uma solução simples: *“Once such a heterotopia has been named (...) it is no longer the conceptual monstrosity which it once was, for its incommensurability has been in some sense bound, controlled and predicatively interpreted, given a centre and illustrative function” (CONNOR, 1989: 9)<sup>78</sup>.*

---

<sup>77</sup> Tradução: “Como é que nós podemos localizar, distinguir e diferenciar a essência dessa diferença, essa ‘estranheza’ que não se destaca simplesmente através do visível? Mais especificamente, como é que as heterotopias estão ‘do lado de fora’ ou são fundamentalmente diferentes de todos os outros espaços, mas também estão relacionados e existem ‘dentro’ da ordem social/espacial que distingue o seu significado como diferença? (...) Derrida insiste que nós não podemos esperar escapar, ou pensar ‘fora’ daquilo que sustenta todo o nosso conhecimento e pensamento (...). Nós temos que realizar a crítica de dentro” (GENNOCHIO, 1995: 38).

<sup>78</sup> Tradução: “Uma vez que a heterotopia foi nomeada (...) não é mais a monstrosidade conceitual que foi anteriormente, pois sua incomensurabilidade foi, em certo sentido, limitada, controlada e afirmativamente interpretada, dada uma função central e ilustrativa” (CONNOR, 1989: 9).

Apesar das críticas, Gennochio e Connor acreditam que a idéia de heterotopia é útil e importante para a compreensão das transformações pelas quais as cidades passam nos dias de hoje. Os autores ressaltam que as heterotopias funcionariam como “*counter-sites*”, como localidades que sinalizariam e concentrariam manifestações da vida social que progrediriam em sentido contrário ao da cidade. No entanto, ambos argumentam que é preciso conferir limites operacionais mais precisos para o termo. Afinal, se Foucault admite que a heterotopia poderia ser localizada, observada e compreendida, sem contar que sinalizaria em alguma medida uma denúncia de um arranjo sócio-espacial desigual, então esse seu conceito seria passível de um certo nível de mensurações e generalizações teóricas (DE CAUTER, 2005; DEHANE, 2005; DERRIDA, 1971; GENNOCHIO, 1995; HARVEY, 1992 e 2000; SOJA, 1995).

Devido a críticas semelhantes a essas citadas e também de outro sentido, relacionadas a disputas entre campos de conhecimento, Foucault não desenvolveu a idéia de heterotopia, deixando-a de lado e proibindo a publicação do texto até os anos 80. Foi sobretudo com o desdobramento das críticas pós-estruturalistas e pós-modernas que a idéia de heterotopia foi recuperada e vem ganhando maior interesse nos últimos anos. É deste ponto que parte o interesse geográfico pela abordagem espacial de Foucault e mais especificamente pela idéia de heterotopia. Nas palavras de Soja:

*“As contribuições de Foucault para o desenvolvimento da geografia humana crítica devem ser arqueologicamente desencavadas, pois ele enterrou sua virada espacial precursora em brilhantes volteios de discernimento histórico. (...) Suas observações mais explícitas e reveladoras sobre a importância relativa do espaço e do tempo, entretanto, aparecem não em suas grandes obras publicadas, mas sim, de maneira quase inócua, em suas palestras e, após algumas indagações persuasivas, em duas entrevistas reveladoras”* (SOJA, 1993: 24).

Com isso, é importante que fique claro que todos os esforços explicativos subseqüentes foram realizados por interpretações secundárias, nas quais autores de diferentes áreas procuravam definir limites mais precisos para a idéia de heterotopia. O que existe de comum entre estes é a admissão de que a idéia de heterotopia precisa de fundamentos mais claros para ser desenvolvida, sendo necessário, para tanto, diminuir o seu caráter metafórico e elaborar novos elementos analíticos (DE CAUTER, 2005; DEHANE, 2005; DERRIDA, 1971; FOUCAULT, 1966, 1984, 1990 e 2001; GENNOCHIO, 1995; GREGORY, 1994; HARVEY, 1992; SOJA, 1995).

No próximo item, colocamos em evidência a maneira pela qual a Geografia tomou interesse pela idéia de heterotopia e a associou a reflexões relativas à geografia urbana, à geografia política e à geografia cultural (DEAR, 2000; GREGORY, 1994; HARVEY, 1992 e 2000; LESS, 1997; LUSSAULT, 2003b; LUSSAULT & STASZAK, 2003; NORTH, 1999; RELPH, 1991; SOJA, 1993, 1995 e 2000).

### **A abordagem geográfica da idéia de heterotopia**

Na última década, diversos geógrafos demonstraram interesse em comentar e interpretar a idéia de heterotopia criada por Foucault. Muitos desses autores desenvolveram esse interesse ao procurar novas fontes de conhecimento para criticar os limites da geografia moderna, os seus vícios e os seus lugares-comuns. Outros foram além e identificam na idéia de heterotopia a possibilidade de se criar um novo mecanismo de avaliação das cidades, que se encontraria marcada pela pós-modernidade (DEAR, 2000; GREGORY, 1994; HARVEY, 1992 e 2000; LESS, 1997; LUSSAULT, 2003b; LUSSAULT & STASZAK, 2003; NORTH, 1999; RELPH, 1991; SOJA, 1993, 1995 e 2000).

Relph, por exemplo, define a idéia de heterotopia como:

*“(...) a space in which the drawing of definite centres, boundaries, and regularities is impossible. (...) Heterotopia is the geography that bears the stamp of our age and our thought – that is to say it is pluralistic, chaotic, designed in detail yet lacking universal foundations or principles, continually changing, linked by centreless flows of information. (...) it is marked by deep social inequalities. It renders doubtful most of the conventional ways of thinking about landscapes and geographical patterns”*(RELPH, 1991: 104-105)<sup>79</sup>.

Dear e Harvey, por sua vez, criticam brevemente essa mesma idéia em suas obras, pois, para os autores, tais “espaços de resistência e de liberdade” seriam por demais fugazes, e teriam como preço a desconstrução da modernidade e dos direitos humanos (HARVEY, 1992;

---

<sup>79</sup> Tradução: “(...) espaço no qual é impossível o desenho de centros, fronteiras e regularidades precisas. A heterotopia é a geografia que carrega a marca de nossa época e do nosso pensamento– o que quer dizer que é plural, caótica, desenhada em detalhes ainda que não possua fundações ou princípios universais, mudando continuamente, ligada por fluxos de informação sem centralidade. (...) está marcada por profundas desigualdades sociais. Torna duvidosa a maior parte dos modos convencionais de pensar as paisagens e os modelos geográficos” (RELPH, 1991: 104-105).

DEAR, 2000). Tais autores então reafirmariam um compromisso da Geografia com a ordem e com a política institucional ao argumentar que a lógica espacial do conceito de heterotopia de Foucault não traria nada de positivo para a reorganização da sociedade. Como colocou Harvey:

*“Unfortunately, the concept cannot so easily escape the freight of utopias more generally (perhaps this is why Foucault refused to elaborate on the concept and even tacitly reneged on it in his Discipline and Punishment). It presumes that connections to the dominant social order are or can be severed, attenuated or, as in prison, totally inverted. The presumption is that power/knowledge is or can be dispersed and fragmented into spaces of difference. It presumes that whatever happens in such spaces of ‘otherness’ is of interest and even in some sense ‘acceptable’ or ‘appropriate’. (...) What appears at first sight as so open by virtue of its multiplicity suddenly appears either as banal (an eclectic mess of heterogeneous and different spaces within which anything ‘different’ – however defined – might go on) or as a more sinister fragmentation of spaces that are closed, exclusionary, and even threatening within a more comprehensive dialectics of historical and geographical transformation. The concept of heterotopia has the virtue of insisting upon a better understanding of the heterogeneity of space but it gives no clue as to what a more spatiotemporal utopianism might look like. Foucault challenges and helps destabilize (...) but provides no clue as to how any kind of alternative might be constructed” (HARVEY, 2000: 184-185)<sup>80</sup>.*

Nesse contexto, Harvey e Dear avaliam que a contribuição de uma reflexão sobre a ordem espacial deve ser condicionada pela sua possibilidade de aplicação à estrutura social, ou ao menos a uma teoria que possa ser relacionada a essa última. A idéia de heterotopia seria então descartada por esses autores devido as suas pequenas possibilidades de se converter em uma ferramenta para a política. Acreditamos que a concepção de Harvey e de Dear se mostra apressada no que diz respeito a um conceito que ainda está sendo adaptado à discussão

---

<sup>80</sup> Tradução: *“Infelizmente, o conceito não consegue escapar tão facilmente da carga da utopia em um nível mais geral (talvez seja essa a razão pela qual Foucault não continuou a elaborar o conceito e até o renegou tacitamente em Vigiar e Punir). Tal conceito presume que conexões com a ordem social dominante podem ou são rompidas, atenuadas ou, como na prisão, totalmente invertidas. A presunção é que poder/conhecimento podem ser dispersos e fragmentados em espaços da diferença. Presume que, seja lá o que acontece em tais espaços de ‘alteridade’, é de interesse e, em certo sentido, é até mesmo ‘aceitável’ ou ‘apropriado’. (...) O que parece ser a primeira vista tão aberto por sua virtude ou multiplicidade repentinamente parece como banal (uma confusão eclética de espaços heterogêneos e diferentes dentro do qual qualquer coisa ‘diferente’ – embora definida – pode ocorrer) ou como uma fragmentação mais sombria de espaços que são fechados, exclusivos, e até ameaçadores dentro de uma dialética mais inclusiva da transformação histórica e geográfica. O conceito de heterotopia tem a virtude de insistir sobre uma melhor compreensão da heterogeneidade do espaço, mas não dá pistas sobre o que um utopismo espaço-temporal deve parecer. Foucault desafia e ajuda desestabilizar (...) mas não dá evidências de como qualquer tipo de alternativa deve ser construída” (HARVEY, 2000: 184-185).*

geográfica. Também argumentamos que o conhecimento geográfico deve ser composto de estudos que apontam para lógicas de localização e distribuição de fenômenos, ainda que, por vezes, esses fenômenos possam apontar para direções opostas aquelas que caracterizam o pensamento moderno.

Nesse sentido, preferimos destacar as obras de Soja (1993, 1995 e 2000) e Gregory (1994), que chamaram atenção para o papel que os espaços heterotópicos cumpriam na superação do olhar moderno sobre o espaço urbano. Em suas palavras, a heterotopia se constituiria em espaços de resistência às diversas formas da racionalidade instrumental moderna. Nas palavras de Gregory:

*“Foucault’s analysis of these specific rationalities underwrote a conception of resistance that depended in its turn on the reactivation of local knowledges and their enlistment in struggles against specific techniques of power. The discussion of ‘heterotopias’ (...) is intimately involved with the discovery of these sites of contestation and, so it seems to me, is a constitutive dimension of any possible ‘politics of space’. If these struggles are localized, however, Foucault was nevertheless able to identify a common objective: the subversion of a specifically modern technique of power” (GREGORY, 1994: 297)<sup>81</sup>.*

Entre os autores que tentaram adaptar a idéia de heterotopia para o contexto do conhecimento geográfico, ressaltamos em especial a contribuição de Edward Soja. O autor foi o primeiro entre os geógrafos a trabalhar sistematicamente tal idéia<sup>82</sup>, por mais que Harvey tenha feito alusão anteriormente. Além disso, a referência ao trabalho de Soja é obrigatória em todos os trabalhos sobre tema, mesmo aqueles que não estão ligados à geografia (DEAR, 2000; GREGORY, 1994; HARVEY, 1992 e 2000; LESS, 1997; LUSSAULT, 2003b; LUSSAULT & STASZAK, 2003; NORTH, 1999; RELPH, 1991; SOJA, 1993, 1995 e 2000).

De modo inicial, Soja avalia a idéia de heterotopia de Foucault como:

---

<sup>81</sup> Tradução: “A análise de Foucault dessas racionalidades específicas conferia as bases de uma concepção de resistência que dependia por sua vez da reativação de conhecimentos locais e o seu engajamento em lutas contra técnicas específicas de poder. A discussão das ‘heterotopias’ (...) está intimamente envolvida com a descoberta dessas localidades de contestação e, me parece, é uma dimensão constitutiva de qualquer ‘política do espaço’ possível. Entretanto, mesmo se essas lutas são localizadas, Foucault foi capaz de identificar um objetivo comum: a subversão de uma técnica de poder especificamente moderna” (GREGORY, 1994: 297).

<sup>82</sup> O capítulo de livro escrito por Soja publicado em 1995 sobre as heterotopias havia sido lançado anteriormente na revista *Strategies*, em 1990. Harvey já teria mencionado a heterotopia em alguns trechos do seu livro *A condição pós-moderna*, de 1989, mas o foco de sua análise não era a obra de Foucault, deixando pouco espaço para o debate dessa idéia.

*“(…) part of the presuppositions of social life. He [Foucault] saw them as ‘something like counter sites’ (...) in which real sites, all the other real sites that can be found within the culture are simultaneously represented, contested, and inverted. (...) These curious sites are socially constructed but they simultaneously recreate and reveal the meaning of social being. Conventional formal descriptions of them (...) tend to miss their meaning, hide the revealing tensions and contradictions that exist between them and all other sites” (SOJA, 1995: 14)<sup>83</sup>.*

Soja trouxe essa construção intelectual da heterotopia para aquilo que ele toma como a vanguarda do conhecimento geográfico da atualidade, o estudo da espacialidade pós-moderna. Para tanto, Soja esperava utilizar tal idéia de Foucault para compreender os “espaços outros” que se mostravam em formação nas cidades, se diferenciando dos modelos e dos padrões de espacialidade que foram dominantes durante a Modernidade (SOJA, 1993; SOJA, 1995 e 2000). O autor inicia as suas reflexões afirmando que o espaço heterotópico não pode ser dissociado dos significados e representações sociais que ali se desenvolvem, se constituindo em um conjunto de relações espaciais concretas e imateriais. Em suas palavras:

*“O espaço heterogêneo e relacional das heterotopias de Foucault não é nem um vazio desprovido de substância, a ser preenchido pela intuição cognitiva, nem um repositório de formas físicas a ser fenomenologicamente descrito em toda a sua resplandecente variabilidade. Trata-se de um espaço outro, (...) a espacialidade efetivamente vivida e socialmente criada, simultaneamente concreta e abstrata, a contextura das práticas sociais. É um espaço raramente visto, pois tem sido obscurecido por uma visão bifocal que, tradicionalmente, encara o espaço como um constructo mental ou como uma forma física” (SOJA, 1993: 26).*

Tal afirmativa se trata de uma precaução diante dos vícios de interpretação geográfica que, muitas vezes, separaram ou conferiram valores distintos à concretude e à abstração em suas análises. Soja deixa claro que a idéia de heterotopia pressupõe a conexão entre essas duas dimensões, ainda que os conflitos e desconfortos que lhe são peculiares fujam aos padrões de normalidade. Dessa forma, o autor é mais enfático do que Foucault na definição de uma

---

<sup>83</sup> Tradução: “(...) parte de pressupostos da vida social. Ele [Foucault] as via como ‘algo como contra-localidade’ (...) nas quais todas as outras localidades reais que poderiam ser encontradas na cultura são simultaneamente representadas, contestadas e invertidas. (...) Essas localidades curiosas são socialmente construídas, mas simultaneamente recriam e revelam o significado da existência social. Descrições formais convencionais dessas heterotopias (...) tendem a perder os seus significados, esconder as tensões e contradições reveladoras que existem entre elas e todas as outras localidades” (SOJA, 1995: 14).

heterotopia e em seu caráter espacial, deixando pouca margem às críticas sobre o uso de metáforas.

A natureza de um espaço heterotópico deve ser expressa a partir da maneira pela qual formas, comportamentos e significados se combinam de modo atípico para formar uma espacialidade distinta daquelas previstas pela lei e pelos hábitos politicamente aceitos (DEAR, 2000; GREGORY, 1994; HARVEY, 1992 e 2000; LESS, 1997; LUSSAULT, 2003b; LUSSAULT & STASZAK, 2003; NORTH, 1999; RELPH, 1991; SOJA, 1993, 1995 e 2000).

Soja se apropria dessa formulação de Foucault e a amplia, propondo que as heterotopias devam ser interpretadas como ferramentas analíticas para o estudo das cidades fragmentadas da atualidade. Para avançar nesse sentido, o autor argumenta que a idéia de heterotopia aponta para mais do que uma unidade espacial concreta, fechada e com funções sociais bem-definidas, como é o caso das prisões e dos hospitais psiquiátricos. Soja defende que a heterotopia poderia ser transposta para as reflexões do ordenamento espacial, do planejamento urbano e das representações sócio-espaciais (SOJA, 1993; SOJA, 1995 e 2000).

É preciso dizer que, segundo a idéia de Foucault, tal interpretação de Soja seria um tanto quanto problemática, uma vez que a idéia da heterotopia residiria em algo que deveria fugir da normalidade, do convencional, do regrado e do cotidiano. De acordo com Foucault, as heterotopias ocorreriam quase sempre em espaços fechados, para garantir um certo grau de isolamento que afaste a possibilidade do controle social por parte do Estado. Nessa linha de raciocínio, o espaço público seria, via de regra, o oposto da heterotopia, ou seja, uma utopia que não se alcança jamais.

Porém, assim como Gregory (1996), Relph (1991) e outros teóricos da pós-modernidade, Soja argumenta que a crise dos espaços públicos da atualidade está relacionada à ausência e/ou a fraqueza dos fóruns institucionais de renovação social, salientando que outros padrões de produção espacial surgiriam para substituir os antigos (SOJA, 1993; SOJA, 1995 e 2000). De acordo com Soja:

*“(...) even the familiar modernist images are themselves being displaced by an entirely new set of time-eroding simulations, forcing the past into the heterochrony of the present. (...) Perhaps this is also when the power of place is neutralized or inverted (...) into places of*

*power; and, writ larger, when nearly all of modern history is forcefully collapsed into a contemporary, postmodern geography” (SOJA, 1996: 19)<sup>84</sup>.*

Assim, a cidade moderna é o pano de fundo apresentado por Soja para o estudo da heterotopia como fenômeno de erosão das relações sócio-espaciais. De acordo com o autor, a eminência do Estado Moderno haveria diminuído significativamente o papel dos espaços urbanos como mediadores da política, tendo os seus fenômenos passados a um plano secundário. Soja avalia que, nesse processo, seria aberto caminho para uma transformação do espaço urbano e das representações que aí têm lugar, que ganhariam novos sentidos e novas forças. Nesse sentido, o espaço público seria justamente aquilo que estaria em jogo.

Nas palavras do autor:

*“In the modern world, the primary scale of surveillance and adherence, of citizenship and politics, shifted dramatically from the city to the state, recentering the locus of power outside the direct gaze of the citadels and into a more invisible process of ‘normalization’ that pervades patriotic allegiance and representative rather than participatory democracy. It is no surprise then to find modern political theory and critical social science abandoning its roots in the polis and denying the specificity of the city, its centrality as an object of knowledge. The discourse on power and knowledge in the constitution of society continues to acknowledge that things took place **in** cities (an unavoidable though inconsequential coincidence) but were not (or no longer) **of** the cities, directly imbricated in the urban. For the past century, at least, the urban become epiphenomenal to the constitution of modern societies and the making of modern history” (SOJA, 1995: 29)<sup>85</sup>.*

---

<sup>84</sup> Tradução: “(...) mesmo as imagens modernistas familiares estão sendo substituídas por um conjunto de simulações que erodem o tempo, forçando o passado a se converter na heterocronia do presente. (...) Como Foucault notou, a heterotopia começa a funcionar na sua capacidade máxima quando chega a um tipo de quebra com o seu tempo tradicional. Talvez isso seja também quando o poder do lugar é neutralizado ou invertido em lugares do poder, e (...) quando toda a história moderna entra forçosamente em colapso, em uma geografia pós-moderna e contemporânea” (SOJA, 1996: 19).

<sup>85</sup> Tradução: “No mundo moderno, a escala primária de vigilância e aderência, de cidadania e política, mudou dramaticamente da cidade para o Estado, re-centrando o locus do poder fora do olhar direto das cidadelas e mais no processo invisível de ‘normalização’ que permeia o devotamento patriótico e a democracia representativa, ao invés da democracia participativa. Não é surpresa então descobrir que a teoria política moderna e ciência social crítica estão abandonando suas raízes na polis e negando a especificidade da cidade, sua centralidade como objeto de conhecimento. O discurso sobre poder e conhecimento para a constituição da sociedade continua a reconhecer que as coisas tomam lugar na cidade (uma coincidência inevitável, mas sem conseqüências), mas não eram (ou não mais) das cidades, diretamente imbricadas com o urbano. No último século, ao menos, o urbano se tornou epifenomenal em relação à constituição de sociedades modernas e a construção da história moderna” (SOJA, 1995: 29).

Nessa mesma linha de raciocínio, Soja afirma que o espaço público teria sido em grande parte dissociado das representações sociais, fato que se tornou ainda mais notável uma vez que o ordenamento espacial da Modernidade se caracterizava pelas separações funcionais. Com isso, Soja sugere que as relações entre política, cidadania e espaço urbano teriam se enfraquecido e se distanciado das manifestações da sociedade. Progressivamente, Estado e sociedade teriam desenvolvido as suas dinâmicas em direções opostas, e não em sentido convergente, como exigiria o bom-funcionamento da democracia (SOJA, 1993; SOJA, 1995 e 2000).

É nesse sentido que o autor toma como base de seu discurso a constatação de que os espaços públicos da atualidade vêm sendo invadidos por representações sócio-territoriais. Para Soja, a multiplicação dessas representações gera novos significados para o espaço público, que passaria a ser visto como fonte de insegurança por uma grande parte da população. O desconforto causado pela vivência desse espaço seria derivado, de acordo com o autor, da heterogeneidade social que aí tem lugar e de um ceticismo em relação à política institucional em geral (SOJA, 1993, 1995 e 2000).

Nesse processo, Soja argumenta que o espaço público pode se tornar heterotópico na medida em que o Estado se omite em relação ao ordenamento espacial e a sua dinâmica política, deixando que as representações sócio-espaciais se desenvolvam livremente e se organizem de forma conflituosa umas com as outras. Com isso, Soja acredita que o poder de erosão de uma espacialidade heterotópica vem se expandindo e ganhando maior representatividade dentro do espaço urbano na medida em que o espaço público se encontra em crise (SOJA, 1993, 1995 e 2000). Soja argumenta que: *“Foucault concentrou nossa atenção numa outra espacialidade da vida social, num ‘espaço externo’ – o espaço efetivamente vivido (e socialmente produzido) dos locais e das relações entre eles”* (SOJA, 1993: 25).

Para esclarecer como o autor interpretou esta possibilidade de expansão da heterotopia nos espaços públicos sem que essa perdesse o seu caráter marginal e atípico, nos deteremos mais demoradamente na maneira em que Soja redimensionou a idéia de Foucault. De início, é preciso deixar claro que Soja faz tal afirmação por acreditar que as heterotopias são capazes de expressar certas conseqüências da atual “compressão do tempo e do espaço”, ou seja, estas últimas destacariam que a introdução de novas tecnologias de comunicação, as transformações no mundo do trabalho e a diminuição do poder identitário dos Estados-Nação

alteram as dinâmicas sócio-espaciais de maneira intensa, criando novas relações sociais, condicionadas a arranjos espaciais também diferentes (SOJA, 1993, 1995 e 2000).

Em poucas palavras, Soja parece acreditar que a aceleração do tempo e a criação de mecanismos para controlá-lo vêm gerando as condições ideais para o aparecimento de novas heterotopias: a tentativa de estabelecer um ritmo da vida que pudesse ser avaliado simplesmente por uma posição no espaço e pelo seu comportamento previsto no planejamento (espaço do trabalho, espaço do transporte, a casa) geraria então contradições, sentimentos e demandas sociais que iriam, em grande parte, contra a própria expressão deste plano de controle. Desses focos de instabilidade e de insurgência, emergiriam tanto os movimentos políticos formais, quanto uma série de localidades que tomam sentidos através dos seus usos sociais não-regulados, e, por último, certos estabelecimentos públicos de controle do que é convencionalizado como desviante na sociedade em questão (SOJA, 1993, 1996 e 2000).

Soja se refere em especial à cidade de Los Angeles, que sempre se constituiu na base de suas argumentações, ainda que o autor admitisse que as dinâmicas que descrevia seriam interessantes e pertinentes às reflexões de outras cidades e de outros países. A cidade de Los Angeles, porém, possuía uma concentração de características que a tornavam bastante curiosa para uma análise das relações de poder e de significados (SOJA, 1993, 1996 e 2000).

De acordo com Soja, trata-se de uma cidade que sempre concentrou uma grande diversidade de grupos étnicos em seus limites (latinos, negros, asiáticos). Esta cidade sempre teve também uma grande importância estratégica do ponto de vista logístico, uma vez que se constituía em um centro de referências e de comutação no que se refere às viagens a costa do pacífico dos EUA. Los Angeles também seria marcada pela presença da indústria de entretenimento de Hollywood, pela concentração de edifícios públicos, pelas forças de segurança privada e pelo aparato militar que protege a Costa Oeste norte-americana. Por último, Soja chama atenção para o centro da cidade de Los Angeles, que se constitui em um foco muito antigo de povoamento, de conflitos étnicos, de movimentos sociais, de manifestações políticas e de festividades que, segundo a sua avaliação, são capazes de, em muitos sentidos, resumir os fenômenos mais importantes da vida social e política norte-americana (SOJA, 1993, 1996 e 2000).

Mais do que isto, ainda que os fenômenos observados em Los Angeles não se repetissem todos em outras cidades, Soja acredita que a cidade se constitui em um verdadeiro laboratório, no qual se pode analisar possíveis desdobramentos futuros da vida urbana. Para sustentar estas afirmações, o corte temporal de referência dos trabalhos de Soja se encontra nas mudanças que puderam ser observadas a partir do início da década de 90. É a partir dos eventos que ganharam visibilidade neste período que o autor parte em direção a elaboração de novas bases para se compreender a organização do espaço na atualidade.

Entre os casos existentes de heterotopia na cidade de Los Angeles, Soja escolheu como exemplo privilegiado de sua análise a Praça de *El Pueblo de Nuestra Señora la Reina de Los Angeles*. Tal localidade teria sido escolhida devido a sua importância histórica e política para diversos atores sociais norte-americanos. Nas palavras do autor:

*“(...) El Pueblo de Nuestra Señora la Reina de Los Angeles, the urban birth-place of the regional metropolis and now an historic park, state monument, and tourist mecca. (...) There are many histories and heterotologies to be plumbed at El Pueblo, for it is as deeply and deceptively charged with cultural and political meaning as any other place in the region”* (SOJA, 1995: 26)<sup>86</sup>.

O autor revela que a heterotopia de *El Pueblo* é fruto de um longo processo de apropriações, mudanças de significado, construção de novos objetos, alterações de funções e chegada de novos atores. Essa praça que foi o ponto zero da colonização da região em que hoje se encontra a metrópole teria sua importância aumentada devido à sua posição estratégica no centro da Costa Oeste norte-americana, dando acesso ao Oceano Pacífico e justificando os esforços da produção desse espaço. Dessa forma, marcos identitários distintos, objetos espaciais variados e significados superpostos teriam tornado a praça de *El Pueblo* um marco físico e simbólico para a cidade de Los Angeles (SOJA, 1993, 1996 e 2000).

Supostamente, esta praça teria sido o sítio no qual, durante décadas, um pequeno rancho teria concentrado algumas centenas de pessoas, marcando os limites ao norte do povoamento mexicano durante o século XVIII. Mais tarde, com a expansão da colonização norte-americana rumo ao oeste do país durante o século XIX, esta situação mudou, tendo passado a

---

<sup>86</sup> Tradução: *“(...) El Pueblo de Nuestra Señora La Reina de Los Angeles, a terra natal urbana da metrópole regional e agora um parque histórico, monumento do Estado, e Mecca turística. (...) Existem muitas histórias e heterotologias a serem reveladas em El Pueblo, pois está tão profundamente e enganosamente carregada com significados culturais e políticos quanto qualquer outro lugar da região”* (SOJA, 1995: 26).

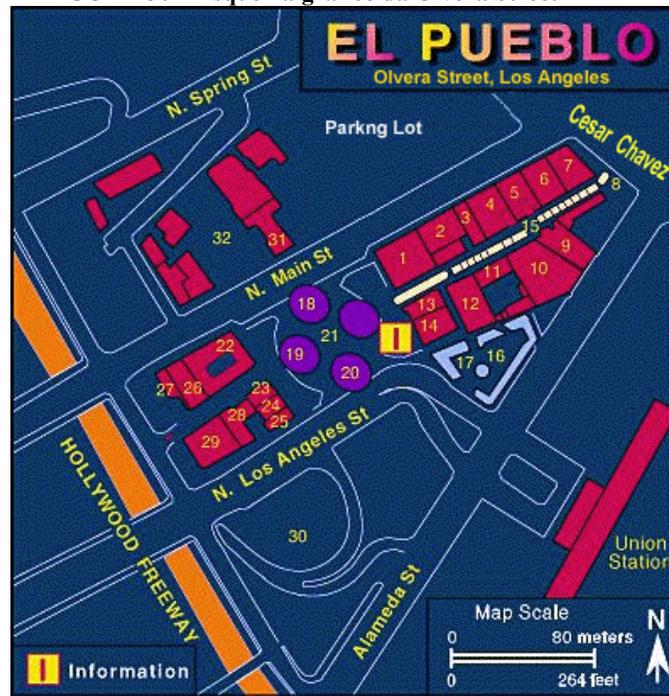
cidade ao controle dos EUA. No entanto, a centralidade desta praça foi mantida mesmo com a passagem do poder de governo ao domínio norte-americano, se tornando o centro de manifestações políticas e de conflitos étnicos de importância para a história americana.

Soja cita, por exemplo, o massacre de 20 indivíduos de origem asiática no ano de 1871, assim como uma série de manifestações em defesa de avanços na democracia para o México, e também uma série de atos políticos congregando os trabalhadores socialistas norte-americanos. Após a Grande Depressão de 1929, no entanto, este espaço viria a ser administrado e cuidado mais de perto por parte do governo, tentando conferir uma maior participação e controle do Estado no ordenamento das manifestações que ali teriam lugar. Portanto, quando Soja faz alusão a esta praça *Del Pueblo*, estaria se referindo a um lugar simbólico da misturas de culturas (orientais, negros, latinos e brancos) que formaria a sociedade norte-americana, sendo no passado palco de celebrações e de protestos que caracterizam a sua publicidade (SOJA, 1996).

A partir da construção de um parque temático que teria sido criado nos anos 30, nota-se um processo de “disneyficação” desse espaço, tornando-o, segundo a avaliação de Soja, uma área de segregação sócio-econômica. Ainda de acordo com Soja, o “mercado mexicano” que se encontra agora na *Olvera Street* que passa junto a praça *Del Pueblo* tenderia a estetizar a diversidade étnica da cidade e incidiria em problemas graves ao ignorar uma série de problemas relativos a constituição desse espaço e a maneira como esta localidade se tornou simbólica na luta contra o preconceito étnico ao longo da história, gerando inclusive protestos de grupos de defesa dos direitos de minorias nos EUA (FIGURA 30).

De fato, na imagem encontrada no *site* que promove este mercado popular, encontram-se identificados lojas e pontos turísticos que são selecionados de acordo com o seu valor comercial, enquanto outros que teriam uma significação histórica, política e identitária seriam deixados de fora, segundo a avaliação de Soja. Além disso, para tornar este projeto de estetização ainda mais problemático, Soja aponta que a praça *Del Pueblo* e suas redondezas seriam marcadas também pela presença de moradores de rua e de comerciantes informais que disputam igualmente o direito de representação sobre aquele mesmo espaço, ao tomá-lo como seu verdadeiro lócus de sobrevivência que, em suas opiniões, não deveria ser cercado a um grupo social específico e nem a um uso restrito (SOJA, 1995).

FIGURA 30 – Esquema gráfico da Olvera Street



Fonte: [http://www.olvera-street.com/html/olvera\\_street.html](http://www.olvera-street.com/html/olvera_street.html)

- |                                       |                                    |
|---------------------------------------|------------------------------------|
| 1 Simpson/Jones Buildings (1894)      | 17 Indian Garden (1986)            |
| 2 Jones Building (late 1880s)         | 18 Felipe de Neve Statue           |
| 3 Machine Shop (1910-20)              | 19 Founder's Plaque                |
| 4 Sepulveda House (1887)              | 20 King Carlos III of Spain Statue |
| 5 Pelanconi House (1855-57)           | 21 Plaza (1825-1830)               |
| 6 Hammel Building (1909)              | 22 Pico House (1869-70)            |
| 7 Italian Hall (1907-08)              | 23 Hellman/Quon Building (1900)    |
| 8 Water Trough (1930)                 | 24 Hellman/Quon Building (1900)    |
| 9 El Pueblo Art Gallery               | 25 Fire House Museum (1884)        |
| 10 Old Winery (1870-1915)             | 26 Merced Theater (1870)           |
| 11 Avila Adobe (1818)                 | 27 Masonic Hall (1858)             |
| 12 Plaza Substation (1903-04)         | 28 Turner Building (1960)          |
| 13 Plaza Methodist Church (1925-1926) | 29 Garnier Building (1890)         |
| 14 Biscailuz Building (1925-26)       | 30 Public Park                     |
| 15 Olvera Street Shops                | 31 La Placita Church (1818-22)     |
| 16 Placita de Dolores (1979)          | 32 Site of Campo Santo (1826-44)   |

Ao longo de quase três séculos, esse marco físico e simbólico da cidade de Los Angeles teria se transformado em um espaço público caracterizado por manifestações políticas de grupos marginalizados de imigrantes e de socialistas. A idéia de se apropriar politicamente dessa localidade era fazer uso da simbologia do *melting pot* que confere sentido à cultura americana. Mais claramente, ao clamar por poder e benefícios para grupos excluídos na praça de *El Pueblo*, mexicanos, asiáticos, porto riquenhos e operários socialistas, entre outros atores, procuravam realizar uma denúncia das fraquezas da ordem pública americana, que alimentaria um sonho de integração social que não era nunca atingida (SOJA, 1993, 1996 e 2000).

Como apresentou Soja a respeito da configuração espacial da Praça de *El Pueblo* no século XX:

*“Over the next century [XXth], the Plaza and the La Placita church, along with the few remaining sites of the Californios, functioned like Foucault’s mirror in the formation of urban consciousness, a sort of mixed, joint experience, at once utopia and heterotopia. Until the onset of the Great Depression, the Plaza sheltered free-speech rostrums that spawned Mexican revolutionaries struggling against dictatorship in their homeland and American socialist workers fighting for empowerment closer by. Today la Placita provides sanctuary for the homeless and for political refugees from Central America, resisting efforts to expel them from the center of the city. El Pueblo thus survives as a residual gathering space for political and cultural assertion, commemorating not so much the original colony as a much larger expressive heritage that continues to be eaten away by the explosive growth of the metropolis around it” (SOJA, 1995: 27)<sup>87</sup>.*

O autor se apressa em especificar que o sentido da heterotopia da Praça de *El Pueblo* vai além da celebração das diversas tradições que eram típicas de grupos étnicos e de suas terras de origem, mas que as dinâmicas desses atores estariam relacionadas à interação com outros grupos. Mais do que a garantia da exclusividade territorial de uma identidade, segundo Soja, os atores sociais dessa localidade defendiam o direito as múltiplas representações. Dessa

---

<sup>87</sup> Tradução: “Durante o século seguinte [XX], a praça e a Igreja de La Placita, juntamente com os lugares restantes dos Californios, funcionou como o espelho de Foucault para a formação da consciência urbana, um tipo de experiência que mistura ao mesmo tempo utopia e heterotopia. Até o começo da Grande Depressão, a praça abrigava tribunas de livre discurso que difundiram revolucionários mexicanos que lutavam contra a ditadura em seu país de origem e trabalhadores socialistas americanos lutando por ganho de poder. Hoje La Placita provê santuário para a população de rua e para refugiados políticos da América Central, resistindo aos esforços para expulsá-los do centro da cidade. El Pueblo sobrevive então como espaço residual de reunião para auto-afirmação política e cultural, comemorando nem tanto a colônia original quanto a mais importante herança que continua a ser consumida pelo crescimento explosivo da metrópole em volta” (SOJA, 1995: 27).

forma, a acumulação histórica de espacialidades que aconteceu em *El Pueblo* se caracterizaria por uma combinação de usos político-sociais desse espaço. Porém, ainda de acordo com as idéias de Soja, a herança perdeu terreno com a expansão da cidade moderna de Los Angeles, que tornaria homogêneo tal espaço de representação (SOJA, 1993, 1996 e 2000).

De acordo com o autor, as resistências que atores sociais como imigrantes e a população de rua de Los Angeles exercem sobre a organização espacial de *El Pueblo* se constituem nas forças que modelam as espacialidades dessa área. Nesse sentido, para Soja, utopia e heterotopia se encontrariam lado a lado nessa localidade: enquanto os atores sociais excluídos ficariam concentrados na Praça de *El Pueblo*, promovendo dinâmicas conflituosas e conferindo sentidos heterodoxos aos objetos espaciais, a área comercial que se encontra em sua volta teria cedido a uma morfologia homogênea e a um controle social forte, tal qual um shopping center. Nas palavras de Soja:

*“Looking back, El Pueblo has been the primordial urban palimpsest of the city of Angels, prepared from its origins to be written upon and erased over and over again in the evolution of public consciousness and civic imagination. In Foucauldian terms, it resembles that ‘new kind of temporal heterotopia’ which combines the fleeting time of the festival site of vacation village with the indefinitely accumulating time of the museum or library. As such, like Disneyfied descendants, it simultaneously serves to abolish history and culture and to discover them anew in ‘other spaces’”* (SOJA, 1995: 27-28)<sup>88</sup>.

A idéia dos palimpsestos resumiria a maneira pela qual Soja interpreta o efeito da heterotopia sobre a ordem pública: o desligamento entre a esfera social e a política estimularia o desenvolvimento de apropriações e de discursos que se sobreporiam ao espaço institucionalizado. Com isso, os objetos espaciais perderiam coerência entre si, os atores se colocariam em oposição e a política perderia a sua força coesiva. Finalmente, o espaço público se encontraria em movimento constante, não contando, de um lado, com a força de

---

<sup>88</sup> Tradução: “Olhando retrospectivamente, *El Pueblo* foi o palimpsesto urbano primordial da ‘City of Angels’ [referência à cidade de Los Angeles], preparada desde a sua existência para ser escrita e apagada seguidamente durante a evolução da consciência pública e da imaginação cívica. Nos termos de Foucault, parece aquele ‘novo tipo de heterotopia temporal’, que combina o tempo banal do sítio festivo das cidades turísticas com o tempo indefinidamente acumulado dos museus ou das bibliotecas. Desta forma, como descendentes ‘disneyficados’, serve simultaneamente para abolir a história e a cultura e para descobri-las em ‘espaços outros’ renovados” (SOJA, 1995: 27-28).

seus princípios fundamentais, mas ganhando maior poder de renovação, por outro lado (SOJA, 1993, 1996 e 2000).

É preciso afirmar, porém, que a concepção de heterotopia desenvolvida por Soja se aproximaria excessivamente da maneira pela qual os geógrafos marxistas avaliaram os problemas do espaço público na atualidade. A heterotopia de *El Pueblo*, por exemplo, seria limitada à denúncia de uma injustiça social resultante da omissão e da repressão estatal, ou ainda do avanço do capitalismo e de seus espaços homogeneizados (SOJA, 1993, 1996 e 2000).

Soja também utiliza a reflexão de Foucault para demonstrar o desenvolvimento de dinâmicas sócio-espaciais de grupos que ficaram marginalizados. Essas dinâmicas, no entanto, clamavam pela institucionalização de suas demandas, ou seja, por um retorno à política e à legalidade. Em grande parte, os grupos citados pelo autor se definiam pela etnicidade ou outros princípios identitários tradicionalmente estudados pelas ciências sociais (SOJA, 1993, 1995 e 2000).

Nesse sentido, a única nova contribuição de Soja seria a concentração de seu esforço no espaço de múltiplas apropriações, e não mais orientados pelo estudo dos grupos sócio-espaciais. A Praça de *El Pueblo* seria disputada como espaço de representação devido ao relativo abandono por parte do Estado, à concentração de significados históricos ali existente e a sua visibilidade na vida pública da cidade de Los Angeles. De acordo com o olhar de Soja, os conflitos sociais que se desenrolam nessa praça são qualificados pela localização, pela carga política e cultural que está relacionada a esse espaço (SOJA, 1993, 1995 e 2000).

Ao fazê-lo, o autor apenas daria prosseguimento a sua teoria a respeito da fragmentação do tecido urbano, exigindo modificações nas maneiras de se organizar o espaço e retornando ao ponto de partida: a política institucional Moderna. Caberia ao poder público local prover as condições para que tais grupos fossem ouvidos e incluídos no mundo formal, diminuindo as tensões existentes na cidade e evitando o risco da anomia. Dentro desses limites, a heterotopia assumiria meramente uma posição de equivalência à crise dos espaços públicos, sem apresentar qualquer particularidade analítica (SOJA, 1993, 1995 e 2000).

Acreditamos que a idéia de heterotopia pode ser mais útil à noção de espaço público e à Geografia na medida em que fosse avaliada através de atores, elementos e objetos diferentes dos usualmente encontrados. Por exemplo, ao contrário da limitação exposta por Soja, nem todos os atores sócio-espaciais procuram a institucionalização política, fato que condiciona uma dinâmica a partir de interesses e necessidades específicas. Também se pode afirmar que muitos atores não se manifestam através de representações identitárias, o que causa disputa entre atores de uma mesma classe social.

Nesses casos citados, o jogo das interações sócio-espaciais se constituiria de maneira diferente da noção de espaço público tal qual este foi desenvolvido pela ciência moderna. Tal jogo também iria além da maneira pela qual Soja associa a crise dos espaços públicos à idéia de heterotopia, uma vez que a dinâmica desses espaços sem dominância efetiva e sem finalidade política pode se traduzir em uma nova categoria espacial. Veremos no próximo item como a idéia de heterotopia estabelece um contraponto à idéia de espaço público, e também como o exemplo do Largo da Carioca se mostra pertinente a esse tipo de interpretação.

#### **4.2 REPENSANDO A RELAÇÃO ENTRE ESPAÇO PÚBLICO E HETEROTOPIA**

Um espaço público pode ser avaliado através da idéia de heterotopia na medida em que certas cidades apresentam localidades que **não** se caracterizam pela coordenação entre Estado e sociedade em prol do ordenamento político, ou por um conjunto de ações políticas sistemáticas de atores sociais em busca de uma maior visibilidade de seus interesses. Isso significa que ausência da finalidade política na noção de espaço público afeta diretamente a natureza das formas, dos comportamentos e dos significados que podem ser encontrados em seu interior.

Nesse sentido, não repetimos aqui a mesma perspectiva de Soja, que acreditava que os padrões múltiplos de discursos e de espacializações procuravam necessariamente uma ampliação da base política moderna. Dito de outra forma, Soja argumentava que a heterotopia funcionaria como um método informal de denúncia e de inserção políticos de grupos sociais excluídos da política institucional. Para tanto, o autor discursava em favor de uma nova

consciência política, marcada por um reforço do poder de mediação e de visibilidade do espaço (SOJA, 1993, 1995 e 2000).

Nós nos distanciamos dessa perspectiva, pois avaliamos que o enfraquecimento das relações entre Estado e sociedade foi mais além do que a simples dominância dos recursos e dos canais político-institucionais que definem as normas públicas. A forma pela qual Soja avalia a heterotopia sugere que as representações sociais dos diversos atores se traduzem em ações mais ou menos conscientes que procuram pressionar o Estado para reconhecer a sua validade. Nesse sentido, ainda segundo Soja, a finalidade política estaria presente na heterotopia, ainda que, em todo o seu período de desenvolvimento, ela tenha se marcado pela inversão da ordem pública.

Dessa forma, acreditamos que a idéia de heterotopia de Soja apenas chama atenção para o modo como a meta-narrativa do espaço público pode restabelecer a sua força transformadora através da compreensão e da integração dos discursos dissonantes. Em última análise, Soja retorna ao caráter teleológico da idéia de espaço público, no qual se identificaria um incontornável objetivo racional, político, funcional e lógico para a sua expressão.

Em resumo, acreditamos que o conjunto de características que tornam possível a classificação de um espaço como heterotópico é fundamentalmente distinto. Também defendemos que os efeitos de uma dinâmica heterotópica sobre uma determinada localidade são em boa parte diferentes daqueles observados por Soja. Sugerimos igualmente que a aplicação da idéia de heterotopia deve seguir um caminho diferente dentro daquele previsto por Soja. Veremos nesse item quais são essas outras características, efeitos e aplicações possíveis.

De início, chamamos atenção para a figura 31, que oferece um quadro comparativo entre a noção de espaço público e a idéia de heterotopia segundo os termos que defendemos. Em primeiro lugar, se estabelece uma relação de oposição entre: a cidadania, que prevê direitos e deveres definidos por instituições públicas para servir todos os cidadãos que se encontrarem dentro do mesmo recorte espacial; e o padrão relacional, que aposta em um arranjo informal constituído por diferentes indivíduos e espaços que depende exclusivamente da interação, definindo avanços e recuos de direitos e deveres dependendo das circunstâncias (FIGURA 31).

**FIGURA 31 – Quadro comparativo entre espaço público e heterotopia**

<b>ESPAÇO PÚBLICO</b>	<b>HETEROTOPIA</b>
Cidadania: direitos e deveres do indivíduo pré-definidos por lei e relacionados a um recorte espacial	Padrão relacional de interação entre indivíduo e espaço, definido pelos atores presentes, seus objetivos e recursos
Função política e institucional	Função social e não-normatizada
Alto controle da morfologia	Baixo controle da morfologia
Civilidade como padrão de interação	Territorialidade como padrão de interação
Acesso e igualdade como objetivos da ação política dos grupos sociais	Estratégias para neutralizar e flexibilizar a ordem pública a fim de obter ganhos
Planejamento urbano e prospectiva	Não-planejada e orientada pela vida cotidiana
Valorização da ordem e da justiça social	Valorização do acesso e da auto-regulamentação
Renovação através do processo de institucionalização	Renovação através de arranjos informais de organização sócio-espacial
Utopia	Distopia

Essa oposição não corresponde exatamente àquela definida por Gomes (2003) nos conceitos de nomoespaço e de genoespaço. Se a existência de um sistema formal para definir a cidadania está bem-definida dentro da idéia nomoespaço, o modo pelo qual o padrão relacional da idéia de heterotopia se afirma de modo distinto. De acordo com Gomes (2003), o genoespaço não seria marcado pela diferenças entre indivíduos. Ao contrário, Gomes afirma que o caráter relacional do conceito de genoespaço se afirma na medida em que existe a crença de que todos os indivíduos dividem uma mesma matriz cultural, um mesmo grupo étnico e um mesmo recorte espacial. Em outras palavras, a idéia de genoespaço se apoiaria na presunção da igualdade dos indivíduos.

Por sua vez, o caráter relacional da heterotopia parte do pressuposto de que os indivíduos são tão diferentes que mesmo os esforços para compor um sistema universal e comum de interação fracassam em estabelecer princípios equitativos e amplamente aceitos. Com isso, toda ordem social não-definida localmente e circunstancialmente é relativizada e descartada por novos padrões de associação entre atores, grupos sociais e espaços.

A segunda oposição que pode ser analisada entre a noção de espaço público e a idéia de heterotopia que defendemos aqui pode ser explicada pela definição de suas funções primárias. Todo espaço público possui como origem e finalidade a construção do fato político, por mais que as suas dinâmicas não apresentem importância direta para a administração pública ou que a sua simbologia não remeta a um interesse coletivo de grande visibilidade. Tais espaços são normatizados por leis e posturas urbanas, têm equipamentos que lhe foram emprestados pelo Estado, não podem ser oficialmente apropriados e, principalmente, têm um papel definido dentro de um plano de ação estatal.

O modo pelo qual o espaço heterotópico pode ser minimamente qualificado em uma perspectiva funcional deve destacar a sua ligação com a esfera social. De fato, como vimos, a heterotopia se liga a manifestações de interesses que não podem ser qualificados como políticos, que se orientam por relações de troca e ainda que são realizados por atores marginalizados. Dessa forma, o que estaria em jogo em um espaço heterotópico é o saciamento de um interesse, de um desejo ou de uma necessidade de determinados atores através da reorganização constante do espaço, ainda que outros sejam prejudicados por esse novo arranjo informal.

A terceira oposição mencionada diz respeito ao grau de controle nas mudanças da morfologia urbana de uma localidade. A normatividade, o interesse político e o controle social exercidos pelo Estado sobre o espaço público exigem um conjunto de formalidades e justificativas para aceitar mudanças nas formas urbanas. São levadas em consideração, por exemplo, a viabilidade técnica, o interesse coletivo, os custos, a conveniência da obra antes que qualquer projeto tenha permissão para prosseguir. No contexto de um espaço heterotópico, no entanto, a omissão do Estado, a flexibilização de suas leis e a violação das normas públicas permitem que a morfologia urbana seja mais facilmente alterada, ainda que em caráter provisório. Com isso, novos equipamentos podem ser instalados, novas fachadas podem ser definidas e a produção do espaço ganha novos atores.

A quarta oposição citada no quadro comparativo coloca o padrão de interação social em destaque. No caso do espaço público, a civilidade é o modelo de interação. Espera-se de cada cidadão o comportamento cordial, moral e respeitoso quando encontra os seus pares. A partir do cumprimento de suas normas de conduta, o espaço público deveria ganhar estabilidade e limitar os conflitos entre atores sociais. As formas e equipamentos de tal espaço supostamente qualificariam e estimulariam a civilidade.

No que tange ao padrão de interação social de um espaço heterotópico, é a territorialidade que definiria o modo pelo qual os indivíduos interagem. Nos referimos ao conceito de territorialidade tal qual este foi apresentado por Sack como uma estratégia para controlar ou influenciar a organização espacial (SACK, 1986). Nesse sentido, as propriedades e equipamentos de um espaço público são usados para justificar a apropriação por parte de certos atores e, conseqüentemente, para condicionar as trocas realizadas. No entanto, deve-se destacar mais uma vez que o espaço heterotópico não é caracterizado por relações estáveis de dominância, impedindo que as territorialidades se expressem através de relações de exclusividade. Com isso, podem ser observados movimentos e concessões nas territorialidades que orientam a interação social na heterotopia.

A quinta oposição expressa no quadro em questão se refere aquilo que os atores sociais exigem dos espaços públicos e das heterotopias. Os atores que vivenciam o espaço público e conferem sentido as suas dinâmicas procuram garantir as condições ideais para o desdobramento dos princípios democráticos que orientam as suas leis e teorias. De uma forma geral, tal procura se traduz através da luta contra qualquer barreira de acesso às áreas públicas

e a favor da igualdade de condições entre os diversos atores presentes. É preciso ressaltar que, segundo Gomes (2003), o espaço público comporta diversas outras características mais específicas. Porém, é através dessas iniciativas que os seus atores tentam pressionar o sistema político institucional a incorporar novos elementos, de acordo com os limites do espaço público na teoria clássica.

Por sua vez, são sensivelmente diferentes os termos que definem a busca realizada pelos atores em um espaço heterotópico. Tratam-se fundamentalmente de estratégias variadas para neutralizar e flexibilizar a ordem pública a fim de obter ganhos individuais ou grupais. O que se procura com a busca é estabelecer barreiras e zonas de controle que possibilitem a exploração informal da visibilidade pública. Mais especificamente, o objetivo é estabelecer uma dinâmica não-regulada pelo poder público, ganhando assim maior flexibilidade para mudar sem precisar prestar contas continuamente. Portanto, a formalização institucional não é o objetivo da vivência de uma heterotopia, pois transferiria o poder de produzir o espaço novamente para o Estado.

O sexto par que antagoniza o espaço público e a heterotopia está relacionado à maneira pela qual se define a relação entre espaço e tempo. Enquanto o espaço público se caracteriza nesse sentido pelo planejamento urbano e pela prospectiva, a heterotopia se orienta pela ação não-planejada e pela vida cotidiana. Em outras palavras, de um lado, os atores que elaboram as leis e as funções do espaço público procuram observar os seus objetos, os seus atores e o seu papel para a cidade no intuito de elaborar politicamente certas prioridades de investimento para o futuro. Assim, o ordenamento de um espaço público na atualidade é condicionado em parte pela sustentabilidade e o interesse coletivo em manter esse arranjo no futuro.

Por outro lado, o espaço heterotópico não apresenta essa preocupação com a sustentabilidade ou com a durabilidade dos seus arranjos de ordem. Admite-se largamente que todo e qualquer arranjo que se desenrola nesse espaço é temporário. A heterotopia também não se traduz em um olhar para o futuro, como realizam os planejadores do espaço público. Todo esforço em definir arranjos espaciais é voltado para suprir elementos à vida cotidiana, ainda que tais arranjos se concretizem em detrimento de um equilíbrio em relação aos atores ou a ordem pública.

A oposição seguinte deixa claro que aquilo que é valorizado com a definição de um espaço público é uma ordem que engendra a justiça social, e, com o aparecimento de um espaço heterotópico, o que ganha maior valor é a liberdade que permite o acesso e a auto-regulamentação. No primeiro caso, admite-se que o Estado possa limitar a liberdade de usos dos espaços no intuito de garantir uma relação equilibrada e sustentável entre os atores. No segundo caso, os atores sociais ganham maior destaque, uma vez que têm mais liberdade para estabelecer arranjos de ordem que se sucedem no espaço, ainda que não possuam continuidade.

A penúltima oposição em destaque deixa evidente outra diferença essencial entre o espaço público e o espaço heterotópico: os seus mecanismos de renovação. O espaço público é renovado em seus significados e fundamentos a partir do momento em que as representações sociais fazem apelo às instituições políticas para que essas tomem posição diante de um determinado assunto. Dessa forma, é o sistema político formal e suas instituições que funcionam como canais de renovação, por mais que uma parte significativa das aspirações surja através da interação de atores no espaço concreto. Nesse processo, as novas demandas sociais perdem invariavelmente uma parte do seu poder transformador para serem incorporadas ao código jurídico.

O espaço heterotópico, por sua vez, encontra o seu poder de renovação nos sucessivos arranjos informais de organização sócio-espacial. Esse tipo de espaço prescinde da mediação político-social oferecida pelas instituições formais, se renovando continuamente a partir das estratégias que cada indivíduo ou grupo social exerce. Ainda que o poder público muitas vezes tente reprimir esse canal informal de renovação sócio-espacial, os espaços heterotópicos se desenvolvem a margem da política.

A última oposição presente no quadro comparativo relaciona o espaço público à utopia e a liga a heterotopia à distopia. Na utopia dos espaços públicos, como vimos, existiria uma meta-narrativa que reuniria uma infinidade de relatos. Esses relatos não seriam mutuamente excludentes e se encaixariam dentro de uma estrutura maior, que seria comum a todos os indivíduos. Os espaços públicos seguiriam a forma sugerida por essa meta-narrativa, apresentando através de manifestações públicas ocasionais novas demandas sociais de grande apelo popular e compatíveis com o interesse coletivo.

O espaço heterotópico seria marcado por uma distopia. Ao contrário da maior parte dos argumentos sobre a distopia, que invariavelmente concebem a emergência de um novo Estado autoritário, o totalitarismo não seria a forma de destruição da utopia dos espaços públicos. Essa ressalva se mostra importante, pois a distopia do espaço heterotópico não se aplica em situações autoritárias, uma vez que a forte presença do grupo dominante reprimiria mais fortemente as manifestações informais. No caso da distopia de um espaço heterotópico, emergiriam diversas narrativas que competem entre si e com a meta-narrativa dominante, questionando o ordenamento existente. O desdobramento dessa situação para o espaço público seria uma drástica diminuição do seu poder de coesão e, conseqüentemente, da política institucional.

Em resumo, nossa classificação de um espaço como heterotópico se desenvolveria na medida em que Estado e sociedade se encontram em oposição no que tange a definição de parâmetros que regulamentam o seu uso. Mais especificamente, esse tipo de espaço seria possível quando um determinado espaço público que concentra muitos atores, narrativas e objetos passa a apresentar uma configuração espacial que se renova continuamente e através de canais informais. Nesse espaço heterotópico, os atores sociais não estariam preocupados em formalizar as suas demandas através de instituições públicas, uma vez que essa mediação incide em custos e limites que podem comprometer a liberdade adquirida. Com isso, o jogo das representações tende a protelar, dividir e questionar qualquer iniciativa pública formal para retomar as rédeas do controle social.

Não há aqui um julgamento de valor sobre o espaço heterotópico: na medida em que é a interação dos atores combinada com formas e significados relativos ao espaço que permite a definição, os seus efeitos variam de caso a caso. Porém, de uma forma geral, pode-se afirmar que: por um lado, a heterotopia impede que a ordem pública evolua através da sua renovação, da incorporação de novos atores, da politização e da eficiência nas políticas públicas; e que, por outro lado, a heterotopia estimula a auto-regulação do espaço e, portanto, a autoconsciência dos seus atores.

Essa afirmação não deve ser confundida com a maneira pela qual a perspectiva republicana dos espaços públicos aponta para uma deterioração da vida pública que deve ser combatida. Também não deve ser diretamente associada com o modo pelo qual a geografia marxista interpreta as novas manifestações de grupos étnicos e identitários como ações políticas que

almejam a transformação radical das relações de poder. Novamente, gostaríamos de afirmar que essas linhas de argumentação estão concentradas no poder político, em sua estrutura, em suas instituições, em seus recursos, em seus equipamentos e em seus atores, fazendo com que a defesa e mudança de seus valores sejam observadas unicamente como matérias de interesse político e institucional.

O funcionamento de um espaço heterotópico sinaliza o afastamento dessa lógica. Quando se argumenta que a heterotopia bloqueia os mecanismos formais de renovação política, aquilo que está sendo avaliado não é uma ação consciente de natureza política em prol de um objetivo único. Também não se defende que um grupo deva exercer os seus recursos para substituir o papel do Estado como regulador da sociedade. A heterotopia exige a presença de múltiplos atores, que podem ou não assumir o papel de mediadores, desde que essa seja feita informalmente e temporariamente. Dessa forma, quando se argumenta que os atores sociais ganham maior consciência de si mesmos e promovem uma auto-regulação, deixa-se claro que o que está em jogo são as necessidades de cada um dos atores, e não um interesse coletivo.

Normalmente, os efeitos e aplicações sobre o espaço público que estão associados a uma dinâmica heterotópica podem ser resumidos na seguinte relação:

- a) admite o estudo de múltiplas espacialidades sobre um mesmo recorte espacial, evitando a repetição de estudos relacionados à territorialização de um grupo social, ou à análise geral da estrutura espacial da política;
- b) a análise da espacialidade heterotópica confere sentido a manifestações que anteriormente eram apenas classificadas como deteriorações da publicidade clássica;
- c) a heterotopia chama atenção para a espacialidade da esfera social, ao invés de reificar continuamente a política institucional, tal qual propõe a Filosofia e a Ciência Política;
- d) a heterotopia diminui o caráter teleológico que orienta o debate usual da publicidade, promovendo relatos renovados que procuram demonstrar a coexistência de diversos processos de transformação social através do espaço, alterando o direcionamento geral do espaço público e da Modernidade;

- e) salienta o papel da visibilidade no espaço para integrar atores marginalizados pela sociedade;
- f) possibilita que a heterotopia seja utilizada como parâmetro de avaliação do espaço público, associando a presença e a relevância de cada um de seus princípios nos espaços concretos como uma tendência à transformação.

Para exemplificar esse raciocínio proposto, retornaremos no próximo item a discussão do Largo da Carioca, analisando até que ponto tal localidade apresenta uma tendência à heterotopia e a mudança do seu arranjo de ordem.

### **4.3 A TENDÊNCIA À HETEROTOPIA NO LARGO DA CARIOCA: A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO**

Escolhemos três exemplos para manifestar a tendência à heterotopia no Largo da Carioca e as transformações que essa engendra em suas formas, em seus significados e nos comportamentos que têm lugar no seu interior. Nos referimos de início à criação de diversas políticas públicas que deveriam corrigir a finalidade política do espaço público, mas que não alcançaram os seus objetivos devido à resistência não-coordenada por parte de diferentes atores sociais. Em segundo lugar, chamamos atenção para os diferentes usos de equipamentos urbanos, que ganhariam significados distintos dentro das dinâmicas competitivas dos diferentes atores sociais. Por último, colocamos em evidência a maneira pela qual os atores sociais se organizam no espaço público de forma que não condiz com a formalização da política ou com o apelo às identidades.

Ao fazê-lo, chamamos atenção para trechos que foram anteriormente debatidos nessa presente argumentação, sobretudo nos dois primeiros capítulos, mas colocamos agora essas observações sob a perspectiva heterotópica, revelando a polifonia das cenas públicas. Acreditamos que o estudo do Largo da Carioca ganha nova vitalidade uma vez que as manifestações que normalmente são identificadas como problemas para a leitura do espaço público passam a ser analisadas como sinais de renovação.

O primeiro sinal de uma tendência à heterotopia no Largo da Carioca pode ser retirado das diversas políticas públicas criadas e desenvolvidas nos últimos anos. Fazemos alusão às espacialidades estimuladas pelas políticas do Corredor Cultural, do Rio-Cidade e do Controle Urbano, que, dentro de suas atribuições, almejam definir as condições das trocas entre Estado e sociedade. Como vimos anteriormente, o conjunto de reformas e posturas urbanas sugeridas por cada uma dessas políticas públicas procuravam sanar as demandas sociais e promover uma renovação do poder público.

O contexto do final dos anos 70 apresentava as condições ideais para o desenvolvimento de políticas públicas e de renovação urbana no Largo da Carioca. A sua área central havia passado muitos anos sem uso devido às obras para a instalação do metrô do Rio de Janeiro, abrindo caminho para que o poder público pudesse produzir o espaço sem encontrar grande resistência por parte dos atores. Os projetos urbanísticos que se seguiram chamavam atenção para o patrimônio histórico do Largo da Carioca e para a sua posição privilegiada. Dentro desse quadro de intervenções, esperava-se que tal localidade fosse rapidamente reincorporada à vida pública com uma função bem-definida e com um arranjo político-social que fosse respeitado por todos.

Se retornarmos rapidamente ao caso das intervenções realizadas no contexto do Corredor Cultural, destaca-se a tentativa de preservar as fachadas e as áreas de entorno de diversos prédios e monumentos que se faziam presentes no centro da cidade. Tal ato associava um novo uso e uma nova valorização às velhas formas, tentando recuperar usos do Centro da cidade do Rio de Janeiro que iriam além da passagem para se chegar aos locais de trabalho. De acordo com os seus defensores, o Centro deveria ser vivenciado como no passado, colocando em evidência a sua vocação turística e cultural.

Entretanto, como acompanhamos no Capítulo I, as ações dos atores sociais procuravam pressionar, suspender, inverter e transformar as políticas públicas sem oferecer uma contrapartida para a ordem pública. Comerciantes formais e informais, moradores de rua e artistas populares compensavam os seus problemas com a exploração direta do espaço. Dito de outra forma, ao invés de traduzir as suas demandas através dos canais formais e de adaptar os pedidos aos limites racionais do interesse coletivo, essas demandas os atores exerciam práticas espaciais centradas em seus interesses sociais e nos arranjos de poder que lhes garantiam alguma durabilidade.

Esse é o caso, por exemplo, da presença ostensiva do comércio informal no Largo da Carioca desde os anos 80. Aproveitando-se da reabertura da localidade aos usos sociais, esses comerciantes passaram a vender os seus produtos nas proximidades das entradas do recém-inaugurado metrô. Todas as tentativas posteriores de reprimir ou de regular esse tipo de comércio foram contornadas pelos seus atores, fazendo uso da mobilidade no espaço, do apelo emotivo à luta pela sobrevivência e dos números crescentes de desempregados no Brasil. Com isso, a continuidade observada no fenômeno do comércio informal no Largo da Carioca foi tomada como uma tolerância do Estado.

Porém, em sentido inverso, a sucessão de decretos-lei, leis municipais, novas posturas urbanas e políticas públicas, revela as dificuldades que marcaram o processo de re-incorporação do Largo da Carioca à vida pública e a preocupação do poder municipal com esse fato. Tal sucessão também demonstra que os fenômenos não-previstos pelo discurso que orienta a ordem pública foram interpretados como distorções que não poderiam ser toleradas. O que ocorreu foi que na medida em que o interesse social e o interesse público não convergiam em uma mesma direção, as políticas públicas não repercutiam do modo esperado na organização espacial.

Dessa forma, apesar dessas ações pontuais do Estado que tentavam restituir o poder de coesão e de coerção sobre as dinâmicas sociais que tinham lugar no Largo da Carioca, a resistência dos atores sociais, a falta de consenso entre as diferentes partes e o baixo grau de politização das discussões levaram a uma situação na qual se pode apontar uma tendência à heterotopia. Se as novas políticas públicas deveriam corrigir a finalidade política do espaço público, a aliteração dos seus objetivos originais significa, em certo sentido, a transformação das suas possibilidades. Uma vez que em um período relativamente curto de 30 anos o Largo da Carioca recebeu diversas políticas públicas e emendas, é possível afirmar que o sentido político que se esperava projetar sobre o Largo da Carioca perdeu uma boa parte de sua clareza e da sua força.

Simultaneamente, as manifestações sociais, que antes eram consideradas epifenômenos da vida pública, ganham visibilidade e maior importância na definição dos arranjos de poder. Seus atores passam a agir no espaço com o intuito de obter benefícios diretos, e não mais fazem apelos ao Estado a todo o momento. Essa dissociação se reflete em novas formas de

produção e significação do espaço. Trata-se de barracas, de panfletos, de rodas, de espetáculos, de propagandas, de combinações de atores e de práticas que não se observam em outras circunstâncias.

O segundo sinal da tendência à heterotopia no Largo da Carioca pode ser observado através dos usos inesperados e inadequados dos equipamentos urbanos dentro de uma visão estritamente formal. Destacamos aqui a maneira como os usos do Relógio da Carioca, do próprio *core* do Largo da Carioca e do Jardim da Carioca em muito se distanciam da urbanidade que deveria orientar o contanto com bens públicos.

No que se refere ao Relógio da Carioca, por exemplo, esse antigo objeto que era apontado como um dos símbolos da Reforma Passos e da cidade do Rio de Janeiro durante a *belle époque* não é vivenciado hoje simplesmente como um monumento turístico. Como vimos, o Relógio da Carioca é usado como um ponto de encontro e de espera, no qual as pessoas se sentam informalmente ao seu redor e de costas para os seus equipamentos. O objeto de estilo neoclássico é também desfigurado por placas e outros objetos pendurados no seu entorno, assim como pelos atos de vandalismo.

O Jardim da Carioca, por sua vez, é apropriado por atores como os moradores de rua. Essa localidade foi originalmente planejada para cumprir uma função de área de relaxamento dentro do centro fortemente urbanizado da cidade do Rio de Janeiro. O objetivo era aproveitar a presença de uma fonte para criar um jardim tropical, capaz de tornar mais amena a sensação térmica do bairro. Os cidadãos seriam então convidados a se sentarem por alguns minutos em uma pequena área do centro, estabelecendo uma vivência que havia sido perdida com a eminência do urbanismo funcionalista.

Porém, a convivialidade sugerida para o uso do espaço público é transformada pela apropriação de trechos do Jardim da Carioca por parte da população de rua. A necessidade de encontrar abrigo no Centro da cidade para evitar os custos diários do transporte coletivo engendra uma determinação em alterar a organização espacial do Jardim da Carioca. Tal localidade que teria a função de promover o encontro social perde a efetividade uma vez em que se redefine como área exclusiva, de uso privado, por parte dos moradores de rua. A transformação progressiva desse exemplo de espaço público em uma casa, na qual certos objetos espaciais são usados para dormir (bancos que se encontram sob as sombras),

armazenar bens privados (varal de roupas entre árvores), e se higienizar (na fonte de água da Carioca), torna o Jardim da Carioca uma localidade de pouca variedade no uso social durante as manhãs e as noites, se constituindo em uma apropriação territorial.

Por último, destacamos que o significado do *core* do Largo da Carioca vem se transformando rapidamente nos últimos anos. De um lado, algumas tentativas do poder em definir limites e funcionalidades mais efetivas para a localidade foram colocadas em prática. A prefeitura do Rio de Janeiro realizou esforços para o Largo da Carioca inicialmente uma área de resgate da convivialidade e da cultura (Corredor Cultural), mais tarde tentou estabelecer novas posturas para o ordenamento urbano através das quais se desbloquearia as vias públicas (Rio Cidade) e finalmente defendeu o cumprimento estrito das leis por intermédio de uma política de repressão de manifestações sociais que alteram a normalidade dos espaços públicos (Controle Urbano).

Por outro lado, o espaço das pequenas oportunidades de comércio para os atores sociais que tomou forma após o fim das obras do metrô se desdobrou no palco de espetáculos populares e, mais recentemente, na arena de combate violento pelo acesso ao Largo da Carioca. A reunião de diferentes atores e de seus usos sociais variados da localidade deixou progressivamente de ser estimulada e valorizada, passando a ser temida e reprimida. Durante o período de conflitos freqüentes entre os comerciantes informais e a Guarda Municipal, por exemplo, o Largo da Carioca ganhou novos significados, como o da violência e do conflito, sendo evitado por parte dos freqüentadores do Centro da cidade.

Nesse sentido, os equipamentos que se encontram distribuídos no Largo da Carioca não são usados e vivenciados por todos da mesma maneira. Acreditamos que os objetos construídos que se encontram no espaço público sinalizam mais do que uma função, estabelecendo também uma simbologia do poder público e da vida urbana. No momento em que os objetos de um espaço público não refletem apenas a finalidade da política institucional e têm os seus significados questionados, invertidos e suspensos pela ação de atores sociais que se sucedem ao sugerir novos significados, pode-se apontar que existiria uma tendência à heterotopia.

O terceiro sinal da tendência à heterotopia no Largo da Carioca deriva das espacialidades conflitantes dos diferentes atores sociais, que não se caracterizam por um alto grau de formalização política. Como vimos, comerciantes formais, comerciantes informais, moradores

de rua e artistas populares não formam classes organizadas e coesas, competindo uns com os outros sem definirem agendas comuns no que tange a legitimação das suas dinâmicas.

Tomando novamente o exemplo dos comerciantes informais, o único tipo de posicionamento comum desses atores se traduz em um repúdio à regulamentação por parte do poder público. Foi nesse contexto de resistência que ocorreram os conflitos entre comerciantes informais e Guarda Municipal no Largo da Carioca. Mas essa resistência contra a ação do Estado se misturava às ações de protesto contra o comércio formal e as suas tentativas de ocupar o espaço público e contra os comerciantes informais que tinham licença para operar no Largo da Carioca, por exemplo.

Os comerciantes informais que se manifestaram nesse período acreditavam que as ações de controle efetivo por parte do Estado poderiam diminuir as margens de lucro através do recolhimento de impostos, poderiam coibir a formação das pequenas cooperativas de comerciantes informais e poderiam igualmente impedir a livre ocupação de novos espaços públicos. Com isso, tais comerciantes observam que é preferível não cumprir os parâmetros legais definidos pelo poder público e desenvolvem suas atividades à margem da sociedade.

Podemos citar os relatos de líderes sindicais e dos próprios comerciantes como evidências desse baixo grau de politização e de competição interna. Apesar dos diretores da CUT-RJ terem demonstrado solidariedade aos comerciantes informais em diversas oportunidades, tais sindicalistas também declararam que a evolução das suas condições de trabalho dependeria de uma formalização política. Paralelamente, os coordenadores do MUCA e alguns comerciantes informais manifestaram preocupação com a criação de pequenas empresas de comércio informal que competiriam entre si e impediriam o avanço da politização.

Essa última situação seria possível na medida em que certos comerciantes informais com maior capital de giro estimularia outras pessoas a pedir licenças para a instalação de novas barracas. Tais barracas seriam supridas pelo capital e pelas mercadorias dos primeiros, enquanto os segundos receberiam uma parcela dos lucros ou um salário fixo. Porém, a competição pelo lucro e a emergência de diversos grupos de comerciantes informais geram rivalidades que se somam à ilegalidade dessas pequenas cooperativas para desestimular a participação política de uma parte significativa dos comerciantes informais.

Nesse sentido, as dinâmicas sociais no Largo da Carioca não podem ser diretamente explicadas pela justaposição de diversos interesses de classe, e nem podem ser compreendidas pelo simples apontamento de identidades e dos seus hábitos. Tais dinâmicas sociais se formam através da composição de diferentes interesses em arranjos temporários de poder, conferindo visibilidade a maneira pela qual o espaço é apropriado e ganha significado. Concluimos que o estudo do espaço, de seus objetos e de seus significados é tão importante nesse processo quanto à análise dos laços identitários dos indivíduos.

A marginalidade, a desconstrução dos referenciais tradicionais relativos aos indivíduos e a temporalidade alternante das representações espaciais conferem uma clara tendência à heterotopia no Largo da Carioca. Na medida em que os atores definem diferentes arranjos de poder que se sucedem e se superpõem no tempo e no espaço, o Largo da Carioca é desafiado a demonstrar uma capacidade de adaptação a usos para os quais não foi preparado. Dessa forma, as múltiplas representações conferem significados a esse espaço público que qualificam o espaço de formas inesperadas, que podem quebrar as suas regras e que ampliam as suas possibilidades.

Reunindo esses três sinais de heterotopia no espaço público, podemos afirmar de modo sintético que o Largo da Carioca apresenta dinâmicas sociais com diferentes graus de inter-relação com o espaço público formal, sem configurar relações de dominância total ou de exclusividade. Ao contrário, cada uma dessas dinâmicas possui espacialidades distintas, criando estratégias que permitem inversões da estrutura social, desvios na sua conduta, alterações de suas regras, demandas de reformas, e até mesmo a obtenção de concessões ou benefícios eventuais. Nesse sentido, o espaço é interpretado como o meio de sobrevivência, como o modo de induzir uma mudança na sociedade sem se preocupar em formalizá-la e submetê-la ao julgamento de outros.

Com isso, a a-politização do espaço se configuraria como uma estratégia que estabeleceria atalhos para acelerar a obtenção de benefícios, diminuir o controle social e reduzir a regulação sobre o espaço público. Para fazer essa passagem de um espaço público institucional e formalizado para um espaço público heterotópico e informal, relativiza-se a importância das soluções consensuais e coletivas, que seriam tomadas como mecanismos para manter imóveis os arranjos de poder. Dentro desse contexto, os esforços para garantir a coesão e a coerção da sociedade se multiplicam sem que haja maiores resultados práticos, gerando um quadro de

análise que é temporário, mas que tem importância para a transformação dos significados dos espaços públicos.

Se por um lado a vivência cotidiana desse espaço se mostra incapaz de unir os cidadãos sob uma mesma estrutura física e identitária, por outro lado essa mesma vivência apresenta laços temporários e competições interpessoais que se organizam através do espaço e permitem uma maior participação dos indivíduos na definição de uma ordem sócio-espacial. Apesar dos defensores do espaço público institucional e político se apressarem em criticar, reprimir ou tentar conferir uma lógica maior a essas ações, a informalidade do espaço público heterotópico se expande pela natureza flexível de seu funcionamento, pela necessidade social e pelo maior poder de intervenção da sociedade em seus limites.

A abordagem heterotópica avançaria então no sentido oposto daquilo que foi proposto por Sennett (1989 e 1994), entre outros. Os autores que seguem essa linha criticam a passividade dos cidadãos, a deterioração dos espaços públicos e o esvaziamento dos fóruns políticos regulares, observando que haveria uma transferência da energia que antes era consagrada a política para outros domínios da vida urbana. De acordo com os limites argumentativos dessa teoria, seria necessário inverter a tendência ao enfraquecimento político de alguma forma, para somente então observar uma recuperação do espaço público, tanto no que se refere as suas formas, quanto no que tange aos seus discursos. Assim, a finalidade política do espaço público poderia ser reencontrada e os seus planos poderiam ser corrigidos.

A falha dessa linha de raciocínio é esperar que todo o funcionamento da sociedade seja orientado pela política representativa, incluindo a organização espacial. É justamente nesse sentido que a idéia de heterotopia parece se constituir em um desafio para a noção de espaço público e para a Geografia nos dias de hoje. Sua concepção admite a existência de um espaço composto por diferentes espacialidades não-exclusivas e com diferentes graus de interação social, apresentando espaços concretos e narrativas que se combinam e entram em conflito. Dentro desse contexto, a abordagem heterotópica de um espaço público nos permite perceber que aquilo que é interpretado como caos e como decadência possui, em certos casos, uma lógica própria de ordenamento espacial.

Ao contrário da teoria que aponta para a deterioração do espaço público, não há, necessariamente, um abandono desse espaço que pode ser definido como heterotópico.

Apesar de sua natureza marginal e conflituosa, esse espaço mantém a frequência de visitantes e a vitalidade de suas dinâmicas pelo estímulo à renovação social. Desse modo, os seus usos e significações demonstram ter laços fortes com interesses sociais que, ao ganhar visibilidade no espaço, se tornam importantes para a definição de novos tipos de publicidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um resumo daquilo que foi discutido anteriormente aponta para um roteiro que coloca em evidência os problemas para a definição da noção de espaço público. Diante das novas condições que conferem sentido ao espaço urbano, a publicidade vem sendo questionada e transformada por dinâmicas sociais que podem levar a novos padrões de interação sócio-espacial.

No capítulo I, realizamos uma análise da espacialidade das políticas públicas que tiveram lugar no Largo da Carioca durante os últimos 20 anos, assim como refletimos sobre o modo pelo qual os atores sociais interagem competitivamente e exercem influência sobre a organização do ambiente a sua volta. Nosso objetivo foi demonstrar que o funcionamento da vida cotidiana no Largo da Carioca apresenta uma série de conflitos e de espacialidades que vão além daqueles que são esperados quando se cumpre as leis.

No capítulo 2, analisamos como a noção de espaço público teve origem no período Moderno e, mais especificamente, na Filosofia e na Arquitetura, se traduzindo, mais adiante, em uma concepção utópica. Através de autores como Arendt e Habermas e inspirado no modelo de urbanidade que supostamente teria existido na Grécia Antiga, a vida urbana foi classificada em três esferas: a esfera pública, a esfera social e a esfera privada. De acordo com essa definição, o espaço público estaria diretamente relacionado apenas à esfera pública e às suas matérias políticas. A Arquitetura, por sua vez, contribuiu pelo intermédio do urbanismo, ao valorizar a morfologia, a estética e a ação política através da ação, tendo destaque a obra de Le Corbusier.

No terceiro capítulo, por sua vez, apresentamos o modo pelo qual a Geografia desenvolveu duas abordagens para a noção de espaço público, tendo como referencial o modelo utópico exposto anteriormente. Trata-se da geografia republicana e da geografia marxista, que se preocupavam respectivamente com a defesa dos espaços públicos e com a sua revolução. Apesar das polêmicas que as separam, as duas abordagens demonstram interesse em definir o espaço público como um arranjo de ordem que seja compatível com um sistema político justo e igualitário.

Finalmente, o último capítulo procurou definir a idéia da heterotopia como uma terceira forma de se estudar geograficamente os espaços públicos, deixando para trás a idealização e a teleologia presentes no modelo utópico. Nesse sentido, resgatamos a idéia de Foucault a partir de uma perspectiva semelhante àquela desenvolvida por Soja, acrescentando que certos espaços públicos poderiam apresentar características de heterotopias na medida em que teriam concentrado uma série de representações conflituosas em um mesmo espaço de alto grau de significação social.

Dessa forma, esse estudo se justifica uma vez que a observação empírica dos espaços públicos confere visibilidade às suas representações múltiplas e não-concordantes, que são usualmente interpretadas como os sinais mais evidentes de uma crise geral da sua teoria. Como vimos, colocam-se, de um lado, as manifestações da sociedade no espaço como iniciativas de segregação, que procuram instituir novas condições para a vida urbana. Por outro lado, exige-se maior presença do Estado para garantir o cumprimento dos termos que regem a publicidade, afirmando que, seja por omissão ou ação seletiva, este teria deixado de cumprir seu papel. Isso significa que a noção de espaço público se encontra dissociada em sua essência, impedindo que o modelo utópico se concretize.

Ainda mais importante, tal dissociação entre teoria e empiria se encaminha de forma diferente na atualidade, pois o avanço da esfera social sobre a esfera pública e a esfera privada engendra um descompasso na maneira pela qual um espaço público supostamente deveria operar. Com isso, certos espaços que apresentam grandes concentrações de atores sociais e baixo interesse do poder público em controlá-lo tendem a apresentar arranjos de ordem espacial que suspendem, invertem ou alteram a ordem pública. Essas condições gerais definiriam o interesse em classificar um espaço como heterotópico, ressaltando simultaneamente a importância de fenômenos que se desenrolam em uma micro-geografia e a lenta transformação dos fundamentos intelectuais que norteiam a Modernidade.

Tendo cumprido esse roteiro de discussões, esperamos ter convencido os leitores da pertinência do debate da heterotopia, de sua conexão com a discussão dos espaços públicos e de seu poder explicativo referente ao caso do Largo da Carioca. Esperamos igualmente que a sua análise se constitua em uma contribuição ao conhecimento geográfico e que nos permita alcançar novos objetos de estudo, novas hipóteses e novos recortes espaciais. Para tanto, é

necessário posicionar adequadamente a idéia de heterotopia no contexto das ciências sociais, para que essa possa se desenvolver ainda mais no futuro.

Em guisa de conclusão, definimos aqui quatro eixos para discutir a contribuição da idéia de heterotopia: primeiramente, conferimos destaque ao posicionamento desta idéia diante de outros debates atuais que têm lugar na Arquitetura, na Sociologia, na Antropologia e na Filosofia; em seguida, sistematizamos a contribuição da heterotopia para o conhecimento geográfico a partir de uma abordagem setorial, na qual a geografia cultural e a geografia política são contempladas; por último, retornamos a discussão que liga heterotopia e espaço público, sugerindo um esforço aproximativo em seus níveis teóricos e práticos, para evitar, de um lado, os riscos da anomia, e, de outro lado, do autoritarismo.

## **COMPARANDO A HETEROTOPIA COM OUTRAS DISCUSSÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS**

Em primeiro lugar, gostaríamos de esclarecer que a discussão da idéia de heterotopia por parte dos geógrafos pode ser comparada e relacionada com a eminência de outras discussões na Arquitetura, na Sociologia, na Antropologia e na Filosofia. Respectivamente, é possível traçar um paralelo entre a idéia de heterotopia e a discussão de arquitetura nômade, das múltiplas identidades, do avanço do individualismo e da diminuição do Estado.

De fato, cada um desses campos do saber se encontra hoje sob o desafio de tentar compreender um mundo no qual a pluralidade de representações sociais entre em choque com as formas pelas quais o conhecimento foi sugerido pela ciência moderna. Ao procurar definir regras universais, funcionais e racionais, a ciência moderna excluía de sua análise uma série de fenômenos que não se mostravam compatíveis com a ordem desejada. Ao tentar recuperar os sentidos e valores dessas representações marginalizadas, os críticos da Modernidade são levados a repensar o modo pelo qual as relações entre atores sociais, Estado e espaço deveriam se firmar.

A Arquitetura, por exemplo, questiona o valor da combinação entre funcionalidade e estética que marcou todas as suas diferentes fases durante os séculos XIX e XX. Durante boa parte

desses dois séculos, o ato de projetar e de construir esteve submetido a um rígido controle, possibilitado por uma grande proximidade entre os profissionais e o poder público. Dessa proximidade, ocorreu uma valorização da homogeneidade na teoria e na prática da Arquitetura. As críticas a esse controle foram diversas, podendo ser encontradas na arbitrariedade de suas demandas, na repressão a criação artística, no seu imobilismo e no distanciamento entre Arquitetura e sociedade (CHOAY, 1965; GIRARD, 2000; HEYNEN, 2000).

Porém, para os defensores dessa linha de argumentação, a liberdade conferida ao indivíduo nesse período entrava em rota de colisão com o ritmo das mudanças na Arquitetura. A sociedade se transformava e se renovava rapidamente, enquanto os espaços públicos e suas formas resistiam às mudanças e as novas tendências, causando um lento processo de dissociação. Como acrescentou Heyden:

*“The accelerated changes in traditional values and living conditions that are brought about by modernity lead individuals to experience a split between their inner world and the behavior patterns required of them by society. Modern individual experience themselves as ‘rootless’: they are not in harmony with themselves and they lack the self-evident frame of reference of norms and forms that one has in a society that tradition prevails”* (HEYNEN, 2000: 28)<sup>89</sup>.

É nesse sentido que arquitetos como Girard e Heynen defendem um esforço para fazer evoluir a arquitetura em direção a um novo patamar, no qual esta seria capaz de acompanhar as mudanças da sociedade, ou, ao menos, seria dotada de uma estrutura que conseguisse representar toda uma diversidade de representações. O princípio básico seria o rompimento da imobilidade e da funcionalidade, que Heynen identifica com a “inabitabilidade” do espaço, ou seja, com a incapacidade do espaço de se constituir em uma formação que seja perfeitamente identificável e que simbolize um ponto de união para todos os seus usuários. Em suas palavras: *“Only an architecture that reflects the impossibility of dwelling can still lay claim to*

---

<sup>89</sup> Tradução: *“As mudanças aceleradas nos valores tradicionais e nas condições de vida que foram trazidas com a Modernidade levaram os indivíduos a vivenciar uma divisão entre seu mundo interior e os padrões de comportamento exigidos pela sociedade. Os indivíduos modernos vêem a si mesmos como ‘sem raízes’: eles não estão em harmonia consigo mesmos e faltam neles um quadro de referência de normas e formas que se encontra em uma sociedade na qual a tradição prevalece”* (HEYNEN, 2000: 28).

*any form of authenticity. Sublime uselessness is the highest that architecture can attain in these circumstances*” (HEYNEN, 2000: 21)<sup>90</sup>.

Girard avança na mesma direção e aponta para a necessidade de uma arquitetura nômade, na qual as formas seriam definidas pelos diversos discursos e ao mesmo tempo influenciariam a criação dos mesmos. A combinação entre estética e função, quando existir, não seguirá um princípio universal estritamente controlado pelo poder público, mas, ao contrário, tentará estabelecer novos laços de proximidade entre a sociedade e o espaço público, ainda que, para tanto, seja preciso estabelecer apropriações de sua área e releituras dos seus significados (GIRARD, 2000).

Com isso, a Arquitetura também manifesta preocupações com os limites do pensamento moderno, com as suas possibilidades de renovação e com o avanço da esfera social no espaço público. Ao tentar redefinir o seu papel e a teoria para embasar as suas novas posturas, os arquitetos desenvolvem discussões que podem ser colocadas em paralelo com o debate da heterotopia.

A Sociologia e a Antropologia, por sua vez, se vêm dominadas pelas revisões de suas discussões sobre o individualismo, sobre as identidades e sobre as suas ligações com o período Moderno. Se, no passado remoto, o individualismo e as identidades seriam antagonizados através de uma classificação que os colocaria respectivamente como “pertencente ao período moderno” e “não pertencente ao período moderno”, hoje em dia se admite que as ligações são mais complexas do que essa oposição.

De início, o individualismo foi defendido como uma exigência do período Moderno, que possibilitaria o rompimento dos indivíduos com tradições e hábitos sociais que impediriam o progresso. Essa perspectiva destacaria a ligação do individualismo com, por exemplo, as idéias de Rousseau, que defenderia os direitos universais do homem e a construção positiva de um mundo mais justo através do reconhecimento dos deveres de cada um. Porém, mais recentemente, essa perspectiva do individualismo vem recebendo outras leituras.

---

<sup>90</sup> Tradução: “*Apenas uma Arquitetura que reflete a impossibilidade da ‘habitação’ pode ainda clamar por autenticidade. A sublime inutilidade é o ponto mais alto que a Arquitetura pode atingir nessas circunstâncias*” (HEYNEN, 2000: 21).

Com o desenvolvimento das sociedades modernas e o surgimento de novas questões, o individualismo passou a ser criticado pela separação que impõe aos indivíduos, exercendo uma força que desestimularia ou até mesmo impediria a criação de laços sociais. Com isso, de acordo com críticos como Maffesoli, as sociedades modernas apresentaram uma tendência à deterioração da sua força política, que renegava os modos pelos quais os indivíduos conferiam sentido ao mundo. Nesse contexto, Maffesoli argumenta que o individualismo deixou de ser uma força através da qual os indivíduos procuravam a interação e passou a se constituir em uma filosofia que defendia unicamente o bem-estar privado em fóruns políticos. Assim, o individualismo ganharia uma clara conotação negativa.

Paralelamente, a identidade, que já fora interpretada como reminiscência de um passado pré-moderno, e como manifestações absolutamente desligadas do individualismo, parece ganhar novo *status* para a Sociologia e para a Antropologia. Apesar das mudanças dos hábitos e do modo de vida que foram impostos pelas sociedades modernas, as identidades teriam encontrado as condições para a renovação dos seus significados e das suas formas através do distanciamento entre o individualismo clássico e as práticas sociais. Dessa forma, ainda nos apoiando nas reflexões de Maffesoli, a identidade ganhou novo dinamismo e maior impacto na organização do mundo.

Ao contrário dos limites exíguos que marcavam a afiliação a uma identidade no passado, as condições das cidades modernas que cercavam as novas identidades permitiam que um mesmo indivíduo assumisse diversos laços identitários. Isso significa que uma mesma sociedade possui infinitas combinações de indivíduos e de identidades, que procuram, cada uma ao seu modo, exercer sua influência sobre o espaço. Nesse sentido, a Sociologia e a Antropologia vêm sendo levadas a reinterpretar as suas teorias para descrever e analisar os processos pelos quais o individualismo se converte em múltiplas identidades e desafia a ordem pública da sociedade moderna.

Por último, pode-se afirmar que a Filosofia analisa criticamente o papel do Estado na atualidade. De acordo com autores como Habermas (1987), a relação entre Estado e sociedade vem se alterando na medida em que o Estado cede terreno para que a sociedade assuma tarefas que no passado faziam parte de suas responsabilidades. A incapacidade do Estado em equilibrar as suas finanças e em manter em bom nível uma grande quantidade de serviços distintos resultou em um lento processo de desmonte do Estado do Bem-Estar Social. Tal

contexto gera como consequência um reequilíbrio de forças, nas quais a esfera social encontra estímulos para a sua ampliação.

Entretanto, esse processo não ocorre livremente e de modo homogêneo nos diferentes países: as matérias que são passadas para a esfera social são alvos de polêmica devido à preocupação sobre a perda de direitos. As consequências daquilo que permanece como responsabilidade do Estado e daquilo que é passado para o controle social também interferem diretamente para entender o sentido e a profundidade das mudanças. Os elementos que são os pontos comuns nas argumentações revelam que esse estímulo a participação da sociedade gera um enfraquecimento do poder simbólico de unificação do Estado, além de criar as condições para que novas demandas sejam realizadas por outros atores sociais.

Habermas (1987) avalia negativamente esse processo, ao argumentar que essa transferência em curso traria benefícios apenas para os grandes empresários do mercado mundial, e minando aquilo que ele classifica como “as energias utópicas” do Estado. Em suas palavras:

*“(...) os custos de legitimação do sistema político devem ser reduzidos. ‘Inflação de reivindicações’ e ‘ingovernabilidade’ são termos-chave de uma política que aponta para uma efetiva separação entre a administração e a formação pública da vontade. Nesse contexto, fomentam-se tendências neocorporativas, isto é, a ativação do potencial de direção não estatal das grandes associações, em primeiro lugar das organizações empresariais e dos sindicatos. A transferência de competências parlamentares normativamente regulamentadas para sistemas de negociação que meramente funcionam faz do Estado um parceiro de negociação entre outros. Esse deslocamento da competência para o interior da zona cinzenta do neocorporativismo retira cada vez mais os temas sociais de um modo de decisão que segundo normas constitucionais está obrigado a considerar equanimemente todos os interesses afetados em cada oportunidade”*  
(HABERMAS, 1987: 110).

Pode-se afirmar que dentro desse quadro, a transferência de uma parte das responsabilidades do Estado é seguida de um grande número de questionamentos, de revisões de seus serviços, da definição de novas condições sob as quais as suas antigas responsabilidades serão cumpridas pela sociedade. Nesse processo, diversos atores sociais ganham visibilidade e tentam garantir que os seus interesses sejam devidamente saciados pelo novo arranjo de poder. Alguns desses interesses não possuíam abertura para se fazer valer frente ao Estado

anteriormente, enquanto outros deixarão de ser contemplados pela sociedade, justificando a polêmica.

Dessa forma, o estudo dos efeitos transformadores dessas idéias também pode ser complementado e interpretado através da idéia de heterotopia. Tal qual foi analisado anteriormente, o espaço heterotópico suspende, inverte e altera temporariamente o ordenamento promovido pela Modernidade. Esse tipo de espaço exige a presença de diversas representações sociais que se encontrariam em competição, sem que nenhuma delas possuísse uma clara dominância sobre as outras.

De acordo com os termos em que foram concebidos em seus campos de conhecimento, as arquiteturas nômades, o avanço do individualismo, as múltiplas identidades e a regressão do Estado e desenvolvimento da sociedade fazem parte de uma cadeia de fenômenos que altera fundamentalmente o período Moderno. A prerrogativa comum é justamente a compreensão de que o discurso que sustentava a Modernidade não dá conta de todas as representações que ocorrem em seu interior.

Desse modo, a perspectiva heterotópica oferece uma base de argumentação à Geografia que nos permite participar ativamente do debate de transformação que passa o nosso período histórico. A participação do conhecimento geográfico nessa discussão refletiria sobre como os atores sociais marginalizados criam estratégias de produção do espaço que se superpõe e competem entre si, criando um novo tipo de espaço de interação social. É nesse sentido que chamamos atenção para o impacto da heterotopia para três setores diferentes da Geografia: a geografia urbana, a geografia cultural e a geografia política.

## **A IMPORTÂNCIA DA HETEROTOPIA PARA A GEOGRAFIA**

A contribuição da idéia de heterotopia no contexto da Geografia se estende por duas grandes áreas nossa ciência: pela geografia cultural e pela geografia política. O modo pelo qual tal idéia desenvolve uma abordagem que coloca em um mesmo nível analítico fenômenos que possuem diferentes características justifica os problemas em sua definição teórica e o pequeno interesse em sua aplicação. Porém, o fato de que essa idéia não possua uma tradição de

estudos dentro da Geografia não significa que seu desenvolvimento deva ser descartado. Ao contrário, as dificuldades para a sua definição e aplicação podem se revelar como características de uma matéria original.

No que se refere à maneira pela qual a geografia cultural tomou contato com a idéia de heterotopia, esta não demonstra na maior parte dos casos um grande interesse. Por exemplo, apesar de Duncan (1990) ter em certa ocasião usado a idéia de heterotopia para definir a pluralidade de perspectivas possíveis de estudo dentro da geografia cultural, sua iniciativa se mostra meramente como o uso de uma metáfora, e não como uma iniciativa analítica. De acordo com o texto de Duncan, a geografia cultural apresentaria internamente diversas tendências (saueriana, radical, etc.) sem que nenhuma destas se firmasse como dominante sobre as outras. É apenas para ilustrar essa situação que Duncan apresenta a geografia cultural como uma heterotopia.

De um modo geral, as explicações que demonstram as dificuldades de se desenvolver a idéia de heterotopia dentro da geografia cultural podem ser encontradas a partir de um conjunto de características que marcam os seus estudos, sobretudo aqueles ligados à Escola de Berkeley: em primeiro lugar, o interesse por fenômenos identitários; segundo, o estudo da dispersão de objetos dentro de uma grande área de influência de um mesmo padrão cultural; terceiro, a exclusividade de um grupo social sobre um recorte espacial; por último, a preferência por abordagens históricas e o grande interesse em grupos primitivos, tradicionais ou agrários. Dito de outra forma, as pequenas transformações que ocorrem no seio de uma área cultural seriam recuperadas e colocadas em contexto a partir de um estudo diacrônico de um determinado grupo identitário.

Ainda que as contribuições da nova geografia cultural sejam levadas em consideração, o quadro de análise não se altera drasticamente. Se, por um lado, as representações urbanas passam a ser interpretadas e as formas de trabalho se concentram mais na abstração do que na dispersão física, por outro lado, a identidade ainda permanece como grande eixo analítico e, nesse sentido, os estudos da nova geografia cultural ainda se inclinam sobre o modo pelo qual um determinado grupo constrói uma espacialidade apesar das resistências que sofre. Em poucos momentos a nova geografia cultural constrói seus objetos de estudo em múltiplas representações espaciais competitivas, pois essa linha de estudo comprometeria seus estudos identitários e a sua justificativa fundada nos laços afetivos entre grupos e espaços.

Para manter a continuidade entre o grupo identitário estudado e o espaço que lhe interessa, os estudos se desenvolvem a partir de pequenas territorialidades, de preferência aquelas que apontam para a complementaridade possível entre a ordem pública e a manifestação que se encontra em questão. De acordo com Claval:

*“As identidades se associam ao espaço: elas se baseiam nas lembranças divididas, nos lugares visitados por todos, nos monumentos que refrescam a memória dos grandes momentos do passado, nos símbolos gravados nas pedras das esculturas ou nas inscrições. A territorialidade se transformou em um dos componentes mais importantes das novas orientações do mundo social” (CLAVAL, 1997: 107).*

Nesse sentido, a nova geografia cultural apenas oferece uma moldura renovada para proteger os seus estudos simbólicos, imaginários e subjetivos, que passam a ser interpretados em uma nova escala no espaço urbano. A idéia de área cultural é em parte substituída por abordagens de micro-espacialidades e territorialidades, nas quais se analisam as condições que um determinado grupo social encontra quando projeta os seus valores através de uma espacialidade.

De fato, as idéias de evolução no tempo, dispersão espacial, laços afetivos e identidade que são ligadas à análise espacial na abordagem da Escola de Berkeley são severamente questionadas quando comparadas com a heterotopia. Isso significa que a maior matriz da abordagem cultural dentro da Geografia demonstra dificuldades em conceber e interpretar a manifestação de múltiplas representações marginais dentro de um mesmo recorte espacial.

Dessa forma, de acordo com os padrões mais comumente praticados de uma geografia cultural que segue direta ou indiretamente os preceitos da Escola de Berkeley, a idéia de heterotopia no modelo inspirado na obra de Foucault se constitui justamente em um risco, naquilo que deve ser a todo custo evitado como linha de argumentação. O caráter conflituoso do espaço heterotópico compromete o fortalecimento dos laços afetivos entre grupos identitários e lugares que animam as discussões da geografia cultural, além de problematizar sua abordagem que defende a compatibilidade das representações espaciais superpostas.

Por sua vez, no que se refere à geografia política, a idéia de heterotopia segue em linhas gerais a mesma direção. Devido aos vínculos estabelecidos entre essa forma de se abordar a Geografia e a Ciência Política, o tipo de projeção espacial que se analisa está relacionado à prática institucional, aos seus ritos e aos seus significados. Nesse sentido, o Estado, as suas instituições e os atores que orientam as dinâmicas a partir do funcionamento do sistema político, definem espacialidades que se mostram decisivas para a gestão da vida coletiva. A geografia política localizaria e explicaria os padrões de distribuição espacial formado pela combinação da estrutura do Estado e as ações dos seus atores para aperfeiçoá-la ou simplesmente modificá-la.

Dentro desse contexto, a idéia de heterotopia não encontra grande entusiasmo por parte dos geógrafos políticos, pois a definição de um tipo de espaço no qual a ordem pública é questionada, suspendida, invertida e transformada rompe com a centralidade do Estado e dos ritos políticos em seus discursos. De um modo geral, a ligação da geografia política à idéia de heterotopia foi desenvolvida de forma negativa a partir do estudo das “geografias pós-modernas”, por parte de intelectuais anglo-saxões como Harvey (1993 e 2000), Soja (1993 e 2000), Relph (1991), Gregory (1994) e Dear (2000). Seu sentido geral era apontar para o modo pelo qual a perda do poder de renovação política da Modernidade criou as condições para que manifestações de atores marginalizados assumissem um papel pseudo-político de transformação da vida coletiva.

Dessa forma, os estudos de geografia política se concentravam na análise da estrutura institucional de um Estado, em críticas à deterioração dos comportamentos na cidade, que tenderiam a a-politização, e na necessidade de elaborar novos planos de intervenção para retomar a direção correta. A observação da existência de fenômenos que se desenvolvem externamente à lógica do sistema político formal e os problemas em identificar espaços concretos que apresentem um funcionamento que seja correspondente com a teoria política apenas reforçam a urgência nos discursos desses geógrafos, no lugar de estimular novas interpretações. Mesmo para Soja, que concebia o surgimento e a multiplicação de heterotopias como um processo de renovação do espaço urbano, tais atores marginalizados deveriam reinvestir na política institucional a fim de permitir um ganho que seja maior do que aquele privado (SOJA, 1993, 1995 e 2000).

Para a geografia cultural e a geografia política desenvolverem abordagens diferentes da idéia de heterotopia, é preciso anteriormente recuperar a discussão de uma geografia social, no modelo em que, por exemplo, Claval (1973) a definiu. O autor revelava que os geógrafos comumente realizavam um grande salto de uma abordagem dos grupos identitários ou classes sociais no contexto de uma geografia cultural, para uma abordagem política centrada na figura do Estado que seria desenvolvida pela geografia política. Um enorme campo de estudo relativo à interação entre Estado e sociedade permaneceria negligenciado no conhecimento geográfico, em grande parte pela celeuma que antagonizava sociólogos e geógrafos durante o século XX.

É nesse sentido que Claval julgou as limitações da geografia humana:

*“Le développement de la géographie humaine s’inscrit donc dans un contexte défavorable à l’analyse des conditions sociales, (...). On ne pouvait cependant rester indifférent à l’organisation des sociétés, à leur diversité. Le poids des croyances, des attitudes, s’impose à l’évidence pour qui veut expliquer le paysage, le comprendre en profondeur : nombreux sont donc les géographes qui font des incursions dans ces domaines, mais ils le font avec mauvaise conscience”* (CLAVAL, 1973: 21-22)<sup>91</sup>.

Com isso, a heterotopia se mostraria relevante para o desenvolvimento da Geografia na medida em que se posiciona justamente entre esses dois centros de análise, estabelecendo reflexões sobre tipos de espacialidades que seriam originais. Dessa forma, a Geografia também evitaria a repetição de modelos pré-definidos de espacialidade de acordo com um olhar inspirado no pensamento moderno, que frequentemente deixam de questionar a própria legitimidade de seus valores. Ainda mais importante, o conhecimento geográfico seria levado a inquirir sobre a sua presunção simplificadora de que toda manifestação social seria danosa a ordem pública.

Ao deixar de lado esses vícios e lugares comuns do conhecimento geográfico, a heterotopia emerge como uma alternativa de análise. Entre as temáticas e linhas de pesquisa que podem

---

<sup>91</sup> Tradução: “O desenvolvimento da geografia humana se inscreve então em um contexto desfavorável à análise das condições sociais (...). Não se poderia ficar indiferente à organização das sociedades, a sua diversidade. O peso das suas crenças, das atitudes, se impõe como fato para quem quer explicar a paisagem, a compreender em profundidade: numerosos são então os geógrafos que fazem incursões nesses domínios, mas eles o fazem com de modo errôneo” (CLAVAL, 1973: 21-22).

ser influenciadas pela abordagem heterotópica, chamamos atenção nessa tese para a sua importância para a renovação dos espaços públicos.

## **A HETEROTOPIA COMO UMA FORMA POSSÍVEL DE ESPAÇO PÚBLICO**

O primeiro efeito direto da heterotopia sobre a teoria dos espaços públicos é apontar que esses últimos não se configuram sempre como campos de força que devem ser normatizados para garantir a construção política de um mundo mais justo. Acreditamos que; por vezes, o espaço público se limita a funcionar como um espaço de interação social, no qual os cidadãos e suas coletividades exercem representações e procuram a sua sobrevivência através do ordenamento do espaço. Essa forma de existência do espaço público parece secundária a partir da teoria clássica, mas ganha força na medida em que os cidadãos valorizam o caráter social do espaço público.

A heterotopia também descarta a teleologia do modelo utópico do espaço público e nega que sua função primordial seja estabelecer um olhar do futuro. Conseqüentemente, o espaço público que seria submetido às condições heterotópicas vivenciaria uma série de dinâmicas sociais norteadas pela construção de um arranjo de ordem marcado por seus interesses. Dessa forma, os seus arranjos de ordem seriam definidos a partir de um olhar voltado para o presente, para o local. Nesse sentido, pode-se afirmar também que o poder público perderia uma parte considerável de seu poder de coesão e coerção.

Dentro desse contexto, a abordagem heterotópica forçaria a Geografia a estudar os tipos de conflitos, seus padrões, seus agentes, seus objetivos e o produto de suas interações territoriais no intuito de retirar uma análise que tome primeiramente a lógica de vivência do espaço. Argumentamos que existe sentido de organização espacial mesmo naqueles espaços em que a lógica não pode ser incorporada a uma meta-narrativa. Com isso, os espaços públicos que não podem ser perfeitamente definidos pelo apelo ao cumprimento das leis, pelos planos de intervenção urbana e pela manifestação política coordenada podem apresentar valores e significados através das espacialidades e narrativas de sua vida social. A heterotopia seria um caso extremo, que transforma os próprios termos nos quais a noção de espaço público se funda.

Breve, assim como a geografia procura freqüentemente apontar a maneira como determinados espaços públicos não estão de acordo com as suas leis, princípios e sua teoria, exigindo a correção, ela deve também demonstrar como a noção de espaço público não representa e nem codifica uma série de fenômenos que têm lugar no seu espaço físico, fazendo com que o seu poder explicativo diminua com o distanciamento entre a sua teoria e a sua empiria. Para procurar reverter essa segunda situação, é preciso compreender as suas características e qualificá-las apropriadamente.

Na medida em que os espaços públicos não correspondem exatamente a sua matriz original, sugerimos que estes sejam qualificados por uma nova designação, a heterotopia. Como definimos anteriormente, não há nas formações heterotópicas um movimento social articulado que teria como intenção manifesta a renovação da estrutura política. Nesse sentido, acreditamos que o melhor seria qualificá-lo e tipificá-lo dentro do sistema já existente, com a condição de que esse tipo de espaço não seja pré-julgado negativamente. Em outras palavras, é melhor continuar usando o termo espaço público e fazendo alusão ao debate que derivou do pensamento europeu, mas é preciso evitar que o ponto de partida seja o discurso da crise e da revolução.

As transformações que são observadas hoje no espaço físico e na sua vivência estão ligadas a mudanças nas rotinas dos Estados, no avançar da autoconsciência dos indivíduos e no enfraquecimento dos discursos identitários diante da competição entre os atores. Nesse sentido, acreditamos que o indivíduo não precisa necessariamente da intermediação do Estado para agir no espaço público, também não precisa da identidade para lhe conferir significado. A partir de uma abordagem heterotópica, o indivíduo usa esses referenciais em toda a sua variedade para obter objetivos sociais através do espaço. Com isso, os arranjos de poder do espaço público heterotópico seriam “outros”, diferentes dos pactos políticos defendidos pelo pensamento moderno.

Essa nova designação nos permite lançar nova luz sobre fenômenos marginalizados pela meta-narrativa, que ganham visibilidade e têm a sua importância revista no estudo dos espaços públicos. Mais precisamente, a heterotopia deve ser associada à noção de espaço público para oferecer ao geógrafo uma forma de estudar as mudanças nas posições, nas distâncias, nas relações entre os atores e nos seus fundamentos.

Também é possível afirmar que a existência de heterotopias sinaliza ao Estado a emergência de dinâmicas sociais que ganham visibilidade no espaço, conferindo a este a possibilidade de responder a esses estímulos. Devido a sua configuração que não se organiza por relações de dominância estrita, a formação heterotópica também permite que os atores marginalizados se manifestem no espaço e exerçam a sua luta pela representação e pelo reconhecimento sem que ceder ao isolamento e a violência que uma territorialidade pode criar. Nesse sentido, a informalidade da sua força transformadora manteria canais abertos de comunicação com a sociedade, equilibrando em parte a sua situação de exclusão da ordem pública.

Finalmente, a heterotopia encontraria o seu valor para a discussão do espaço público na medida em que demonstra que uma boa parte da sua crise tão alardeada se deve as dificuldades de se entender e operacionalizar as diferenças entre a sua teoria e a sua vivência cotidiana. Um passo para reverter esses sinais de fraqueza apontados por tantos intelectuais é preciso dotar a teoria dos espaços públicos da capacidade de traduzir as mudanças que a esfera social engendra em seu interior, realizando um esforço de análise cujo preço pode, de fato, estar associado à desconstrução parcial do conjunto de valores e de ideais que se cristalizaram no período Moderno.

Porém, ainda mais arriscado do que a possibilidade de perder essas conquistas devido às tentativas de incorporar a diversidade e a diferença na discussão do espaço público, é acreditar que a conscientização política, o apelo à unidade e a força repressiva podem reverter totalmente à transformação dos espaços públicos. Ao fazê-lo, os geógrafos e outros cientistas sociais minimizam as conseqüências da marginalização e da interação social e se colocam em oposição ao modo pelo qual a sociedade confere sentido ao espaço público. Em resumo, ao admitirmos que o espaço público reúne sociedade e Estado, precisamos não apenas entender como a política é importante para orientar as representações culturais e sociais, mas devemos igualmente compreender como as representações culturais e sociais definem limites a organização política.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### LIVROS E PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

- \* ANDREATA, Verena. “Um diálogo entre cultura e cidade”. In: CHIAVARI, Maria Pace. *Rio de Janeiro: preservação e modernidade*. Rio de Janeiro: Sextante, 1998. pp.8-9.
- \* ARANTES, O. ; VAINER, C. & MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis : Vozes, 2000.
- \* ARAÚJO, Rosane L. *O planejamento urbano e a norma de uso e ocupação do solo – a cidade do Rio de Janeiro na década de 1990*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado do IPPUR/UFRJ, 2005.
- \* ARENDT, Hannah. *Qu'est-ce que la politique?* Paris: Seuil, 1995.
- \* ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.
- \* ARNHEIM, Rudolf. *Dynamique de la forme architecturale*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 2000.
- \* BADIE, Bertrand. *La fin des territoires : essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect*. Paris: Fayard, 1995.
- \* BADIE, Bertrand. “Communauté, individualisme et culture” In : BIRNBAUM, P. & LECA, J. (orgs) *Sur l'individualisme*. Paris : Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.
- \* BARBOSA, William. “Tempos pós-modernos”. In: LYOTARD Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. pp.vii-xiii.
- \* BARNES, T. “Genius loci, heterotopia and geography's quantitative revolution”. In : *Progress in Human Geography* v.28, n°5. 2004. pp. 565–595.
- \* BARNES, T. & DUNCAN, J. S. (eds). *Writing Worlds. Discourse, Text & Metaphor in the Representation of Landscape*. Londres: Routledge, 1992.
- \* BAUDRILLARD, Jean. “The ectasy of communication” In: *The anti-aesthetic – Essays on postmodern culture*. NY: NY press, 1998. Pp.126-133.
- \* BAUMAN, Zygmunt. *A modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- \* BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- \* BAUMAN, Zygmunt. *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

- \* BAUMAN, Zygmunt. *Postmodernity and its discontents*. New York: New York University, 1997a.
- \* BAUMAN, Zygmunt. *A ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997b.
- \* BAUMAN, Zygmunt. *Life in fragments: essays in postmodern morality*. Oxford: Blackwell, 1997c.
- \* BAUMAN, Zygmunt. *Intimations of postmodernity*. London: Routledge, 1994.
- \* BENJAMIN, Walter. *Modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- \* BERDOULAY, Vincent. “Le lieu et l'espace public”. In : *Les cahiers des géographies du Québec* v.41, n°114. 1997.
- \* BERDOULAY, Vincent. “Pluralité du discours et post-modernisme”. In : *Espaces Temps*, 40-41. Paris : 1988.
- \* BERDOULAY, Vincent. *Aménagement et pratiques urbaines*. Paris: CNRS, 2000.
- \* BERDOULAY, Vincent & AUGUSTIN, Jean-Paul (orgs). “Géographies culturelles: créativité et développement”. In : *Sud-Ouest européen*. Toulouse : 2000.
- \* BERDOULAY, Vincent ; CASTRO, Iná & GOMES, Paulo C.C. “L'espace public entre mythe, imaginaire et culture” In : *Cahiers de géographie du Québec*, 45 (126). Montréal : 2001.
- \* BERDOULAY, Vincent & CLAVAL, Paul (orgs). *Aux débuts de l'urbanisme français. Regards croisés de scientifiques et de professionnels de l'aménagement*. Paris et Montréal : L'Harmattan, 2001.
- \* BERDOULAY, Vincent ; GOMES, Paulo C.C. & LOLIVE, Jacques (orgs). *L'espace public à l'épreuve : régressions et émergences*. Bordeaux : MSHA, 2004.
- \* BERDOULAY, Vincent & MORALES, M.. “Espace public et culture: stratégies barcelonaises”. In : *Géographie et cultures*, 29. Paris : 1999.
- \* BERDOULAY, Vincent & SOUBEYRAN, Olivier. *L'écologie urbaine et l'urbanisme*. Paris: Découverte, 2002.
- \* BERDOULAY, Vincent & SOUBEYRAN, Olivier (orgs). “Les nouveaux territoires de la prospective”. In : *Espaces et sociétés*. Paris : L'Harmattan, 1993.
- \* BERMAN, M. *All that is Solid Melts into Air*. New York: Simon and Shuster, 1982.
- \* BOAS, Franz. *Anthropology and modern life*. Dover Publications, 1987.
- \* BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2005.
- \* BOAS, Franz. *Formação da antropologia americana*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

- \* BODEN, D. & MOLOTCH, H. L. Molotch. “The Compulsion of Proximity”. In: FRIEDLAND, Roger and BODEN, Deirdre (orgs). In: *NowHere: space, time and modernity*. Berkeley: University of California, 1994.
- \* BONNAZI, Alessandra. “Heterotopology and Geography”. In: *Space and Culture*, Vol. 5, No. 1, 2002. pp. 42-48.
- \* BORGES, Jorge Luis. *Otras inquisiciones*. Madrid: Alianza Editorial, 1976.
- \* BORJA, Jordi & MUXÍ, Zaida. *El espacio público: ciudad y ciudadanía*. Barcelona: Electa, 2003.
- \* BOUDON, P. *De l'architecture à la épistémologie – La question de l'échelle*. Paris: PUF, 1991.
- \* CAR, Stephen; MARK, Francis; RIVLIN, Leanne; & STONE, Andrew. *Public Space*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- \* CARDOSO, Adauto L. . “A Cidade e seu Estatuto: uma avaliação urbanística do Estatuto da Cidade”. In: CARDOSO, Adauto Lúcio; QUEIROZ, Luiz César de Ribeiro. (Org.). *Reforma Urbana e Gestão Democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. pp. 27-51.
- \* CARDOSO, Adauto Lúcio; QUEIROZ, Luiz César de Ribeiro. “Indicadores Sociais e Políticas Públicas: algumas notas críticas”. In: *Proposta*, n.º. 77, jun/ago. Rio de Janeiro, 1998. p.42-53.
- \* CARDOSO, Adauto Lúcio; QUEIROZ, Luiz César de Ribeiro. *Dualização e reestruturação urbana: O caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR/OBSERVATORIO DE POLITICAS URBANAS E GESTAO MUNICIPAL; FASE, 1996.
- \* CARDOSO, Adauto Lúcio & RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; “Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências”. In: *Espaço e Debate*, n.º37. Rio de Janeiro, 1994.
- \* CARVALHO, Luciana G. “O riso na praça pública: uma análise das trocas verbais nos espetáculos de rua do Largo da Carioca”. In : *Revista de Teatro da Universidade Federal de Uberlândia*. Uberlândia, 2003.
- \* CARVALHO, L. G. “Os espetáculos de rua do Largo da Carioca como ritos de passagem”. In : *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Arte e Cultura Popular*, v. 28. Rio de Janeiro, 1999. pp. 216-235.
- \* CARVALHO, L.G. *Os espetáculos de rua do Largo da Carioca*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.
- \* CARVALHO, M. L. “O Corredor Cultural”. In : *Revista Módulo n.º 77*. Rio de Janeiro: 1983.

- \* CASSANO, Maria G. “(In)visibilidades urbanas: a reinvenção do Largo da Carioca ao longo de quatro séculos”. In: *Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP*, v. 10. Campinas, 2004. pp. 37-51.
- \* CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. “As cidades como atores políticos”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 45, jul. São Paulo, 1996.
- \* CASTRO, Iná E. “Espaces publics : entre publicité et politique”. In: BERDOULAY, Vincent; GOMES, Paulo C.C. et LOLIVE, Jacques. *L’espace public à l’épreuve – régressions et émergences*. Pessac: MSHA, 2004. pp.87-98.
- \* de CAUTER, Lieven. *The capsular civilization*. Rotterdam: NAI Publishers, 2005.
- \* CAVALLIERI, Paulo Fernando. “Plano diretor de 1992 da cidade do Rio de Janeiro: possibilidades e limites da reforma urbana”. In: RIBEIRO, Luiz César Queiroz; SANTOS JUNIOR; Orlando Alves (Org.). *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: O futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 376-401.
- \* CHOAY, Françoise. *L’urbanisme: utopies et réalités*. Paris : Seuil, 1965.
- \* CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: EdUFSC, 1999.
- \* CLAVAL, Paul. “Avant-propos. Approche culturelle et postmodernité” In: *Géographie et Cultures n°3*. Paris : 1999a.
- \* CLAVAL, Paul. *Géopolitique et géostratégie*, Paris : Nathan, 1994.
- \* CLAVAL, Paul. “Champ et perspectives de la géographie culturelle”. In: *Géographie et Cultures, 1*, 1992.
- \* CLAVAL, Paul. *Principes de géographie sociale*. Paris : Génin, 1973.
- \* CLAVAL, P. & SINGARAVÉLOU, P.(orgs). *Ethnogéographies*. Paris : L'Harmattan, 1995.
- \* LE CORBUSIER. *Urbanisme*. Paris : Flammarion, 1994.
- \* COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/clf/>. Acessado em: 05/02/2007.
- \* COSGROVE, Dennis. “Orders and a new world: cultural geography”. In: *Annals of American Geographers* 83 (3), 1993.
- \* COSGROVE, Dennis. “A terrain of metaphor: cultural geography – 1988-1989”. In: *Progress in Human Geography*, 13 (4), 1989.
- \* COSGROVE, Dennis & JACKSON, Peter. “Novos rumos da Geografia Cultural”. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Geografia Cultural: um século* (2). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

- \* COSTA, Lúcio. “Arquitetura Contemporânea”. In: NASCIMENTO SILVA, Fernando (dir.). *Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos – Formação e desenvolvimento da cidade*. Rio de Janeiro: Record, 1965. pp.242-264.
- \* DAVIS, M. *City of Quartz. Excavating the Future in Los Angeles*. New York: Vintage Books, 1992.
- \* DEAR, Michael. *The Postmodern urban condition*. Oxford: Blackwell, 2000.
- \* DEAR, Michael. “Postmodern Human Geography: a Preliminary Assessment”. In: *Erdkunde*, 48 (1). Berlin: 1994.
- \* DEAR, Michael. “Les aspects postmodernes de Henri Lefebvre” In: *Espaces et sociétés* n°76. Paris: L’Hamarttan, 1994. Pp.31-39.
- \* DEL BRENNIA, Giovanna R. (org.) *Uma Cidade em Questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985.
- \* DERRIDA, Jacques. *Of grammatology*. Baltimore: John Hopkins, 1976.
- \* DERRIDA, Jacques. *A Escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- \* DOMINGUES, Luís Carlos Soares Madeira. *Projeto Urbano e Planejamento: o caso do Rio Cidade*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.
- \* DONALD, James. “This, here, now - Imagining the modern city”. In: WESTWOOD, Sallie e WILLIAMS, John. *Imagining cities – Scripts, signs, memory*. London: Routledge, 1997.
- \* DUNCAN, James S. “Após a guerra civil: reconstruindo a Geografia Cultural como heterotopia”. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Geografia Cultural: um século* (2). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.
- \* DUNCAN, James & DUNCAN, Nancy. “Reconceptualizing the idea of culture in geography: a reply to Don Mitchell” In: *Transactions* n°, 1995. 576-579.
- \* ELIAS, Norbert. *La société des individus*. Paris : Fayard, 1991.
- \* ELIAS, Norbert. *O processo civilizador – uma história dos costumes*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1994.
- \* ENTRIKIN, J. N. *The Betweenness of Place. Toward a Geography of Modernity*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1991.
- \* EQUIPE FOCO-LOCAL: CENTRO/PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. “Relatório Final”. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, Outubro de 2002.
- \* FAILLA, Pablo O. *Periferia : a heterotopia del no-lugar*. Varias Sudamericanas, 2002.

- \* FOUCAULT, Michel. “Des espaces autres” In: *Dits e Écrits, tome 2: 1976-1988*. Paris: Gallimard, 2001. pp.1571-1581.
- \* FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992. Pp. 145-165; 209-227.
- \* FOUCAULT, Michel. “The subject and power”. In: DREYFUS, H. & RABINOW, Paul. *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*. Brighton: Harvester Press, 1982. pp. 208-226.
- \* FOUCAULT, Michel. *Les mot et les choses*. Paris: Gallimard, 1966.
- \* FOURQUET, François. “L’espace/temps de la prospective” In: *Espaces et sociétés n°74-75*. Paris: L’Hamarttan, 1994. Pp.165-187.
- \* FRIEDLAND, Roger and BODEN, Deirdre (orgs). In: *NowHere: space, time and modernity*. Berkeley: University of California, 1994.
- \* GENOCCHIO, Benjamin. “Discourse, discontinuity, difference: the question of ‘Other’ spaces” In: WATSON, Sophie e GIBSON, Katherine (ed.). *Postmodern cities and spaces*. Oxford: Blackwell Publishers, 1995.
- \* GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- \* GIRARD, Christian. *Architecture et concepts nomades*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 2000.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômio, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- \* GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- \* GOFFMAN, Erving. *Behavior in Public Places: Notes on the Social Organization of Gatherings*. New York: The Free Press, 1963.
- \* GOHEEN, Peter G. “Public space and the geography of the modern city”. In: *Progress in Human Geography n° 22*, 1998. pp.479-496.
- \* GOMES, Paulo C.C. *A condição urbana – Ensaio de geopolítica*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.
- \* GOMES, Paulo C.C. “A cultura pública e o espaço: desafios metodológicos” In: CORRÊA, Roberto L. & ROSENDAHL, Zeny. *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. Pp. 93-113.
- \* GOMES, Paulo C.C. “Cultura ou civilização: a renovação de um importante debate”. In: Corrêa, Roberto L. & Rosendhal, Zeny. *Religião, Identidade e território*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- \* GOMES, Paulo C.C. “Geografia *fin-de-siècle*: sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões” In: *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

- \* GOMES, Paulo C.C. “Identidade e exílio: fundamentos para a compreensão da cultura”. In: *Espaço e Cultura*, n. 5. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 1998.
- \* GOMES, Paulo C.C. “A dimensão ontológica do território no debate da cidadania: o exemplo da canadense”, *Território*, n. 2. Rio de Janeiro : LAGET, Jan-jun 1997a.
- \* GOMES, Paulo C.C. “Le mythe de la modernité géographique”. In: Staszak, J. F. (dir.). *Le discours du géographe*. Paris: L’Harmatan, 1997b.
- \* GOMES, Paulo C.C. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1995.
- \* GOTTDIENER, Mark. *A produção do espaço urbano*. São Paulo : EdUSP, 1993.
- \* GRAFMEYER, Y. & JOSEPH, L. *L'école de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine*. Paris : Aubier, 1984.
- \* GREGORY, D. *Geographical Imaginations*. Cambridge (Mass.): Basil Blackwell, 1994.
- \* GREGSON, Nicky. “Reclaiming ‘the social’ in Social and Cultural Geography” In: ANDERSON, K.; DOMOSH, M. PILE, S; THRIFT, N. *Handbook of cultural geography*. London: Sage, 2003. Pp. 43-57.
- \* GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br/gmrio/>. Acessado em: 05/02/2007.
- \* HABERMAS, Jürgen. “Modernity: an incomplete project” In: *The anti-aesthetic – Essays on postmodern culture*. NY: NY press, 1998. Pp.3-15.
- \* HABERMAS, Jürgen. *Droit et démocratie*. Paris: Gallimard, 1992.
- \* HABERMAS, Jürgen. *Le discours philosophique de la modernité*. Paris: Gallimard, 1988.
- \* HABERMAS, Jürgen. “A nova transparência – A crise do Estado de Bem-Estar Social e o esgotamento das energias utópicas”. In: *Novos Estudos n° 18*. CEBRAP, Setembro de 1987. pp. 103-114.
- \* HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1984.
- \* HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- \* HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. Rio de Janeiro: Contexto, 2002.
- \* HAESBAERT, Rogério. “Território, cultura e des-territorialização” In: *Religião, Identidade e território*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. pp.115-144.
- \* HALL, John. M. *Geography of planning decisions*. Oxford: Oxford University Press, 1982.
- \* HALL, Peter. *Cities of tomorrow – An intellectual history of urban planning and design in the Twentieth century*. London: Blackwell, 2002.

- \* HARTSHORNE, Richard. *The nature of geography – a critical survey of current thought in the light of the past*. [1949] Westport: Greenwood Press, 1977.
- \* HARVEY, David. *Paris, capital of modernity*. London: Routledge, 2003.
- \* HARVEY, David. *Spaces of Hope*. Los Angeles: University of California Press, 2000.
- \* HARVEY, David. *Social Justice and the city*. London: Blackwell, 1998.
- \* HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: Editora Loyola, 1992.
- \* HARVEY, David. “Social justice, postmodernism and the city” In: *International Journal of Urban and Regional Research* volume 16, n°4, 1992. Pp.588-601.
- \* HARVEY, David. *The urban experience*. New York: John Hopkins University Press, 1989.
- \* HETHERINGTON, Kevin. *The badlands of modernity: heterotopia and social ordering*. London: Routledge, 1997.
- \* HEYNEN, Hilde. *Architecture and Modernity: a critique*. The MIT Press, 2000.
- \* HOBBSBAWM, Eric. *A era dos impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2002.
- \* HOBBSBAWM, Eric. *A era do capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- \* HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos, 1914-1991*. São Paulo : Companhia das Letras, 2000.
- \* HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos após 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- \* HOBBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- \* HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções, 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- \* HOOK, Derek & VRDOLIJAK, Michele. "Gated communities, heterotopia and a "rights" of privilege: a 'heterotopology' of the South African security-park." In: *Geoforum*, v.33, n°2. New York: May 2002.
- \* HOWELL, P. “Public space and public sphere: political theory and the historical geography of modernity”. In: *Environment and planning D: society and space* vol. 11, n°3, 1993. Pp. 303-322.
- \* HYNDMAN, Jennifer. “The field as here and now, not there and then”. In: *The Geographical Review* n° 91. New York: American Geographical Society of New York, Janeiro/Abril, 2001.
- \* INEPAC/RJ – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. “Processo E-03/037.709/82”. Tomba a Rua da Carioca do n°2 ao 87. 26 de Agosto de 1985.
- \* INSTITUTO PEREIRA PASSOS/DIRETORIA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS. “Nota técnica n°5: Região Centro”. In : *Rio Estudos* n°95. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2003.
- \* IPLANRIO. *Rio-Cidade: o urbanismo de volta às ruas*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

- \* IPLANRIO. *Rio Cidade - Um percurso*. Rio de Janeiro, 1994.
- \* IPLANRIO/RIOARTE. *Corredor Cultural: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1985.
- \* JACKSON, Peter. "The idea of culture: a response to Don Mitchell". In: *Transactions n°21*, 1996. Pp.572-573.
- \* JACKSON, Peter. "Social disorganization and moral order in the city" In: *Transactions n°9*, 1984. Pp. 168-180.
- \* JACOBS, Jane. "Editorial: Difference and its other" In: *Transactions volume 25, n°4*, 2000. Pp.403-407.
- \* JACOBS, J. *Edge of Empire. Postcolonialism and the City*. New York: Routledge, 1996.
- \* JACOBS, J. *The Life and Death of Great American Cities*. New York: Random House, 1961.
- \* JAMESON, Frédéric. *Pós-Modernismo – A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- \* JOSEPH, Isaac. *La ville sans qualités*. Paris: L'aube, 1998.
- \* JOSEPH, Isaac. "L'espace public comme lieu d'action". In: *Espaces publics en ville*. Paris: Annales de la Recherche Urbaine, 1993.
- \* KILLAN, Ted. "Public and private, power and space" In: LIGHT, Andrew & SMITH, Jonathan M. (orgs.) *The production of public space – Philosophy and Geography II*. London: 2000. pp. 115-134.
- \* LEACH, Neil. *The Hieroglyphics of Space: Reading and Experiencing the Modern Metropolis*. Routledge, 2002.
- \* LECHTE, John. "Not belonging in postmodern space" In: *Postmodern cities and spaces*. Oxford: Blackwell, 1995. Pp.99-111.
- \* LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris : Anthropos, 1975.
- \* LÉFEBVRE, Henri. *El derecho a la ciudad*. Barcelona: Ediciones Península, 1968/1978.
- \* LEPETIT, B. & TOPALOV, C. *La ville des sciences sociales*. Paris: Belin, 2001.
- \* LESS, Loretta. "Ageographia, heterotopia and Vancouver's new public library" In: *Environment and Planning D – Society and Space volume 15*, 1997. Pp.321-347.
- \* LÉVY, Jacques. "Espace". Dans: LÉVY, Jacques & LUSSAULT, Michel (dir). *Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés*. Paris : Belin, 2003a. pp. 325-333.
- \* LÉVY, Jacques & LUSSAULT, Michel (dir). *Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés*. Paris : Belin, 2003b. pp. 333-336.

- \* LEY, D. “Modernism, Post-modernism and the Struggle for Place”. In: AGNEW, John A. & DUNCAN, James (orgs). In: *The Power of Place: Bringing Together Geographical and Sociological Imaginations*. Boston: Unwin Hyman, 1989.
- \* LEY, D. *A social geography of the city*. New York : Harper and Row, 1983.
- \* LIGHT, Andrew (org.). *The production of public space*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998.
- \* LIMA, Evelyn Furquim Werneck. Políticas de desenvolvimento e patrimônio cultural. In: LIMA, Evelyn e MALEQUE, Miria (org.) *Espaço e cidade: conceitos e leituras, 2004*, Rio de Janeiro: 7 Letras , 2004. pp. 11-24.
- \* LIPOVETSKY, Gilles. *A Era do Vazio - Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. São Paulo: Manole, 2005.
- \* LIPOVETSKY, Gilles. “Espace privé, espace public à l’age post-moderne”. In: *Citoyenneté et urbanité*. Paris: Esprit, 1991.
- \* LIPOVETSKY, Gilles & CHARLES, Sébastien. *Os Tempos Hipermodernos*. São Paulo: Baccarola, 2004.
- \* LOW, Setha M. *On the plaza : the politics of public space and culture*. University of Texas Press, 2000.
- \* LUSSAULT, Michel. « Espace Public (I) ». Dans : LÉVY, Jacques & LUSSAULT, Michel (dir). *Dictionnaire de la Géographie et de l’espace des sociétés*. Paris : Belin, 2003a. pp. 333-336.
- \* LUSSAULT, Michel. “Foucault, Michel”. Dans: LÉVY, Jacques & LUSSAULT, Michel (dir). *Dictionnaire de la Géographie et de l’espace des sociétés*. Paris : Belin, 2003b. pp. 377-379.
- \* LUSSAULT, Michel & STASZAK, Jean François. “Hétérotopie”. Dans: LÉVY, Jacques & LUSSAULT, Michel (dir). *Dictionnaire de la Géographie et de l’espace des sociétés*. Paris : Belin, 2003. pp. 452-453.
- \* LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- \* LYNCH, Kevin. *La buena forma de la ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1985.
- \* LYNCH, Kevin. *De qué tiempo es este lugar?* Barcelona: Gustavo Gili, 1975.
- \* LYOTARD Jean-François. *La Condition post-moderne : rapport sur le savoir*. Paris : Éditions de Minuit, coll. «Critique», 1979.
- \* LYOTARD Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- \* MAFFESOLI, Michel. *O mistério da conjunção*. Porto Alegre : Editora Sulina, 2005.
- \* MAFFESOLI, Michel. *A parte do diabo*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

- \* MAFFESOLI, Michel. *Notes sur la postmodernité – Le lieu fait lien*. Paris : Éditions du Félin / Institut du Monde Arabe, 2003.
- \* MAFFESOLI, Michel. *A transfiguração do político*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1997.
- \* MAFFESOLI, Michel. *Au creux des apparences. Pour une éthique de l'esthétique*. Paris: Plon, 1990.
- \*MAFFESOLI, Michel. *Le temps des tribus*. Paris: Klincksieck, 1988.
- \* MAGALHÃES, Roberto A. “Preservação e requalificação do centro do Rio nas décadas de 1980 e 1990” In: *Diário Oficial do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Rio Estudos/Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2002. pp. 1-17.
- \* MAGALHÃES, Roberto A. “O Centro do Rio na década de 90: requalificação e reafirmação da centralidade principal”. IN: *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, vol. 2*. ANPUR, 2001. pp. 741-752.
- \* MARCIAL, Adriana Pires. “O Largo da Carioca e seus microcosmos: um olhar geocultural”. In: *Espaço e Cultura, n° 21*. Rio de Janeiro : UERJ/NEPEC, 2007.
- \* MARCIAL, Adriana Pires. *O Largo da Carioca e seus microcosmos*. Rio de Janeiro: Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Orientador: Zeny Rosendahl), 2001.
- \* MARCUSE, Peter. “Not chaos, but walls: postmodernism and the partitioned city” In: *Postmodern cities and spaces*. Oxford: Blackwell, 1995. Pp.243-253.
- \* MATHIA, Herculano Gomes & WULFES, Alexandre. *História Ilustrada do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1981.
- \* MBEMBÉ, Achille. “The banality of power and the aesthetics of vulgarity in the postcolony”. In: *Public culture, n°4*, 1992. pp.1-30.
- \* MELLO, Ricardo & SABOIA, João. “O comércio urbano no município do Rio de Janeiro: caracterização e proposição de políticas”. In: *Desafios da modernização e setor informal urbano*. Lima: OIT, 1998.
- \* MELO, Marcos André B.C. de; MOURA, Alexandrina S. de. “Políticas Públicas: Uma análise dos projetos do Banco Mundial”. In: *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, n. 4, dez/jan. Brasília, 1990.
- \* MESSENTIER, L.M. de. “Intervenções em áreas patrimoniais: dilemas atuais” In: LIMA, E.W.F. e MALEQUE, M. R. *Cultura, patrimônio e habitação: possibilidades e modelos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

- \* MESENTIER, L.M. de. *A Renovação Preservadora: um estudo sobre a gênese de um modo de urbanização no Centro do Rio de Janeiro, entre 1967 e 1987*. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. UFRJ/IPPUR, 1992.
- \* MITCHELL, Don. *The right to the city : social justice and the fight for public space*. London: Guilford Press, 2003.
- \* MITCHELL, Don. *Cultural geography - A critical introduction*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.
- \* MITCHELL, Don. "The anihilation of space by law: the roots and implications of anti-homeless laws in the United States" In: *Antipode volume 29, n°3*, 1997. Pp. 303-335.
- \* MITCHELL, Don. "Explanation in cultural geography: a reply to Cosgrove, Jackson and the Duncans" In: *Transactions n°21*, 1996a. Pp. 580-582.
- \* MITCHELL, Don. "Public space and the city". In: *Urban geography v.17 n°2*. Columbia, 1996b.
- \* MITCHELL, Don. "Political violence, order, and the legal construction of public space: power and the public forum doctrine". In: *Urban Geography vol. 17, n°2*. Columbia, 1996c. Pp. 152-178.
- \* MITCHELL, Don. "There's no such thing as culture: toward a reconceptualization of the idea of culture in geography" In: *Institute of British Geographers 20 (1)*, 1995.
- \* MUSUMECI, Leonarda & MUNIZ, Jacqueline. "As instituições de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro". In: *Relatório Final do Projeto Reforma do Estado e Proteção Social*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 1999.
- \* NASCIMENTO SILVA, Fernando (dir.). *Rio de Janeiro em seus quatrocentos anos – Formação e desenvolvimento da cidade*. Rio de Janeiro: Record, 1965.
- \* NAVARRO-SWAIN, Tânia. "Identidade nômade: heterotopias de mim". In: *Imagens de Foucault e Deleuze*. Rio de Janeiro : DP&A, 2002.
- \* NORTH, Peter. "Explorations in heterotopia: Local Exchange Trading Schemes (LETS) and the micropolitics of money and livelihood." In: [\*Environment and Planning D-Society & Space\*](#) n° 17. New York: 1999.
- \* OSTROWETSKY, Sylvia (ed.). *Lieux, d'un continent l'autre..., Perspectives et production des espaces publics*. Paris : L'Harmattan, 2001.
- \* PAQUOT, Thierry. *L'utopie ou l'ideal piégé*. Paris : Hatier, 1996.
- \* PAQUOT, Thierry. "L'espace de la parole – Réflexion sur deux modèles d'espace public" In: *Hermès n° 10*, 1991. pp. 57-69.

- \* PARK, R. “The city – Suggestions for investigation of human behavior in the Urban environment”. In: PARK, Robert and BURGESS, Ernest (orgs). *The city – Suggestions for investigation of human behavior in the Urban environment*. Chicago: University of Chicago Press, 1925/1984a.pp.1-46.
- \* PARK, Robert. “Community organization and juvenile delinquency”. In: PARK, Robert and BURGESS, Ernest (orgs). *The city – Suggestions for investigation of human behavior in the Urban environment*. Chicago: University of Chicago Press, 1925/1984b. pp. 99-112.
- \* PARK, Robert. “Community organization and the romantic temper”. In: PARK, Robert and BURGESS, Ernest (orgs). *The city – Suggestions for investigation of human behavior in the Urban environment*. Chicago: University of Chicago Press, 1925/1984c.pp. 113-122.
- \* PARK, Robert and BURGESS, Ernest (orgs). *The city – Suggestions for investigation of human behavior in the Urban environment*. Chicago: University of Chicago Press, 1925/1984.
- \* PELEGRINO, Pierre. “Espace public et figures du lien social” In: *Espaces et sociétés n° 62-63*, 1991. Pp. 11-27.
- \* PEREIRA, Carlos G.N. *Largo da Carioca: 1608 a 1999 – um passeio no tempo*. Rio de Janeiro: Novas Direções, 1999.
- \* PEREIRA, Maria de Lurdes. “Repensando as relações entre espaço urbano e cidadania”. In: *Arquitetura e cultura n°3*, 2002. Pp.59-61.
- \* PEREIRA PASSOS, Francisco. “Mensagem do Prefeito do Distrito Federal Lida na Sessão do Conselho Municipal de 1<sup>o</sup> de setembro de 1903”. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1906.
- \* PEREIRA PASSOS, Francisco. *Notas de Viagem. Cartas à um Amigo*. Rio de Janeiro: Olímpio de Campos, 1913.
- \* PHILO, Chris & SÖDERSTRÖM, Ola. “La géographie sociale : la société dans son espace”. In: BENKO, Georges & STROHMAYER, Ulf. *Horizons Géographiques*. Paris : Bréal, 2004. pp. 75-150.
- \* PHILO, C. “Foucault’s geography” In: *Environment and Planning D – Society and Space volume 10*, 1992. Pp.137-161.
- \* PINHEIRO, Augusto Ivan F. “A reabilitação urbana em processo”. In: LIMA, Evelyn e MALEQUE, Miria (org). *Cultura, patrimônio e habitação: possibilidades e modelos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. pp.69-82.

- \* PINHEIRO, Augusto Ivan F. “Corredor Cultural, um projeto de preservação para o centro do Rio de Janeiro”. In: *Anais do II Seminário sobre Desenho Urbano*. Rio de Janeiro: FINEP, 1986. pp.187-201.
- \* PIRES, Hindeburgo F. “Edifício Avenida Central: o *core* geográfico do comércio de produtos de informática no Rio de Janeiro”. Disponível em: <http://www.cibergeo.org/artigos/avenidacentralc.pdf>. Acessado: 16 de Fevereiro de 2007.
- \* RELPH, E. “The critical description of confused geographies”. In: ADAMS, P.C.; HOLSCHER, S.; TILL, K.E. (eds.) *Texture of place – Exploring Humanistic geography*. Minneapolis: University of Minnesota, 2001. pp.150-166.
- \* RELPH, E. “Post-modern geography”. In: *The Canadian Geographer*, v.35, n°1, 1991. pp. 98-105.
- \* RITTER, Roland. *Other Spaces: The Affair of the Heterotopia = Die Affare Der Heterotopie*. Berlin: Haus Der Architektur, 1998.
- \* ROSENDAHL, Zeny. “O sagrado e o espaço” In: CASTRO, Iná E.; CORRÊA, Roberto Lobato e GOMES, Paulo C.C. (orgs.) *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. pp.119-153.
- \* RUDDICK, Susan. “Constructing difference in public spaces: race, class and gender as interlocking systems” In: *Urban geography* v.17 n°2. London: 1996.
- \* SABOIA, João. “Comércio Ambulante na Cidade do Rio de Janeiro: Um Estudo de Caso”. In: *Texto de Debate*, n° 17, FEA/UFRJ, fevereiro de 1991.
- \* SACK, Robert. *Human territoriality – its theory and history*. Cambridge : Cambridge University Press, 1986.
- \* SANTANA, Ethel P. ; DUARTE, Cristiane. “Panem et Circenses at Largo da Carioca/Brazil”. In: *American Journal of Physical Anthropology*, n. 1. Cambridge, 2004. p. 1-10.
- \* SANTANA, Ethel P. ; RIBEIRO, Alexandre ; DUARTE, Cristiane Rose ; FRY, Peter. “As Rodas do Largo da Carioca: Uma Análise dos Bens de Entretenimento nos Espetáculos Urbanos”. In: *Revista Enfoques*, v. 3, n°. 1. Rio de Janeiro, 2003.
- \* SANTANA, Ethel P.; TANGARI, V. “Arquitetura X Apropriação: estudo de caso no centro do RJ”. In: *Paisagem e Ambiente - Ensaios* v. n° 17, n. 1. São Paulo, 2003. p. 8-39.
- \* SANTOS, Alice Nataraja G. *Encenação da vida privada: entrando nos bastidores do espaço público*. Monografia de fim de curso para obtenção de grau de Bacharel em Geografia da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO, 2004.

- \* SANTOS, Milton. *A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \* SANTOS, Paulo F. *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro: Fundação Educacional Rosemar Pimentel, 1977.
- \* SANTOS JÚNIOR, Orlando A dos. *Reforma urbana: por um novo modelo de planejamento e gestão das cidades*. Rio de Janeiro: FASE: UFRJ/IPPUR, 1995.
- \* SARTOR, Carlos Eduardo. *Imagem da cidade - cidade da imagem: uma análise sobre o modelo de intervenção urbana do Rio Cidade*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.
- \* SAUER, Carl Orwin. “Geografia Cultural” [1931]. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs). *Geografia cultural: um século (I)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000b. pp. 99-110.
- \* SEBASTIÁ, Jordi Borja & MARTINEZ, Zaida. *El espacio publico : ciudad y ciudadanía*. Electa españa S.A., 2000.
- \* SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL (Rio de Janeiro). *Corredor cultural SMP 1979*. Rio de Janeiro, 1979.
- \* SENNETT, Richard. *O declínio do homem público – As tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- \* SOJA, Edward. *Postmetropolis – Critical studies of cities and regions*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 2000.
- \* SOJA, Edward. “Heterotopologies: a remembrance of other spaces in the citadel of L.A.” In: WATSON, Sophie e GIBSON, Katherine (ed.). *Postmodern cities and spaces*. Oxford: Blackwell Publishers, 1995.
- \* SOJA, Edward. “Editorial: Henri Lefebvre 1901-1991” In: *Environment and Planning D – Society and Space volume 9*, 1991. Pp. 257-259.
- \* SOJA, Edward. *Geografias Pós-Modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.
- \* SOJA, Edward. “Aménager dans/pour la post-modernité” In: *Espaces et sociétés n°74-75*. Paris: L’Hamarttan, 1994. P. 203-213.
- \* SOJA, Edward. “Postmodern urbanization: the six restructurings of LA” In: *Postmodern cities and spaces*. Oxford: Blackwell, 1995. Pp.125-137.
- \* SOJA, Edward. *Thirdspace – a journeys to Los Angeles and other real and imagined places*. Oxford: Blackwell, 1996.

- \* SOJA, Edward. *Postmetropolis – Critical studies of cities and regions*. Oxford: Blackwell, 2000.
- \* SOJA, Edward. “Inside exopolis: scenes from orange county” In: SORKIN, M. *Variations on a theme park*. NY: Hill and Wang, 2000b. Pp. 94-122.
- \* SORKIN, M. “Introduction”. In: *Variations on a theme park*. NY: Hill and Wang, 2000. Pp. Xi-xv.
- \* SORKIN, M., (org). *Variations on a Theme Park. The New American City and the End of Public Space*. New York: The Noonday Press, 1992.
- \* SOTER, Ana (org). *Rio-Cidade – O urbanismo de volta as ruas*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- \* SOUBEYRAN, Olivier. “Comment se fabrique un territoire de la prospective” In: *Espaces et sociétés n°74-75*, 1994. Pp.137-163.
- \* SOUZA, Marcelo Lopes de. *O desafio metropolitano – Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- \* SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade - Uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbana*. São Paulo: Editora Bertrand SP, 2002.
- \* SOUZA, Marcelo Lopes de. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In: CASTRO, Iná E. (etalli) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- \* SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território do outro, problemática do mesmo? O princípio da autonomia e a superação da dicotomia universalismo ético versus relativismo cultural”. In: CORRÊA, Roberto L. & ROSENDAHL, Zeny. *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. Pp. 145-176.
- \* TARDIN, Raquel. *Av. Rio Branco na cidade do Rio de Janeiro – valores coletivos: forma e uso cotidiano*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado UFRJ/PROURB, 2000.
- \* TASSIN, E. “Espace commun ou espace public? L’antagonisme de la communauté et de la publicité” In: *Hermès n° 10*, 1991. pp. 23-37.
- \* TAULOIS & TAULOIS Arquitetos Associados Ltda. “Projeto Rio-Cidade: Avenida Rio Branco”. Ganador do concurso público organizado pelo Instituto dos Arquitetos Brasileiros do Rio de Janeiro em 1994. Disponível para consulta na biblioteca do Instituto Pereira Passos (IPP), 1994.
- \* TAULOIS & TAULOIS Arquitetos Associados Ltda. “Estudo Preliminar - Projeto Rio-Cidade: Avenida Rio Branco”. Disponível para consulta na biblioteca do Instituto Pereira Passos (IPP), 1994b.

- \* TÉTREALT, Mary Ann. “Formal politics, meta-space, and the construction of civil life” In: LIGHT, Andrew & SMITH, Jonathan M. (orgs.) *The production of public space – Philosophy and Geography II*. London: 2000. pp. 81-97.
- \* TOCQUEVILLE, Alexis de. *De la démocratie en Amérique – vols I et II*. Paris: Gallimard, 2004.
- \* TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.
- \* VAINER, Carlos B. “Cidade, cidadelas e a utopia do reencontro: uma reflexão sobre tolerância e urbanismo”. In: *Cadernos IPPUR/UFRJ*, jan/jul, v. 22, nº1. Rio de Janeiro, 1998. pp.33-46.
- \* VAINER, Carlos B. “Os liberais também fazem planejamento urbano?”. In: *Proposta*, nº 69, jun/ago. Rio de Janeiro, 1996. pp. 28-34.
- \* VALVERDE, Rodrigo R.H.F. “A metáfora da guerra e os circuitos de segurança”. In: *Revista de Pós-Graduação de Geografia/UFRJ*, ano V, volume 5. Rio de Janeiro: 2001/2002.
- \* VALVERDE, Rodrigo R.H.F. *A metáfora da guerra*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado PPGG/UFRJ, 2003.
- \* VALVERDE, Rodrigo R.H.F. “A heterotopia como uma nova questão para o estudo dos espaços públicos na cidade do Rio de Janeiro”. In: *Caderno de Resumos da 1ª Jornada de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- \* VALVERDE, Rodrigo R.H.F. “A heterotopia nos espaços públicos do Rio de Janeiro : uma nova abordagem para o estudo das diferenças na geografia urbana”. In: *Anais do VIII SIMPURB – Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Recife: UFPE, 2003.
- \* VALVERDE, Rodrigo R.H.F. “A heterotopia como um desafio à epistemologia da Geografia” In: *Anais do V Encontro Nacional da ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Geografia*. Curitiba e Florianópolis: UFPR/UFSC, 2003.
- \* VALVERDE, Rodrigo R.H.F. “Géographie et violence urbaine: une réflexion sur la guerre pour l’espace à Rio de Janeiro” In: GOMES, Paulo C.C.; BERDOULAY, Vincent et LOLIVE, Jacques (dir.). In: *L’espace publique mis à l’épreuve*. Bordeaux : Ed. Maison des Sciences de l’homme d’Aquitaine, 2005.
- \* VALVERDE, Rodrigo R.H.F. “Presenting the Largo da Carioca as an Heterotopic Square in Rio de Janeiro”. In: *The Rise of heterotopia – Public space and the architecture of the everyday in a post-civil society* (Atas do Colóquio). Eindhoven: University of Leuven (Bélgica) and University of Eindhoven (Holanda), 2005.
- \* VALVERDE, Rodrigo R.H.F. “Les enjeux territoriaux du Largo da Carioca et la renaissance de la ville de Rio de Janeiro”. In: *La ville au Brésil (XVIII-XX siècles)*:

*naissances, renaissances* (Atas do colóquio). La Rochelle: Université de La Rochelle, 2005.  
(no prelo).

\* WALLIN, Luke. “The stranger on the green” In: LIGHT, Andrew & SMITH, Jonathan M. (orgs.) *The production of public space – Philosophy and Geography II*. London: 2000. pp. 99-113.

\* WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Editora Revan/FASE, 2001.

\* ZUKIN, S. *Landscapes of Power. From Detroit to Disney World*. Berkeley: University of California Press, 1991.

\* ZUKIN, S. *The Cultures of Cities*. Cambridge/Oxford : Blackwell Publishers, 1995.

## JORNAIS E PERIÓDICOS

- \* ACRJ (Associação Comercial do Rio de Janeiro). “Comerciantes debatem questão da segurança no Centro do Rio”. In: *Revista do ACRJ* - nº 1373 - ano 63, Maio de 2004.
- \* ALECRIM, Michel & PESSOA, Flávio. “Confronto entre camelôs e guarda aterroriza o centro”. In: *O Globo*, 13/02/2003.
- \* ALMEIDA, Raquel. “Por um teatro libertário - Celebrando 25 anos, Grupo Tá na Rua participa do Ano do Brasil na França, investe na formação de jovens, organiza acervo e debate a vida política do país em praça pública”. In: *Jornal do Brasil*, 26/07/2005.
- \* AMORA, Dimi. “Camelôs do centro usam pânico como tática”. In: *O Globo*, 07/12/2002.
- \* ANTUNES, Laura. “Arqueólogos procuram vestígios de uma senzala em terreno no Largo da Carioca”. In: *O Globo*, 17/01/1999.
- \* BARBOSA, Bia. “Movimentos populares apostam na comunicação como arma”. *Agência Carta Maior*, 08/12/2004.
- \* BARRETO, J. “Camelôs : situação no Centro é insustentável”. In: *Informe*, ano IV, n. 57. São Paulo, 1996. p. 1.
- \* BEZERRA, Múcio. “Comerciantes protestam contra saída de batalhão da Polícia Militar no Centro”. In: *O Globo*, 17/07/2001.
- \* CONDE, Miguel. “Prédio que já foi o mais moderno faz 43 anos”. In: *O Globo*, 22/05/2004.
- \* COSTA, Ana. “Guarda diz que camelô agem como quadrilha”. In: *O Globo*, 20/09/2003.
- \* COSTA, Ana C. & MAGALHÃES, Luiz E. “Centro pode ter novas áreas para camelôs”. In: *O Globo*, 28/11/2003.
- \* CURVELANO JUNIOR, Nelson. “Prefeitura Responde”. In: *O Globo*, 07/06/2000.
- \* FERNANDES, Lilian. “Largo da Carioca no Centro da Insegurança”. In: *Jornal O Globo*, 24/05/2004.
- \* GOULART, Gustavo. “Novas câmeras vigiam a cidade”. In: *O Globo*, 12/11/1999.
- \* GRANDELLE, Renata. “Rio tem data de validade vencida”. *Jornal do Brasil*, 15/11/2006.
- \* JORNAL DO BRASIL. “Abracadabra polêmico – Cada vez mais populares, mágicos de rua revelam truques por 5 reais”. In: *Jornal do Brasil*, 11/04/2004a.
- \* JORNAL DO BRASIL. “O Centro do Centro”. In: *Jornal do Brasil*, 15/02/2004. p.5-10.
- \* JORNAL DO BRASIL. “Conferência defende harmonia entre progresso e preservação cultural”. In: *Jornal do Brasil*, 23/07/81.

- \* JORNAL EXTRA. “Uma China no Centro do Rio”. In: *Jornal Extra*, 22/05/2004. p.3.
- \* MACEDO, Rosayne. “Centro do Rio quer se tornar um novo Pelourinho”. In: *Revista SEBRAE*, 24/08/2005.
- \* MACHADO, Jorge Eduardo. “Conflito entre camelôs e guardas municipais faz comércio baixas as portas no centro”. In: *O Globo*, 09/10/2002.
- \* MELO DE SÁ, Jaime. “Tema em discussão: a população de rua”. In: *O Globo*, 22/07/1997.
- \* MENDONÇA, Alba V. “Relógios antigos marcam muito mais que horas, cidade de charme”. In: *O Globo*, 28/09/2003.
- \* MIRANDA, Ricardo. “No mundo da rua”. In: *Revista Isto é*, Novembro de 2002.
- \* MOREIRA, Virgílio. “Corredor Cultural, um projeto para o Rio. As amenidades que podem salvar a vida carioca. E preservar-lhe a memória”. In: *O Globo*, 21/12/1979.
- \* O GLOBO. “Largo da Carioca vira praça-dormitório”. In: *O Globo*, 15/02/2005.
- \* O GLOBO. “PF apreende seis toneladas de produtos de informática no Rio”. In: *O Globo*, 15/12/2004.
- \* O GLOBO. “Camelôs causam novo tumulto no centro do Rio”. In: *O Globo*, 11/06/2003.
- \* O GLOBO. “Guardas e camelôs voltam a se enfrentar”. In: *O Globo*, 19/07/2003.
- \* O GLOBO. “Há 50 Anos”. In: *O Globo*, 03/07/1950-2000.
- \* O GLOBO. “Prefeitura Responde”. In: *O Globo*, 06/07/1999.
- \* O GLOBO. “Há 50 anos: cafés estão fechando as portas na cidade”. In: *O Globo*, 28/05/1998.
- \* O GLOBO. “As casinhas de madeira e de papelão”. In: *O Globo*, 14/07/1997.
- \* O GLOBO. “Camelôs terão que deixar área da rua do Passeio”. In: *O Globo*, 29/07/1997.
- \* O GLOBO. “Prefeito aprova projeto urbanístico para revitalizar corredor cultural”. In: *O Globo*, 14/07/1983.
- \* O GLOBO. “Prédios antigos do Centro têm estudo minucioso e orientação para reformas”. In: *O Globo*, 12/06/1982.
- \* SANTIAGO, Cláudia. “Eu não tenho medo”. Entrevista com Maria de Lourdes do Carmo Santos, líder do Movimento Unificado dos Camelôs. In: *Conquista*. Rio de Janeiro: CUT/RJ, Novembro de 2003.
- \* SALGUEIRO, Flávio. “Entrevista: Cesar Maia”. In: *Revista Época*, nº 141, 2000.
- \* TEMER, Gabriela. “A criatividade como ganha-pão”. In: *O Globo*, 17/07/2003.

## DECRETOS-LEI, LEIS MUNICIPAIS E PROJETOS DE LEI

- \* CAMARA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. “Resolução– CPI das Irregularidades nas obras do Rio-Cidade”. Rio de Janeiro, 1995.
- \* DECRETO DE LEI N.º 25.549. “Determina procedimentos para a devolução das obras fonográficas apreendidas do comércio ambulante e dá outras providências”. Apresentado pelo Prefeito Cesar Maia em 14 de julho de 2005.
- \* DECRETO DE LEI N.º. “Estabelece o modelo de crachá de autorização para o comércio ambulante no Centro”. Apresentado pelo Prefeito Cesar Maia em 17 de Março de 2004.
- \* DECRETO DE LEI N.º 21424. “Cria a Equipe Foco-Local: Centro e dá outras providências”. Apresentado pelo Prefeito Cesar Maia em 20 de Maio de 2002.
- \* DECRETO DE LEI N.º19456. “Estabelece parâmetros para o exercício do comércio ambulante e dá outras providências”. Apresentado pelo Prefeito Cesar Maia em 01 de Janeiro de 2001.
- \*DECRETO DE LEI N.º18.989. “Dispõe sobre a concessão de alvarás de licença e de autorização no Município do Rio de Janeiro”. 25/09/2000.
- \* DECRETO DE LEI N.º18.361. “Determina a desocupação de logradouros públicos do Centro da Cidade por comércio ambulante”. Apresentado pelo Prefeito Luiz Paulo Conde em 9 de fevereiro de 2000.
- \* DECRETO DE LEI N.º 17.931. “Dispõe sobre procedimentos atinentes à desobstrução dos bens públicos municipais”. Apresentado pelo Prefeito Luiz Paulo Conde em 24 de Setembro de 1999.
- \* DECRETO DE LEI N.º 17.590. “Determina a desocupação de logradouro público do Centro por comércio ambulante”. Apresentado pelo Prefeito Luiz Paulo Conde em 31 de Maio de 1999.
- \* DECRETO DE LEI N.º 16.652. “Determina a desocupação de logradouros públicos do Centro da Cidade por comércio ambulante”. Apresentado pelo Prefeito Luiz Paulo Conde em 15 de Maio de 1998.
- \* DECRETO DE LEI N.º 15951. “Determina a desocupação de logradouros públicos do Centro por comércio ambulante”. Apresentado pelo Prefeito Luiz Paulo Conde em 25 de Julho de 1997.

- \* DECRETO DE LEI Nº 15532. “Determina a desocupação de logradouros públicos do Centro da Cidade por comércio ambulante”. Apresentado pelo Prefeito Luiz Paulo Conde em 17 de fevereiro de 1997.
- \* DECRETO DE LEI Nº 14.668. “Dispõe sobre o uso, em condições especiais, de área pública para colocação de mesas e cadeiras por bares, restaurantes, lanchonetes, e estabelecimentos”. 27 de março de 1996.
- \* DECRETO DE LEI Nº14629. “Determina a desocupação do trecho da Av. Almirante Barroso por comércio ambulante”. Apresentado pelo Prefeito Cesar Maia em 14 de Março de 1996.
- \* DECRETO DE LEI N.º 13.843. “Dispõe sobre a ocupação de logradouro público na área da II Região Administrativa - Centro, pelo comércio ambulante.”. 19 de Abril de 1995.
- \* DECRETO DE LEI N.º 12.000. “Cria a Guarda Municipal do Rio de Janeiro”. 30 de Março de 1993.
- \* DECRETO DE LEI N.º 6.403 do Prefeito do Rio de Janeiro. “Disciplina os procedimentos para o reconhecimento das isenções tributárias relativas aos imóveis de interesse histórico, arquitetônico, cultural e ecológico ou de preservação paisagística e ambiental”. 29 de Dezembro de 1986.
- \* DECRETO DE LEI N.º 4.141. “Aprova o PA 10.290 e o PAL 38.871 e foca o limite da área abrangida pelo Corredor Cultural”. 14 de Julho de 1983.
- \* DECRETO DE LEI Nº 471. “Dispõe sobre o funcionamento da Feira de Arte e Artesanato do Largo da Carioca, e dá outras providências”. Apresentado pelo Prefeito Marcello Alencar em 14 de Dezembro de 1983.
- \* LEI Nº 3930 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. “Cria o comércio ambulante noturno, no Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências”. Apresentada pelo Vereador Ivan Moreira em 15 de Março de 2005.
- \* LEI Nº 3425 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. “Dispõe sobre a concessão de autorização e as normas para o funcionamento das bancas de jornais e revistas no Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências)”. 22 de julho de 2002.
- \* LEI N.º 2.997 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. “Transfere as competências do Grupo Executivo, Conselho Consultivo e Escritório Técnico do Corredor Cultural, previstas na Lei N. 1139 de 16 de dezembro de 1987, para o Departamento Geral de Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Cultura e dá outras providências”. 13 de Janeiro de 2000.

\* LEI N° 2.053 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. “Obriga o uso de crachá de identificação e autorização a todos os vendedores ambulantes, com ponto fixo ou não”. 02 DE DEZEMBRO DE 1993.

\* LEI N° 1.887 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. “Cria a Guarda Municipal do Rio de Janeiro”. 27 de Setembro de 1992.

\* LEI N° 1.876 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. “Dispõe sobre o comércio ambulante e dá outras providências”. Apresentada pelo Prefeito Marcello Alencar em 29 de Junho de 1992.

\* LEI N.º 1.139 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. “Dispõe sobre a preservação de bens imóveis da zona especial do Corredor Cultural e de sua área de entorno, e dá outras providências”. 16 de Dezembro de 1987.

\* LEI N.º 792 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. “Altera dispositivos da Lei nº 691, de 24 de dezembro de 1984, e dá outras providências”. 12 de Dezembro de 1985.

\* LEI N.º 691 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. “Isenção de Impostos e Tributação”. 24 de Dezembro de 1984.

\* LEI N.º 506 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. “Cria a zona especial do Corredor Cultural, de preservação paisagística e ambiental do centro da cidade, dispõe sobre o tombamento de bens imóveis na área de entorno e dá outras providências”. 17 de Janeiro de 1984.

\* LEI COMPLEMENTAR N°16. “Dispõe sobre a política urbana do município, institui o plano diretor decenal da cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências”. Apresentada pelo Prefeito Marcello Alencar em 04 de Junho de 1992.

\* LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 1992.